

Organizadores:

Dra. Daginete Maria C. Brito
Dr. Valter Gama de Avelar



GEOGRAFIA DO AMAPÁ EM PERSPECTIVA

Volume I



GEOGRAFIA DO AMAPÁ EM PERSPECTIVA

Volume I

DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO
VALTER GAMA DE AVELAR
(Organizadores)

GEOGRAFIA DO AMAPÁ EM PERSPECTIVA
Volume I



Macapá-AP
2017

Copyright © 2017, Autores

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. MSc. Allan Jasper Rocha Mendes
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Tiago Luedy Silva

Editor-Chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Ana Paula Cinta	Luis Henrique Rambo
Artemis Socorro do N. Rodrigues	Marcus André de Souza Cardoso da Silva
César Augusto Mathias de Alencar	Maria de Fátima Garcia dos Santos
Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala	Patrícia Helena Turola Takamatsu
Daize Fernanda Wagner Silva	Patrícia Rocha Chaves
Elinaldo da Conceição dos Santos	Robson Antonio Tavares Costa
Elizabeth Machado Barbosa	Rosilene de Oliveira Furtado
Elza Caroline Alves Muller	Simone de Almeida Delphim Leal
Jacks de Mello Andrade Junior	Simone Dias Ferreira
José Walter Cárdenas Sotil	Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G342g

Geografia do Amapá em perspectiva / Daguinete Maria Chaves Brito, Valter Gama de Avelar (Organizadores) – Macapá : UNIFAP, 2017. 199 p.

ISBN: 978-85-62359-99-6

1. Geografia. 2. Espaço Amapaense. 3. Comunidades Tradicionais. 4. Ensino de Geografia. 5. Geomorfologia. I. Daguinete Maria Chaves Brito. II. Valter Gama de Avelar. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD: 900

Capa: Valter Gama de Avelar

Editoração eletrônica: Editora da Universidade Federal do Amapá

É permitida a livre transcrição de qualquer parte da obra, desde que citada fonte (Lei No 9.610, de 14/12/1998). Respeite os direitos autorais



Editora da Universidade Federal do Amapá
Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, Campus Marco Zero do Equador
Macapá-AP, CEP: 68.903-419

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5-7
OS QUADRINHOS COMO POSSIBILIDADE PARA DISCUTIR LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Uma Experiência com Alunos do 7º Ano de uma Escola Pública de Macapá-AP: Adcley Matos Freitas; Eliane Cabral da Silva.....	8-20
LAGOA DOS ÍNDIOS: CONFLITOS E PERSPECTIVAS NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA EM MACAPÁ/AP: Cecília Maria Chaves Brito Bastos; Daguinete Maria Chaves Brito; Rosana Torrinha Silva de Farias; Genival Fernandes Rocha.....	21-50
GEOMORFOLOGIA, PAISAGEM E ESCALA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS AO ESTUDO DE DEGRADAÇÃO DOS SOLOS: Celina Marques do Espírito Santo; Antônio José Teixeira Guerra; Jucilene Amorim Costa.....	51-69
ASPECTOS DEFINIDORES DA CONDIÇÃO DE PORTAS DE ENTRADA DAS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA-AP: Telma Maria da Silva Viana; Alex Maia Xavier; José Francisco de Carvalho Ferreira.....	70-83
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CERRADO AMAPAENSE: A FORMAÇÃO DE ANTROSSOLOS NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: Jucilene Amorim Costa; Helyelson Parede Moura.....	84-95
COMUNIDADES TRADICIONAIS: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital, Macapá-AP: Manoel Osvanil Bezerra Bacelar.....	96-114
ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Possíveis Alicerces para o Desenvolvimento Sustentável do Amapá-Amazônia-Brasil: Josiane Pereira Cardoso; Roni Mayer Lomba.	115-130
ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PIQUIAZAL EM MAZAGÃO/AP: Rômulo Gomes Marques; Patrícia Rocha Chaves.....	131-146
O OIAPOQUE, UMA FRONTEIRA EUROPEIA PARA O AMAPÁ E O BRASIL? Stéphane Granger.....	147-163
TRANSFORMAÇÕES ANTROPOGÊNICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EROÇÃO FLUVIAL DO BALNEÁRIO DO ATURIÁ, MACAPÁ-AMAPÁ: Valter Gama de Avelar; Arnaldo Mira dos Santos.....	164-187

PREFÁCIO

“GEOGRAFIA DO AMAPÁ EM PERSPECTIVA”, UM “PLUS” A MAIS NO MUNDO LATINOAMERICANO.

A “*Geografia do Amapá em perspectiva*” é mais um livro cheio de provocações e entendimento. De um lado, o Amapá, estado brasileiro cheio de imprevistos e previsões. Do outro, a Guiana Francesa, cheia de ostracismos e dubiedades. Um nas virtudes e no ostracismo do outro. Mais parece um mundo que desconhece o outro, mas, que querem viver juntos e integrados.

Assim, seguem sua marcha limitante e limítrofes. Um limite do Norte em pleno norte do Sul que insistem em não se reconhecer. Suas populações se interagem e vivem a mercês dos franceses europeus e dos sul-americanos brasileiros. E, assim vai em meio aos conflitos trazidos pelo garimpo e pela migração internacional sem respeitos legais. É assim, na América entre o Sul e o norte, ou entre o Norte e o sul.

Esta é a proposta, com Norte ou sem Sul, ou sem Norte ou com Sul, trazida por Stéphane Granger do Departamento Internacional Brasileiro no liceu Melkior-Garré, em Caiena, Guiana Francesa. O ilustre professor é doutor em Geografia pela Universidade de Paris 3 Sorbonne-Nouvell. Traz a abordagem nua e crua da recente relação entre o Brasil e a Guiana, ou melhor, entre a Guiana e o Brasil. Por isso seu texto presente neste livro chama-se: “*O Oiapoque, uma fronteira europeia para o Amapá e o Brasil?*”

Junto a este muito bom paradigma, presente no nono texto do livro, aparece no oitavo texto do livro, aquele de Rômulo Gomes Marques da Universidade Federal do Amapá e de Patrícia Rocha Chaves, professora doutora da também da Universidade Federal do Amapá sob o tema: “*Organização da agricultura camponesa no assentamento Piquiazal em Mazagão/AP*”. O texto versa sobre a política de assentamento no país, em resposta a organização e reivindicações de movimentos socioterritoriais em um duplo sentido de questionar a política de distribuição desigual entre classes sociais brasileiras. Esses movimentos socioterritoriais visam as ocupações de terras que estão no centro da luta pela terra e território no país.

Outro texto é aquele de Josiane Pereira Cardoso mestrande no Programa de Desenvolvimento Regional e Roni Mayer Lomba professor doutor da Universidade Federal do Amapá cujo título é “*Escolas famílias agrícolas e pedagogia da alternância: possíveis alicerces para o Desenvolvimento sustentável do Amapá-Amazônia-Brasil*”. Nesse texto os autores relatam a vez dos “*homens do campo*” a começarem a ter a palavra nas escolas rurais nacionais particularmente depois da Constituição de 1988, que trazia a “*Educação do campo como direito garantido ao jovem do campo*”. Buscam na análise das Escolas Famílias Agrícolas e da Pedagogia da Alternância, “*uma metodologia que se utiliza da integração entre teoria e prática para favorecer o meio, uma metodologia inovadora e adequada à realidade do jovem do campo*”. Um ponto de destaque desse é a abertura ao entendimento de duas visões sobre o ambientalismo e ao socioambientalismo visando as condições de “*na qualidade de vida das famílias e assegurando o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental*”.

O segundo texto do livro, que aborda a questão quilombola no Amapá, é aquele de Cecília Maria Chaves Brito Bastos, doutora em Educação e professora de História; Daguinete Maria Chaves Brito, doutora em Ciências Sociais e professora de Geografia; Genival Fernandes Rocha, professor doutor em Geografia; e, Rosana Torrinha Silva de Farias, doutoranda em Geografia. O título do trabalho é “*Lagoa dos Índios: conflitos e perspectivas na constituição de um território quilombola em Macapá/AP*”. A área quilombola está

marcada pelo processo de urbanização da capital Macapá: *“Lagoa dos Índios (...) é uma área marcada pelo crescente e desordenado processo de crescimento urbano do Estado Amapá ocorrido, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XX. (...) essa área comporta uma comunidade que se considera Remanescente de Quilombos há mais de dois séculos.”*

O sexto texto do livro é aquele escrito por Manoel Osvanil Bezerra Bacelar professor de Geografia da Universidade Federal do Amapá. O trabalho tem o título de *“Comunidades Tradicionais: as lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá/AP.”* O artigo versa sobre *“as lutas/desafios por territórios, territorialidades e modo de vida construídos por Comunidades Tradicionais, na resistência à expansão das fronteiras do capital.”* Essas lutas *“se materializam por meio dos conflitos fundiários que envolvem tanto o acesso à terra, quanto a continuidade dos modos de vida da maioria das comunidades tradicionais desprecavidas dos direitos à participação e aos privilégios de políticas públicas e de garantias que assegure jurídica e consuetudinariamente, a contiguidade do modo de vida, dos seus membros e dos seus descendentes.”*

O primeiro artigo publicado no livro é *“Os quadrinhos como possibilidade para discutir lugar no ensino de geografia: Uma Experiência com Alunos do 7º de uma Escola Pública de Macapá-AP”*. Tem com autores Adcley Matos Freitas graduando de Geografia da Universidade Federal do Amapá e Eliane Cabral da Silva, professora de Geografia da mesma universidade. O texto procura *“contar os lugares da cidade “aos olhos de uma criança”, (...) a partir da representação de alunos de uma escola pública da periferia de uma cidade da Amazônia brasileira”*. E mais, entra no mundo das experiências levando os alunos a partir dos *“quadrinhos [que] seriam utilizados como linguagem, facilitadores/mediadores do processo de ensino aprendizagem na Geografia, a partir da discussão de temas, como lugar e cidade”*.

O terceiro artigo do livro é *“Geomorfologia, paisagem e escala: contribuições teóricas e metodológicas ao estudo de degradação dos solos”*. Seus autores são Celina Marques do Espírito Santo da Universidade Federal do Amapá, Antônio José Teixeira Guerra da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, Jucilene Amorim Costa da Universidade Federal do Amapá. Nesse texto os autores procuram construir um *“conhecimento sobre o suporte físico das paisagens e seus processos formadores, assim como, a relação estabelecida a partir da apropriação para atender as necessidades da sociedade”*. Estes são *“requisitos fundamentais para proporcionar a conservação dos elementos bióticos e abióticos da natureza, e o desenvolvimento sustentável. A geomorfologia é um segmento da geografia física que estuda a gênese e evolução do modelado terrestre, com ocorrência nas mais variadas escalas, desde uma unidade morfoestrutural, como as bacias sedimentares, até um processo que em segundos resultam em uma microforma, como por exemplo, uma ravina. Os processos que resultam na degradação dos solos são, assim, objeto de estudo da geomorfologia, pois originam novas formas e contribuem para a evolução da paisagem. Então, por reunir aspectos da geomorfologia, da paisagem e da escala, e por ter uma manifestação espacial, constituem-se como objeto de importante reflexão na geografia.”*

Entre os artigos do livro está o quinto *“Uso e ocupação do solo no cerrado amapaense: a formação de antrossolos no campus da Universidade Federal do Amapá”*. Os autores são Jucilene Amorim Costa da área de Geografia da Universidade Federal do Amapá, e, Helyelson Parede Moura da área de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Amapá. Neste estudo visa-se discutir que *“no domínio amazônico os solos modificados pela ação humana pretérita, os Antrossolos, são identificados e classificados em suas mais distintas variações (...). Destes a Terra Preta Arqueológica é a variedade mais estudada dentre os solos antropogênicos, tem sua formação relacionada ao lixo doméstico de aldeias, ainda no período pré-colonial (...) e são conhecidas simplesmente como Terra Preta de Índio*

(TPI) ou Terra Preta Arqueológica (TPA). A Terra Mulata (TM), pertencente a grande classe das terras pretas é outra razoavelmente estudada, de cor mais clara, distribui-se por áreas muito mais extensas e sua origem está ligada à agricultura intensiva ou semi-intensiva, relacionada a grupos pré-colombianos (...), portanto, também relacionada a ocupação humana, denominada assim de Terra Mulata Arqueológica ou Antropogênica. ”

O décimo artigo do livro é *“Transformações antropogênicas e suas implicações na erosão fluvial do balneário do Aturiá, Macapá-Amapá. ”* Seus autores são Valter Gama de Avelar, doutor em Geociências da Universidade Federal do Amapá, e, Arnaldo Mira dos Santos professor de geografia da Universidade Federal do Amapá. O texto versa sobre os *“efeitos das intervenções antrópicas no meio natural tornam-se mais evidentes em ecossistemas frágeis, a exemplo da Zona Costeira, onde o equilíbrio dinâmico entre os diferentes processos físicos atuantes e a complexidade e diversidade de ecossistemas presentes, tais como praias, manguezais, recifes de corais, entre outros, ocasionam a degradação e transformação de seus recursos naturais. (...) O presente artigo buscou compreender como as transformações antrópicas no Balneário do Aturiá, na margem esquerda do Rio Amazonas, na área urbana de Macapá, contribuiu para desencadear um intenso processo de erosão fluvial naquele local. “*

Outro texto é o quinto que aparece no livro. Trata-se do texto *“Aspectos definidores da condição de portas de entrada das cidades de Macapá e Santana-AP”*. Entre os autores estão Telma Maria da Silva Viana, socióloga e mestra em Desenvolvimento Regional; Alex Maia Xavier, arquiteto e urbanista, mestre em Desenvolvimento Regional; e, José Francisco de Carvalho Ferreira, professor de Geografia da Universidade Federal do Amapá.

Assim, os leitores têm as mãos um volume de ricas informações que formam o estado do Amapá e sua interconexão com a Guiana Francesa. À leitura, por que o tempo urge, e, com tal vamos a ela.

(Em um dia na já longe Jataí/GO, escrevendo sobre o ainda mais distante Amapá)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

OS QUADRINHOS COMO POSSIBILIDADE PARA DISCUTIR LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Uma Experiência com Alunos do 7º de uma Escola Pública de Macapá-AP

Adley Matos Freitas - Graduando do curso de Geografia em Licenciatura - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH - Email: a_matosf@hotmail.com

Eliane Cabral da Silva - Professora do Curso de Geografia Licenciatura - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH - Email: lianecabral@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Contar os lugares da cidade “*aos olhos de uma criança*”, ou melhor, a partir da representação de alunos de uma escola pública da periferia de uma cidade da Amazônia brasileira, chamada Macapá, constitui-se na tônica dessa pesquisa. Para tanto, o trabalho teve como objetivo a representação dos lugares na cidade dos alunos e alunas do 7º ano da E. E. Antônio Messias Gonçalves da Silva, na cidade de Macapá-AP, a partir da linguagem dos quadrinhos.

O interesse em mostrar as representações de lugar na cidade de Macapá, através do olhar dos alunos e alunas dessa Escola, surgiu a partir das vivências realizadas nesse estabelecimento escolar pelos pesquisadores, durante a efetivação das disciplinas de Prática Pedagógica I e Estágio Supervisionado I do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá. Durante o período foi possível perceber parte da realidade enfrentada pelos professores de Geografia e pelos estudantes da escola. Durante a estada na escola percebeu-se os alunos desmotivados com o ensino de Geografia, talvez pelos poucos recursos didáticos utilizados, sendo basicamente o livro didático e o quadro. Com essas questões em mente, galgou-se propor à escola uma experiência em que os quadrinhos seriam utilizados como linguagem, facilitadores/mediadores do processo de ensino aprendizagem na Geografia, a partir da discussão de temas, como lugar e cidade.

O conceito de lugar, adotado nesse trabalho, tem como referência as obras de pensadores humanistas, como Tuan e Relph. Para Tuan (1979, p. 387), o lugar é uma entidade única, um conjunto especial, que tem história e significado. Ele carrega as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. E a experiência, segundo esse autor, se relaciona com lugar, como a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência, o que pode ser conhecido é uma realidade que é construído de uma experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 1983 p. 10). Esse autor diferencia ainda, o espaço de lugar, embora constituintes um do outro, na perspectiva do autor espaço geográfico é um movimento, já o lugar destaca-se como a

“pausa” no movimento, é no momento de pausa que ocorre a experiência e se vivencia o lugar e se conhece seus significados.

Dessa forma, conforme apontado por Souza (2013, p. 115), o lugar aparece, em Tuan, enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significados e marcada por uma relação de topofilia, de modo que os lugares só existem *pela e na* Topofilia¹ ou topofobia. No mesmo sentido, Relph (1979, p. 168) assinala que lugar significa muito mais que o sentido de localização na Geografia. Não se refere a objetos e atributos de localização, mas a um tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança.

A escolha da linguagem em quadrinhos, para desenvolvimento do trabalho, ocorreu devido ser uma linguagem diferenciada das comumente utilizadas na escola, ultrapassando o simples uso do livro didático e quadro branco, e por ser conhecida dos alunos e permitir criar, se expressar, produzir conhecimento, em forma de linguagem verbal (escrita) e não verbal (desenho), sem a necessidade de grandes investimentos em recursos financeiros. Na escola em que o projeto foi realizado as precariedades de recursos didáticos são presentes, então, pensar em alternativas didáticas financeiramente acessíveis é importante para que a mesma seja efetivada.

As Histórias em Quadrinhos são definidas, por Campos (1989, p. 13), como “uma forma de expressão artística constituída por dois tipos de linguagem: a linguagem gráfica (a imagem) e a linguagem verbal (texto)”. McCloud (1995, p. 09) define as histórias em quadrinhos como “imagens pictóricas justapostas em sequência deliberada destinada a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. Assim, apreende-se que as histórias em quadrinhos são uma arte, uma literatura, uma forma de comunicação e expressão, que pode ser usada de diversas formas, seja na arte, no ensino, ou mesmo de outra maneira.

DJota (2006, p. 61), ao ressaltar a importância dos quadrinhos no processo de ensino aprendizagem de crianças e jovens, propõe o uso de HQ em sala de aula de duas formas: uma como ferramenta “(para)didática”, em exercícios, com a utilização de quadrinhos já produzidos; a outra seria “como exercício multidisciplinar, na criação de HQs”, de modo que o quadrinho possa também ser uma possibilidade de construção de conhecimento nas escolas.

¹ Tuan (1979) criou o termo topofília e o associou ao sentimento com o lugar. Segundo o autor existem lugares onde vivemos e lugares que vivem em nós. Nesse sentido a Topofilia se caracteriza como a familiaridade, o apego, os sentimentos e as lembranças que uma pessoa tem por um lugar. O lugar é onde se tem segurança, que se vivencia. Toda pessoa criar lugares porque necessita criar espaços de familiaridade e de segurança. "Lugarizar" segundo Souza (2013) significa atribuir sentido, na base de algum tipo de vivencia. Contudo há lugares que despertam sentimentos negativos como o medo, são lugares que Tuan usou o termo Topofobia para caracterizá-los.

Deffune (2010, p. 161) salienta que a leitura dos quadrinhos desencadeia um processo duplo - leitura de textos e leitura de imagens - de forma pluralizada, em que o único caminho pré-estabelecido é o das palavras. E a própria leitura das imagens em si também é dupla, no sentido de que o leitor lê aquilo que vê na página (leitura denotativa) e aquilo que imagina ver (leitura conotativa). O olho se limita ao que é explícito e analisa os elementos que compõem o visto. É nessa dimensão constatada que encontramos o sentido ao que foi lido. Desse modo, as histórias em quadrinhos são apresentadas como instrumento nas mãos dos sujeitos-alunos que, por meio da construção de desenhos-representações, poderiam promover uma aproximação entre mundos distantes, o da experiência cotidiana dos alunos e o escolar.

Do ponto de vista geográfico, as histórias em quadrinhos não desconsideram a dimensão espacial, representam práticas espacializadas, sejam implícitas ou explícitas, em seu corpo literário-artístico. De modo que podem ser utilizadas como elementos medidores no ensino de Geografia e ser uma estratégia interessante na produção de um conhecimento a partir da leitura e compreensão das categorias e temas tratados pela Geografia. A discussão sobre cidade, lugar e território, por exemplo, encontra nas histórias em quadrinhos ricos elementos problematizadores.

Bento (2008, p. 19), em seu trabalho que trata das cidades imaginárias presentes em histórias em quadrinhos, aborda as imagens de cidades imaginárias das HQs como não desvinculadas das cidades reais. Segundo o autor, “mesmo sendo cidades fictícias, imaginárias e fantásticas elas têm o real como referência: são as cidades reais em que vivemos que possibilitam esta criação”. Nos Quadrinhos do Batman, no título “Cavaleiro das trevas”, Gordon, personagem da história, no decorrer dos quadros, vai atribuindo significados à paisagem que encontra pela cidade, de modo que todos os elementos espaciais em cena, alguns inclusive que não aparecem em imagens, adquirem um significado para ele. Um outro exemplo está nos quadrinhos do “Chico Bento”, do quadrinista brasileiro Maurício de Souza. Nele a personagem principal da história possui uma relação afetiva com o campo, lugar em que vive, e essa relação foi constituída a partir das suas “práticas cotidianas”, como a roça, a escola, entre outros “lugares” presentes no espaço imaginário.

Nessas cidades imaginárias, ou no campo da história do Chico Bento, simulam-se experiências aos personagens dentro das tramas que os levam a ter uma relação de *afetividade* ou *repulsa* a certos espaços, o que nos remete a conceitos, como o de lugar na Geografia, e faz das histórias uma opção interessante e potente para se trabalhar os temas e conceitos da Geografia com o público escolar.

METODOLOGIA

A escolha do local para a pesquisa, a Escola Estadual Professor Antônio Messias Gonçalves da Silva se deu por ser a mesma escola em que foram realizadas as práticas pedagógicas e experiências de estágios das disciplinas de Prática Pedagógica I, Prática Pedagógica II, Estágio Supervisionado em Docência I e Estágio Supervisionado em Docência II. Devido a isso, preferiu-se trabalhar nessa escola por já se conhecer o corpo técnico e professores, facilitando a obtenção de campo dentro da mesma para a aplicação do plano de intervenção.

A Escola Antônio Messias é uma escola pública que foi inaugurada em 2002. Está localizada na Zona Sul da cidade de Macapá, no bairro Zerão. Esse bairro nasceu por processos de ocupação irregular e, desde sua formação, possui uma infraestrutura deficiente, com ruas ainda por pavimentar, sem calçamento ou ciclo faixas. Próximo desse bairro há uma “área de ressaca”² ocupada, que são áreas conhecidas como favelas regionais. Os alunos da escola são, em sua maioria, oriundos da região que a instituição de ensino está localizada e de Ressaca ocupada do Tacacá. Em relação aos sujeitos que participaram da pesquisa, são moradores do bairro Zerão, têm idade entre 12 a 13 anos e todos são alunos da turma de 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Prof. Antônio Messias Gonçalves da Silva.

No que se refere à metodologia, a pesquisa teve como referência principal a abordagem humanista, e optou-se pela observação participante e a aplicação de uma sequência didática na escola campo, como opção para conhecer a realidade e coletar os dados qualitativos. A produção de quadrinhos ocorreu durante aplicação da sequência didática e foi usada como estratégia para registrar a representação das/os alunas e alunos envolvidos na pesquisa sobre seus lugares na cidade de Macapá.

Para a análise das histórias em quadrinhos produzidas pelos alunos e alunas adotamos os critérios utilizados por Deffune (2010), que considera elementos iconográficos e verbais dentro dos quadrinhos, assim como a coesão da proposta, montagem sequencial dos quadrinhos e os aspectos físicos e humanos no espaço posto em cena nas HQs como elemento para análises das HQ produzidas pelos/as estudantes.

A sequência didática aplicada teve como tema “Os lugares e a cidade percebida pelos alunos do 7º ano da Escola Estadual Antônio Messias Gonçalves da Silva, Macapá-AP”. A

² “Área de ressaca” é um termo regional para denominar áreas alagáveis presentes no relevo de Macapá. Devido à grande quantidade de recursos hídricos presentes na região, as áreas de ressaca estão distribuídas por toda a extensão da cidade de Macapá. Durante o processo de expansão urbana da cidade, muitas dessas áreas foram ocupadas para fins de moradia por uma população mais pobre, que construíram casas na forma de palafita sobre essas áreas. As áreas de ressacas ocupadas são as favelas regionais.

atividade foi realizada a partir do desenvolvimento de quatro oficinas, em quatro dias diferentes, no mês de novembro de 2015. No primeiro dia de oficina foi apresentado o objetivo das atividades e trabalhado o conceito de lugar na Geografia.

No segundo dia de oficina, o tema trabalhado foi a “introdução a produção de quadrinhos”, quando os alunos conhecerem o conceito de histórias em quadrinhos, suas características básicas e os elementos necessários para produção de histórias em quadrinhos. Foram também repassadas algumas informações de como realizar o desenho de personagens e cenários. Após a exposição dos conceitos e orientações para construção de roteiros, ocorreu um exercício com produção de histórias em quadrinhos pelos alunos.

Nos últimos dois dias das oficinas, o tempo foi destinado unicamente para a produção das histórias em quadrinhos e, nesse momento, procuramos, como pesquisadores, exercer apenas a condição de mediador, auxiliando nas dúvidas que iam surgindo, de forma a não interferir na criação dos quadrinhos. No final do plano de intervenção foram elaboradas 7 histórias em quadrinhos e, dessas, escolhemos os trechos de 4 para analisar neste artigo.

REPRESENTAÇÃO DOS LUGARES NA CIDADE DE MACAPÁ A PARTIR DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Passemos agora a análise das histórias em quadrinhos elaboradas pelos alunos e alunas³. As imagens da Figura 1 apresentam trechos da história em quadrinhos “*O meu bairro Zerão*”, de autoria da aluna Ana⁴. Nesse quadrinho o Bairro Zerão, da cidade de Macapá, é o espaço principal em que a narrativa acontece, e a história é descrita a partir dos trajetos e lugares da autora no bairro. No primeiro quadro ela faz referência a um ponto do bairro onde existe uma costureira. É uma costureira que fica perto da casa da aluna/autora, sendo um local de passagem cotidiana da aluna. A aluna/autora constrói sua trama tendo ela como um dos personagens, como visto no segundo quadro. Ressaltamos, ainda, o destaque que a menina dá, no segundo quadro, a uma protuberância na rua, conhecida por ela e por seu grupo de amigos como “Montanha de Terra”, evidenciando-a como um importante ponto de referência.

³ Faz-se importante dizer que como a escrita dos alunos/autores, em alguns casos, tinha muitos erros ortográficos e caligrafia pouco legível, tornando os textos de difícil leitura; optou-se, em alguns dos trabalhos, por fazer uma correção ortográfica, deixando as falas consideradas ilegíveis, legíveis.

⁴ Todos os nomes dos alunos/autores usados são fictícios, visando preservar a privacidade dos participantes do projeto.

Figura 1 - Imagens do quadrinho “o meu bairro zerão”.



Fonte: Trabalho de campo (2015).

A partir do segundo quadro da história de Ana, há uma mudança na paisagem, mais especificamente na rua, que deixa de ser asfaltada. No terceiro e quarto quadro, a rua é o elemento principal, visto que é nela que as crianças brincam, sendo, portanto, um *lugar* de brincadeira para elas. No último quadrinho, destacado na imagem 5, percebe-se uma visão mais crítica da aluna/autora, abordando problemas sociais. O primeiro que se notou é o do uso de drogas, isso ocorrendo na área de ressaca Tacacá. O segundo elemento é a própria área de ressaca, sua existência.

Não foi questionado à aluna Ana se ela vivia ou não em uma área de ressaca, por essa razão não temos como saber se essa imagem da área de ressaca é devido à sua vivência nesse local da cidade, ou se é uma imagem construída socialmente ou através de notícias transmitidas pela mídia. Mas, o fato é que a aluna representa na cidade a existência de lugares afetivos, assim como de lugares que representam perigo. E, desse modo, lembra-se novamente dos conceitos de topofilia e topofobia de Tuan (1979).

Na Figura 2 temos imagens da história em quadrinhos “*Ida à Fortaleza*” produzida pelo aluno João; nela a cidade de Macapá é representada tendo como referencial a Fortaleza

São José de Macapá, uma construção histórica bastante conhecida e simbólica para a população local. A cidade de Macapá teve origem a partir do povoado formado por grupos de negros e índios que vieram trabalhar na construção da fortaleza por volta de 1872 e, até 1943 permaneceu com muitas características da vila de São José de Macapá, a vila que lhe deu origem.

Construída para fins de proteção territorial, hoje a Fortaleza cumpre papel histórico e é um ponto turístico importante da capital amapaense. De modo que a Fortaleza de São José de Macapá, bem como o Rio Amazonas que a margeia, acabam materializados nas imagens que os cidadãos têm de sua cidade, assim como as imagens que os outros (turistas estrangeiros, brasileiros) têm do Amapá. A história em quadrinhos, construída pelo aluno, ressalta um pouco desses aspectos e evidencia a imagem da Fortaleza e seu papel histórico turístico. Visto que os elementos presentes nos desenhos, e também no texto da história, demonstram a ida à Fortaleza como uma aventura, uma viagem, que envolve o deslocamento dos personagens do bairro onde morram, passando por várias paisagens da cidade, até chegar ao destino. Portanto, não é um passeio ou trajeto que os personagens realizam frequentemente. Por outro lado, a ansiedade do personagem principal para chegar ao destino (que é o aluno/autor) e sua felicidade em estar na fortaleza, descrita pela palavra “chegamos!”, em um dos quadros da história, indicam que esse aluno tem uma relação de afeto, de sentimento com esse lugar.

Observa-se ainda que, no quadro 10, em que o aluno/autor desenha um mapa do bairro em que reside, os pontos de referência do bairro destacado são a sua casa e uma quadra de esportes. Essas quadras de esportes são muitos comuns nos bairros das periferias de Macapá; conhecidas localmente como arenas, são constituídas de um local para o jogo de futebol, com quadra de cimento, e outro espaço com areia para jogar vôlei, e geralmente são o principal espaço público de lazer e de socialização da juventude desses bairros. Apesar de o aluno não ter colocado desenho ou texto que evidencia sua presença nesses locais; o destaque dado a esses elementos parece mostrar que os mesmos têm um significado importante para ele.

Figura 2 - Imagens do Quadrinho “Ida À Fortaleza”.



Fonte: Trabalho de campo (2015).

Ao pensar sobre a categoria lugar a partir da história em quadrinhos produzida pelo aluno/autor João, nota-se na paisagem representada que duas categorias da geografia podem ser pensadas a partir do seu desenho, a de espaço e a de lugar. Para TUAN (2013), espaço geográfico é um movimento e lugar destaca-se como a “pausa” no movimento. Segundo esse autor, é no momento de pausa, através da experiência que se vivencia o lugar e se conhece seus significados. O lugar na HQ do João é a Fortaleza São José Macapá, porque é na fortaleza onde ocorre o momento da pausa em sua história. A fortaleza que faz parte do espaço geográfico de Macapá, torna-se um lugar para João, porque se difere dos demais espaços pelos significados que adquiri no momento de vivencia.

A Figura 3 apresenta quadros da história em quadrinhos intitulada “*Mais Educação*”, de autoria do aluno Antônio, em que aborda um programa do Governo Federal, chamado “Mais Educação”⁵ que realizado no contra turno das aulas. Nessa história a escola é fictícia, porém, percebe-se que o aluno/autor teve como referência a Escola Estadual Professor Antônio Messias Gonçalves da Silva, visto as semelhanças entre a escola da história em quadrinhos e a escola onde esse aluno estuda. São essas semelhanças à quadra de esportes, a piscina e a biblioteca em forma de livro.

O programa “Mais Educação”, programa do governo federal que acontece em parceria com estados e municípios, realiza nas escolas atividades educativas de reforço escolar a partir da utilização de atividades lúdicas e esportivas em escolas públicas. Como esse programa práticas como judô, capoeira, além de oficinas de leitura, entre outras atividades tornam mais prazerosa a ida e a permanência do aluno na escola. E quando foi pedido para esse aluno produzir uma HQ sobre os lugares dele na cidade, ele expressou a escola por meio desse programa, apresentando a escola de forma alternativa, desprovida de sua imagem tradicional, pela qual estamos acostumados a identificá-la, ou seja, carteiras dentro de quatro paredes, a sala de aula. Nesse quadrinho, ao que parece, temos uma escola que, por meio das experiências vividas durante o *Mais Educação*, se torna mais significativa e prazerosa ao estudante. Nos termos apresentados por Tuan (1979), o aluno estabelece um sentimento de topofilia, de afeto com esse espaço, e com isso o desejo de estar na escola, não só por ela ser um espaço de socialização com jovens ou adolescente, mas também pelo prazer em realizar essas atividades que são ofertadas via o Programa Mais Educação.

⁵ O Programa Mais Educação, foi criado em 2010, pelo **Decreto n° 7.083**, de 27 de Janeiro de 2010 com a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral. E reformulado pela Portaria MEC n° 1.144/2016 aonde aparece com o objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Em 2017, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Informações retiradas do site do Ministério da Educação disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acessado em 20 maio de 2017.

Figura 3 - Bairro Zerão segundo o quadrinho “mais educação”



Fonte: Trabalho de campo (2015).

A última história em quadrinhos, Figura 4, foi produzida pela aluna/autora Maria e traz alguns elementos que estiveram presentes em outras histórias em quadrinhos, contudo a abordagem é diferente. O título da História é “Fim de Jogo”, e narra, na maioria dos seus quadros, um grupo de garotos jogando futebol na rua. Aparentemente, a aluna/autora não é personagem da história, mas, no último quadro apresentado, aparece uma menina com uma fala “estou muito bonita hoje”, dando a impressão de que é uma das expectadoras das brincadeiras que ocorrem na rua.

Figura 4 - Quadrinho “Fim De Jogo”.



Fonte: Freitas (2015).

Ao observar de modo rápido o quadrinho, sem uma pretensão de procurar ligar a narrativa desenvolvida pela aluna/autora da história com sua realidade, seu cotidiano, seu espaço vivido, pode-se chegar a conclusão de que essa é uma história em quadrinhos que se insere no gênero da ficção. Todavia, como dito no caso das cidades imaginárias, elas, por mais surreais que pareçam ser, têm as cidades reais como referência. Desse modo, torna-se a lembrar de Gomes (2008), quando o mesmo diz que as imagens têm sempre um referencial real como base. Por essa razão não se deve aceitar essa primeira constatação da análise.

Nos elementos imagéticos da Figura 4 percebe-se que o cenário onde acontecem as ações da “estória” possui um terreno irregular. Quando foi questionado para a aluna qual seria o local onde estaria ocorrendo aquele jogo de futebol, a resposta foi “a rua”.

Essa resposta veio de encontro com observações feitas no bairro onde está localizada a escola, em que se pode perceber a presença de crianças e adolescentes fazendo da rua um campo de futebol, usando esse espaço destinado, a princípio, para circulação de pessoas e veículos, como um “lugar do brincar”. E, ao se analisar os elementos textuais, percebemos uma linguagem não formal no terceiro quadro, com a frase “bate aí mano”. É interessante discutirmos esse tipo de linguagem utilizada pelos alunos/autores em suas histórias em quadrinhos, visto que elas podem significar alguma particularidade de um grupo a que esse jovem pertença.

De forma que a HQ de Maria, assim como as outras, relevam a partir da paisagem representada as experiências espaciais cotidianas da aluna/autora, e nelas o campo de futebol, improvisado na rua do bairro aparece como um lugar cheio de significados. E como, já o apontado nesse texto, o lugar é a realidade a ser compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. E a experiência do sujeito se relaciona com lugar, como a capacidade de aprender a partir da própria vivência, o que significa atuar sobre o dado e criar a partir dele (TUAN, 1979).

CONSIDERAÇÕES

A partir da experiência realizada com alunos e alunas do 7º ano da Escola Estadual Antônio Messias, em que a linguagem dos quadrinhos foi utilizada como mediadora nas discussões sobre lugar e cidade no âmbito do ensino de Geografia, notou-se que foi no plano das relações cotidianas que os alunos demarcaram seus lugares na cidade. A cidade se expressa a partir da representação desses alunos em uma visão parcelar, formada a partir dos seus trajetos e experiências com o urbano macapaense. Para a maioria dos alunos que participaram da pesquisa, a cidade e seus lugares na cidade não extrapolam o limite do bairro onde moram, o que indica que a maioria deles tem a região do bairro e o bairro como espaço principal de circulação e que é nesse local que constroem suas redes de amizades, produzem territorialidade e dão significados e sentidos às suas vidas.

Os lugares, especialmente os de apego, representados pelas crianças nos desenhos e narrativas das histórias, estão quase sempre associados a espaços de diversão e brincadeira, e a rua aparece como o principal espaço em que as relações e as histórias acontecem. Chamou atenção, também, o fato de que pouco apareceram, nos desenhos das crianças, artefatos

tecnológicos, como computador, jogos eletrônicos e celulares, e outros, como parte dos cenários das brincadeiras, o que parece indicar uma relação ainda pouco intensa dessas crianças com esses artefatos.

Os lugares desses meninos e meninas da periferia aparecem associados, em sua maioria, a lugares que lhes dão prazer via o ato do brincar. E o brincar está associado a atividades que exigem dessas crianças uma condição criativa e de ocupação de um espaço que é rua. Se, por um lado, os desenhos evidenciam a importância da rua na constituição das relações e formação dessas crianças, por outro lado, ratificam o quanto são precárias as condições de lazer para juventude nos bairros periféricos de Macapá.

Notou-se, ainda, que a utilização das linguagens em quadrinhos no processo e ensino aprendizagem em Geografia, além de tornar a aula mais participativa, foi uma estratégia interessante para o melhor aprendizado dos educandos, tendo em vista que, ao construírem os quadrinhos, se fizeram sujeitos do processo de ensino, contribuindo com dados e informações a partir de suas representações sobre seus lugares na cidade. O fato é que um conhecimento produzido pelos alunos passou a ser considerado no contexto das aulas, dando mais sentido à Geografia que aprenderam.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Alexandre Rosa. Das propostas fantásticas do urbanismo até as cidades imaginárias desenhadas para revista de história em quadrinhos heavy metal; orientação de Sandra Jatahy Pesavento. – Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2008.
- CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. HQ: uma manifestação de arte. In: LUYTEN, S. (org.). **Histórias em Quadrinhos – Leitura Crítica**. 3.a. Ed, São Paulo: Paulinas, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- DEFFUNE, Glaucia. Relato de uma Experiência de História em Quadrinhos no Ensino da Geografia. Universidade Estadual de Maringá; Departamento de Geografia, Maringá – Paraná – Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 157-169, 2010.
- DJOTA, Carvalho. **A educação está no gibi**. Ilustração de Bira Dantas. Campinas: Papyrus, 2006.
- GOMES, Paulo César da Costa. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: ROSEDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008. 296 p.
- MCCLLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Trad. Helcio de Carvalho, Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Makron Books, 1995.
- RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, abril de 1979.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (Orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Netherlands: Reidel, 1979. p. 387-426.

LAGOA DOS ÍNDIOS: CONFLITOS E PERSPECTIVAS NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA EM MACAPÁ/AP

Cecília Maria Chaves Brito Bastos. Doutora em Educação (UFU), Professora Colegiado de História/UNIFAP - cc.bastos@uol.com.br

Dagunete Maria Chaves Brito. Doutora em Ciências Sociais (UFPA), Professora do Colegiado de Geografia/UNIFAP - dagnete@uol.com.br

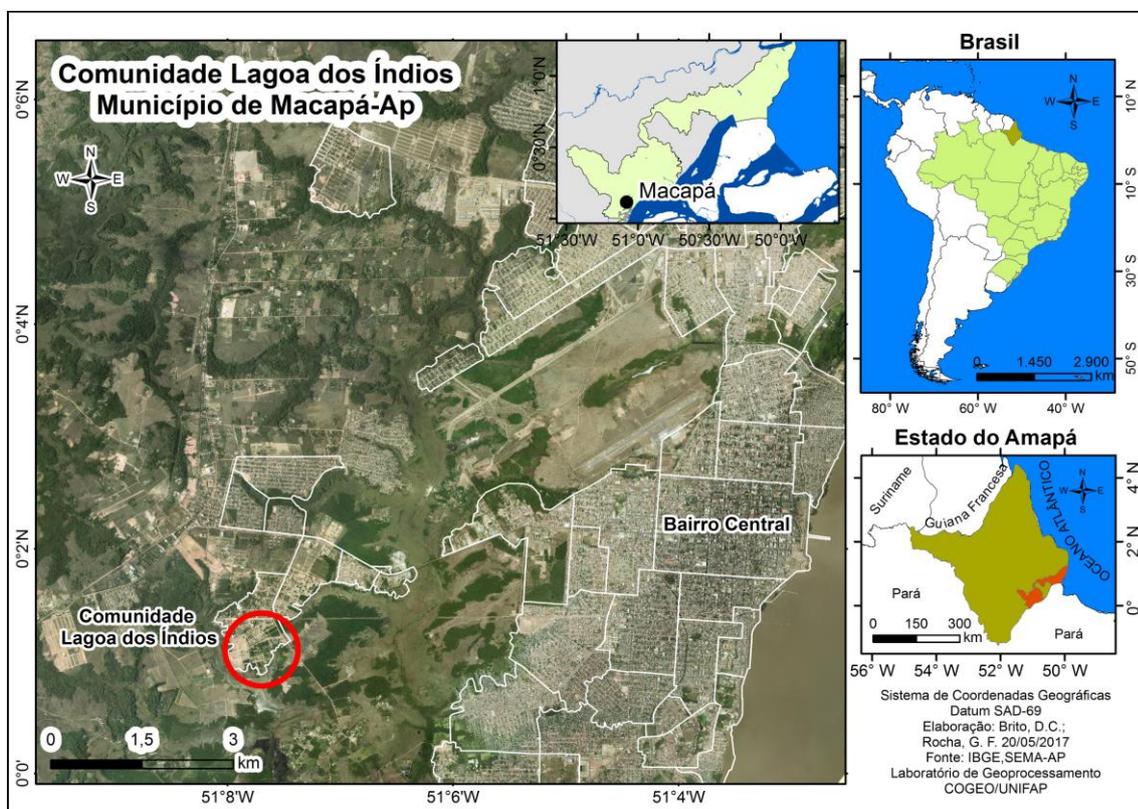
Rosana Torrinha Silva de Farias. Doutoranda em Geografia/UFG. Professora do Colegiado de Geografia/UNIFAP - rtorrinha@unifap.br

Genival Fernandes Rocha. Doutor em Geografia/UFG. Professor do Colegiado de Geografia/UNIFAP - genival.rocha@unifap.br

INTRODUÇÃO

A Lagoa dos Índios é uma das muitas áreas úmidas do município de Macapá, denominadas de Ressaca. É uma área marcada pelo crescente e desordenado processo de crescimento urbano do Estado Amapá ocorrido, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XX. Situada na bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza, a oeste do núcleo urbano, próximo ao limite com o município de Santana (Figura 1), essa área comporta uma comunidade que se considera Remanescente de Quilombos há mais de dois séculos. Os habitantes negros deste território têm convivido com uma realidade, até bem pouco tempo, desconhecido para eles, pois as mudanças na área vêm ocorrendo de maneira intensa.

Figura 1 – Área da Comunidade da Lagoa dos Índios em Macapá



Fonte: IBGE, Laboratório de Geoprocessamento COGEO/UNIFAP

Destaca-se que as áreas de Ressacas no Amapá são constituídas por canais hídricos que existem nos municípios de Macapá e Santana. O termo Ressaca é uma denominação regional para ecossistema típico das zonas costeiras. São áreas influenciadas pelo regime hídrico das marés e pela sazonalidade das chuvas. São dominadas por vegetação de buritizais e pela floresta de várzea ao logo do curso d'água. Constituem bacias naturais de acumulação hídrica para onde se destinam às drenagens pluviais e servem para controle das inundações e como corredores naturais de vento que amenizam o desconforto térmico, além influenciam no microclima das cidades (TAKIYAMA et al, 2012).

O lugar de moradia da população se destaca por ser, ainda, um local que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante na periferia do espaço urbano. Em função da conservação dos recursos naturais, de sua localização, próxima ao centro da cidade e com certa infraestrutura, como a Rodovia Duca Serra (antiga Duque de Caxias) e empreendimentos comerciais, habitacionais e educacionais. A Lagoa dos Índios representa, hoje, uma das áreas mais cobiçadas pela especulação imobiliária com a presença de empresas, conjuntos residenciais e loteamentos instalados em seu entorno.

Há neste território o enfrentamento entre a cultura tradicional e vetores da modernidade que tem implicado em danos para o meio ambiente. No território da Lagoa dos Índios uso dos recursos naturais mudou de sentido, deixou de ser somente para a sobrevivência da comunidade, para converter-se em bem de usufruto econômico privado, demarcando, cada vez mais, o processo de invisibilidade expropriadora a que foi submetida à comunidade desde o século XVIII.

A partir deste contexto a pesquisa tem como problemática principal entender quais as relações entre a comunidade e os ocupantes do entorno e a utilização dos recursos naturais?, considerando que parte da população local reivindica a efetiva proteção legal da área (A área já é legalmente protegida, de acordo com a Lei nº 12.651/2012, que estabelece as Áreas de Preservação Permanente - APP, em nível federal e como Ressaca e Patrimônio Natural, conforme a Lei estadual nº 0835, de 2004) a partir da criação de um Território Remanescente de Quilombo, pois parte da comunidade negra se autodenomina como descendentes de quilombo.

A hipótese que se destaca neste contexto é que a comunidade que habita o entorno da Lagoa dos Índios vem perdendo sua territorialidade e como consequência, os aspectos culturais correm sério risco de desaparecer em função da pressão que vem sofrendo, notadamente por conta das instalações de empreendimentos públicos e privados.

Assim, delineou-se como objetivo geral analisar as relações entre os modos de vida da comunidade, com sua (in)sustentabilidade social, econômica e ambiental e os conflitos existentes com atores que têm interesses econômicos na área. Tendo como objetivos específicos: 1) Discutir teoricamente os conflitos socioambientais e a territorialidade; 2) Realizar um percurso histórico da presença dos Moradores Negros na Ressaca Lagoa dos Índios; 3) Diagnosticar a presença dos novos agentes no Território da Comunidade Lagoa dos Índios e; 4) Avaliar a criação de um Espaço Legalmente Protegido reivindicado pela comunidade da Lagoa dos Índios.

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa teve caráter exploratório qualitativo e quantitativo. Gil (2007) explica que a Pesquisa Exploratória tem como principal finalidade proporcionar maior familiaridade do pesquisador com o problema a ser estudado. Nesta pesquisa foi considerada, também, a pesquisa descritiva, que envolve as análises quantitativas e qualitativas, pois houve, além das entrevistas com membros da comunidade, observações *in loco*, anotações e gravações de comentários emitidos pelos informantes, a fim de verificar aspectos subjetivos que os moradores da área têm em relação ao seu ambiente e a sua cultura.

Além, desta introdução e das considerações, a pesquisa está assim dividida: a primeira seção do estudo procura discutir as principais teorias e teóricos dos conflitos socioambientais e da territorialidade; no segundo momento, realizou-se um passeio pela história da presença de moradores negros na área da Lagoa dos Índios; posteriormente, procurou-se diagnosticar quais os principais agentes sociais impactam o território da comunidade da Lagoa dos Índios e, por último, faz-se uma avaliação da criação de um Território Remanescente de Comunidades Quilombolas, com o objetivo de “proteger” a comunidade da Lagoa dos Índios.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIALIDADE

Para entender o território da comunidade Lagoa dos Índios destacamos como campo de estudo os conflitos socioambientais urbanos, a partir da análise das ações e das visões de mundo dos diferentes atores presentes na área. Assim, propomos estabelecer uma breve discussão sobre conflitos socioambientais, para depois abordar os conflitos socioambientais urbanos relacionados aos distintos projetos de apropriação e uso do território onde reside a comunidade negra da Lagoa dos Índios.

No Brasil, as concepções dos autores que tratam conceitualmente do termo conflito socioambiental distinguem-se pela forma de abordar o termo, mas apresentam uma

convergência para as definições estabelecidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido como Rio 92. A abordagem dos conflitos socioambientais constitui um campo em formação e disputa com significados relevantes no plano das ações. Desta forma, as vertentes apresentadas aqui como referência, não serão consideradas como excludentes, mas complementares. Atendendo aos objetivos deste estudo, propõe-se utilizar a estrutura analítica fundamentada nos autores estudados com fins a estabelecer uma definição que comporte a análise proposta para os conflitos socioambientais urbanos na área da Lagoa dos Índios.

Little (2001) aponta como importante campo de estudo e de ação política, a abordagem dessa tipologia de conflitos, os definindo como embate entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (que envolve o meio social e natural). Essa definição focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social e identifica as novas realidades socioambientais que surgem da interação entre esses dois mundos. Ou seja, os recursos naturais são intimamente ligados aos conhecimentos e as tecnologias de um grupo social determinado.

Assim, geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contém tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Por isso é interessante situar os conflitos sobre os territórios a partir das dimensões políticas, socioeconômicas e culturais. Outra questão diz respeito à intervenção humana nos ciclos naturais nos processos de sustentação e desenvolvimento econômico que geram muitos impactos “que são nefastos para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos” (LITTLE, 2001, p. 111).

Acsehrad (2004) avança na discussão sobre conflitos envolvendo o ambiente, considerando não apenas a adaptabilidade do homem e dos distintos modos de inter-relacionamento do mundo biofísico. Para ele conflitos socioambientais são aqueles que envolvem grupos sociais que tem modos diferenciados de apropriação, uso e significação dos recursos naturais. Para este autor esses conflitos têm origem quando, pelo menos, um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçadas por impactos indesejáveis – seja no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos que passam a interagir no território.

As sociedades produzem sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. Na interface entre os dois mundos, o autor distingue para análise três tipos de práticas, como formas de apropriação do mundo material:

- 1) Práticas de apropriação técnica, onde se configuram os modos de uso e transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica;
- 2) Prática de apropriação social, pela qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Essas práticas são historicamente constituídas, configurando lógicas distributivas, as quais nutrem as próprias dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade, com seus respectivos padrões de desigualdade;
- 3) Práticas de apropriação cultural, onde, para além dos modos de apropriação propriamente produtivos movidos pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social dos indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados

Segundo Acselrad (2004) a apropriação técnica descreve o momento mais direto pelo qual os atores sociais – extrativistas animais e vegetais, produtores de resíduos físicos ou químicos – transformam o meio biofísico. Essas práticas são, antes de tudo, condicionadas pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modos culturais prevalentes. Portanto, as sociedades no processo de sua reprodução, confrontam diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais.

O uso destes recursos é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Assim, é importante explorar as possibilidades do desenvolvimento de um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material (ACSELRAD, 2004).

A questão ambiental é intrinsecamente conflitiva e o desafio colocado é de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos socioecológicos que põe, “inevitavelmente a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ACSELRAD, 2004, p. 9). Esse desafio na presente pesquisa diz respeito à complexidade da caracterização do ambiente urbano como um campo específico de construção e manifestação dos conflitos.

Considerando os pressupostos de ACSELRAD (2004), o campo dos conflitos estruturados em torno da questão urbano-ambiental se estabelece a partir da dinâmica intrincada de relações e disputas de poder que se traduzem em ações diferenciadas pelo acesso e uso dos recursos e que geram importantes limites à formulação de diretrizes da política

ambiental. Desta forma, é importante destacar as formas de produção do espaço, do território e da territorialidade pelos grupos sociais locais, como essencial para os estudos das ações e das visões de mundo dos atores presentes na área da Lagoa dos Índios.

Neste sentido, o espaço urbano da Lagoa dos Índios, constitui-se, assim, como o resultado de ações acumuladas com o decorrer do tempo, tornando-se o produto de uma construção social. O espaço social, num primeiro momento, é considerado como um produto da transformação da natureza, ou do espaço natural (rios, solos e outros aspectos geofísicos) realizada pelo trabalho social. Desta forma, são as relações sociais que produzem o espaço, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem. Por exemplo, as mínimas modificações induzidas por uma sociedade de caçadores e coletores, em épocas passadas são passíveis de serem consideradas como impactos ambientais fracos, já um ambiente construído e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea passa a ser visto como de fortíssimo impacto sobre o ambiente natural (COELHO, 2005).

Levando em conta as modificações do espaço construído, Santos e Silveira (2001, p. 22) considera “tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo [...] como os objetos técnicos ligados à produção e os insumos técnico-científicos destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares”. É neste sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.

Neste sentido, Raffestin (1993, p. 144) entende o território como sendo “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Assim, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ou como afirma Haesbaert (2004), o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um dado segmento social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento, o que demarca a territorialidade de um determinado grupo social. Essa concepção de territorialidade destaca o espaço socialmente apropriado, produzido e dotado de significados.

O espaço geográfico, assim constituído, é simultaneamente reflexo, mediação e condição social, estando, assim, impregnado de contradições e conflitos e, sobretudo, é objeto das visões de mundo dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004). Desta forma, pode-se dizer que o conceito de território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, implicando dizer que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Ou seja, a territorialidade tem um papel importante na constituição de grupos

sociais, por isso é fundamental perceber a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais. A construção do território, nesse sentido, se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente de acordo com as condutas dos grupos sociais. No processo de construção do espaço, o ambiente modifica-se e, ao mesmo tempo, é modificado. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade, o que caracteriza uma construção social na qual a natureza transformada está presente.

Assim, Little (2001), baseando-se em Sack (1986) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Por isso, a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. A territorialidade considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos.

A territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais que cada grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A territorialidade de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

A noção de territorialidade também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias. Essas variáveis estabelecem a estrutura e a intensidade das relações ecológicas do grupo e geram a categoria social dos recursos naturais.

Desta forma, Leff (2001) afirma que os processos locais de formas particulares de habitar um território foram invadidos, transformados e dominados pelos macroprocessos de modernização. Ou como afirma Santos (2002) a natureza primitiva foi sendo substituída por uma natureza inteiramente humanizada. Por isso, a história da humanidade remete à constante reconfiguração espacial e territorial que se remodela no tempo e que envolve todas as ações humanas. Isso verificado desde os complexos naturais até a imposição de novas categorias técnicas.

Considera-se, então, que a produção dos conflitos na sociedade diz respeito a um movimento simultâneo das condições sociais e ecológicas, estimulada pelos impulsos das

relações entre forças externas e internas à unidade espacial, ecológica, histórica ou socialmente determinada (COELHO, 2005). Assim, os conflitos gerados por impactos ambientais constituem processos de mudanças sociais e ecológicas causadas por “perturbações” diversas no ambiente, a exemplo das ações modernizantes vistas a partir da construção de um objeto novo, como uma estrada ou uma indústria no ambiente.

A dimensão ambiental do urbano constitui um campo em construção e disputa, com diferentes significados no plano das ações travadas no espaço e no território da comunidade analisada. Ou como afirma Little (2001) para analisar o território de qualquer grupo, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido ou reafirmado. A construção do marco teórico revelou-se num passo fundamental para a delimitação do objeto da pesquisa. Assim, de acordo com a abordagem conceitual de espaço, território e territorialidade procedeu-se a identificação das principais mudanças no espaço urbano da área da Lagoa dos Índios, nas duas últimas décadas do século XX, de maneira a contemplar as diferentes formas históricas de apropriação, ocupação e organização social do território estudado.

A PRESENÇA DOS MORADORES NEGROS NA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS

Ao rastrear a origem da presença de pessoas na Lagoa dos Índios, não é, nem poderia ser algo pronto e acabado. Dessa forma, inicia-se pela existência dos habitantes negros que ocuparam a região, provavelmente, com o término do projeto colonial português, na segunda metade do século XVIII. Todavia, tentar explicar a presença da comunidade negra há pelo menos duzentos anos no local onde hoje ela se encontra, requer traçar um percurso histórico das relações com a sociedade envolvente e perceber as forças que mobilizaram a permanência dela na região. Assim, utilizando os relatos dos moradores negros mais antigos, sobre sua presença nesse território, entretanto, são percebidos vazios de discontinuidades no conhecimento presente.

Na memória que os moradores têm de seus antepassados é difícil estabelecer uma ponte entre o local de onde vieram e como se estabeleceram no território da Lagoa dos Índios. Da mesma forma não é possível perceber quais rios atravessaram, como foram “amansados os cursos d’águas” até encontrarem refúgio; nem que relações estabeleceram com índios e brancos e, principalmente como se organizaram e a partir de que processos “adaptativos” (LITTLE, 2001). A primeira referência comum nesse movimento de recordar de onde vieram seus antepassados indica alguns poucos lugares. O mais referido e lembrado foi a Fortaleza

São José de Macapá, seguido da vinda de negros da Vila de Mazagão pelo Igarapé da Fortaleza.

A localização da área onde os negros da Lagoa dos Índios se fixaram é instituído por rios, furos, igarapés e lagos. Na memória dos habitantes, a área da Lagoa foi a alternativa inicial para orientar sua permanência no local e, ao mesmo tempo, representou para eles lugar de aprendizado dos segredos da floresta tropical de áreas úmidas e de terra firme, o que lhes permitiu progressivamente constituir-se como grupo relativamente isolado e protegido dos interesses escravagistas no período colonial. No recurso à fuga e a procura de uma existência livre como estratégia de sobrevivência, encontraram na bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza condições favoráveis para a realização de sua existência, o que explica, possivelmente, a forma como os moradores foram construindo modos de vida e de trabalho na região.

É importante destacar que os historiadores examinam a rebeldia escrava como fonte de instabilidade temporária e localizada do sistema escravista, contudo, essas manifestações pouco atingiram a ordem escravocrata fortemente coesa. No entanto, a sequência dos processos de fuga, a formação de quilombos e as ações de repressão são importantes para entender o grau de instabilidade e da negação da ordem escravista (GOMES, 1999).

As reações à escravidão, principalmente a fuga de escravos para os quilombos, tornaram-se a forma mais expressiva das contradições da sociedade escravista. Isto, conforme consta na historiografia, foi decisivo à ruptura de uma parcela dos escravos com as relações escravistas e para a construção de um mundo de liberdade, em condições de relativo isolamento, garantido por deslocamentos que os afastaram da ameaça de um novo cativo (MARIN e CASTRO, 1998). Assim, relatam os moradores que foi nesse momento estratégico que os seus antepassados descobriram e ocuparam a Lagoa dos Índios.

Essas autoras tratam o termo quilombo enquanto categoria histórica que detém um significado relevante (localizado no tempo) e constitui objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados territórios remanescentes de quilombos. A reatualização do termo ocorre, a partir da década de 1980, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de preto ou terras de quilombolas, associadas ao forte sentimento de fazer parte da história de um grupo identificado com um território. O processo de ressemantização da categoria quilombo, tanto política quanto juridicamente, contribui à afirmação étnica e mobilização política desses segmentos, particularmente, as comunidades negras rurais.

Consta, ainda, na memória dos moradores que o lugar habitado pelos negros foi inicialmente povoado por tribos indígenas que permaneceram nesse lugar por muito tempo antes da chegada da colonização nas terras do Cabo Norte. Os índios, provavelmente, alteraram o movimento lento de ocupação sob pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Até finais do século XVIII a organização do trabalho indígena e a entrada de escravos negros - mesmo que pouco regular durante o período pombalino - constituiu as bases da organização do trabalho compulsório indígena e trabalho escravo negro. Negros e índios dentro do projeto pombalino trabalharam em diversas atividades coloniais: fortificações, plantações, atividades domésticas, serviços e construções da vila de São José de Macapá (BRITO, 1998).

A organização social alternativa reunindo índios livres e aprisionados compulsoriamente e negros escravos e libertos nasce de uma visibilidade negativa por representar limite e afrontas à sociedade escravista. Marin e Castro (1998, p. 68) afirmam que “mapeados os caminhos ou trilhas da fuga e os quilombos formados na Amazônia, estes nos indicam a complexidade do mundo negro recriado em liberdade”. E acrescentam: “Os quilombos de Macapá tiveram as marcas dessa formação singular”.

Na narrativa historiográfica indica-se que os fugitivos recebiam apoio de elementos populares e índios, por isso, provavelmente, nesse grupo estariam incluídos escravos, libertos e índios. Esse sistema de relações negros/índios - em que negros avançaram sobre as terras ocupadas por índios nos mais diversos espaços da colônia - encontra-se nos relatos dos antepassados e forma um bloco de defesa e de demarcação do território negro. Um dos moradores mais antigos da comunidade relata o que ficou na memória da comunidade afirmando que “quando meus parentes chegou aqui... aí os índios foram embora e nós tomamos conta, eles não ficaram né? Mas primeiro...foi...foi assim nós tomamos conta da terra”.

Como resultado das fugas de trabalhadores escravos, remanescentes das atividades coloniais, os grupos negros das terras do Cabo Norte reagruparam-se e refugiaram-se nas matas, às margens de vários rios – Araguari, Pedreira (em direção ao norte do atual Estado amapaense), Curiaú que constitui atualmente uma Área de Proteção Ambiental denominada de Rio Curiaú (Lei estadual nº 0431/1998, sendo que parte da área foi transformada em Área de Remanescente de Quilombo em 1999, com uma área de 3.321,893194 hectares) e Igarapé da Fortaleza, este último limita os municípios de Macapá e Santana, dentre outros indicados pela historiografia do período colonial amazônico.

Os documentos do Arquivo Público do Pará confirmam a existência da fuga de escravos e as formas de organização de quilombos no Amapá, desde finais do século XVIII (GOMES, 1999). Embora, não constem, na memória do grupo negro, relatos sobre suas vidas e sobre as expedições de captura dos escravos naquela época. Todavia, nos relatos, a formação desses agrupamentos coincide com a data atribuída à chegada dos moradores negros no local e a ocupação da Lagoa dos Índios por meio de caminhos percorridos ao longo de rios e igarapés.

Atualmente, os relatos dos moradores dão conta de que a existência do grupo negro da Lagoa dos Índios ocorreu antes mesmo de 1802. Alguns relatos demonstram que antigos moradores lembravam que seus antepassados se referiam à segunda metade do século XVIII como o início da ocupação e da existência de uma carta de 1802 dando a partilha das terras para a comunidade com o nome de “São Pedro dos Bois”. Assim, os entrevistados declaram que a comunidade já existia antes mesmos dos relatos oficiais. A partir dessa partilha, outras vilas foram se formando com várias famílias que vieram para a região, como por exemplo: os Pereiras, os Silva, os Joaquim Demétrio, os Ramos da Silva, os Nascimento, os Rola, dentre muitos outros.

Percebe-se que naquela época, segundo relatos dos comunitários, a extensão da área era maior. Entretanto, no decorrer do século XX essas comunidades foram se separando, “se desfazendo”. Algumas informações disponibilizadas pelos moradores confirmam que de uma única posse denominada de Ilha Redonda, surgiu a Lagoa de Fora, o Coração e o Porto do Céu. Nestas áreas, atualmente, localizam empresas de bebidas, concessionárias de veículos, além de faculdade e conjuntos habitacionais e bairros, como o do Congós. Isto é, todas essas áreas constituíam um território remanescente de quilombo.

No memorial descritivo, a carta de posse das terras da comunidade está datada de 1918. Porém, somente em 1962 foi emitida, pela Divisão de Terras e Colonização, a Carta de Adjudicação⁶ em favor dos herdeiros de Antônio Guardiano da Silva, José Raimundo da Silva, Auta Maria da Conceição, Raimundo Cândido da Silva e Manoel Joaquim dos Santos -, dando direito à posse das terras.

Alguns moradores lembram que no momento em que a comunidade recebeu a Carta de Adjudicação, o lugar não se chamava Lagoa dos Índios e sim Fortaleza. O nome Lagoa dos Índios é devido aos antepassados indígenas que viviam na região. Percebe-se que os

⁶ Esta Carta encontra-se nos autos do processo nº 54350.000348/2004-98, Tribunal de Justiça do Amapá, no INCRA/AP, que prevê a Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas.

moradores vêm discutindo sua origem, também, a partir do significado do nome Fortaleza (que advém do nome do Igarapé em função da construção do Forte Comaú na região). Os comunitários afirmam, ainda, que quando se falava em Fortaleza ligava-se imediatamente a ideia de comunidade dos pretos.

Entretanto, com a entrada de pessoas que não fazem parte da população negra, e com a instalação de uma fábrica de goiabada, o local recebeu o nome de ramal do goiabal, o que descaracteriza a memória que a comunidade tem do seu lugar de origem, pois o povo já vem esquecendo tanto o nome Comunidade da Lagoa dos Índios como Fortaleza e chama apenas de Goiabal, inclusive os moradores mais antigos “corrigem” os moradores mais novos dizendo que a comunidade é Lagoa dos Índios e o ramal é Fortaleza.

A memória sobre a existência da comunidade no local dá conta de que quando se estabeleceram nessa vasta região, os moradores iniciaram um processo de intervenção no ambiente configurado pela construção de moradias e pelas atividades de pesca, pequenas plantações e criação de gado. Por muitos anos, a forma de vida e de trabalho caracterizado pelas ações do grupo pouco pressionou os recursos naturais da área.

Assim, presentemente, percebe-se que durante muito tempo as alterações provocadas pelos negros foram tímidas e quase não modificaram o território da Lagoa dos Índios. Existem várias suposições sobre a causa de convivência harmônica dos habitantes com os recursos naturais. Uma delas atribui essa situação às condições impostas pela sazonalidade climática e pela cobertura vegetal específica do local.

A esse respeito Ribeiro e Little (1996) chamam a atenção para o fato de que as comunidades remanescentes das fugas de escravos têm sua própria dinâmica política baseada em normas culturais, que raramente combinam com aquelas dos governos. Cada uma destas populações tem relacionamentos particulares com seus territórios e ecossistemas colocando-os diretamente dentro do setor ambiental, tanto pela reivindicação sobre recursos naturais quanto pelos sistemas do conhecimento cultural que possuem.

Relato de moradores lembram que em décadas passadas não se precisava de auxílio do Governo e o modo de vida era de subsistência. Atualmente não existem mais terras para essa finalidade, tudo foi vendido e a vida na comunidade ficou muito difícil, pois a alimentação é escassa e é difícil conseguir emprego. Lembram, ainda, que o território pertencente aos seus antepassados era de difícil acesso e constituía uma área bastante grande que acompanhava, praticamente, todo o entorno da Lagoa dos Índios. Todavia, a área explorada por eles era de uso comunal. Nesse espaço, os antigos moradores praticavam o extrativismo vegetal e animal, além da agricultura e pecuária.

Nota-se, pelos relatos que os primeiros moradores se instalaram em uma grande campina que corresponde hoje à área de vários bairros que cortam algumas ressacas em Macapá. Afirmam que os primeiros proprietários herdeiros tiveram pleno uso dos seguintes locais: Lagoa dos Índios, Lagoa de Fora (no km 09, município de Santana), comunidades do Coração, Porto do Céu, bairros do Muca, Laurindo Banha, Zerão, Loteamentos denominados de Marabaixo, Ilha Mirim e Cabralzinho, as margens da rodovia Duca Serra.

O modo de vida e de trabalho dos moradores da comunidade Lagoa dos Índios foi alterado de maneira substancial, principalmente, a partir das décadas de 1980 e 1990. A expansão urbana provocada pelo crescimento demográfico - que se deu de forma horizontal - e pelas construções de novos empreendimentos na área desarticulou a forma de vida e as atividades desenvolvidas pela comunidade.

Na comunidade, a identidade étnica foi composta pela preponderância do negro, descendente de escravos. A simplicidade extrema dos estilos de vida foi uma característica que acompanhou por muito tempo a identidade dos negros que habitam a Lagoa dos Índios. Porém, hoje, essa identidade é dependente da posição social no grupo, ou seja, proprietários de grandes terrenos ou residentes na vila.

A vila onde moram, ainda, mantém parte da área rural com suas características naturais originais. A pecuária e a agricultura, atividades econômicas, exploradas na comunidade há mais de dois séculos, desenvolveram-se praticamente sem alterar a dinâmica da paisagem natural. Assim, muitos dos discursos de grupos ambientalistas e de órgãos responsáveis pela titulação das terras da comunidade, constroem uma imagem sobre seus habitantes como exemplo de uso sustentável dos elementos naturais. Apesar desse estereótipo positivo, pouco se sabe, ainda, sobre esses conhecimentos que, devido à modernidade, se perderam ou assumiram outras formas.

O grupo negro é considerado portador dos saberes aos quais é atribuída a sustentabilidade da área em estudo, mas devido a convivência com o processo de modernização do local vem sofrendo perdas. Desta forma, para os propósitos da pesquisa, os moradores negros serão denominados “remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”. O uso deste termo refere-se à auto identificação do grupo como descendentes de negros quilombolas, que enfatiza as noções de continuidade e de tradição do grupo (O'DWYER, 2004).

A comunidade que se considera Remanescente de Quilombos até 1980 estabelecia pouca relação com a cidade de Macapá. Pois, constituía um aglomerado rural (VEIGA, 2003),

um povoado, que estabelecia somente algumas relações econômicas com a cidade, como por exemplo, a produção de farinha e leite vendidos aos moradores da cidade de Macapá.

Hoje, a comunidade não mais se define como do “interior” e a agricultura, a pecuária e o extrativismo animal e vegetal são praticados timidamente. Mas, também, não se considera integrada à cidade de Macapá. Os moradores reclamam que as administrações locais não têm conseguido oferecer serviços básicos, como transporte, comunicação e saneamento, somente para citar alguns. Além disso, não têm conseguido solucionar os problemas ambientais provocados pela urbanização rápida e desordenada do território. Esse processo tem causado perdas significativas quanto ao ambiente físico e cultural da comunidade Lagoa dos Índios.

Aspecto que foi possível perceber no decorrer das visitas à área, assim, é possível perceber que há uma fragmentação interna do espaço produzido pela comunidade, ao longo de sua existência. Os locais de moradia demonstram o processo de fragmentação, expansão urbana e uso da terra e as principais características são:

1) Casas de moradores ao longo do ramal Lagoa dos Índios - local mais próximo da rodovia Duca Serra. O ramal está, praticamente todo urbanizado, com mansões. Nesse local, os moradores negros ficam mais próximos dos conjuntos residenciais Buriti e Cabralzinho; do Instituto Penitenciário do Amapá - IAPEN e dos órgãos de apoio ao transporte - Serviço Social de Transporte – SEST e Serviço Nacional de Apoio ao Transporte - SENAT; e dos Loteamentos chamados de Marabaixo. Nesse local há um mínimo de infraestrutura, como energia, comunicação e transporte coletivo.

É interessante destacar que o acesso à área da comunidade é feito pela rodovia Duca Serra (km 9), próximo ao IAPEN. Nesse local inicia o ramal da Fortaleza ou ramal do Goiabal, como é popularmente conhecido pelos moradores. Esse ramal tem, aproximadamente, 4 km de extensão a partir da rodovia. A distância, a falta de transporte coletivo, a precariedade do ramal e as constantes chuvas, são fatores que dificultam o acesso à vila, assim, como também restringe o acesso dos moradores à rodovia.

2) A vila comunitária, local onde reside a maioria dos membros da comunidade - nesse local há o Centro de Convivência, a Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo, a Escola Estadual Lagoa dos Índios, as casas dos moradores e alguns terrenos de particulares, que servem para o lazer dos proprietários.

3) Grandes terrenos deixados por herança e titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, tanto para pessoas de fora do grupo como para moradores negros - o acesso a esses terrenos se dá pelo chamado ramal do Goiabal e por ramais secundários. Dentro desses terrenos existem pequenos igarapés que compõe a bacia hidrográfica do

Igarapé da Fortaleza. Os moradores da vila reclamam que não têm mais acesso aos igarapés, rios e demais recursos naturais, pois os proprietários desses terrenos os cercaram desde as três últimas décadas.

Considerando este aspecto, os moradores, por meio de negociações internas, definiram, junto aos órgãos responsáveis pela titulação das terras da comunidade, que para a garantia de sua sustentabilidade é necessário que seja reconhecida, demarcada e titulada um território de cerca de 700 hectares, que compreende uma vila (cerca de 17 hectares) e áreas ao longo do ramal do Goiabal (683 hectares).

Na área requisitada pela comunidade, conforme estudos do INCRA, não há sobreposição de áreas indígenas nem de unidades de conservação no território da vila e do seu entorno. Também, de acordo com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, (BRASIL, Decreto-Lei nº 9.760/1946), os limites do território pleiteado pela comunidade não estão localizados em terrenos de marinha.

Também, de acordo com as visitas *in loco*, foi possível perceber que as principais características socioeconômicas e culturais da comunidade estão relacionadas às precárias condições de vida da população, conforme descrito a seguir:

1) Habitação - o tipo de construção predominante é a casa de madeira. Contudo, existem algumas casas de alvenaria e casas mistas (madeira e alvenaria).

2) Energia - todos possuem energia elétrica, mas a carga elétrica recebida varia para cada residência porque nem todos tiveram condições financeiras para comprar os equipamentos necessários para abastecimento energético total da casa. A energia chegou à comunidade na década de 1980 pelo programa de eletrificação rural.

3) Saneamento - o saneamento dispensado à comunidade é caracterizado da seguinte forma: o esgoto das casas não tem tratamento adequado. Os banheiros e sanitários, em geral, são dentro de casa com fossa biológica no quintal. Porém, em algumas residências o sanitário é fora da casa, também com fossa biológica despejada no quintal. As providências tomadas com o lixo são as seguintes: a) o lixo é coletado, sem regularidade, pela Prefeitura Municipal de Macapá - PMM; b) acumulado em área aberta na comunidade; ou c) coletado e incinerado no mesmo local.

É importante registrar que o lixo na comunidade é fonte de poluição das águas da Lagoa dos Índios e vem servindo como foco para o desenvolvimento de vetores, transmissores de doenças como: ratos, baratas, moscas e mosquitos.

4) Água - a água para o consumo é retirada de poços amazonas, o poço é cavado manualmente com forma arredondada e a profundidade varia de acordo com a distância em

que o lençol freático se encontra, sendo a água retirada em baldes puxados por cordas e em geral, é utilizada sem tratamento adequado.

5) Saúde - no local, inexistente estabelecimento de saúde. As pessoas quando necessitam de atendimento deslocam-se ao posto de saúde do Conjunto Cabralzinho ou dos bairros mais próximos. As doenças mais frequentes são: diarreia, vômito e gripes e são tratadas, em geral, no hospital ou posto de saúde público. Observa-se que na Lagoa dos Índios há incidência de doenças tropicais, a mais frequente é a malária, isso ocorre devido às condições ambientais decorrentes da intervenção humana. Dentro desse contexto, certamente o destino dos esgotos domésticos representa o maior risco para a saúde dos moradores, devido à alta concentração de organismos patogênicos e despejo de águas residuais. O problema maior é que esses esgotos não são tratados, transportando todo tipo de poluentes na água.

6) Composição Familiar - nas casas visitadas percebeu-se que as famílias são compostas de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Em média mora de cinco a dez pessoas em cada residência, incluindo pai, mãe e filhos e, em alguns casos, parentes como genro, noras, netos e sobrinhos.

7) Subsistência - os moradores da Lagoa dos Índios, apesar de todas as dificuldades, ainda pescam, inclusive camarão e colhem açaí para sua subsistência (hábito tradicional da comunidade). A atividade de produção agrícola, realizada por poucas famílias, baseia-se na plantação de maracujá, feijão e hortaliças (produção de quintal). Contudo, observa-se que as famílias, nos últimos anos, vêm utilizando pequenos comércios e supermercado (próximo à comunidade) para aquisição de sua alimentação. Atualmente a maioria das famílias depende de programas sociais do Governo Federal e Estadual e de aposentadorias para sua sobrevivência.

8) Escola e Educação - na comunidade existe apenas uma escola, a Escola Estadual Lagoa dos Índios, que atende somente o Ensino Fundamental I e conta com 185, nos turnos da manhã e tarde. O currículo é determinado pela Secretaria Estadual de Educação - SEED. Atualmente, a direção da Escola vem solicitando a ampliação das instalações para atender o Ensino Fundamental II. Algumas crianças da comunidade estudam fora da comunidade.

9) Organização Comunitária - a comunidade remanescente de quilombo está organizada em duas em duas Associações: a Associação de Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios - AMCLI e a Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios - AMNECLI. O espaço utilizado para as reuniões da comunidade é o Centro de Convivência Lagoa dos Índios Raimundo Pereira da Silva, edificado na Vila Comunitária.

10) Festividades culturais e religiosas - é importante ressaltar que a religiosidade é um aspecto fundamental que preserva os laços de identidade e de solidariedade na comunidade. Na vila existe uma igreja católica e o calendário das atividades culturais ou religiosas realizadas na comunidade é voltado principalmente para os festejos de Santos. Os santos festejados são: São José (março); Nossa Senhora do Carmo (padroeira da comunidade festejada, julho); São Joaquim (agosto); São Jerônimo (setembro) e Santa Luzia (dezembro). Além dos rituais da Igreja Católica, a comunidade pratica a Umbanda e o Candomblé. Porém, apenas uma informante da Associação de Mulheres Negras se referiu a tal fato. Os demais membros contatados não se manifestaram a respeito da existência de cultos afro-brasileiros na comunidade.

NOVOS AGENTES NO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE LAGOA DOS ÍNDIOS

As novas dinâmicas ocorridas no território da Lagoa dos Índios, corroboradas pelo processo de urbanização da cidade de Macapá, levaram a comunidade negra a viver uma situação de conflitos e confrontos com novos agentes que vêm transformando o território da Comunidade. As informações dos documentos oficiais demonstram que a construção e pavimentação da antiga rodovia Duque de Caxias, atual Duca Serra foi um dos primeiros fatores que possibilitou a expansão urbana sobre a Lagoa, entre as décadas de 1960 e 1970.

Essa rodovia ligou a cidade de Macapá à de Santana no auge da implantação da empresa Indústria e Comércio de Mineração S/A - ICOMI, com o objetivo de possibilitar o fluxo de pessoas entre os dois núcleos urbanos. A rodovia foi construída e pavimentada durante a existência do Território Federal do Amapá com uma extensão de vinte e cinco quilômetros e serviços de demarcação topográfica, terraplanagem, cortes de valas, aterro e revestimento, manilhas para bueiros e asfalto, inclusive com a construção de uma ponte em concreto. Atualmente a rodovia está sendo duplicada pelo Governo do Estado.

Conforme dados colhidos com os moradores, a descaracterização iniciada com a abertura e pavimentação da atual rodovia Duca Serra continuou e foi se intensificando devido, principalmente a:

1) Inauguração, em 1968, do 3º Batalhão de Infantaria e Selva, atual 34º Batalhão de Infantaria e Selva, entidade vinculada ao Exército Brasileiro, O Batalhão possui apenas uma pequena área dentro da Lagoa, mas a sua presença às margens da rodovia estimulou o processo de invasão de terras em suas proximidades. Todavia, os agrupamentos humanos em torno da instituição têm provocado pressão sobre os recursos naturais da área, decorrentes, sobretudo, do lançamento de esgotos domésticos;

2) Implantação, em 1984, da antiga Colônia Penal Agropecuária e Industrial do Amapá, atualmente IAPEN. É importante destacar que o constante trânsito de funcionários públicos que trabalham na instituição carcerária contribuiu para as alterações do local;

3) Instalação de uma fábrica de goiabada, os moradores não sabem precisar a data da instalação da fábrica de goiaba, hoje desativada. Mas, provavelmente foi instalada entre as décadas de 1970 e 1980. A presença deste empreendimento é visível no nome do ramal principal que dá acesso às terras da comunidade denominado de ramal do Goiabal e;

4) Construção do supermercado Casa das Carnes, também, na década de 1980, atualmente o terreno comporta a Faculdade de Macapá e uma casa noturna denominada de Choperia da Lagoa.

Segundos relatos dos comunitários, atualmente, as atividades do IAPEN é o que causa maior dano a comunidade, pois os presos – de média e alta periculosidade -, invadem constantemente o seu território, matando o gado e destruindo a plantação, além de causar pânico às pessoas. Destaca-se que dos 357 hectares pertencentes à instituição penitenciária, parte abriga a Academia de Polícia - ACADEPOL e loteamentos habitacionais, como o Marabaixo. Em frente ao IAPEN existe a estrutura física de dois órgãos ligados ao Conselho Nacional de Transporte, o SEST e o SENAT. O terreno possui regularização fundiária.

A área construída dessas duas instituições é de 14.400 m² e é composta por: guarita, estacionamento, prédio administrativo, consultório médico, salas de aula, auditório, piscinas, quadras cobertas, restaurante e lanchonete, vestiários e banheiros, quiosques de entretenimento, campo de futebol, salão multiuso, academia e um pequeno bosque – parte do terreno não construído

Além dessas instituições, a instalação de conjuntos residenciais – alguns deles construídos antes mesmo da década de 1980 – contribui para ampliar a estrutura urbanizada ao longo da rodovia Duca Serra e no entorno da Lagoa. A exemplo dos Conjuntos Cabralzinho, Cajarí, Buriti e dos residenciais Lagoa Parque e Platoon.

Os moradores dos conjuntos residenciais apontam que o clima favorável, a beleza e a tranquilidade foram os fatores que os levaram a escolher o local para morar. Percebe-se, portanto, que a possibilidade de habitar na área da Lagoa dos Índios, compõe parte de um processo de construção do imaginário que convida os moradores ao desfrute da natureza.

Essa estrutura, conforme Corrêa (2001) caracteriza a fuga do centro urbano e a busca de novos mercados consumidores, formando núcleos elitizados em lugares não muito próximos ao centro da cidade. Isso provoca a produção desigual do espaço urbano e a busca por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. Perspectiva percebida

pela especulação imobiliária que possibilitou a construção de vários conjuntos habitacionais na área da Lagoa.

Além dos conjuntos habitacionais existem os empreendimentos comerciais: revendedora de bebidas, concessionárias de veículos, Faculdade e outros pequenos postos de serviços comerciais. Ainda, no espaço da Lagoa dos Índios observa-se a existência de bairros como o Marabaixo I, II, III e IV, que surgiram a partir de invasões por pessoas de baixa renda.

É importante frisar que, até bem pouco tempo, a região da Lagoa dos Índios era considerada “periferia” do município de Macapá, apesar de constituir uma área privilegiada pela sua beleza cênica. A respeito disso, Paviani (1996, p. 183) afirma que esses processos recentes têm apresentado periferias “nobres, no linguajar dos empreendedores imobiliários, isto é, ‘condomínios fechados’, ‘villages’ ou ‘cidades jardins’, ocupados pela classe mais abastada, com capacidade para pagar pela ‘qualidade ambiental’ em pontos distanciados do ‘core’ metropolitano” Em consonância com a argumentação de Paviani, acredita-se que o modo de apropriação e uso dos recursos naturais, relacionado ao modo de ocupação da “periferia”, afetou diretamente a ressaca e a comunidade Lagoa dos Índios.

Conforme observação em campo, além da vila pertencente à comunidade Lagoa dos Índios, atualmente o território da área da ressaca encontra-se assim caracterizado: 1) Terrenos pertencentes aos remanescentes de quilombos (deixados por herança de família com extensão variada); 2) loteamentos com extensão variada (propriedade de particulares que compraram terrenos dos próprios moradores da comunidade, desde a década de 1970, e os transformaram em “sítios de final de semana” ou “chácaras”); 3) Loteamentos de classe alta e média (conjuntos habitacionais); 4) Loteamentos típicos de periferia (bairros sem infraestrutura); 5) Núcleos comerciais e de serviços e 6) Espaços públicos.

Em 2004, o Departamento de Geoprocessamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA elaborou um zoneamento do perímetro da Lagoa, com o objetivo de verificar a distribuição espacial e relacionar as diferentes formas de uso e apropriação do local. Por meio desse zoneamento observou-se que, diferentemente de outras ressacas existentes em Macapá, as habitações que se constituíram no espaço da ressaca Lagoa dos Índios não são feitas dentro da parte alagada. Nesta ressaca, elas são estruturadas em terra firme, o que valoriza os terrenos da área dentro da perspectiva imobiliária. Os terrenos em terra firme e uma paisagem exuberante são os atrativos da especulação imobiliária para pessoas com um padrão de vida elevado, bem como a possibilidade da aquisição dos serviços públicos básicos e as atividades comerciais que mobilizam um número crescente de pessoas para o local.

Contudo, a comunidade negra não está referida no zoneamento feito pela SEMA. Essa comunidade, desde o final do século XVIII, vem sofrendo um processo denominado por Bandeira (1998) de “invisibilidade expropriadora” de suas terras. No passado o Estado não reconheceu a comunidade em decorrência de sua origem configurada pela posição de repúdio à existência de fugas e de quilombos durante o sistema escravista. No presente ela continua a ser desconsiderada como grupo que mantém uma identidade com laços de pertencimento ao local, haja vista que o Estado – pela forma como estabelece suas políticas para a área da Lagoa dos Índios - continua não legitimando suas ações como grupo organizado.

Diante dessa questão, pode-se dizer que a construção do território da Lagoa dos Índios insere-se num contexto de conflitos e confrontos, onde a dinâmica territorial submete-se às demandas do sistema capitalista, de forma inadequada e destrutiva, cujo objetivo principal é a acumulação de riquezas, a esse respeito Becker (2004) afirma que essa acumulação, na Amazônia, ocorre com a apropriação de bens naturais, sem levar em consideração o dano causado à natureza e à própria sociedade local.

Em face dessas considerações, observa-se que a construção do território da Ressaca Lagoa dos Índios vem sofrendo influência direta das formas de apropriação e uso do espaço da cidade de Macapá. Historicamente, no município são constantes processos de territorialidade (apropriação e uso do território); de desterritorialização (reapropriação do território) e; a construção de novos territórios (reação a desterritorialidade expressa sob novas formas de concepção de apropriação e de uso do território). Assim, na Lagoa dos Índios a construção do território está ligada à ideia de poder, de domínio ou de gestão de uma determinada área, que engloba as inter-relações de determinadas sociedades ou grupos sociais (HAESBAERT, 2004).

A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO LEGALMENTE PROTEGIDO

Os impactos ambientais que vêm sendo desenhados na área da Lagoa se contrapõem ao modo como a comunidade remanescente de quilombo vinha convivendo com aquele território até aproximadamente a década de 1980. A imposição de uma nova territorialidade no espaço da Ressaca Lagoa dos Índios deu-se sob a égide da especulação imobiliária, provocada pelo crescimento urbano de Macapá, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. A partir desse período o território da comunidade negra sentiu os efeitos da instalação de empreendimentos governamentais e de empresas diversas, constituição de conjuntos habitacionais e loteamentos que foram redesenhando o território da Ressaca.

Atualmente, a comunidade quilombola vivencia diversos impactos relacionados às novas dinâmicas impostas ao seu território, dentre elas a perda de legitimidade de parte significativa de suas terras, aliada à forte antropização da área, que evidenciam a perda dos recursos naturais que, até bem pouco tempo, constituíam a base de sua sobrevivência. Portanto, as novas práticas urbanas configuradas no espaço da Lagoa dos Índios vêm motivando situações conflituosas em relação ao modo de vida e de trabalho do segmento quilombola dentro do ecossistema ressaca.

Conforme Penna (2003, p. 59) esse novo espaço “necessita ser produzido, entrando para o circuito da reprodução das relações sociais, tornando a apropriação dos elementos da natureza importante para a diferenciação da qualidade dos empreendimentos imobiliários [e empresariais] e para a realização diferencial do espaço urbano”

Assim, observa-se que as novas dinâmicas sócias e ecológicas locais, que envolvem os novos agentes que trazem consigo os vetores da chamada modernidade vêm causando transposições e deslocamentos culturais e ambientais no território da comunidade. E é a partir deste contexto, para evitar maiores conflitos e assegurar sua territorialidade, que os antigos moradores da lagoa dos Índios lutam pela demarcação da área como Comunidade Remanescente de Quilombo.

Pois a atratividade da Lagoa, por sua beleza natural e estética acelerou o processo de crescimento urbano da sua área, com a presença crescente de novos moradores e, tal crescimento tem trazido problemas variados. O maior problema se refere justamente à falta de planejamento institucional para o uso do território da Ressaca, e que segundo a visão dos moradores esse planejamento será mais bem elaborado com a instituição legal da área.

Os moradores que lutam pela criação de uma área legalmente protegida tomam como base de suas reivindicações a ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial e urbano possibilitando o aumento do número de construções e atividades comerciais no território da Lagoa que, a cada dia, sofre de forma mais contundente com a pressão antrópica sobre os recursos naturais, alterando a paisagem local. Apoiadas na falta de planejamento e de políticas públicas urbanas são autorizadas construções de porte variado, sem levar em conta as atuais limitações infraestruturais, sendo o problema mais sério o de saneamento, que com o aumento do número de residências e atividades tende a saturar o ecossistema da Lagoa.

Na área é visível o descarte dos efluentes líquidos e dos detritos domésticos dentro dos corpos hídricos do ecossistema, produzidos pela presença de atividades de órgãos públicos, das entidades privadas e das habitações. Essa prática está relacionada à falta de

comando e controle pelos órgãos ambientais, mas, sobretudo, pela quase ausência de infraestrutura urbana do município que não oferece serviços de saneamento básico para a cidade e conseqüentemente para a área estudada. Porém, os moradores acreditam que a partir da instituição de uma área legalmente protegida, os problemas seriam menores, pois, segundo os moradores, a legislação obrigaria as instituições públicas a monitorar e fiscalizar com maior eficiência a área.

Com a falta de controle ambiental conjugado com a ausência de planejamento tem acentuado o processo de erosão do solo e o carreamento de sedimentos para o leito dos cursos de água da ressaca. Também, contribuem para a contaminação e degradação da área a presença de banhistas e pescadores que jogam diretamente na Lagoa, entre outras coisas, garrafas de vidro e outros resíduos sintéticos e de acordo com os moradores se área fosse protegida por meio de legislação específica, algumas dessas ações seriam controladas ou proibidas.

É importante destacar que, em geral, os solos das ressacas são hidromórficos gleisados, sedimentares de média fertilidade natural e com um alto grau de vulnerabilidade natural. Esses solos são inadequados para certos tipos de edificação, devido à baixa resistência ((TAKIYAMA et al, 2012). Para esses autores na Ressaca Lagoa dos Índios existem dois grupos de solos, que guardam estreita ligação com o ambiente natural, constituindo padrões associativos entre componentes físicos e bióticos da região. Entre esses grupos encontram-se os solos do tipo: concrecionário Laterítico (originados de sedimentos argilosos e argilo-arenosos, ocorrendo na área de cerrado e possui acidez devido ao excesso de hidrogênio) e Gley Húmicos (solo mineral que apresenta drenagem imperfeita e recebe influência do relevo por meio do escoamento superficial e sub-superficial, caracterizado pela intensa redução de ferro e formado sob condições de excesso de água).

Os impactos negativos da ressaca Lagoa dos Índios foram mensurados a partir de um diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado Amapá - IEPA em colaboração com a SEMA, em 2004. Neste diagnóstico consta que com a intensa ocupação no entorno da Lagoa e da emissão de detritos está ocorrendo um aumento significativo de matéria orgânica que facilita a formação de gases venenosos, como o metano e o enxofre, que mata os peixes e torna a água proibitiva ao consumo humano, ou seja, está ocorrendo um processo de eutrofização artificial da Lagoa (TAKIYAMA e SILVA, 2004)

Os autores do diagnóstico observaram, ainda, que há uma imensa sedimentação na Lagoa provocada pela ação antrópica, pelo aterramento e pela presença de vegetação macrófita, o que dificulta a penetração dos raios solares na água. Devido a este processo, há

quebra da estabilidade do ecossistema, ocasionando um desequilíbrio entre a produção da matéria orgânica, o consumo e a deposição de lixos de toda natureza.

Para Maciel (2001) este processo de eutrofização ocorre porque as macrófitas aquáticas e algas filamentosas flutuantes e submersas consomem muito oxigênio, sendo que o desequilíbrio traz mudança no metabolismo do ecossistema, pelo crescimento de fitoplânctons e pela diminuição da luminosidade e do oxigênio.

Assim, seja pela implosão demográfica, seja pela explosão das atividades socioeconômicas, a população da Lagoa dos Índios vem sofrendo grandes impactos e necessita organizar e planejar seu espaço, considerando as características do seu meio físico e sociocultural, por isso, reivindica a legalização de seu espaço. Oliveira e Hermann (2005) lembram que nas cidades a noção de ambiente deve ser vista de maneira mais ampla, incorporando aspectos naturais, de infraestruturas e paisagísticos, indispensáveis ao seu funcionamento enquanto *habitat* humano.

Os moradores têm vários argumentos que podem ser utilizados para assegurar a legalidade da área, um deles é o diagnóstico elaborado pelo IEPA e pela SEMA, que afirma que a pressão imobiliária exercida sobre a ressaca está causando a extinção da mata ciliar da Lagoa, previsto por lei (AMAPÁ, Lei nº 12.651/2012) e a instalação da rodovia e de diversas construções provocou a retirada desta mata e como consequência, o deslocamento da fauna, decorrente da extinção de seu *habitat*, e da redução das áreas de refúgio e alimentação das espécies; além da erosão e assoreamento da Lagoa. Ao mesmo tempo em que há a retirada da mata ciliar ocorre constantemente a deposição de entulhos e restos de material proveniente das construções e das atividades executadas no espaço da área, segundo dados do diagnóstico.

Outro problema enfrentado na área são as cavas produzidas para extração da argila para fabricação de tijolos e a disposição inadequada dos rejeitos está modificando o relevo de algumas partes da Lagoa dos Índios. A ligação da ressaca ao Igarapé da Fortaleza, atualmente tem possibilitado a sua poluição em decorrência das atividades das empresas produtoras de tijolos e telhas (olarias), atividades realizadas ao longo dos canais ligados ao Igarapé da Fortaleza que se ligam a Lagoa.

Como consequência desse impacto, os sedimentos finos (argila, silte e areia fina) são transportados para os corpos hídricos locais, ocorrendo o assoreamento da Lagoa que altera a morfologia das drenagens. O assoreamento altera também a qualidade das águas (sólidos em suspensão) e a vazão em determinada época do ano (período seco ou chuvoso), interferindo na vida das espécies da flora e da fauna aquáticas (TAKIYAMA e SILVA, 2004) e, conseqüentemente, das atividades de pesca da comunidade quilombola.

Portanto, os riscos atuais aos quais está exposta a área da Ressaca Lagoa dos Índios decorrem principalmente de conflitos em torno da ocupação do território urbano e de seu planejamento. A preocupação, contudo, não recai apenas sobre os aspectos físico e naturais, mas, também sobre os aspectos como implantação de infraestrutura funcional; organização socioeconômica e cultural; preservação do patrimônio histórico e natural; melhoria da qualidade de vida dos moradores, entre outros fatores, são aspectos que devem ser considerados pelos responsáveis pelo planejamento da cidade e pela sociedade em geral.

Em decorrência dos impactos ocorridos na Lagoa dos Índios, três tipos de agentes presentes no plano local foram observados: econômicos, sociais e político-institucionais. Para fins de análise, os agentes econômicos e os agentes sociais serão caracterizados, de acordo com Costa e Braga (2004). Para essas autoras, o agente econômico local é aquele constituído por um agrupamento de setores empresariais, com interesses comuns, cujas atividades econômicas estão condicionadas pelas ações de regulamentação e provisão de condições gerais de produção no âmbito local.

Os agentes econômicos locais são, portanto, as empresas que dependem diretamente das regulamentações feitas pelo governo, como é o caso das empresas prestadoras de serviços e de produção, das incorporadoras imobiliárias e do setor público. Inclui-se dentre esses agentes econômicos, as empresas cuja instalação ou ampliação estão sujeitas a restrições impostas pela lei de uso e ocupação do solo.

Entendendo que o agente social é aquele agrupamento de instituições ou grupo social com interesses comuns, cuja atividade de reprodução está condicionada pelas ações de bens comuns, também, no âmbito local. Assim, os agentes sociais são constituídos pelo grupo que se formou a partir das práticas sociais e da construção de uma identidade simbólica que faz referência a sentimentos de pertencimento do lugar, a um estilo de vida diferenciado daquele imposto pela lógica de mercado – o caso do grupo quilombola.

Porém, cabe acrescentar nessa caracterização os agentes político-institucionais como aqueles constituídos pelo poder público e por suas instituições que, por ação, omissão ou negligência, impõem ou desencadeiam um uso do território a partir do modo como estabelecem suas políticas, sendo considerados, portanto, também como produtores de território.

Observando-se as situações que evidenciam problemas socioambientais na área da Lagoa, uma questão importante deve ser considerada: os agentes agressores do meio ambiente urbano podem ser tanto agentes específicos – empresas prestadoras de serviço – quanto agentes difusos – conjunto de proprietários de residências, banhistas e outros usuários dos

recursos naturais. Quanto aos agentes afetados pela degradação, estes são específicos – grupo quilombola empobrecido que sofre os efeitos de forma mais imediata – ou difusos – conjunto de habitantes do local afetados pela poluição da Lagoa. Por isso, é primordial identificar a problemática da intermediação de interesses que envolvem atores plurais e difusos nessa questão, inclusive o Estado.

O processo de construção do território da Lagoa é evidenciado pelas ações do poder público, das empresas, dos empreendimentos imobiliários e da própria comunidade quilombola. Contudo, essa construção é significada na prática à medida que ações de grupos privados e do poder público exercem pressão sobre o território da ressaca e, conseqüentemente, sobre a área da comunidade quilombola. No espaço social onde se dão os embates, atores privados e instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer significar suas ações e suas respectivas visões de mundo (significado do mundo material).

Na busca de formas de apropriação do território e dos seus recursos, diversos atores enfrentam-se no terreno, medindo forças entre a imposição de novas condicionalidades econômicas e ambientais e a manutenção de atividades tradicionais, baseadas no uso comum do território quilombola. Conforme Santos (1999 *Apud* PENNA, 2003) a ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm relação com o valor que é dado ao que está ali presente.

O Estado é considerado pela literatura sobre conflitos socioambientais como aquele que tem maior peso nas ações que envolvem os interesses dos diferentes agentes em âmbito local. Enquanto produtor de espaços, o Estado é visto como um dos elementos centrais para a definição do valor de uma localidade. Contudo, conforme Penna (2003: 57) deve-se levar em consideração uma interpretação do sentido da produção social do espaço que ultrapasse “uma análise simplesmente política do papel do Estado na reprodução e na crise da cidade para compreender a produção das relações sociais a partir da sua própria ação”. Assim, em função de reverter tendências de ocupações, de gerar novas perspectivas de uso, de mobilizar áreas por meio de seu tombamento, de instalar grandes equipamentos e de criar infraestrutura, o Estado é o principal agente na valoração e na valorização dos espaços. A esse respeito Penna (2003, p. 57) afirma que

[...] mesmo os espaços ditos ‘vazios’ estão cheios de intencionalidades de uso, subordinados aos interesses de valor. Os valores de uso são criados de acordo com as possibilidades do mundo da mercadoria e são, ao mesmo tempo, também valores de troca, que estão na base do processo de fragmentação do espaço.

Considerando-se as questões descritas anteriormente, o papel do poder público nos conflitos socioambientais se define a partir da tensão entre desempenhar um papel de mediação do conflito ou definir-se como parte interessada nele (COSTA e BRAGA, 2004). No âmbito local, as instituições públicas são extremamente vulneráveis às pressões de agentes econômicos. As políticas habitacionais tendem, portanto, a abrir obras de infraestrutura urbana para novas localizações para o mercado imobiliário que sustenta a especulação, relegando os moradores a uma invisibilidade expropriadora.

Além disso, na esfera pública local ocorrem as disputas de interesses específicos existentes entre os diversos setores do poder, no que se refere aos objetivos das políticas ambientais urbanas. Essas disputas provocam conflitos entre poderes quanto às políticas ambientais, ou pela ausência delas. Há, constantemente, uma fragmentação política administrativa da questão urbano-ambiental, pois as políticas são implantadas de forma setORIZADA havendo pouco diálogo entre os diversos órgãos governamentais.

Assim, quem cuida da questão ambiental não responde pela ocupação do solo nem pelo saneamento. Já o órgão responsável pelo uso e ocupação do solo não responde pelas áreas verdes. Da mesma forma o órgão responsável pela demarcação das terras quilombolas não dialoga com os responsáveis pelas demais questões que envolvem a comunidade negra. Ademais, cabe chamar atenção para o fato de que nos níveis municipal, estadual e federal de governo, a política ambiental está desvinculada das demais políticas públicas e das políticas econômicas, pois ela não é considerada nem uma política social, nem uma política de desenvolvimento.

A contradição entre os objetivos e as diretrizes voltadas para políticas urbanas é, também, muito frequente entre as ações do executivo, legislativo e judiciário e os órgãos executores. Há casos em que o legislativo elabora e aprova uma determinada lei, mas os órgãos não se encontram preparados técnica ou financeiramente para executá-la. Outra questão que envolve o poder público é o distanciamento entre as políticas propostas e a realidade dos processos de produção do espaço urbano.

As empresas privadas, entendidas aqui, como todas as empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente na área vêm sendo alvo de críticas, no tocante às responsabilidades, no que se refere à sua presença na área da Lagoa dos Índios. Desta forma, os impactos negativos ao meio ambiente e à comunidade são comumente atribuídos a essas empresas. Interessadas nos lucros imediatos, na exploração estética do meio ambiente, em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população local e da melhoria do ambiente, as

empresas privadas aparecem no cenário como as “vilãs” presentes no território e menos como potenciais parceiros locais no desenvolvimento da área.

Os discursos dos órgãos estaduais e municipais colocam que não existem iniciativas dessas empresas para a minimização dos impactos ambientais, produzidos por resíduos sólidos e líquidos, nem se percebem trabalhos educativos junto aos clientes, nem códigos de conduta, que mostrem que as mesmas podem regulamentar seus próprios comportamentos, afastando, assim, a necessidade de intervenção governamental. Muitas críticas vêm sendo feitas à essa ausência de ações e responsabilidade das empresas. A questão está no fato de, na grande maioria das vezes, as empresas não estarem preocupadas nem com o meio ambiente – sustentáculo de seus investimentos – e nem com a socialização dos benefícios gerados por elas junto à comunidade.

As responsabilidades das empresas, enquanto atores sociais, no desenvolvimento de atividades em escala local são, em tese, muitas, mas o desafio atual está em aproximá-las do entendimento dessas responsabilidades, conforme preveem os órgãos do Estado. Na Ressaca Lagoa dos Índios os atores privados são constituídos pelas concessionárias de veículos, revendedora de bebida e faculdade.

A sociedade civil é aqui representada pela Organização Não-Governamental - ONG “Amigos em Ação” e pelas duas associações da comunidade quilombola: AMCLI e AMNECLI. As responsabilidades das ONG frente à adoção de práticas sustentáveis para a área são significativas. As estratégias e ações estão voltadas para a minimização ou para a contenção dos impactos negativos não planejados advindos das empresas, fundamentados nas bases da sustentabilidade econômica local.

A comunidade negra, importante protagonista nos conflitos socioambientais, é representada por duas associações. Enquanto ator social, não constitui um bloco monolítico de interesses, estruturando-se em grupos diferenciados e particulares. Portanto, não se trata de um único grupo de atores sociais, necessariamente, sob bases consensuais, no que toca seus anseios e desejos, frente ao destino da comunidade. As duas associações representantes dos remanescentes de quilombo existentes na Lagoa dos Índios diferenciam-se pelo Papel que vêm desempenhando junto aos moradores e pelos projetos requeridos para a comunidade.

Desse modo, a materialidade das ações dos atores presentes na Lagoa depende das relações sociais que lhes são específicas e do modo de apropriação do mundo material que lhe correspondem (ACSELRAD, 2004). Por mais que as formas técnicas descrevam o momento mais direto pelos quais os atores transformam o meio biofísico, elas são condicionadas pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modelos culturais

prevalecentes. A origem dos atores contribui para compor uma variedade de visões de mundo sobre as ações materializadas no território da Lagoa e, portanto, para definir formatos de relações a serem estabelecidas com a natureza ou com o ambiente construído.

CONSIDERAÇÕES

Um dos resultados principais dessa pesquisa foi elaboração de um balanço da situação atual da comunidade, o que permitiu avaliar, não somente as reivindicações atuais, mas também, a sua história de luta para permanecer em seu espaço. A população da área reivindica a demarcação de seu território, como área legalmente protegida, deste a década de 1990, período em que houve um aumento significativo da população urbana do Estado do Amapá proveniente da imigração (transformação do Amapá em Estado e implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana). Os principais núcleos urbanos afetados por este fenômeno foram Macapá e Santana, como a comunidade se localiza nos limites dos dois municípios foi a que sofreu maior pressão, já que o crescimento da cidade ocorreu de forma horizontal em direção Lagoa dos Índios.

Esses empreendimentos pouco têm se preocupado com os danos socioculturais e ambientais causados na área. A partir dessa realidade os conflitos, internos e externos a comunidade, passaram a ocorrer de forma intensa e com uma periodicidade maior. A permanência da comunidade em seu território é um ato de reconhecimento do regime de usufruto comum e sustentável dos recursos naturais, esta ideia contraria os padrões que vem ocorrendo com a apropriação privada instituído pelo empresariado no entorno da área. Atualmente, essas questões têm sido motivo de debate entre diversos atores: de um lado, órgãos governamentais - responsáveis pela preservação e conservação ambiental e cultural da área da comunidade negra; de outro, as organizações da sociedade civil e a própria comunidade. Essa perspectiva identifica as ações e as visões de mundo girando em torno dos elementos que constituem a disputa pela mesma base territorial dos recursos.

O problema fundiário que envolve a Ressaca Lagoa dos Índios é bastante emblemático sobre as opções que têm sido tomadas pela sociedade quanto a organização do espaço, pelo Estado (nas esferas federal, estadual e municipal), pelos órgãos responsáveis pelo planejamento urbano e ambiental, pelas ações de agentes econômicos e pela própria comunidade quilombola. Na luta em torno do território da Lagoa, cada grupo tenta impor sua visão de mundo procurando legitimar suas representações da realidade, para assim garantir a continuidade da sua forma de apropriação dos recursos. Contudo, é interessante frisar que os grupos estão armados de forma desigual e que cada um procure utilizar a seu favor os

elementos políticos e simbólicos à sua disposição, de acordo com o lugar que estão ocupando no espaço dessas relações.

A forma como as práticas produtivas são realizadas trazem pesados efeitos em termos de degradação dos recursos hídricos, do solo, das condições de saúde e dão origem a um conflito socioambiental de grandes proporções: de um lado, estão os interesses da comunidade que ocupa a área da Lagoa, há pelo menos dois séculos, e que lutam para continuarem no local, evidenciando sua sobrevivência e a relação simbólica com o território; de outro, estão os interesses em torno da produção econômica a qualquer custo, não importando o dano ambiental.

É importante notar que há necessidade de um debate mais profícuo em torno da questão que norteia a criação de uma área legalmente protegida, um território remanescente de quilombo. Além da possibilidade da criação desse instrumento de conservação socioambiental, a área já está sobre proteção legal, se considerarmos a Lei nº 12.651/2012, como APP, e a Lei Estadual nº 0835 de 2004 que dispõe sobre uso e gestão das áreas de ressacas do Estado do Amapá, o que dispensaria um novo instrumento de proteção.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AMAPÁ. **Lei nº 0431, de 15 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Publicada no Diário Oficial do Estado nº 1891, em 15.09.98.

_____. **Lei nº 0835, de 27 de maio de 2004**. Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado nº 3286, em 27.05.2004.

BANDEIRA, M. L. **Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora**. In: Congresso Internacional da Escravidão. Anais. São Paulo: s.n., 1998.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, em 06.09.1946.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, em 28.05.2012.

BRITO, C. M. C. **Índios das “Corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII**. In: MARIN, Rosa. E. *A Escrita da História Paraense*. Belém: UFPA, 1998.

COELHO, M. C. N. **Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e metodologia de pesquisa**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA, H. S. M. e BRAGA, T. M. **Entre a Conciliação e o conflito**: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 195-216.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. Atlas. São Paulo. 2007.

GOMES, F. S. **Fronteiras e Mocambos**: o protesto negro na Guiana brasileira. In: _____ (Org.). *Nas Terras do cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX*. Editora Universitária/UFPA, 1999, pp.223-318.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, P. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política**. In: BURZSTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACIEL, N. C. **Ressaca**: ecossistema úmido costeiro do Estado do Amapá. Diagnóstico Preliminar. Propostas de Recuperação, preservação e uso sustentado. 2 v. Macapá: SEMA, 2001.

MARIN, R. E. e CASTRO, E. R. **Negros do Trombetas**: guardiãs de matas e rios. 2ª ed., Belém: Cejup/Ufpa/Naea, 1998.

O'DWYER, E. **Territórios Negros na Amazônia**: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. In: WOORTMANN, Ellen (Org.). *Significados da Terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, M. A. T.; HERMANN, M. L. P. **Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis**. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PAVIANI, A. (Org.). **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PENNA, N. A. **Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições**. In: GOUVÊA, Luiz Alberto C. e PAVIANI, Aldo (Orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. e LITTLE, P. E. **Neo-liberal recipes, environmental cooks**: The transformation of Amazonian agency. *Série Antropologia*, n. 213. Brasília: Departamento de Antropologia, 1996.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, U. R. L.; JIMENEZ, E. A.; PEREIRA, R. A.; ZACARDI, D. M.; FERNANDES, E. F.; SOUTO, F. A. F.; SILVA, L. M. A.; SILVA, M. S.; SANTOS, M. A. C.; COSTA NETO, S. V.; SANTOS, V. F. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final: Macapá: IEPA, 2012.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q. (Orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP, CPAQ/Iepa e DGEO/Sema, 2004.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2003.

GEOMORFOLOGIA, PAISAGEM E ESCALA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS AO ESTUDO DE DEGRADAÇÃO DOS SOLOS

Celina Marques do Espírito Santo, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH, celinamarquesufpa@yahoo.com.br;

Antônio José Teixeira Guerra, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, antonioguer@gmail.com;

Jucilene Amorim Costa, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP/DFCH, jucilene@unifap.br.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o suporte físico das paisagens e seus processos formadores, assim como, a relação estabelecida a partir da apropriação para atender as necessidades da sociedade, são requisitos fundamentais para proporcionar a conservação dos elementos bióticos e abióticos da natureza, e o desenvolvimento sustentável.

A geomorfologia é um segmento da geografia física que estuda a gênese e evolução do modelado terrestre, com ocorrência nas mais variadas escalas, desde uma unidade morfoestrutural, como as bacias sedimentares, até um processo que em segundos resultam em uma microforma, como por exemplo, uma ravina.

Os processos que resultam na degradação dos solos são, assim, objeto de estudo da geomorfologia, pois originam novas formas e contribuem para a evolução da paisagem. Então, por reunir aspectos da geomorfologia, da paisagem e da escala, e por ter uma manifestação espacial, constituem-se como objeto de importante reflexão na geografia.

Considerando o exposto, este trabalho apresenta algumas contribuições teóricas e metodológicas para as pesquisas em degradação dos solos no contexto do estudo da paisagem e da escala na geomorfologia, no âmbito da ciência geográfica.

GEOMORFOLOGIA: CONCEITO, OBJETO DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

CONCEITO E OBJETO DE ESTUDO

A geomorfologia tem como objetivo fazer um estudo sistemático das formas de relevo – objeto de estudo da geomorfologia - na superfície da terra com base em sua gênese e evolução, determinadas pela: natureza das rochas, estruturas, clima, forças endógenas e exógenas, além do papel desempenhado pelo homem, que através de sua atuação interfere e controla os processos, criando e destruindo as formas (MARQUES, 2005). A interação entre gênese e evolução deve ser considerada, pois, onde há rochas mais resistentes, o relevo tende a ser mais preservado, pois a estrutura impõe limitações aos agentes modeladores (CHRISTOFOLLETTI, 1980).

Segundo Florenzano (2008), o relevo pode ser descrito através de algumas variáveis, são elas: a morfologia, a morfogênese, a morfodinâmica e a morfocronologia (Quadro 1).

Quadro 1: Variáveis consideradas nas pesquisas em geomorfologia.

Variáveis	Descrição	Exemplo
Morfologia	Forma e aparência	Depressões, planícies, planaltos, etc.
	Morfometria	Medidas de altura, comprimento, largura, superfície, volume, inclinação, etc.
Morfogênese	Origem	Processos endógenos: movimentos sísmicos, vulcanismo, tectonismo, etc.
		Processos exógenos: intemperismo químico, físico e biológico.
Morfodinâmica	Dinâmica das formas	Erosão, ravinamento, voçorocamento, sedimentação, etc.
Morfocronologia	Idade das formas	Tempo geológico de origem e evolução das formas.

Fonte: Modificado de Florenzano (2008).

O estudo das formas de relevo tem se constituído enquanto importante etapa para construção de diagnósticos do quadro ambiental de diversos locais. Quando é associado ao conhecimento do tipo de clima, dos solos, da cobertura vegetal, das bacias hidrográficas e do uso e apropriação, pode contribuir para identificar, analisar e interpretar a manifestação de vários fenômenos físicos. Assim criam-se subsídios para a gestão e planejamento físico-territorial. É importante lembrar o caráter interdisciplinar da geomorfologia, pois ela é também estudada por engenheiros, biólogos, geólogos e demais ciências da terra. Isso proporciona um debate mais aprofundado por meio de diálogo com outros campos do saber científico, com possibilidades de interpretação sistêmica sobre a organização dos fenômenos no espaço geográfico.

Esse raciocínio converge para o que Marques (2005) afirmou ao defender que a evolução do conhecimento sobre a geomorfologia não se limita em apenas conhecer os tipos de relevos e os processos a eles relacionados. Segundo o autor através do conhecimento geomorfológico é possível compreender a conexão entre os processos; a evolução das formas de relevo no tempo e no espaço; o seu significado perante o contexto ambiental; a busca por interferir ou controlar processos geomorfológicos; e a convivência com processos catastróficos. Sendo assim, o conhecimento sobre os tipos de relevo pode auxiliar nas formas de adaptação das pessoas perante a existência de riscos naturais e todas as variáveis a eles associadas, como as ameaças naturais, a exemplo de movimentos de massa, erosão, inundação, entre outros.

A pesquisa geomorfológica segue duas grandes linhas, uma empírica e outra experimental, a primeira tem no trabalho de campo uma importante ferramenta para observar, descrever e interpretar a paisagem. Já a experimental objetiva validar os fenômenos verificados empiricamente, seja através de experiências em laboratório e estações experimentais, seja por meio da interpretação de dados coletados em campo (ROSS, 2005).

No que diz respeito aos procedimentos, existem dois que embora sejam distintos, se complementam, a saber: a técnica e o método. Para este último, é importante o fundamento teórico conceitual já que embasará todas as reflexões desde a compilação de informações até a transformação da pesquisa em modelo (ROSS, 1992; 2005; 2011).

Em termos de técnica, a pesquisa geomorfológica pode ser experimental ou monitoramento. Segundo Ross (2005), um experimento é composto de quatro fases: fase empírica, fase de instalação de estações experimentais, fase de tratamento do material coletado em estações experimentais e fase de análise e conclusões gerais, conforme ilustra o Quadro 2.

Segundo Guerra (2005a), os experimentos independem da frequência, não sendo obrigatória a coleta de dados em tempo, específico, podendo ser, ou não, realizados em laboratório.

Quadro 2: Fases da pesquisa experimental em geomorfologia.

Fases	Especificação
Empírica	Observação, clareza do objeto de estudo, panorama do quadro ambiental e seleção da área
Instalação de estações	Instalação de equipamentos (respeito ao fator logístico e adequação ambiental)
Tratamento de material coletado	Coletas respeitando hora, dia, mês e ano
Análise e conclusões gerais	Tratamento estatístico mais análise empírica

Fonte: Modificado de Ross (2005).

Outra técnica aplicada à pesquisa geomorfológica é o monitoramento, o qual, diferente de um experimento, requer frequência e mensurações sistemáticas, sendo necessárias as coletas de dados em intervalos de tempo determinado (GUERRA, 2005a).

No que se refere ao método, segundo Ross (2005) a pesquisa geomorfológica apresenta diferentes etapas, todas apoiadas nos domínios do conhecimento teórico conceitual, da metodologia e das técnicas de apoio.

Para Libault (1971) apud Ross (2005) a pesquisa é desenvolvida a partir de 4 níveis: 1 – Nível compilatório, que corresponde primeiramente à fase de obtenção de dados fornecidos através das cartas topográficas, cartas geológicas, observação da paisagem efetuada em campo, medições em campo das declividades das vertentes, dos entalhamento dos canais de drenagem, e etc., e posteriormente à fase de seleção das informações necessárias para a pesquisa; 2 – Nível correlativo, que diz respeito a fase de aprimoramento da interpretação dos dados de mesma natureza (homogêneos); 3 – Nível semântico, que corresponde a fase de interpretação dos dados que deixam de ser apenas informações passando a ser indicadores; 4 – Nível normativo, que corresponde a fase em que o produto da pesquisa transforma-se em modelo e passa a ser aplicada.

GEOMORFOLOGIA APLICADA NA GEOGRAFIA FÍSICA

O caráter aplicado da geografia física intensificou-se nos anos de 1980, conforme indicou Gregory (1992), ao discutir sobre a natureza da geografia física considerando a trajetória deste eixo da ciência geográfica, desde o processo de sua institucionalização, a partir de meados do século XIX, até aquela década.

A emergência em discutir a questão ambiental, na tentativa de construir um ambiente sustentável de modo a garantir a segurança e a qualidade de vida para as pessoas permitiu à geografia, que tem em sua raiz esse diálogo homem x meio, fazer reflexões e estabelecer metodologias para abordar a temática. É nesse contexto que os estudos ambientais consideram todos os aspectos que formam a paisagem, entre eles a geomorfologia.

Segundo Marques (2005), a perspectiva ambiental afirma uma visão mais abrangente do profissional que trabalha com a geomorfologia, havendo ampla contribuição deste as pesquisas ambientais, posto que ao mesmo seja exigido e proporcionado uma visão global que inclua ainda a climatologia, a biogeografia e a pedologia. Ross (2011) complementa ao definir a necessidade de pensar o todo e sua manifestação na realidade a partir da relação das sociedades humanas de um território com o meio físico.

A produção científica internacional e nacional mostra a tendência aplicada da geomorfologia, seja através do uso das técnicas de análise dos fenômenos, ou do estudo de fenômenos e processos diversos, ambos podem gerar subsídios de remediação ou minimização de problemas ambientais.

Nesse sentido Guerra e Marçal (2012) apresentam várias formas de aplicação da geomorfologia, considerando sua importância para compreender os sistemas físicos, e partindo do princípio de que todas as formas de intervenção humana desenvolvem-se sobre

alguma forma de relevo ou tipo de solo. Nesse sentido, conforme o Quadro 3, existem trabalhos diversos de aplicação sob diferentes perspectivas.

Quadro 3: Aplicação da geomorfologia, com exemplos de trabalhos.

Aplicações	Autores	Objetivos	Metodologia
Exploração de recursos hídricos;	Gouveia et al. (2014)	Contribuir com o planejamento integrado dos recursos hídricos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema.	Elaboração de mapa geomorfológico.
Diagnóstico de áreas degradadas;	Rodrigues (2016)	Desenvolver um diagnóstico ambiental de áreas degradadas.	Coleta de amostras de solos deformadas e volumétricas, de área em taludes degradados e florestas e determinação de propriedades físicas e químicas dos solos.
Estudos de movimentos de massa;	Loureiro e Ferreira (2013)	Debater sobre a aplicação do Sensoriamento Remoto (SR) e Sistema de Informações Geográficas (SIG) em estudos sobre movimentos de massa no Brasil.	Uso do SR e SIG, que proporcionaram fazer relações entre as feições geomorfológicas e a ocorrência dos movimentos de massa.
Estudos de erosão dos solos;	Pereira (2015)	Fazer um diagnóstico ambiental dos solos degradados.	Construção de estação experimental para análise de fluxos superficiais de escoamento, a partir do comportamento das propriedades físicas e químicas dos solos.
Estudos de Geodiversidade	Espirito Santo, Guerra e Szlafsztein (2017)	Integrar geologia, geomorfologia e solos para identificar a geodiversidade.	Revisão de instrumentos de gestão oficiais; elaboração de cartografia geomorfológica.

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

AS CATEGORIAS DA GEOGRAFIA NOS ESTUDOS DA GEOMORFOLOGIA: PAISAGEM E ESCALA

A PAISAGEM

A ocorrência de um processo natural no espaço geográfico, independente da dimensão em que se manifeste, obedece a uma ordem física que reúne todas as condições necessárias para que se manifeste. Por exemplo, onde há processo erosivo, a chuva associada à declividade, às propriedades físico-químicas dos solos e ao uso do solo, são os fatores predominantes para que ocorra.

Essa ordem física dos fenômenos se diferencia em cada local da superfície da terra, pois cada um apresenta condições diferenciadas de clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia

e usos. Isto implica na manifestação de vários tipos de paisagens, que surgem da integração entre todos os elementos considerados.

Segundo Ab'Saber (1969), a paisagem resulta de uma relação entre processos pretéritos e atuais, que foram e são, respectivamente, os responsáveis pela compartimentação regional da superfície e por sua dinâmica atual.

Na definição de Bertrand,

A paisagem não é simples adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução (BERTRAND, 1971).

Para o autor, trata-se de uma paisagem formada pela relação dos elementos naturais e da influência das ações humanas. É importante considerar que o funcionamento das relações sociais não é compreendido a partir da lógica de interação entre os elementos formadores da paisagem física, mas as interferências feitas no meio resultam em desequilíbrios no sistema natural, sendo, portanto, integrados à dinâmica.

Uma questão importante também é que, segundo Bertrand (op. cit.), estudar a paisagem implica necessariamente em considerar a escala de ocorrência do fenômeno representado na mesma, posto que, tais ocorrem dentro de um contexto espacial.

Delpoux (1974) definiu a paisagem como uma unidade espacial correspondente a associação entre as formas de relevo e usos correspondentes. Logo, qualquer parte da superfície terrestre constitui uma paisagem, que possui: 1 - Suporte: ligado às características geológicas, climáticas e antrópicas; 2 - Cobertura: materializada pelas influências dos fatores climáticos, pedológicos, biológicos, e entre eles, do parâmetro antrópico; e 3 - Forma e Cobertura, com variação temporal e espacial.

A unidade elementar de uma paisagem deve conservar o critério da homogeneidade (esta pode ter grandes extensões dependendo do aspecto homogêneo do suporte ou de sua cobertura) (DELPOUX, 1974). O autor define ainda que espaço revela uma estrutura horizontal complexa como a soma de unidades elementares dotadas de uma estrutura vertical pautada no suporte e na cobertura. Assim, espaço, paisagem, unidade elementar de paisagem são os três níveis importantes no estudo e na descrição do meio.

A paisagem reflete, então, a interação entre todos os elementos do meio físico mais a ação humana. Trata-se, então, de uma representação do espaço, mas que, conforme afirmou Vitte (2007), não se configura apenas pela intencionalidade humana, e sim também, pela

conformidade entre os vários elementos que a compõem, mesmo quando a ação do homem não existe.

Então, considerar a paisagem na geomorfologia, inserida em uma perspectiva, por exemplo, das análises de erosão e degradação dos solos, envolve a busca pela compreensão de que a formação e transformação dos solos resultam da interação de vários processos numa dimensão espacial e temporal, conforme ressaltou Jorge e Guerra (2012). E que essas interações, em curto prazo de tempo, geram feições percebidas na forma como a paisagem se apresenta.

A ESCALA GEOGRÁFICA

Para a compreensão de processos erosivos e degradação dos solos será necessário, conforme já destacado, compreender a paisagem dentro de uma perspectiva sistêmica, mas conforme Bertrand (1971), estudar a paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método, que significa procurar interpretar a paisagem global tal como ela se apresenta e de acordo com a escala geográfica em que se encontra.

A escala geográfica é uma medida que define a dimensão do espaço geográfico que um processo ou fenômeno ocupa em sua manifestação. Segundo Castro (2000), é o que confere visibilidade a um fenômeno e por isso deve ser tratada, também, como um problema metodológico dentro de uma perspectiva espacial. Isto implica em dizer que os processos espaciais se manifestam em dimensões variadas, o que sugere o uso de escalas apropriadas para sua interpretação.

Para Guerra e Marçal (2012), a partir da necessidade de estabelecer a dimensão de uma área a ser investigada levou a definição de sistemas de classificação em unidades, o que representa a atribuição escalar ao conceito de paisagem.

Na pesquisa geomorfológica serão aqui destacados dois autores que trabalharam dentro de uma perspectiva da escala no tratamento metodológico das pesquisas geomorfológicas, são eles:

- Ab'Saber (1969), que estabeleceu as bases geomorfológicas para servirem de diretrizes para o estudo do quaternário do território intertropical brasileiro, e assim definiu três níveis de tratamento: 1 - **Compartimentação topográfica regional** com a caracterização e descrição das formas de relevo; 2 - **Análise da estrutura superficial das paisagens**, com as observações geológicas dos depósitos, geomorfológicos das feições antigas e recentes do relevo; e 3 - **A compreensão da fisiologia da paisagem**, com a observação da

funcionalidade atual e global dos processos morfoclimáticos e pedogenéticos, o entendimento da sucessão habitual do tempo e as ações antrópicas predatórias.

- Ross (1992, 2005), que a partir dos princípios teóricos dos processos endógenos e exógenos como geradores das formas grandes médias e pequenas, propôs a taxonomia do relevo, cuja origem está nas formulações de Walter Penck que em 1953 definiu as formas de relevo como resultado de forças endógenas e exógenas, oriundas do interior da terra e da ação climática, respectivamente. Assim definiu seis ordens taxonômicas, a partir do exemplo da bacia sedimentar do Paraná (unidade morfoestrutural), na qual várias unidades morfoesculturais estão inseridas. Então, o **primeiro taxon** é a unidade morfoestrutural, como por exemplo, uma bacia sedimentar; o **segundo taxon** são as unidades morfoesculturais decorrentes do clima ao longo do tempo geológico, como por exemplo, as depressões periféricas, depressões monoclinais, planaltos em patamares intermediários, entre outros; o **terceiro taxon** foi definido a partir de padrões de formas semelhantes, e trata-se do conjunto de formas menores de relevo onde a influência dos processos morfoclimáticos atuais são mais percebidos. Alguns fatores que perceptivelmente distingue essa ordem taxonômica podem ser a rugosidade topográfica ou índice de dissecação do relevo e o formato dos topos, vertentes e vales; o **quarto taxon** se trata das formas individualizadas que estão dentro de cada unidade de padrão de formas semelhantes, a exemplo das planícies fluviais, terraços fluviais ou marinhos, planícies marinhas, planícies lacustres, entre outros, ou também as formas de denudação, resultantes do desgaste erosivo, como colinas, morros e cristas; o **quinto taxon** trata-se das vertentes, ou parte delas, inseridas nas formas individualizadas; e o **sexto taxon** são as formas menores produzidas pelos processos erosivos ou depósitos atuais, como por exemplo, as voçorocas, as ravinas, as cicatrizes de deslizamentos, bancos de sedimentação atual, assoreamentos, além das formas antrópicas como cortes, aterros, etc. (ROSS, 1992).

Existe uma preocupação metodológica com o emprego da categoria escala na prática da pesquisa geográfica de modo geral, há uma discussão teórica, inclusive na tentativa de definir conceitualmente, assim como, a ordem espacial de manifestação dos vários fenômenos que a geografia enquanto ciência que estuda o espaço pode investigar. Por outro lado, alguns geógrafos propõem metodologias de pesquisa considerando essa ordem e diferentes escalas de ocorrência dos processos, como pôde ser observado em Ross (1992; 2005).

A DEGRADAÇÃO DOS SOLOS

A reflexão sobre temática da degradação dos solos é de grande relevância diante as questões socioambientais da atualidade, onde a ocorrência de diversas formas de desgaste dos

solos - resultado das formas de uso e apropriação - consta entre as principais causas de degradação ambiental em muitos países tropicais. Investigar suas causas, compreender seu funcionamento, relacionar os diversos fatores que ocasionam, e associar ao que ocorre em outros locais, pode ser de grande relevância para a ciência geográfica e para a sociedade de modo geral. Logo, esse reconhecimento, visando formas sustentáveis de apropriação, pode contribuir para minimizar os danos ocasionados pelo uso inadequado do solo enquanto recurso e assentamento da sociedade.

Segundo Lepsch (2010), a degradação dos solos tem estreita relação com as atividades humanas, essas nem sempre são desenvolvidas de forma sustentável, pois implicaria nas práticas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais, o que não ocorre. Esse autor ressalta o papel de algumas conferências internacionais em abordar a questão ambiental e necessidade de sua proteção difundida nos meios científicos, programas governamentais e na vida da sociedade em geral. Então, segundo o mesmo, na “Eco 92”, a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, um grupo de cientistas se preocupou em defender a importância das práticas conservacionistas, visto que a demanda cada vez mais crescente pela apropriação dos recursos, configurou uma certa escassez de novas fronteiras para a exploração agrícola. Da mesma forma, em 2002 na Rio + 10, realizada em Johannesburgo na África do Sul, o foco foi tratar sobre a pobreza e a conservação da natureza, posto que existe forte relação entre o baixo nível de conhecimento e a agressão ao ambiente. Em outras palavras, os riscos de degradação tornam-se mais evidentes quanto maior for a vulnerabilidade.

A degradação dos solos está diretamente relacionada com a retirada da cobertura vegetal e as formas inadequadas de manejo do solo (LEPSCH, 2010). Consequentemente, segundo Fullen e Catt (2004) apud Guerra e Jorge (2012); Araújo, Almeida e Guerra, (2009), há a possibilidade de tais práticas serem seguidas por várias formas de ocupação desordenada, como, por exemplo, corte de taludes para construção de casas, abertura de rodovias e ferrovias, desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a agricultura, mineração, o crescimento desordenado das cidades, etc. A consequência é a degradação dos solos, sendo muitas vezes, difícil, ou quase impossível a sua recuperação” (JORGE e GUERRA, 2012).

As formas de uso que desconsideram as características físicas do solo podem ocasionar diversos problemas como:

– Lixiviação – é o processo que ocorre em áreas úmidas, sob regime de grande quantidade de chuvas que acarreta a lavagem progressiva dos cátions adsorvidos dos colóides do solo. Os principais problemas ocasionados pela lixiviação estão relacionados com a perda

de fertilidade dos solos, que podem ser corrigidos através de práticas conservacionistas com controle de queimadas, adubações e rotação de culturas, proporcionando uma adequada disponibilidade de nutrientes (LEPSCH, 2010).

– Salinização – é o processo que ocorre em regiões de clima árido e semiárido, em decorrência da intensa evaporação que ocasiona o excedente da quantidade de cátions que se combinam e precipitam no solo. Os principais problemas relacionados à salinização são: a redução do crescimento das plantas e possibilidade de elevação do lençol freático, que podem ser contornados com a instalação de um sistema de drenagem que retire o excesso de água acumulada nas partes mais baixas do terreno (LEPSCH, op. cit.).

– Desertificação – é o processo que ocorre em regiões áridas e semiáridas caracterizado pela formação de áreas desertificadas em função do inadequado uso do solo e da vegetação que são removidos por conta da erosão. Seus maiores impactos estão associados e redução da biodiversidade e da capacidade dos solos de serem usados para a agricultura, e podem ser minimizados com práticas vegetativas que visem o controle da erosão através do revestimento florestal (LEPSCH, op. cit.).

É importante ressaltar que alguns autores associam a desertificação também a fenômenos climáticos de larga escala que a cada longo período do tempo geológico propicia a transformação de determinadas áreas em desertos, como Guerra e Guerra (2003), que ao citarem estudos de Suertegaray (1987), mencionam o termo arenização, utilizado para caracterizar o processo de formação de areais no sudoeste do Rio Grande do Sul. Segundo esses estudos, a arenização resulta do retrabalhamento de depósitos areníticos ou arenosos que favorecem a mobilidade dos sedimentos em detrimento da fixação da vegetação, formando assim os desertos.

– Poluição – é o processo de contaminação do solo por substâncias químicas, como fertilizantes utilizados na agricultura, e rejeito de produtos industriais ou residenciais que através do destino final (esgotos, lixões e/ou aterros sanitários), podem alcançar o lençol freático. O principal impacto da poluição dos solos está diretamente associado à saúde das pessoas, que podem contrair doenças e ser levadas a morte. Uma forma de reduzir a poluição está no uso controlado de fertilizantes, nutrientes, e mesmo nos resíduos tratados provenientes dos efluentes lançados em esgotos nas áreas urbanas das cidades (LEPSCH op cit.).

- Movimentos de massa – são processos que dependem de vários condicionantes naturais e de ocupação, tais quais: a chuva, encostas desprotegidas da vegetação, contato solo-rocha abruptas, descontinuidades litológicas e pedológicas e declividade das encostas, assim como a ocupação de áreas sem conformidade com uma legislação e em sintonia com as

limitações físicas do local (GONÇALVES e GUERRA, 2005). É importante considerar que a instabilidade do terreno depende de uma umidade antecedente, o que implica em afirmar que os movimentos de massa são controlados pela distribuição da precipitação, conforme observou Desir e Marín (2013), em estudo sobre as várias formas de degradação do solo e o papel desempenhado na morfogênese em curto prazo.

– Erosão - é compreendida a partir da concepção de onde, porque, como e a que taxas ela ocorre (BOARDMAN, 2005; GUERRA, 2005a). Trata-se de um processo físico que envolve a remoção, através do desprendimento das partículas do solo, e o transporte desses sedimentos, ocorrendo a deposição dos mesmos quando não há energia suficiente para que o transporte continue (GUERRA, 2002; 2003; 2005a). Trata-se de um fenômeno natural que se desenvolve em paisagens que possuam declividade geralmente superior a 3° (JORGE e GUERRA, 2012).

O principal agente deste processo é a água das chuvas, cujo impacto no solo promove o *splash*, ou erosão por salpicamento, constituindo a primeira fase do processo erosivo, momento em que as partículas que compõem o solo são desagregadas para serem transportadas através do escoamento superficial (GUERRA, 2005a; LEPSCH, 2010).

A erosão é um fenômeno que se desenvolve de forma mais séria nos países com regimes de chuvas tropicais, onde os valores pluviométricos são mais elevados em comparação com outras zonas do planeta (GUERRA, 2011). A respeito disso, Boardman (2006) destacou que a intensidade dos eventos de precipitação e escoamento superficial é responsável por alta proporção de erosão, e fundamentou sua afirmação nos seguintes autores: Harrold e Edwards (1972), para os quais a precipitação de 125 mm em 7h levou a produção de 51t de sedimentos em uma área de cultivo convencional de milho com 0,4 ha; Boardman (1998), que registrou a erosão generalizada em uma área superior a 200m³/ha, sob precipitação de 65 mm em 12h; Edwards e Owens (1991), para os quais em um intervalo de 28 anos as chuvas foram responsáveis por 66% da erosão; Larson, Lindstrom e Schumacher (1997) que identificaram e associaram a precipitação de 230 milímetros por semana a erosão de até 330 t/ha; Takken et al. (1999) que mensurou a erosão de 11.259t com 75mm em 24h; e Boardman (2001) que associou em estudos a erosão e inundação com chuvas de 100mm/dia.

Sobre a ocorrência da erosão dos solos em países em desenvolvimento, segundo Sfeir-Younis (1986) apud Boardman (2006), a taxa média de perda de solo para a Ásia é de 138t/ha/ano; Barbier (1990), considerou que em Java a extensão da terra erodida aumenta severamente em 1-2% ao ano; para Barrow (1991), a erosão dos solos na Ásia, África e América do Sul tem uma média de 30-40 t/ ha/ano. Entre outros exemplos, o autor analisa de

forma crítica as metodologias utilizadas para obtenção de dados sobre erosão, pois generalizam os estudos realizados em pequena escala geográfica, havendo assim, imprecisão nos dados produzidos e divulgados.

No entanto, Boardman (2006) advertiu para o fato de que há uma tendência de generalização dos resultados de pesquisas em erosão e degradação dos solos a nível mundial, o que reflete uma inadequação dos dados. No entanto, se por um lado há o problema das generalizações com a negligência da escala, em contrapartida para se chegar a estudos mais precisos, é necessário que essa relação de sensibilização com relação à erosão comece de uma realidade mais ampla.

FATORES CONTROLADORES DA EROSÃO DOS SOLOS

Segundo Guerra (2005b), os fatores controladores são aqueles que determinam as variações nas taxas de erosão. Para compreender essa dinâmica física os fatores fundamentais são: a erosividade da chuva, que reflete a sua capacidade de causar erosão, algumas pesquisas a definem como um dos mais importantes agentes do processo erosivo MORGAN (1986) apud GUERRA, (op. cit); SILVA et al. (2009); MARTINS et al. (2010), no entanto, trata-se de um parâmetro que sozinho é insuficiente para prever a erosão dos solos, suas propriedades, e determinantes (GUERRA, op. cit.).

Suas variáveis são: textura, densidade aparente, porosidade, teor de matéria orgânica, teor e estabilidade dos agregados e o pH do solo; a cobertura vegetal que funciona como uma defesa natural dos solos ao impacto da água da chuva, através da redução da remoção de sedimentos, do escoamento superficial e, assim da perda de solo (GUERRA, 2005b), logo, manter a vegetação original de uma área é uma prática de manejo; e as características das encostas que dependendo da declividade afetam as atividades humanas, no campo da agricultura, da construção civil, da organização das cidades, construção de hidrelétricas, atividades de mineração, etc. Uma apropriação inadequada que desconsidere os limites naturais para ocupação, precedida do planejamento a partir das características inerentes ao espaço em questão, pode acarretar consequências negativas à sociedade.

Estudos Atuais Sobre a Degradação dos Solos

A preocupação com a preservação ambiental e a emergência de ações voltadas para garantir o bem-estar das pessoas e um ambiente natural equilibrado, tem levado a vários

estudos voltados ao diagnóstico da degradação dos solos no mundo inteiro, assim como, com propostas de práticas de prevenção.

No Brasil, existem muitos estudos de referência, com perspectivas diversas, que servem como subsídio às ações preventivas à erosão e degradação dos solos, logo à gestão e manejo ambiental.

Estudos sobre a degradação dos solos em áreas florestadas foram desenvolvidos por Oliveira et al. (2010), que avaliaram as perdas de solo por erosão laminar em estradas construídas em florestas e sem pavimentação no sistema encosta-talude, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Através da multiplicação entre a profundidade média do leito pela largura média e o comprimento de cada uma das 12 sessões escolhidas, o trabalho mencionado argumentou que as perdas de solo nas estradas devido à erosão laminar sofrem influências significativas da declividade (acima de 12%), assim como da fragilidade das características inerentes a estrutura dos solos. Igualmente às outras formas de desgaste a principal ação para mitigar o problema está no uso e manejo adequado às possibilidades e limites que o suporte físico da paisagem apresenta.

Sobre a degradação dos solos e as voçorocas, Ferreira et al. (2011), desenvolveram estudos de avaliação da influência antrópica e dos atributos do solo no desenvolvimento de voçorocas, em Nazareno, estado de Minas gerais. Onde a partir de métodos de análises físicas (textura e estabilidade de agregados), e análises químicas (pH em água e teor de carbono orgânico), atribuíram a atividade mineradora e à construção de estradas sem planejamento, aliadas a fragilidade dos tipos de solo e à ausência de projetos de recuperação a suscetibilidade ao voçorocamento; Estudo similar pode ser encontrado em Gomide, Silva e Soares (2011), através de avaliação feita sobre os atributos físicos, químicos e biológicos do solo em diferentes áreas de voçorocas, e sua relação com a cobertura vegetal. Os métodos utilizados foram: as análises físicas (granulometria, densidade do solo, volume total de poros, macro e microporosidade, e diâmetro médio geométrico); análises químicas (acidez do solo, etc.), e análises biológicas (carbono da biomassa microbiana, respiração microbiana do solo, densidade de fungos, etc.), e ao final todos os atributos mostraram estágio avançado de degradação, com decréscimo da fertilidade do solo em áreas de voçorocas principalmente onde inexistente vegetação. Ambos os autores contribuíram para analisar o comportamento dos atributos do solo perante uma forma de desgaste, a voçoroca, e obtiveram a partir de metodologias semelhantes resultados que permitiram fazer relações da influência da ação humana, assim como, da vegetação para o maior ou menor nível de degradação do solo.

Alguns trabalhos sobre as relações entre as características físicas, químicas e morfológicas e mineralógicas do solo e a suscetibilidade aos processos erosivos podem ser encontrados em: Silva et al. (2009), que chegaram aos resultados de que numa áreas de Cambissolo Háptico Tb distrófico típico, com maior permeabilidade e pequena coesão entre agregados, os valores de erosividade eram altos; e Martins et al. (2010), que identificaram solos com mineralogia caulínica e baixos teores de óxidos de ferro, o que contribui para a alta coesão com alta força de atração o que proporciona maior estabilidade de agregados, logo, com baixa erosividade.

Sobre os tipos de uso e cobertura do solo, Silva, Bezerra e Guerra (2012), desenvolveram um estudo que relacionou a mudança de uso e cobertura do solo com o aparecimento de feições erosivas e sua espacialização na sub-bacia hidrográfica do Rio São Pedro-RJ, através do sensoriamento remoto. Bezerra, Guerra e Rodrigues (2012a), relacionaram o potencial matricial e a cobertura vegetal em uma estação experimental, Uberlândia-MG, através da construção de parcelas de monitoramento de erosão.

Análises sobre a degradação dos solos causada pelo desenvolvimento de atividade pecuária também foram feitas, como em Silva et al. (2012), em estudo realizado na bacia hidrográfica do Rio Sana, Macaé-RJ. A pecuária é uma atividade econômica bastante impactante no solo por conta do desmatamento e da compactação causada pelo pisoteio, e trabalhos com esta perspectiva, como o citado, são desenvolvidos para subsidiar o melhor planejamento de áreas que podem ser utilizadas para as atividades mencionadas.

Em nível internacional, muitos trabalhos têm sido desenvolvidos em diversos países do mundo e publicados em revistas científicas, visando analisar as diversas formas de degradação dos solos.

Cabe aqui destacar alguns destes trabalhos que enfocam a erosão dos solos, principal forma de desgaste que será investigada na tese a ser construída com base na presente discussão.

Bellin et al. (2011) que estudaram os controles naturais e antrópicos na distribuição da erosão dos solos e identificaram os fatores que controlam as taxas de erosão, tais como topografia, uso do solo, propriedades do solo e clima; Zhang et al. (2013) que construíram um diagnóstico da situação ambiental/ecológica da região montanhosa de Tongbai-Dabie / China, levando em consideração as influências da precipitação, solo, topografia e vegetação e a diversificação das atividades produtivas para classificar diferentes níveis de sensibilidade e intensidade de erosão dos solos; Alkharabsheh et al. (2013) analisaram a degradação dos solos a partir das várias mudanças na cobertura da terra e indicaram que estas afetam

significativamente a taxa de erosão; Shrestha, Suriyaprasit e Prachansri (2014) avaliaram a erosão dos solos a partir de dados sobre uso dos solos e topografia do terreno em uma área montanhosa da Tailândia, onde a partir da compreensão sobre a importância de fazer um estudo de caso, chegaram a conclusão que a prática de queimadas para o desenvolvimento da agricultura é o principal fator que ocasiona escoamento superficial, e conseqüentemente a erosão; Similar ao estudo anterior, Sun et al. (2014) mapearam as taxas de perda de solo por erosão hídrica no planalto de Loess, na China, e fizeram a avaliação através das influências do uso da terra e da declividade e chegaram a conclusão de que práticas de reflorestamento tiveram importante contribuições da redução efetiva da suscetibilidade de erosão.

As contribuições da grande quantidade de pesquisas desenvolvidas e divulgadas em todo o mundo sobre a degradação dos solos, que é muito vasta - embora o presente trabalho tenha limites -, são de grande significado, tanto para as ciências e cientistas/pesquisadores que se empenham na execução de tais, quanto para a aplicação desses conhecimentos para: 1 – proporcionar o uso e apropriação compatíveis com as características físicas do meio; 2 - minimizar o impacto negativo do uso e apropriação incorretos dos solos; e 3 – recuperar áreas já degradadas, que por alguma razão foram apropriadas desconsiderando os dois primeiros itens.

Nesse sentido, alguns trabalhos foram elaborados voltados para a construção e aplicação de inúmeras formas de recuperação de áreas degradadas, e que também podem ter o caráter preventivo. Como, por exemplo, Bezerra, Guerra e Rodrigues (2012 a e b); Chaves, Andrade e Portocarrero (2012); e Jakab et al. (2012), que discutem o uso de técnicas de recuperação de áreas degradadas, com uso de plantas e técnicas de bioengenharia, assim como de manutenção das áreas que já estão sendo recuperadas.

É importante mencionar também alguns trabalhos que foram desenvolvidos metodologicamente e conceitualmente de forma diferente, pois identificam apenas os processos físicos, mesmo que as diferentes formas de intervenção contribuem para a degradação dos solos. Ou então, estudam os fatores isoladamente, o que desconsidera a relação sistêmica que há entre os mesmos. Por exemplo, Marques et al. (1997) que trabalham com a construção de modelos para prever a erosão dos solos, onde correlacionam-se apenas aspectos referentes as características físicas e componentes químicos do solo, não havendo relação alguma com as formas de uso recorrentes.

Trabalhos com essa natureza são importantes para criar um diagnóstico da situação real dos solos e do nível de degradação ou susceptibilidade devido suas características físicas.

No entanto, não se pode desconsiderar que existe uma relação com os diversos usos que a sociedade faz de espaços com características de solos variadas.

CONSIDERAÇÕES

Ao término do presente trabalho, são importantes algumas considerações:

1 – Trata-se de um trabalho, parte de uma discussão teórica de uma Tese de Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que busca contribuir com os métodos de quantificação do potencial da geodiversidade como forma de promover a geoconservação do patrimônio geomorfológico, em um trecho no médio curso do rio Araguari, no estado do Amapá;

2 – Aliado a discussão teórica, considera-se de grande importância o conhecimento e compreensão da geomorfologia aplicada, já desde fins da década de 1980, busca-se dentro da ciência geográfica, refletir sobre a teoria e a prática;

3 - Os processos geomorfológicos são diversos, e ocorrem em espaços e tempos diferenciados, cujas intensidades proporcionam significativas mudanças na paisagem. Esta diferença exige a correta compreensão sobre a manifestação dos processos, para assim fazer um emprego de metodologias e análises compatíveis com a real forma como os fenômenos se manifestam. Por isso a importância de refletir sobre tais aspectos da geomorfologia diante a natureza da pesquisa da Tese citada no item 1;

4 – Por fim, buscou-se contribuir, inclusive com a prática de ensino em geografia física, já que é recorrente a associação desta parte da geografia ao bacharelado, apenas. Logo, considerando a importância para o ensino, buscou-se contribuir com o fato de que: I - a geomorfologia ocorre de forma integrada a geologia, clima, solos e hidrografia, resultando, assim, na existência de diversas paisagens; II - se manifesta em variadas escalas de análise, e III - tem o fator “homem” como um importante agente que se apropria e modifica o suporte físico, o que pode ser o princípio para uma melhor compreensão da sua função na geografia.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A. **Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário.** Geomorfologia. n. 18, IGEOG-USP, 1969.

ALKHARABSHEH, M.; ALEXANDRIDIS, T.; BILAS, G.; MISOPOLINOS, N.; SILLEOS, N. **Impact of land cover change on soil erosion hazard in northern Jordan using remote sensing and GIS.** Procedia Environmental. Sciences 19, 2013. p.912 – 921.

ARAÚJO, G.; ALMEIDA, J.; GUERRA, A. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas.** Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 4ª edição, 2009. 320p.

- BARBIER, E. **The farm level economics of soil conservation: the uplands of Java.** Land Economics, 66, 1990. p. 199-212.
- BARROW, C. **Land degradation.** Cambridge University Press. 1991.
- BELLIN, N.; VANACKER, V.; WESEMAEL, B.; SOLÉ-BENET A., BAKKER M. **Natural and anthropogenic controls on soil erosion in the Internal Betic Cordillera (southeast Spain).** Catena 87, 2011. p.190–200.
- BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global.** Caderno de ciências da terra. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1971. 27p.
- BEZERRA, J.; GUERRA, A.; RODRIGUES, S. **Relações entre potencial matricial no solo e cobertura vegetal em uma estação experimental, Uberlândia MG.** Sociedade & natureza (UFU. Online), v. 24, 2012a. p. 1-9.
- _____. **Análise da variação da umidade superficial em parcelas experimentais, Uberlândia MG.** Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 1, 2012b. p. 1-20.
- BOARDMAN, J. **An average soil erosion rate for Europe: myth or reality?** Journal of Soil and Water Conservation 53 (1), 1998. p. 46-50.
- BOARDMAN, J. **Storms, floods and soil erosion on the South Downs, East Sussex, autumn and winter 2000 - 01.** Geography 86 (4), 2001. p. 346-355.
- BOARDMAN, J. Prefácio. In: GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. (org.). **Erosão e conservação dos solos - conceitos, temas e aplicações.** 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOARDMAN, J. **Soil erosion science: Reflections on the limitations of current approaches.** Catena 68, 2006. p.73 – 86.
- CASTRO, I. O problema da escala. In: **Geografia: conceitos e temas.** CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Orgs.) – 2ª ed. – Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000. p. 117–140.
- CHAVES, T.; ANDRADE, A.; LIMA, J.; PORTOCARRERO, H. **Recuperação de áreas degradadas por erosão no meio rural.** Niterói: Programa Rio Rural, 2012. 21p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- DELPOUX, M. **Ecosistema e paisagem.** Métodos em Questão. N. 7. IGOG, USP, São Paulo, 1974.
- DESIR, G.; MARÍN, C. **Role of erosion processes on the morphogenesis of a semiarid badland area.** Bardenas Reales (NE Spain). Catena 106, 2013. p. 83-92.
- EDWARDS, W.; OWENS, L. **large storm effects on total soil erosion.** Journal of Soil and Water Conservation 46 (1), 1991. p. 75-78.
- ESPIRITO SANTO, C. M.; GUERRA, A. J. T.; SZLAFSZTEIN, C. F. **Geodiversidade no médio curso do rio Araguari, município de Ferreira Gomes - estado do Amapá.** I Workshop Arte & Ciência. Apresentação Oral. Rio de Janeiro, 2017.
- FERREIRA, V.; SILVA, M.; CURI, N.; OLIVEIRA, A.; SILVA, M.; AVANZI, J. **Influência antrópica e atributos do solo: inter-relações em ambientes de voçorocas na mesorregião Campos das Vertentes, MG.** GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 36, n. 1, , jan./abr, 2011. p. 209-219.
- FLORENZANO, T. Introdução à geomorfologia. In: **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais.** FLORENZANO, T.G. Organizadora. São Paulo: oficina de textos, 2008.
- FULLEN, M.; CATT, J. **Soil management: problems and solutions.** Oxford: Oxford University Press, 2004. 269p.

- GOUVEIA, I. C. M.; LEAL, A.C.; TROMBETA, L. R.; STOQUI, V. B. **Contribuição do planejamento de recursos hídricos em bacia hidrográfica: geomorfologia e fragilidade geoambiental da UGRH Paranapanema**. Revista do Departamento de Geografia – USP, V. 27, 2014. p. 21-46.
- GONÇALVES, L.; GUERRA, A. Movimentos de massa na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro). In: Impactos Ambientais Urbanos no Brasil (Orgs. GUERRA, A.; CUNHA, S.). 3ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.189-252.
- GOMIDE, P.; SILVA, M.; SOARES, C. **Atributos físicos, químicos e biológicos do solo em ambiente de voçorocas no município de Lavras – MG**. R. Bras. Ci. Solo, 35, 2011. p.567-577.
- GREGORY, K. **A Natureza da Geografia Física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- GUERRA, A. Processos erosivos nas encostas. In: **Geomorfologia - exercícios, técnicas e aplicações**. Orgs. CUNHA, S. e GUERRA, A., Ed. Bertrand Brasil, 2ª ed., 2002. p.139-155.
- _____. Encostas e a Questão Ambiental. In: GUERRA, A.J.T. (Org.). **A Questão Ambiental - Diferentes Abordagens**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, v. 1, 2003. p.191-218.
- _____. **Experimentos e Monitoramentos em Erosão dos Solos**. Revista do Departamento de Geografia, 16, 2005a. p.32-37.
- _____. Processos erosivos nas encostas. In: **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S. B. (Orgs.). – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b. p.149-209.
- _____. Encostas urbanas. In: **Geomorfologia urbana**. GUERRA, A.J.T. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p.13-42.
- GUERRA, A.; GUERRA, A. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 652p.
- GUERRA, A.; MARÇAL, M. **Geomorfologia ambiental**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 190p.
- HARROLD, L.; EDWARDS, W. **A severe rainstorm test of no-till corn**. Journal of Soil and Water Conservation. 1972.
- JAKAB, G.; SZALAI, Z.; KERTÉSZ, A.; TÓTH, A.; MADARÁSZ, B.; SZABÓ, S. **Biological geotextiles against soil degradation under subhumid climate – a case study**. Carpathian Journal of Earth and Environmental Sciences, Vol. 7, No. 2, 2012. p.125–134.
- JORGE, M.; GUERRA, A. **Geomorfologia do cotidiano – A degradação dos solos**. Revista GEONORTE, Edição Especial, 4 (4), 2012. p.116–135.
- LARSON, W.; LINDSTROM, M.; SCHUMACHER, T. **The role of severe storms in soil erosion: a problem needing consideration**. Journal of Soil and Water Conservation 52 (2), 1997. p. 90-95.
- LEPSCH, I. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2ª edição, 2010. 216 p.
- LIBAULT, A. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. Métodos em questão, 1 IGEOG-USP. São Paulo, 1971.
- LOUREIRO, H.; FERREIRA, S. **O papel das geotecnologias no estudo das feições erosivas e de movimentos de massa no Brasil**. In: PROCESSOS EROSIVOS E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. GUERRA, A. J. T.; JORGE, M.C.O. (Orgs.), Ed. Oficina de Textos, 2013. p.95-125.
- MARQUES, J.; CURI, N.; FERREIRA, M.; LIMA, J.; SILVA, M.; CAROLINO de SÁ. **Adequação de métodos para estimativa da erodibilidade de solos com horizonte B textural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência do Solo. Viçosa, 21, 1997. p. 447-456.
- MARQUES, J. Ciência geomorfológica. In: **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S. B. (Orgs.) – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 23-50.

MARTINS, S.G.; AVANZI, J.C.; SILVA, M.L.; CURTI, N.; NORTON, L.D.; FONSECA, S. **Rainfall erosivity and rainfall return period in the experimental watershed of aracruz, in the coastal plain of Espírito Santo, Brazil.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, 2010. p.999-1004.

OLIVEIRA, F.; SILVA, M.; AVANZI, J.; CURTI, N.; LEITE, F. **Avaliação de perdas de solo em estradas florestais não pavimentadas no Vale do Rio Doce, Minas Gerais.** Sci. For., Piracicaba, v. 38, n. 87, 2010. p.331-339.

PEREIRA, L. S. **Análises físico-químicas de solos com distintas coberturas vegetais e processos hidroerosivos em área degradada na bacia do rio Maranduba – Ubatuba, São Paulo.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2015. 117p.

RODRIGUES, A. M. **Diagnóstico da degradação do solo de taludes de corte na bacia hidrográfica do rio Maranduba – Ubatuba/SP.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016. 104p.

ROSS, L. **O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo.** Revista do Instituto Geológico – SMA – São Paulo, 1992. p.17-30.

_____. **Geomorfologia: ambiente e planejamento.** 8 edição – São Paulo: contexto, 2005. 85p.

_____. Geomorfologia Ambiental. In: **Geomorfologia do Brasil.** CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. (Orgs.). – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p.351-388.

SFEIR-YOUNIS, A. **Soil conservation in developing countries.** Western Africa Projects Department, The World Bank, Washington DC. 1986.

SHRESTHA, D.; SURIYAPRASIT, M.; PRACHANSRI, S. **Assessing soil erosion in inaccessible mountainous areas in the tropics: The use of land cover and topographic parameters in a case study in Thailand.** Catena 121, 2014. p.40–52.

SILVA, A.; SILVA, M.; CURTI, N.; AVANZI, J.; FERREIRA, M. **Erosividade da chuva e erodibilidade de cambissolo e latossolo na região de Lavras, Sul de Minas Gerais.** R. Bras. Ci. Solo, 33, 2009. p.1811-1820.

SILVA, L.; BEZERRA, J.; GUERRA, A. **Implicações da mudança na cobertura vegetal em relação à erosão na sub-bacia hidrográfica do rio São Pedro – RJ.** REVISTA GEONORTE, V.1, N.6, 2012. p.1–16.

SILVA, L.; CASTRO, U.; GUERRA, A.; LIMA, F.; MENDES, S.; BEZERRA, J. **Degradação ambiental em áreas destinadas à pecuária na sub-bacia hidrográfica do rio Sana, Macaé-RJ.** Revista de Geografia (Recife), v. 29, 2012. p. 45-59.

SUERTEGARAY, D. **A trajetória da natureza. Um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí – RS.** Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1987. 243p.

SUN, W.; SHAO, Q.; LIU, J.; ZHAI, J. **Assessing the effects of land use and topography on soil erosion on the Loess Plateau in China.** Catena 121, 2014. p.151–163.

TAKKEN, I.; BEUSELINCK, L.; NACHTERGAELE, J.; GOVERS, G.; POESEN, J.; DEGRAER, G. **Spatial evaluation of a physically-based distributed erosion model (LISEM).** Catena 37 (3-4), 1999. p. 431-447.

VITTE, A. **O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, 6 (11), 2007. p. 71-78.

ZHANG, R.; LIU, X.; HEATHMAN, G.; YAO, X.; HU, X.; ZHANG, G. **Assessment of soil erosion sensitivity and analysis of sensitivity factors in the Tongbai–Dabie mountainous area of China.** Catena 101, 2013. p.92–98.

ASPECTOS DEFINIDORES DA CONDIÇÃO DE PORTAS DE ENTRADA DAS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA-AP

Telma Maria da Silva Viana: Socióloga, Mestre em Desenvolvimento Regional, UNIFAP. E-mail: telmanu09@gmail.com.

Alex Maia Xavier: Arquiteto e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Regional, UNIFAP. E-mail: arquitetoamx@gmail.com.

José Francisco de Carvalho Ferreira: Professor do Curso de Geografia - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH. E-mail: zcofer@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, é dividido em 16 municípios que se interligam principalmente por via terrestre e em alguns casos, existe a possibilidade de acesso por vias fluviais, utilizando os furos e igarapés que entrecortam o espaço amapaense, característica identitária da região amazônica. Dada a posição geográfica do Estado, que é banhado por corpos d'água em toda sua extremidade, são bem definidos os principais acessos ao território amapaense, considerando seus principais limites e fronteiras.

As cidades de Laranjal do Jari, Macapá, Santana e Oiapoque podem ser identificadas como as principais que dão as boas-vindas para os que chegam ao Amapá, pois, além de fazerem limites ao Sul, com o Estado do Pará, no caso de Laranjal do Jari e fronteira com a Guiana Francesa, por meio da cidade de Oiapoque, têm como janela o maior rio de água doce do mundo, o Amazonas, o qual corresponde na região, às ruas para o trânsito de boa parte da população local ribeirinha. Porém, cada uma destas cidades, tem sua dinâmica particular na compreensão de portas de entrada para o Estado.

O fluxo populacional nas cidades de Laranjal do Jari e Oiapoque vem crescendo a cada ano dadas suas conjunturas ocasionadas pelos projetos e empreendimentos em vigor nestas cidades, o que exerce sobre as pessoas forte atração e acabam por vir em busca de oportunidades para prosperar e firmar raízes. Nestes casos, é intenso o transporte fluvial por meio de catraias⁷ que cruzam os rios Jari e Oiapoque, ou de veículos pelas BR 210 e 156, respectivamente.

A capital Macapá possibilita o acesso aéreo ao restante do país e do mundo utilizando o Aeroporto Internacional José Alcolumbre, ao passo que Santana possibilita o acesso fluvial devido acomodar em seu território os principais portos do Estado, tanto para o fluxo de grandes cargas como de passageiros. Ainda que estas quatro importantes cidades ocupem a posição de portas de entrada, o interesse desse estudo é refletir sobre os aspectos

⁷ Embarcação artesanal motorizada, tipicamente da Amazônia comumente utilizada para transportar pequenas cargas e passageiros. Comumente não possui as laterais aparelhadas em madeira, mas possui a tolda.

definidores que colocam Macapá e Santana no posto de principais “portas de entrada” para o Estado do Amapá, observando acomodarem em seus espaços, equipamentos urbanos que lhes conferem tal importância: aeroporto e porto, respectivamente, o que torna estas cidades os principais pontos de conexão do Estado do Amapá tanto com a rede urbana regional, como também com o global, assim é possível afirmar que:

Na primeira, temos como ponto de ligação com o local e com o global o aeroporto internacional de Macapá, que no momento sofre modificações/ampliações em sua estrutura física, o que se torna um ponto positivo para o desenvolvimento deste espaço regional. Outra ligação extremamente importante para esse espaço é o Sistema Portuário de Santana (desde as Docas de Santana até o Porto da MMX) que desempenha importante função na rede urbana regional, tendo conectividades com cidades como Belém, Santarém e o Polo Industrial de Manaus. Assim como também sua ligação com o global, mantendo relações com a Ásia (China, Coréia do Sul), Estados Unidos e Europa. O Porto de Santana é um dos principais ajustes espaciais que caracterizam Santana como Cidade Média, pois é de grande relevância na rede urbana regional por fazer as ligações acima citadas. (PORTO *et al*, 2008 p. 10).

Considerando a condição de cidades estratégicas de Macapá e Santana, as quais influenciam e orientam a economia e a sociedade, o que acarreta para ambas, problemas urbanos advindos dessa centralidade, é importante que seja abordada a relação entre tais cidades devido à intensa dinâmica urbana e interações destas conexões.

Essas cidades formam um eixo de complementaridade de funções e representam o centro dos serviços e comércio no Estado onde se concentra grande parte das atividades econômicas existentes, exemplo claro disso é a presença da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, das principais atividades do setor terciário da economia; em Macapá encontram-se as empresas atacadistas do Estado; a presença do Distrito Industrial de Santana; localização do sistema portuário responsável pelo processo de exportação das matérias-primas exploradas no espaço amapaense e pela recepção de produtos para o consumo interno do Estado. (PORTO *et al*, 2008, p. 9).

No ainda Território Federal do Amapá, a densidade demográfica concentrada em Macapá já definia esse espaço numa posição de centralidade quanto ao território amapaense e no contexto da Amazônia Setentrional (Tabela 1). Nesse período, é necessário que se observe que o hoje município de Santana pertencia à capital, Macapá.

Tabela 1: População do Território Federal do Amapá - 1955

Municípios	População (número de habitantes)
Macapá	17.830
Amapá	1.266
Mazagão	1.129
Oiapoque	690

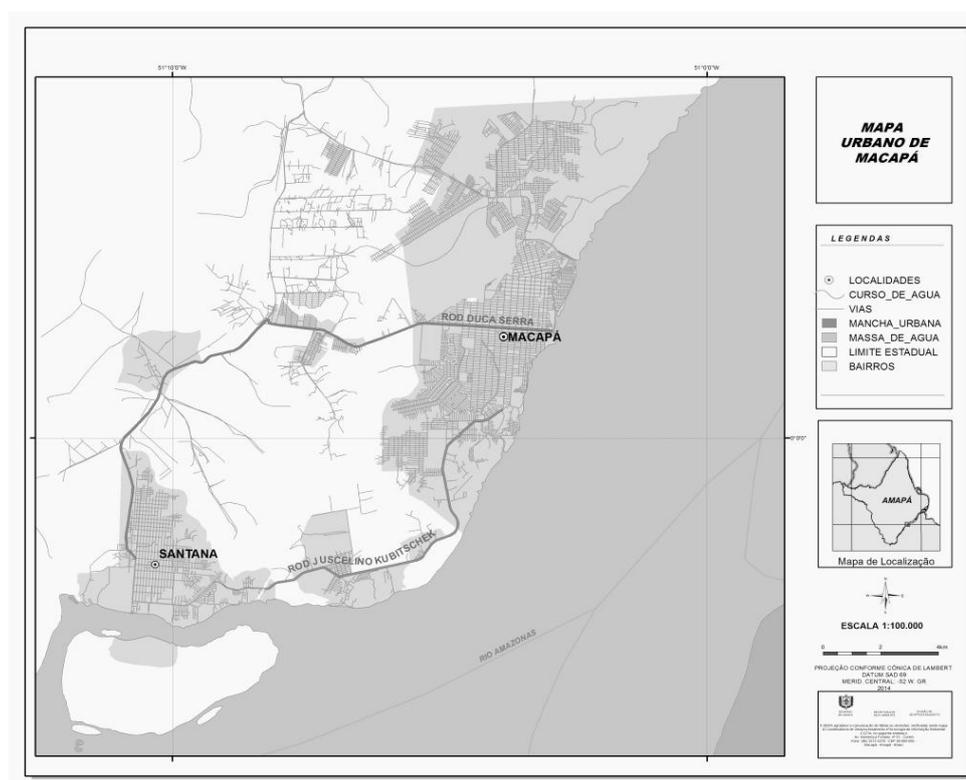
Fonte: IBGE (1955)

A dinâmica urbana definiu Macapá e Santana como as duas principais cidades do Estado, configurando-as como importantes e estratégicas portas do Amapá em movimentos de entrada e saída de pessoas e mercadorias de forma multiescalar: a capital Macapá com sua porta aérea para voos nacionais e internacionais; e Santana como porta fluvial para as ilhas e municípios paraenses, além de servir como corredor marítimo para navegações internacionais. Juntas, exercem uma centralidade urbana sub-regional sobre as demais cidades amapaenses e algumas cidades do Golfão Marajoara no Estado do Pará (SANTOS COSTA, 2012).

Vê-se, pois, que a dinâmica urbana permanentemente vem reconfigurando os contornos urbanos destas cidades, no sentido de chamar a atenção para um olhar integrado sob as duas. É real o intenso processo de conurbação entre Macapá e Santana, considerando os proeminentes empreendimentos privados no percurso das duas rodovias que ligam as cidades - Duca Serra e Juscelino Kubstschek – como shoppings, condomínios, loteamentos “fechados”, comércio atacado e varejista, concessionárias de carros, dentre outros investimentos de grande envergadura financeira.

Santos Costa (2010) aponta, dentre outros fatores que afetaram a dinâmica urbana contemporânea do Amapá e que mais contribuíram para intensificar o crescimento demográfico das cidades de Macapá e Santana, a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS, 1991/1992) e a Estadualização do Amapá em 1988, com a consequente implantação de novas estruturas administrativas que atraíram um número considerável de pessoas para o Estado. A Figura 1, ilustra um mapa de localização dos municípios vizinhos de Macapá e Santana, enfatizando as áreas urbanas das duas cidades.

Figura 1 – Mapa de localização da área urbana de Macapá e Santana.



Fonte: Souza, 2014.

Neste sentido, é fundamental um olhar holístico e integrado sobre Macapá e Santana, pois, além de formarem espaços contínuos, também compartilham de histórias comuns que remontam de suas origens. Tal conjuntura as fazem compartilhar problemas sociais e econômicos, que também devem ser tratados de forma comum, pois, dados os aspectos da proximidade espacial, a concentração demográfica e suas condições de porta de entrada para o estado, é fundamental estudos, planos e ações integradas, especialmente por parte das gestões municipais, objetivando a implementação de políticas públicas com foco na garantia do direito à cidade (TOSTES, *et al*, 2015).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Afirmar a condição de portas de entrada de Macapá e Santana é algo que requer análises de aspectos que vão além da existência do aeroporto e porto, respectivamente, em seus espaços. Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar aspectos que confirmem a condição de Macapá e Santana como portas de entrada para o estado do Amapá. Para dar conta de atender a este objetivo, propôs-se como objetivos específicos: compreender a formação integrada de Macapá e Santana; verificar as dinâmicas urbanas ocorridas nestas cidades a partir dos equipamentos urbanos: aeroporto e porto; observar os problemas urbanos

advindos da centralidade urbana de Macapá e Santana, bem como, considerando estas serem, cidades estratégicas que influenciam e orientam a economia e a sociedade.

As hipóteses levantadas para este estudo seguem a linha de que a localização estratégica de Macapá e Santana para a implantação de empreendimentos públicos e privados, sem desconsiderar as demais cidades localizadas no interior do Estado, é forte atrativo para migrantes, dados os altos índices de concentração e crescimento demográfico díspares aos demais municípios do estado; além disso, de forma secundária, buscou-se a confirmação de que estas cidades se configuram como importantes cidades do estado para o desenvolvimento local, porém, não otimizam, dentre outros relevantes aspectos, seus importantes equipamentos urbanos: o aeroporto e o porto.

Buscando analisar os aspectos definidores de Macapá e Santana como principais portas de entrada para o Amapá, foram definidas as perguntas que orientaram este estudo, as quais são: sob que aspectos, além dos elementos aeroporto e porto, pode considerar-se Macapá e Santana como portas de entrada para o estado? Como se deu a configuração de Macapá e Santana como as principais portas de entrada para o Estado?

Relativamente à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, desenvolvida a partir de observações de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental junto das instituições locais. Para tanto, foram definidos alguns dados de suporte a pesquisa: migração, crescimento demográfico, transformações urbanas e fluxo de passageiros no aeroporto e porto para caracterizar e confirmar a centralidade destas duas cidades e suas configurações como portas de entrada ao estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: FACES E FASES DE FENÔMENOS URBANOS

O acelerado aumento populacional urbano com intensa concentração demográfica nas cidades de Macapá e Santana vem seguindo uma tendência nacional no que se refere à mudança de sentido das rotas de interesse de migrações, que deixaram de buscar apenas grandes metrópoles e centros urbanos para seguir em direção às cidades médias. Estudos apoiados nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enfatizam o fenômeno migratório corrente no Brasil, conforme Oliveira, *et al* (2011, p. 11).

A partir da década de 1980, o comportamento da mobilidade espacial da população sofreu importantes transformações nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aqueles movimentos que tinham, de um modo geral, como características básicas migração para os grandes centros, passaram a ter como destino as cidades médias e

serem cada vez mais de curta duração. Por outro lado, os deslocamentos pendulares ganham importância ainda maior, deixando de ser um fenômeno meramente metropolitano.

A determinação dos destinos da população migrante se dá a partir de fatos e fatores possíveis de serem observados na dinâmica urbana das cidades da Amazônia, como é o caso de Macapá e Santana. Drummond e Pereira (2007) apresentam um padrão de crescimento da população típico das chamadas “subfronteiras de investimento concentrado” termo apresentado por Haller e colaboradores. Segundo os autores, desde a década de 1950, a população do Estado começou a seguir esse padrão.

[...] (1) população e densidade populacional iniciais muito baixas; (2) taxas subitamente altas de crescimento ligadas a vultosos investimentos públicos e/ou privados – taxas estas que, depois de algum tempo, declinam gradualmente; (3) grandes influxos de migrantes de outros estados e até de outras regiões e; (4) crescimentos mais rápidos das populações urbanas, antes da ocupação plena das áreas rurais. (DRUMMOND E PEREIRA, 2007).

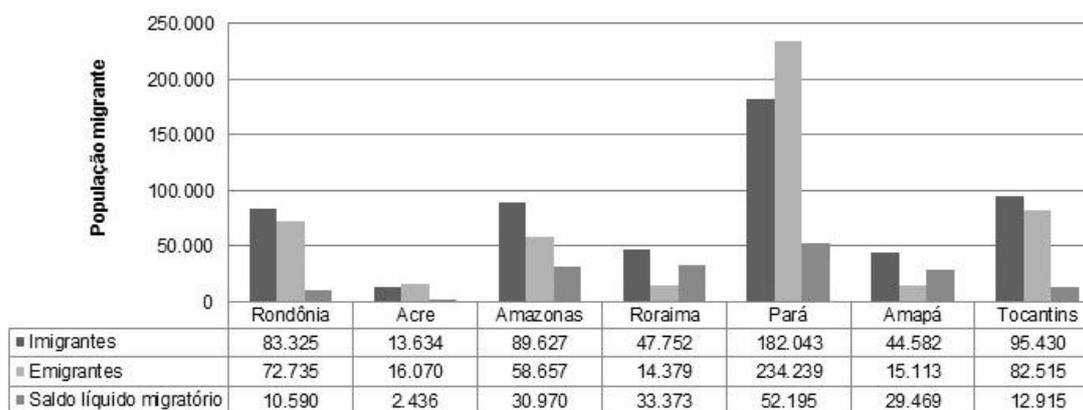
Segundo o recorte temporal apresentado por esses e outros autores (TOSTES, 2002; PORTO, 2003) a década de 1950 marca a intensificação da urbanização no Amapá, o aumento populacional e a densidade demográfica concentrada em Macapá e Santana.

Num panorama inter-regional a Região Norte representa ser um destino, principalmente para imigrantes nordestinos. Segundo Oliveira, *et al* (2011, p. 30-31) os maiores volumes de emigrantes do Estado do Pará tiveram como destino os Estados do Amazonas, Amapá e Maranhão. Sendo que, Roraima, Amapá e Amazonas mostraram-se como áreas de atração populacional, e, segundo classificação adotada pelo IBGE, o Amapá é considerado área de média absorção migratória⁸. De forma geral, o Censo Demográfico 2000 revela que o saldo líquido migratório na região Norte, ou seja, a diferença entre número de imigrantes (355.436 pessoas) e emigrantes (292.751 pessoas), foi de 62.685 pessoas no quinquênio 1995-2000, o que significa dizer que a Região passou a ser destino no fenômeno de mobilidade espacial da população.

⁸ Baeninger (2000) propôs a subdivisão do Índice de Eficácia Migratória em sete grupos a fim de classificar as Grandes Regiões e Unidades da Federação quanto à potencialidade de absorção migratória. Para o estudo de Oliveira, *et al* (2011) foi proposta uma nova classificação a partir da agregação anteriormente apresentada.

Quando analisados os dados por Unidade da Federação – UF, da Região Norte, fica evidente (Gráfico 1) o grau elevado de participação do Amapá quanto ao Índice de Eficácia Migratória⁹, fato que corrobora com os dados de crescimento populacional no Estado.

Gráfico 1 - Saldo líquido migratório entre Imigrantes e emigrantes, segundo as Unidades da Federação da Região Norte – 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Citado em Oliveira *et al*, 2011.

Quando observados os dados sobre o crescimento da população do Estado, a qual permanece concentrada em Macapá e Santana, fica evidente que a centralidade destas cidades se mantém nas transformações urbanas do território amapaense. Apesar de também ser notado o aumento populacional em pequenas cidades, situação provocada pela existência de projetos de empreendimentos pontuais nestas localidades, como é o caso de Pedra Branca do Amapari (projetos de mineração); Oiapoque (ponte binacional e sua área de fronteira internacional); e Laranjal do Jari (projetos extrativistas vegetal e mineral), Macapá e Santana ainda exercem maior atração aos que imigram para cá, ou mesmo para os naturais do estado, tendo em vista que os serviços básicos e melhores oportunidades para a população, como emprego, escolas, saúde, estão concentrados no meio urbano, ou seja nestas cidades.

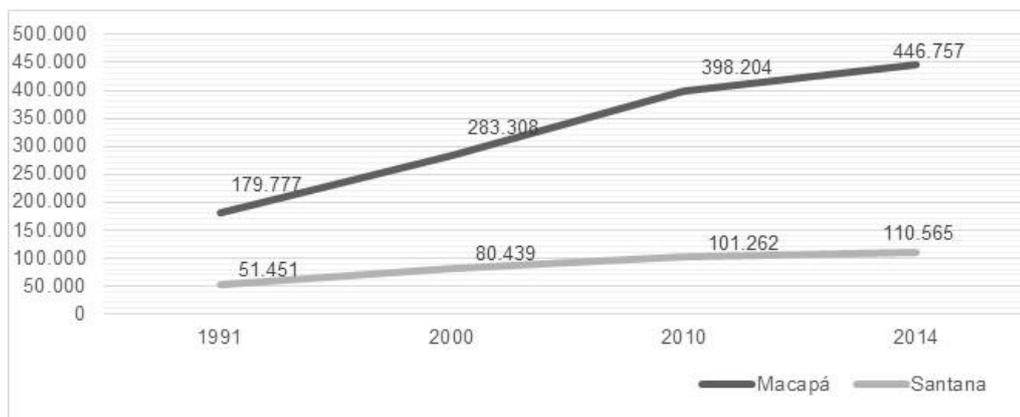
Somados a isto, estão os problemas fundiários com a concentração da posse de terras; e as áreas com restrições ao uso dos recursos naturais (terras indígenas, áreas de preservação permanente, territórios quilombolas, e unidades de conservação) que impedem a expansão urbana, concentrando a população no eixo norte e sul do estado, o que inclui Macapá e Santana (PORTO, 2014; TOSTES, 2012; DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

⁹ O Índice de Eficácia Migratória (IEM) é a relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes imigrantes + emigrantes). Esse indicador permite a comparação entre os estados, independente do volume absoluto da imigração e da emigração.

A relação entre migração e crescimento demográfico (gráfico 2), quando analisados em todo o Amapá, aponta para Macapá e Santana como as cidades que permanecem sendo o destino para fixação dos que chegam ao Amapá, não excluindo os demais destinos que relativamente vem sendo intensificados nos últimos anos. Segundo Souza (2014, p. 21):

Muito embora o fenômeno da urbanização brasileira do final do milênio tenha ocorrido de forma acentuada nos diferentes estados da federação, no Amapá o processo pode ser considerado impactante. No período de 1995-2000 a Taxa Líquida de Migração (TLM) da cidade de Macapá foi de 8,28%, o que corresponde a segunda maior taxa entre as capitais estaduais da Amazônia Legal (SANTOS, 2012). Situação que não se atenuou na virada do milênio, o aumento da população no Estado, segundo dados do Censo 2010 em se comparado com 2000, foi de 40,18%, concentrado em grande parte nas duas principais cidades, Macapá e Santana (IBGE, 2010).

Gráfico 2 – Crescimento populacional em Macapá e Santana.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Citado em Oliveira *et al*, 2011.

Relacionando a urbanização com a concentração demográfica Drummond e Pereira (2007, p. 71-72) afirmam que

Na verdade, o Amapá antecipou a tendência generalizada à urbanização na região. Longe de indicar ocupação plena do meio rural, esse fenômeno da urbanização “precoce” na Amazônia brasileira indica fenômenos identificados pela literatura: (1) dificuldade dos pequenos produtores no acesso à terra e (2) os empregos mais atraentes para trabalhadores de outras regiões (ou mesmo para os locais) são urbanos e/ou não agrícolas, ligados a empreendimentos geograficamente concentrados, como hidrelétricas, construção de estradas, mineração, e não à agricultura familiar, à pecuária ou à extração de madeira e outros produtos de florestas nativas (atividades que tendem a dispersar a população por amplas áreas rurais e extrativistas). Assim, a urbanização dos amapaenses convive com vastas extensões territoriais de ocupação muito rarefeita.

O cenário atual mostra que, juntas hoje, Macapá e Santana, aglomeram uma das maiores densidades populacionais do norte do país. A centralização de infraestrutura e serviços públicos nestas cidades, em especial Macapá, atraem a população do Amapá e de outras cidades paraenses do golfo Marajoara, o que se expande até Santana devido a conjuntura já apresentada anteriormente.

O FLUXO DE PASSAGEIROS NOS PORTOS E AEROPORTO DE SANTANA E MACAPÁ

Será feita uma breve descrição quantitativa do volume médio de pessoas que utilizam os equipamentos urbanos, aeroporto e porto, como forma de transitar, no e para o estado. Esses dados corroboram com a afirmação de que Macapá e Santana, por meio destes equipamentos, são importantes portas de entrada para o estado.

Os dados a respeito do fluxo de passageiros que utilizam o aeroporto foram baseados no histórico do movimento anual de passageiros, disponibilizados pela INFRAERO (2014), no recorte temporal de 2006 a 2013. Nesse período, o aeroporto Internacional de Macapá Alberto Alcolumbre apresentou um crescimento no movimento anual de passageiros de 38,12%, com as maiores taxas de variação anual em 2010 com 15,37% e em 2013 com 15,69%, sendo os voos domésticos regulares os que apresentaram maior crescimento atingindo 41,33%, e os voos regulares internacionais a partir de 2008 tiveram queda significativa e foram encerrados no ano de 2012.

Já dentre os voos não regulares, o doméstico teve maior índice em 2011 e 2012, mas no período todo apresentou queda de 38,59%; o internacional teve maior índice em 2009 e 2010; e o executivo/geral se manteve bem próximo nos anos de 2010, 2011 e 2012, caindo em 2013 para um número muito próximo do ano de 2008 como pode ser observado na Tabela 2.

Para aferir o fluxo de passageiros no porto de Santana, tomamos como referência a pesquisa realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquáticos - ANTAQ e parceiros, intitulada: Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros da Região Amazônica (2013). Apesar da tentativa em levantar dados na Capitania dos Portos do Amapá, não foi possível a apresentação de resultados devido à falta de material sistematizado que pudessem corroborar com as informações aqui apresentadas.

Tabela 2 - Movimento Anual de Passageiros (Embarcados + Desembarcados)

Ano	Regular		Não regular			Total	Var. % anual
	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Executiva/Geral		
2006	464.201	6.258	7.252	2	2.664	480.377	-
2007	510.100	6.762	7.324	12	2.372	526.570	9,62
2008	480.269	4.752	5.976	2	3.000	493.999	-6,19
2009	460.742	931	5.143	319	2.701	469.836	-4,89
2010	530.631	361	6.817	227	4.017	542.053	15,37
2011	544.573	615	10.882	44	4.203	560.317	3,37
2012	559.917	0	9.540	27	4.076	573.560	2,36
2013	656.093	0	4.453	0	2.978	663.524	15,69

Fonte: INFRAERO, 2014.

O relatório final da ANTAQ (2013) identificou 11 (onze) portos que atendem como terminais de passageiros, em todo o estado. Destes, pelo menos 04 (quatro) estão localizados em Santana, e neles está concentrado o maior volume de passageiros que utilizam o serviço de transporte fluvial.

Das 602 embarcações regulares e legalizadas que navegam nos rios da Amazônia, 18 tem em sua rota, o Amapá. A pesquisa apresentou dados sobre o número de passageiros movimentados em todas as linhas regulares pesquisadas nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Amapá, onde se incluiu também, informações sobre a demanda de passageiros em 2012 e a projeção para 2022. Na Tabela 3, são apresentados dados com as informações referentes ao estado do Amapá:

Os números apresentados na tabela 03 revelam que o maior volume de passageiros com origem ou destino no Amapá, tem o município de Santana como rota. O fluxo anual de pessoas em movimento por embarcações com rota em Santana, 490.296, corresponde a mais de 70% do total geral de pessoas que utilizam o transporte fluvial. A projeção de demanda para 2022 mostra que mais de 550.000 mil pessoas, número cinco vezes maior que a população atual de Santana, necessitará utilizar os portos da cidade, o que confirma a sua condição de principal porta de entrada fluvial.

Tabela 3 – Movimentos de passageiros em todas as linhas regulares de embarcações do Amapá.

Linha / Trecho	Distância (Km)	Movimentação de passageiros (02 sentidos)		Tarifa média (R\$)	Capacidade média de passageiros por embarcação	Projeção 2022
		Mês	Ano			
Almeirim – Santana	260	822	9.864	90,00	168	11.259
Altamira – Santana	412	1.744	20.928	120,00	92	23.259
Belém – Santana	514	10.928	131.136	131,00	156	149.679
Gurupá - Santana	173	949	11.388	67,00	90	12.998
Breves - Santana/Macapá	731	7.245	86.940	50,00	76	93.800
Monte alegre – Santana	448	342	4.104	160,00	183	4.555
Portel - Santana/Macapá	355	3.099	37.188	70,00	71	42.894
Porto de Moz – Santana	265	75	900	90,00	92	1.000
Prainha - Santana	385	292	3.504	95,00	183	3.999
Santarém – Santana	600	4.444	53.328	97,00	183	60.869
Senador José Porfírio - Santana	354	44	528	100,00	92	591
Vitória do Xingu - Santana/Macapá	517	3.567	42.804	120,00	92	48.856
Bailique - Santana/Macapá	157	5.744	68.928	32,00	79	77.150
Laranjal do Jari – Santana	192	1.563	18.756	60,00	89	20.819
Subtotal	-	40.858	490.296	-	-	551.728
Afuá – Macapá	83	8.070	96.840	26,25	125	117.613
Almeirim - Laranjal do Jari	135	8	96	38,00	156	115
Belém - Laranjal do Jari	696	673	8.076	170,00	156	12.618
Chaves – Macapá	132	1.034	12.408	60,00	59	12.539
Monte alegre - Laranjal do Jari	325	10	120	110,00	93	137
Prainha - Laranjal do Jari	260	11	132	85,00	93	151
Santarém - Laranjal do Jari	409	133	1.596	120,00	93	1.883
Vitória do Xingu - Laranjal do Jari	952	468	5.616	315,00	92	6.410
Caviana – Macapá	80	859	10.308	25,00	60	11.814
Subtotal	-	11.266	135.192	-	-	163.280
TOTAL GERAL	-	52.124	625.488	-	-	715.008

Fonte: ANTAQ, 2013 (referente ao ano de 2012).

Na pesquisa da ANTAQ (2013), a classificação geral do Estado quanto aos níveis de atendimento foi MUITO BAIXOS. E concluiu que, teoricamente não existem condições desses portos operarem com passageiros, mas essa é a realidade de atendimento à população.

AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM MACAPÁ E SANTANA.

As transformações urbanas em Macapá e Santana, sob a ótica da ocupação irregular de espaços e dos empreendimentos públicos e privados, aliados a ocorrência dos fenômenos de migração e crescimento demográfico, incorrem em fatos consequentes das relações socioeconômicas que se travam a partir destas, como: ocupação desordenada de aglomerados subnormais¹⁰ e aumento do *déficit* habitacional; aumento da demanda por serviços básicos de saúde, educação, transporte público e infraestrutura urbana; elevação dos índices de violência,

¹⁰ Segundo o IBGE, aglomerados subnormais é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais. Podem se enquadrar, nas categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino ou que tenham sido regularizados em período recente.

desemprego, degradação ambiental, além dos mais diversos problemas de vulnerabilidade social.

Todos estes fatores incidem sobre as transformações urbanas das cidades, formando bolsões de pobreza em áreas periféricas e degradantes. Por conta disso é possível observarmos em Macapá e Santana transformações urbanas, há tempos em movimento nestes territórios.

O censo 2010 registrou 28 bairros em Macapá, sendo que informalmente existem 60, e os que foram criados por lei e que não possuem memorial descritivo precisam de levantamento *in loco*, resultando num processo longo e demorado, segundo informou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SEMDUH), Eden Paulo, numa entrevista concedida ao G1 AP em 01/07/2013. Entretanto, segundo a prefeitura municipal de Macapá apenas 27 bairros têm seu decreto de criação, sendo os mais recentes criados em 2001 pela lei 1.153/01 e a lei 1.154/01 - PMM em 21.12.2001, bairro Zerão e Universidade, respectivamente.

Em Santana a prática não é diferente, loteamentos irregulares foram surgindo em áreas periféricas da cidade, recompondo a paisagem e o urbano¹¹. Segundo o Plano Diretor Participativo de Santana – PDPS - (2006) o município possui 11 (onze) bairros regulares: Comercial, Central, Hospitalidade, Novo Horizonte, Vila Amazonas, Remédios, Provedor, Nova Brasília, Paraíso e Fonte Nova. Tem ainda 07 (sete) distritos: Santana, Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Piaçacá e Pirativa (IBGE, 2017). NR

Para atender e ouvir a população de “bairros irregulares” consolidados ou em processo recente de ocupação no município, a metodologia do PDPS considerou e chamou de “localidades” para esses casos e identificou uma média de 11 (onze) localidades, porém, é sabida a existência de uma média de 20 (vinte) localidades irregulares existentes em Santana.

Outra tendência que vem sendo verificada, principalmente nas duas rodovias de ligação entre Macapá e Santana (JK e Duca Serra), são empreendimentos imobiliários comerciais privados que estão intensificando o processo de conurbação entre as duas cidades, estes contabilizam em média 16 loteamentos, todos destinados a famílias de alto poder aquisitivo.

¹¹ Utiliza-se aqui a compreensão do filósofo Lefebvre (2001), onde o urbano compreende a realidade social dotada de relações complexas, onde estas serão criadas, estruturadas pelo pensamento, ou seja, o urbano envolve o subjetivo, compreende o domínio dos costumes. Já a cidade é a parte tangível, ou melhor, o visível, como o arquitetônico.

Este cenário é resultado da precariedade de políticas de planejamento e monitoramento urbano, o que acarreta encargos sociais pesados e complexos para serem solucionados em longo prazo.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo ratifica a tese de que Macapá e Santana exercem influência multiescalar no estado por assumirem posição estratégica geográfica, social, política e econômica. Sob esses aspectos, já seria possível afirmarmos sobre a atração destas cidades para a população que aqui chega, ao tempo que isto confirmaria suas condições como principais portas de entrada para o estado.

Não obstante, quando considerados os aspectos da concentração demográfica como consequência da migração e do crescimento populacional, bem como, as transformações urbanas nestas cidades, a análise sobre a condição de portas de entrada ao estado se torna mais consistente, com base em dados oficiais que apontam a necessidade da integração, potencialização de vantagens e colaboração mútua entre as cidades de Macapá e Santana, que devem ter em vista a otimização das potencialidades de cada território, bem como, compartilhar de suas fragilidades e problemas na busca de soluções conjuntas.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, tais cidades ocupam a posição estratégica para a implementação de atividades econômicas em escala internacional, pois seus dois principais equipamentos urbanos, aeroporto e porto, são propulsores de desenvolvimento, especialmente o porto de Santana considerado hoje como importante entreposto comercial para relações nacionais e internacionais.

Ainda que não configurem uma Metrópole, institucionalmente Macapá e Santana formam hoje a Região Metropolitana de Macapá (RMM) e estão em um acelerado processo de conurbação pelas suas duas vias de ligação (Rodovias JK e Duca Serra), porém, estas cidades seguem alheias a todos os aspectos favoráveis ao desenvolvimento local. Encontram-se desarticuladas quanto aos seus planejamentos incorrendo em planejamentos inoperantes do ponto de vista econômico, e inconsistentes quanto às capacidades e condições políticas e de gestão, que acabam por agir de forma emergencial e imprevista por meio da prática do “fazejamento”, tentando dar resposta à pressão e demandas sociais reprimidas (TOSTES, 2011).

O ponto de partida, portanto, para o aproveitamento das potencialidades destas cidades, está no planejamento urbano conjunto e integrado quanto às políticas públicas, e cabe aos gestores destas cidades e do estado, dos parlamentares e da sociedade civil viabilizar a tão

recorrente discursada participação popular, no sentido de transparecer nos seus planos, as reais necessidades e anseios da sociedade e resgatar a função social da cidade que prioriza as pessoas que nela vivem. Está posto, pois, o desafio que há mais de uma década, a contar da criação da RMM, não é pauta prioritária na política de gestão e planejamento urbano dos que governam Macapá e Santana: planejar a cidade de forma integrada, a fim de tornar as portas de entrada do Amapá, cidades capazes de operar os bônus desta condição, agregando valor social e comercial por meio de políticas públicas inteligentes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUÁTICOS (ANTAQ). **Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros da Região Amazônica**. Brasília: ANTAQ, 2013.

DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. **Anuário Estatístico Operacional 2014**. Disponível em: http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/anuario_2014.pdf. Acessado em: 04.01.2017.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Antônio T. R.; ERVATTI, Leila R.; O'NEILL, Maria M. V. C.. **Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica número 1** - Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Luiz Antonio Pinto de Oliveira; Antonio Tadeu Ribeiro da SILVA, ORG. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PORTO, Jadson L. R. *et al.* **Macapá e Santana (AP): interações espaciais de duas cidades médias na fronteira setentrional amazônica**, 2008;

PORTO, Jadson L. R.; LIMA, R. A. **Ordenamento territorial amapaense: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona. Barcelona, 2008. **Não sei**

_____. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. Santa Catarina, 2014.

SOUZA, Ana Cláudia Machado. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

TOSTES, José Alberto; SOUZA, Ana Cláudia Machado; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 2, p. 149-167, jul./dez., Macapá, 2015.

_____. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CERRADO AMAPAENSE: A FORMAÇÃO DE ANTROSSOLOS NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Jucilene Amorim Costa - Curso de Geografia, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH, jucilene@UNIFAP.br;

Helyelson Parede Moura - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DCET, helyelson@UNIFAP.br

INTRODUÇÃO

No domínio amazônico os solos modificados pela ação humana pretérita, os Antrossolos, são identificados e classificados em suas mais distintas variações (KAMPF et al., 2003, 2010; WRB, 2014). Destes a Terra Preta Arqueológica é a variedade mais estudada dentre os solos antropogênicos, tem sua formação relacionada ao lixo doméstico de aldeias, ainda no período pré-colonial (KAMPF; KERN, 2005) e são conhecidas simplesmente como Terra Preta de Índio (TPI) ou Terra Preta Arqueológica (TPA).

A Terra Mulata (TM), pertencente a grande classe das terras pretas é outra razoavelmente estudada, de cor mais clara, distribui-se por áreas muito mais extensas e sua origem está ligada à agricultura intensiva ou semi-intensiva, relacionada a grupos pré-colombianos (SOMBRÖEK, 1966; GLASER et al., 2001; DENEVAN, 2010), portanto, também relacionada a ocupação humana, denominada assim de Terra Mulata Arqueológica ou Antropogênica (COSTA et al., 2013).

O horizonte A da TPA, além da cor escura tem como características a presença de material arqueológico (cerâmico e/ou lítico) e teores elevados de Ca, Mg, P, Mn, Zn, Cu e C orgânico, quando comparados aos solos tropicais comuns. (SMITH, 1980; KERN; KAMPF, 1989; KAMPF; KERN, 2005). A TM, por sua vez, embora também escura, apresenta teores moderados de nutrientes e ocorrência esporádica e/ou ausência de material cerâmico (SOMBROEK, 2002).

A TM é entendida como solo agricultáveis intencionalmente modificados pela adição de resíduos orgânicos de animais (ossos, tecidos, cartilagem, excrementos, etc), vegetais (biomassa, carvão e cinzas) distribuídas no entorno das aldeias pré-coloniais (SOMBROEK, 1966; SOMBROEK et al., 2002; KERN et al., 2003; DENEVAN, 2010; COSTA et al., 2013). Essas afirmações se baseiam principalmente em dados etnográficos, já que, informações físico-morfológicas desses solos, bem como químico-mineralógicos são mais raras (FALCÃO; BORGES, 2006; FALCÃO et al., 2010; COSTA et al., 2013).

Na Amazônia estas antigas formas de ocupação e uso do solo ocasionou significativas alterações ao ambiente. Estima-se que cerca de 60.000 Km² ou 1% dos solos

amazônicos sofreram modificações antrópicas. Esses solos compreendem a classe dos Arqueo-antrossolos e apresentam ampla ocorrência no Brasil e países vizinhos como Colômbia, Bolívia, Venezuela e Guiana (KERN et al., 2003; KÄMPF et al., 2010; KERN et al., 2015).

As primeiras expedições que tratam da ocupação humana antiga e por consequência o uso e as modificações na paisagem, identificaram sítios e monumentos arqueológicos no Amapá que datam do final século XIX, época que a região era referida como Guiana brasileira. No ano de 1895, o pesquisador Emilio Goeldi registrou a existência de poços funerários com vasilhas cerâmicas localizadas na região do rio Cunani, na parte norte do Estado (GOELDI, 1895; SALDANHA; CABRAL 2010).

No estado do Amapá, os conhecimentos sobre a ocupação humana antiga descritos com maior precisão e objetividade se deu a partir do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Na área entre o rio Oiapoque e do rio Araguari ocorreu as pesquisas realizadas por Emílio Goeldi (1900) e Nimuendaju na década de 1920, à cerca dos motivos decorativos e ritualísticos de urnas funerárias do rio Cunani (HILBERT, 1957).

Os estudos arqueológicos recentes no Amapá, conforme aponta Saldanha e Cabral (2010) reavaliam e aprofundam pesquisas anteriores e atuais, e traçam as novas perspectivas regionais. A Costa Estuarina, que envolve parte do centro-sul do estado, entre a bacia do rio Jari e Araguari, detentora da maior diversidade cultural antiga da federação até então pesquisada e que apresenta registro de Antrossolo tipo Terra Preta. A síntese da arqueologia do Amapá (SALDANHA; CABRAL, 2010) corrobora com as datações que colocam as populações pré-históricas mais antigas em 8.530 anos antes do presente (A.P).

Neste contexto, e com base em dados pedológicos e geoarqueológicos, propõe-se caracterizar as propriedades morfológicas, granulométricas e química da Terra Mulata nas imediações do sítio arqueológico AP-MA-05, no município de Macapá, Amapá, buscando identificar padrões de assentamentos de populações antigas no ambiente amazônico.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, está situada na coordenada central 00° 02' 18.84" N e 51° 03' 59.10"W, no bairro Jardim Marco Zero, município de Macapá, estado do Amapá. Nesta área foi identificado na década de 1990 o sítio arqueológico AP-MA-05, quando realizava as construções do prédio para o Curso de Geografia (Bloco E) da UNIFAP. O referido sítio caracterizado como do tipo cemitério contendo enterramentos funerários, fato que abre

perspectivas ao potencial arqueológico ainda maior da área. Nesse período, os estudos foram realizados por arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MACHADO, 1997) e posteriormente, em 2008, foi pesquisado por arqueólogos do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA (SALDANHA; CABRAL, 2009).

Na área de estudo há testemunhos de vegetação de cerrado, em contato com as espécies arbóreas que formam uma zona de transição, mas que sugere um avanço da vegetação arbórea em direção à arbustiva, dada a maior umidade relativa. Verifica-se também a presença de espécies vegetais associada a ocupação humana, a exemplo das palmeiras.

Quanto aos aspectos geomorfológicos da área, predominam os planaltos e tabuleiros rebaixados. Os planaltos estão relacionados com os sedimentos cretáceo-terciários da formação Alter do Chão, já os tabuleiros associam-se aos sedimentos da Formação Barreiras (IBGE, 2004). Assim, estão presente as formas aplainadas tabulares e formas dissecadas em mesa.

No que se refere aos solos, destaque para os Latossolos Amarelos de textura média (IBGE, 2004), que se encontram sobrepostos pela vegetação arbórea, enquanto que nas áreas de vegetação arbustiva a textura dos Latossolos apresenta-se ainda mais arenosa, no entanto em direção norte da área estudada é possível encontrar Latossolo Amarelo concrecionário (COSTA; MOURA; PEREIRA, 2016). A Figura 1, ilustra um mapa de localização da área da UNIFAP.

Figura 1 - Localização do Campus Universitário Marco Zero da Universidade Federal do Amapá, destacando os diferentes pontos da área estudada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

MATERIAIS E MÉTODOS

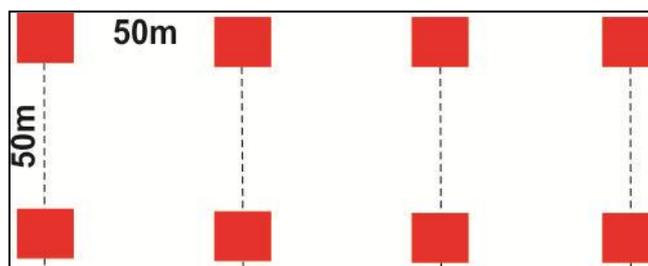
Para a realização deste estudo primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico à cerca da ocupação humana antiga do estado do Amapá, dos seus aspectos ambientais, bem como do registro e/ou dados secundários quanto a ocorrência de solo antropogênico.

Além da busca de dados secundários, os solos foram descritos quanto as propriedades morfológicas do solo, a exemplo da cor, textura, estrutura e espessura do horizonte pedológico superficial. Posteriormente, na área destinada a construção do Hospital Universitário da UNIFAP, foi projetado um transecto de 250 m de comprimento, contendo 6 pontos de coleta, equidistantes 50 m (Figura 2). Em cada ponto foi coletado uma amostra de solo (HU-9, HU-10, HU-11, HU-12, HU-13, HU-14), todas correspondente a profundidade 10-20 cm e representativas da área de estudo para realização de análises laboratoriais.

Para efeito de comparação com os solos da área do HU, na área adjacente (AD) ao hospital, foi aberta uma trincheira nas dimensões 120 x 140 cm de profundidade e então coletada 6 amostras de solo, com base nos horizontes pedológicos.

As referidas amostras foram encaminhadas ao laboratório de solos e geomorfologia – LAGESOL, do Curso de Geografia da UNIFAP, onde foram descritas em detalhes a morfologia e em seguidas foram secas ao ar, destorroadas, peneirada em peneira com malha > 2mm. Em seguida foram determinadas as propriedades físicas e químicas no laboratório da EMBRAPA/Amapá. A Figura 2, ilustra as malhas de sondagem e coletas das amostra de solo.

Figura 2 - Croqui esquemático da malha de sondagem e coleta de amostras de solo na área de implantação do Hospital Universitário, no Campus da UNIFAP.



Fonte: pesquisa de campo, 2015

A descrição morfológica e a determinação da cor do solo obedeceram à metodologia proposta por Lemos e Santos (2002) e Munsell (2000). A análise granulométrica foi

determinada pelo método internacional da pipeta. As análises químicas [Matéria Orgânica, Fósforo (P) e Cálcio (Ca) + Magnésio (Mg)] foram realizadas conforme EMBRAPA (1997).

Esta pesquisa foi desenvolvida durante a execução do projeto “diagnóstico e prospecção arqueológica preventiva na área de implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá”, em setembro de 2015.

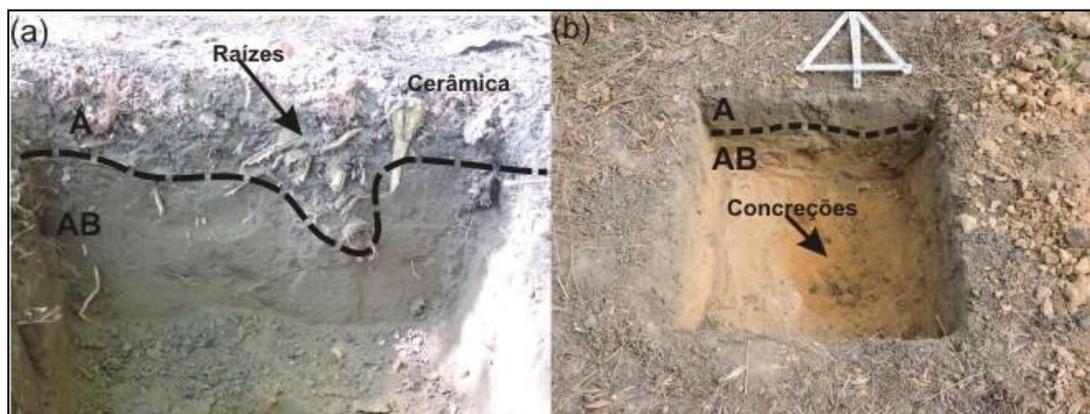
RESULTADOS E DISCUSSÃO

MORFOLOGIA E GRANULOMETRIA DA TERRA MULATA E ADJACENCIA

Na área do HU foi identificado ocorrência de Terra Mulata (TM), o solo apresentou sequência de horizontes A, AB, BA, B, com características de processo pedogenéticos bem avançado nas topografias plana e nas de maior inclinação, como esperado, o solo é menos espesso, porém com boa drenagem. Assim, foi possível visualizar solos com profundidade variáveis, desde uma fina camada de cerca de 15 cm, seguida de espessa camada de concreções lateríticas (Figura 3), porém em outros pontos de coleta o solo alcançou profundidade superior a 100 cm.

Em diversos pontos de sondagens observados, os primeiros 20 cm, os solos é TM apresentam coloração cinza (10YR5/1) e cinza escuro (10YR4/1), o leve escurecimento é atribuído a maior adição de matéria orgânica. Por outro lado, nos horizontes mais profundos (B), a coloração do solo variou do bruno amarelado (10YR5/2) ao amarelo brunado (10YR8/8) (Figura 3). A textura, no entanto, pouco varia, predominando as classes de franco argiloarenosa e franco arenosa. Nos diversos pontos observados fora registrada baixa ocorrência de material cerâmicos, para ser mais preciso foram coletados apenas 4 fragmentos, em pontos distintos da área destinada a construção do Hospital Universitário.

Figura 3 - Aspectos da morfologia do solo TM, cinza escuro arenoso nos primeiros 20 cm (A, AB), associada a ocorrências de fragmentos cerâmicos (a); Solo raso com presença de concreções lateríticas (b).

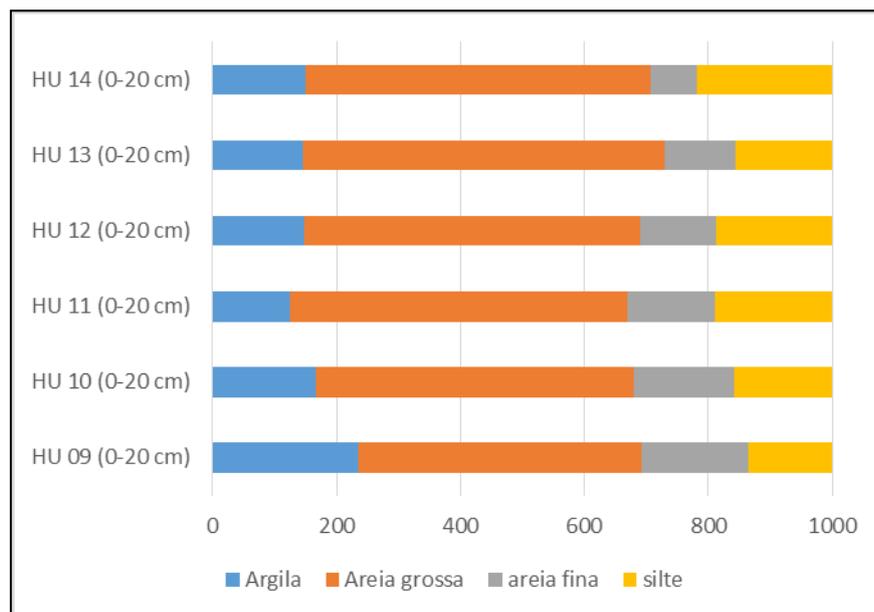


Fonte: Costa; Moura e Pereira, (2016).

Segundo Kern et al., (2003), o horizonte A de solos antrópicos, em média variam de 30 a 60 cm, enquanto que em área de floresta ficam entre 10 a 15 cm, em média. Vale ressaltar que, nas TM de Juruti, no estado do Pará, o horizonte A apresentou textura franco arenosa, coloração cinza muito escuro (10YR3/2 a 10YR3/1), enquanto que no solo AD a textura é arenosa e de coloração bruno acinzentado (7.5YR3/2). A estrutura moderada, transição difusa entre os horizontes, carvões dispersos e ausência de fragmentos cerâmicos ou líticos são caracteres comuns nas TM da área. (COSTA et al., 2013, 2015).

A composição granulométrica das amostras de solo TM, apontam predominância da fração areia (699 a 631 g/kg), seguida da fração argila (234 a 124 g/kg), portanto, todas pertencente a classe textural franco arenosa, exceto a amostra HU-09 que apresentou o maior conteúdo de argila e, portanto, pertencente a classe franco argiloarenosa (Figura 4).

Figura 4 - Composição granulométrica (g/kg) das amostras de solo na área de ocorrência de Terra Mulata, Hospital Universitário/UNIFAP.



Fonte: pesquisa de campo, 2015

O perfil de solo da área adjacente (AD), que corresponde ao solo que não apresenta alteração por ocupação humana pré-colonial, é um solo profundo, bem desenvolvido, com cerca de 140 cm de profundidade e apresentou a sequência de horizontes A, AB, BA, B1, B2 e B3 (Figura 5). O horizonte A ou superficial apresenta uma espessura de 10 cm, com cor bruno acinzentado (10YR5/2) e textura é franco-arenosa. A estrutura é moderada com

pequenos e médios blocos angulares e subangulares, e ligeiramente plástico e pegajoso, e como esperado, contendo um grande número de raízes finas.

Nos horizontes de transição AB e BA, a espessura foi de 10-32 cm e 32-54 cm, respectivamente. A cor do solo variou de bruno (10YR5/3) ao bruno claro (10YR6/3) respectivamente, refletindo a diminuição da matéria orgânica e o acréscimo dos minerais de ferro dado o aumento da profundidade. No aspecto textural, o horizonte AB é franco-arenosa, enquanto que BA é franco-argiloarenosa e a estrutura é forte a moderada com pequenos e médios blocos. O horizonte AB é ligeiramente plástico e pegajoso e BA é plástico e pegajoso. Assim como nos demais horizontes do perfil a transição entre estes horizontes é difusa e com ocorrência esporádica de raízes finas.

Figura 5 - Aspecto da morfologia do solo sob vegetação de cerrado nas adjacências (AD) do Hospital Universitário.

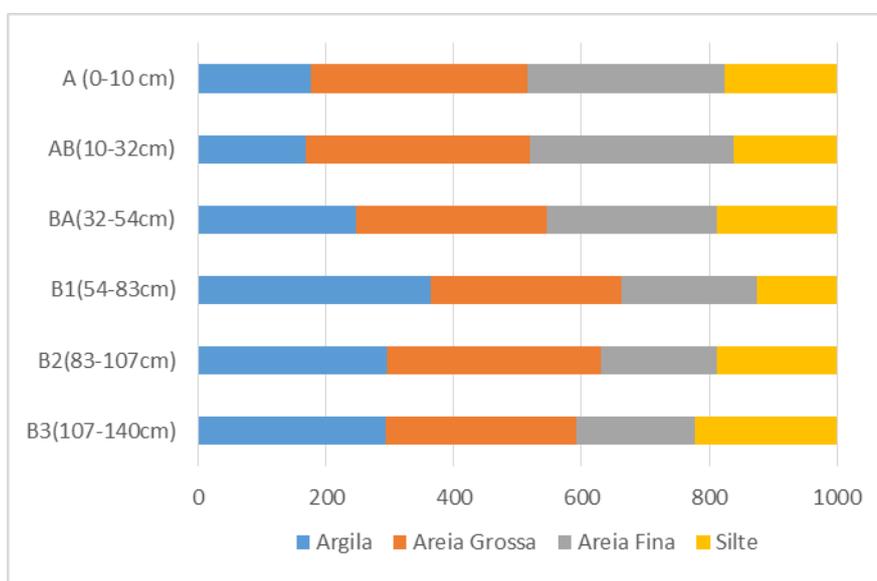


Fonte: pesquisa de campo, 2015

O horizonte B ou subsuperficial apresentou a sequência B1, B2 e B3, atingindo 86 cm de espessura, sendo que B1 compreendeu 29 cm, B2 com 24 cm e B3, aproximadamente 33 cm. A cor do solo variou do amarelo (10YR7/6 e 10YR7/8) ao amarelo brunado (10YR6/8), respectivamente. Quanto à classe textural, o horizonte B1 apresentou-se argilosa, com teores em torno de 60% da fração argila. Por sua vez, os horizontes B2 e B3 a textura é franco argilo-arenosa. Observaram-se áreas bioturbadas com constante presença de cupins e outras atividades de microbiológicas, relictos orgânicos e frequentes raízes finas entre os horizontes B1, B2 e raras no horizonte B3.

Os dados da análise granulométrica apontam concentração da fração areia nos horizontes superficiais, nos dois solos estudados, os teores estão na ordem de 648 g/kg nos primeiros 10 cm e 670 g/kg até os 30 cm de profundidade (Figura 6). Estes teores elevados confirmam o aspecto arenoso destes solos e também demonstra a perda das frações mais finas, como argila e silte para camadas mais profundidas ou mesmo por escoamento superficial. Estes processos de perda ou translocação são potencializados ao se considerar as características climáticas regionais e especialmente locais de alta pluviosidade, superior a 2000 mm/ano.

Figura 6 - Composição granulométrica (g/kg) das amostras de solo na área adjacente (AD) ao Hospital Universitário/UNIFAP.



Fonte: pesquisa de campo, 2015

Por sua vez, os teores da fração argila apresenta conteúdos entre 177 a 168 g/kg no horizonte A e AB, caracterizando a textura franco arenosa ou classe textural média, conforme EMBRAPA (1997).

PARÂMETROS QUÍMICOS E SUA RELAÇÃO COM A OCUPAÇÃO HUMANA ANTIGA

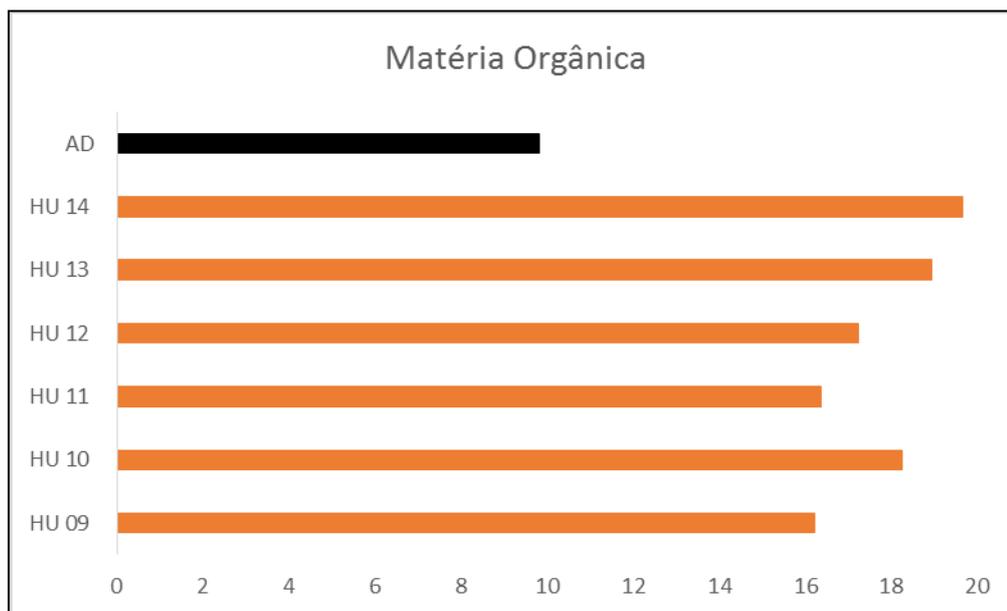
Os teores de Matéria Orgânica (MO) em um solo compreende uma variável fundamental na identificação de solos antrópicos, especialmente quando consideradas os aspectos climáticos sob os quais se desenvolvem. Na Amazônia, onde as adversidades climáticas se caracterizam por altas temperaturas e umidade que resultam em taxas precipitação elevada, condicionam a formação de solos com características de baixas

fertilidade, dada ao intenso processo de decomposição da MO e processo de lixiviação dos nutrientes.

Nos Antrossolos, os teores relativamente elevados de MO permanecem nos solos mesmo sob condições climáticas adversas. Assim, compreende uma característica diagnóstica importante na modificação e uso do ambiente por antigas populações.

Quando observa-se os conteúdos de matéria orgânica nos solos TM e AD considerando as similaridades de profundidades das amostras, fica evidente o acréscimo de material orgânico no solo da área de implantação do hospital (Figura 7). Neste local, o acréscimo de MO é praticamente o dobro do que ocorre em sua área adjacente. Portanto, corroboram com as terras mulatas descritas por Costa (2011) e Costa et al., (2013) em Juruti (PA), no Baixo Amazonas.

Figura 7: Distribuição dos teores de matéria orgânica (g/kg) em amostras de solo de terra Mulata na área de implantação do Hospital Universitário (HU) e em sua área adjacente (AD).



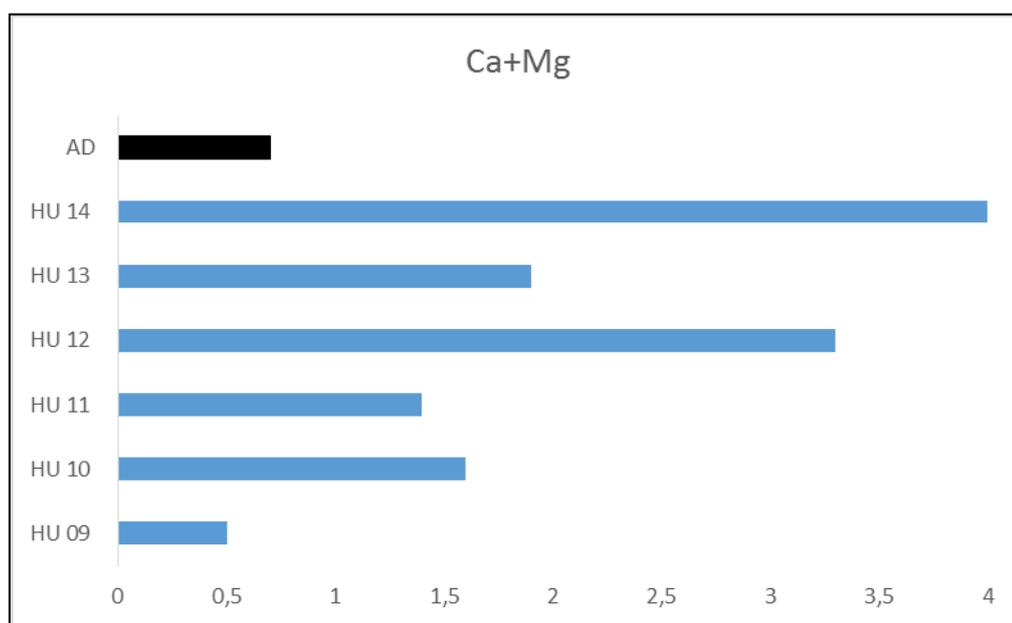
Fonte: pesquisa de campo, 2015

Além da MO, os teores de cálcio + magnésio (Ca + Mg) demonstraram maior concentração no solo TM, quando comparado ao solo AD. Os conteúdos de Ca + Mg são na ordem de até oito vezes maior na Terra Mulata em relação a sua área vizinha (AD) (Figura 8). Essa relação significa que o grau de modificação do solo e da paisagem pela ocupação humana pré-colonial foi intensa e prolongada, ainda que os teores de fósforo (P), que representa um elemento diagnóstico da presença humana nas TPA tenham se mostrado

normais para solos tropicais (menos de 3 mg/kg) nas amostras analisadas. Assim, os resultados sugerem que a matéria orgânica adicionada na Terra Mulata na área do Hospital tem natureza eminentemente vegetal.

Considerando os dados coletados no levantamento morfológico e químico da superfície e subsolo, os quais mostraram que na área pesquisada o solo apresenta características de alteração antropogênica, visto que, fora registrado horizonte A relativamente espesso, contendo cores cinza escura a muito escura e ocorrência esporádica de vestígios cerâmicos fruto de ocupações humanas antigas.

Figura 8: Distribuição dos teores de cálcio + magnésio (g/kg) em amostras de solo de Terra Mulata na área de implantação do Hospital Universitário (HU) e em sua área adjacente (AD).



Fonte: pesquisa de campo, 2015

CONSIDERAÇÕES

Considerando o contexto arqueológico em que a área está inserida, bem como, sua geomorfologia, em uma área de relevo plano a suavemente ondulado, com áreas de transição ente cerrado e floresta de terra firme, ainda que em estágio de conservação bastante alterado por atividades antrópicas contemporânea. Este cenário aponta a existência de condições ambientais favoráveis as estratégicas de ocupação humana no passado remoto.

No entanto, especificamente na área de estudo apresentou um baixo potencial para usos relacionados a moradia ou atividades cerimonial-ritualísticas, dada a baixíssima

ocorrência de material cerâmico. Por outro lado, os poucos fragmento cerâmicos pré-colonial associados as características do solo identificadas nos estudos geoarqueológicos apontam potencialidade elevada como áreas de cultivo, a exemplo de roças, dada as características apresentadas: horizonte A relativamente espesso, contendo cores cinza escura a muito escura e ocorrência esporádica de vestígios cerâmicos fruto de ocupações humanas antigas, além de conteúdos elevados de matéria orgânica e nutrientes, configurando assim a ocorrência de solo arqueológico ou Antrossolos tipo “Terra Mulata”.

REFERÊNCIAS

COSTA, J. A.; COSTA, M. L.; KEM, D. C. Analysis of the spatial distribution of geochemical signatures for the identification of prehistoric settlement patterns in ADE and TMA sites in the lower Amazon Basin. Journal of Archaeological Science, 40, 2771-2782. 2013.

COSTA, J. A.; COSTA, M. L.; KEM, D.; SANTOS, C. M. E. Pedogênese de solos antrópicos: as terras pretas e terra mulata do baixo Amazonas. Revista Equador. v.04, p.440-44, 2015.

COSTA, J. A.; MOURA, H.; PEREIRA, I. Pedomorfologia de antrossolos no município de Macapá, Amapá: resultados preliminares. Anais do XI SINAGEO. Maringá –PR. 2016.

DENEVAN, W. As origens agrícolas da terra mulata na Amazônia. In: In: Teixeira, W.; Kern, D.; Madari, B.; Lima, H.; Woods, W. (Eds.). As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 421 pp. 2010.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solo. (Rio de Janeiro, RJ). **Manual de métodos de análise de solo.** 2ª ed. ver. atual. Rio de Janeiro, 212p. 1997.

FALCÃO, et al.,. Pedology, fertility, and biology of central Amazonian dark earths. In: Woods, et al.(eds), Amazonia dark earths: Wim Sombroek's vision. Springer. p213-228. 2010.

FALCÃO, N.; BORGES, L. Efeito da fertilidade de terra preta de índio da Amazônia central no estado nutricional e na produtividade do mamão hawaí (*carica papaya* L.). Acta Amazonica. Vol. 36(4): 401 - 406. 2006.

Glaser, B. et al. **The Terra Preta phenomenon – a model for sustainable agriculture in the humid tropics.** XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Anais de resumos SAB. 2001.

Goeldi, E. A. **Excavações archeológicas em 1895: As cavernas funerárias artificiais de Índios extintos no Rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica.** 1ª Parte. Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. Reimpressão da edição de 1900.

Hilbert, P. P. **Contribuição a Arqueologia do Amapá: Fase Aristé.** In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropologia. Nº01. 1957.

IBGE. Mapa geomorfológico do Estado do Amapá. 2004.

Kämpf, N.; Kern, D.C. **O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia.** In Tópicos em ciência do solo. Vol. 4, julho, viçosa, MG: Sociedade brasileira de ciência do solo. 2005.

Kämpf, N.; Woods, W.I.; Kern, D.C.; Cunha, T.J.F. **Classificação das terras pretas de índio e outros solos antrópicos antigos.** In: Teixeira, W.; Kern, D. Madari, B.; Lima, H. & Woods, W. As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. p. 87-102. 2010.

Kämpf et al. **Classification of Amazonian Dark Earths and other ancient anthropic soils.** In: Lehmann, J.; Kern, D.C.; Glaser, B. & Woods, W.I. Amazonian Dark Earths. Origin, properties and management. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, p.77-102. 2003

Kern et al. **Pedo-geochemical signatures of archeological sites in the Tapirapé-Aquiri National Forest in Marabá, Amazonia, Brazil.** *Geoarchaeology: An International Journal* 30: 430–451. 2015.

Kern et al. **Distribution of Amazonian Dark Earths in the Brazilian Amazon.** In: Lehmann, J.; Kern, D.C.; Glaser, B.; Woods, W.I. *Amazonian Dark Earths. Origin, properties and management.* Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 51-75p. 2003.

Kern, D.C.; Kämpf, N. **O Efeito de Antigos Assentamentos Indígenas na Formação de Solos com Terra Preta Arqueológica na Região de Oriximiná-Pa.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo, Campinas*, 13:219-225. 1989.

Lemos, R. C.; Santos, R. D. **Manual de descrição e coleta de solo no campo.** Viçosa, 4 ed. SBCS, 83p. 2002.

Machado, A. L. **Relatório do Salvamento Arqueológico do Sítio AP-MA-5: Campus Universitário Macapá-AP.** Belém: MPEG. 1997.

Munsell Colors Company. **Munsell soil colors charts.** Baltimore. 2000.

Saldanha, J. D. M.; Cabral, M. P. **Primeiro relatório do Programa de Resgate Arqueológico no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);** Macapá. 2009.

Saldanha, J. D. M.; Cabral, M. P. **Arqueologia do Amapá: reavaliação e novas perspectivas.** In: Pereira, E.; Guapindaia, V. (Orgs). *Arqueologia Amazônica.* Belém; MPEG; IPHAN; SECULT. 2010.

Smith, N. J. H. **Anthrosols and Human Carring Capacity in Amazonia.** *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 4:553-66. 1980.

Sombroek, W. G. **Amazon soils: A Reconnaissance of the Soils of the Brazilian Amazon Region.** Wageningen, Center for Agricultural Publications and Documentation. 292p. 1966.

Sombroek et al., **Terra preta and terra mulata: pre-columbian amazon kitchen middens and agricultural fields, their sustainability and their replication.** 17th WCSS, August, Thailand, 14-21. 2002.

WRB - World Reference Base for Soil Resources. IUSS Working Group WRB. International soil classification system for naming soils and creating legends for soil maps. World Soil Resources Reports No. 106. FAO, Rome. 2014.

COMUNIDADES TRADICIONAIS: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – Ap.

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar - Curso de Geografia, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH. E-mail: manoel@unifap.br

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão apresenta as lutas/desafios por territórios, territorialidades e modo de vida construídos por Comunidades Tradicionais, na resistência à expansão das fronteiras do capital. Registrados por meio de um relatório de observação e de vivências, junto aos cenários e aos seus desafios cotidianos, incluídos dentre muitos, as fronteiras do capital mundializado. Estes se materializam por meio dos conflitos fundiários que envolvem tanto o acesso à terra, quanto a continuidade dos modos de vida da maioria das comunidades tradicionais desprotegidas dos direitos à participação e aos privilégios de políticas públicas e de garantias que assegure jurídica e consuetudinariamente, a contiguidade do modo de vida, dos seus membros e dos seus descendentes.

Em função do pouco esclarecimento sobre estes aspectos levantou-se a seguinte dúvida: De que maneira este trabalho pode ser capaz de contribuir para a compreensão da real situação em que se encontram as populações camponesas, as quais atuando no campo integram-se, constituindo-se parcela dos camponeses em nível nacional, uma massa de trabalhadores que vivenciam espaços onde convergem debates, agendas e mobilizações das mais diversas naturezas e, que dão prioridades às discussões sobre as fronteiras geradas pelo capital no campo amapaense, pois os espaços de enfrentamento produzidos pelos camponeses os autorizam responsabilizando-os a discutirem de forma real e na prática, o modelo de desenvolvimento pensado pelos diversos tipos de camponeses tradicionais, contrários a expansão das fronteiras do capital.

Todavia, os fundamentos que deram origem a construção deste trabalho surgem em função das pesquisas de campo, como atividade extensiva em forma de aulas proferidas por professores do Doutorado Interinstitucional da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal do Amapá (DINTER UFG/UNIFAP), nas comunidades quilombolas do Mel e do Curiaú, que foram de grande importância no sentido de “experenciarem”, o mundo vivido pelos sujeitos das comunidades.

O conhecimento e a coleta dos diversos mecanismos e dos instrumentos utilizados na construção e na compreensão do território, da territorialidade e do modo de vida constituído por eles naquelas comunidades. Ao mesmo tempo, foi possível explorar aspectos que podem configurar as ideias de que os saberes e as experiências tradicionais utilizadas pelos

quilombolas, mateiros, ribeirinhos dentre outros são instrumentos importantes e imprescindíveis, para a manutenção e para o desenvolvimento das suas atividades camponesas.

A partir dessas noções básicas foi importante indagar: em quais medidas as comunidades tradicionais camponesas asseguram os seus territórios, as suas territorialidades e constituem o seu modo de vida, diante da expansão das fronteiras do capital, geradas pelo agronegócio? Dúvida, que imposta em grandes dificuldades para o entendimento da ordem atual de que a resistência contínua, o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais aplicados por estas comunidades são resultantes das suas práticas e das experiências desenvolvidas por elas.

As práticas e as experiências dão sentido à sua existência, fato que permite acreditar e, considerar também que os seus modos de organização socioeconômica e culturais, enquanto marcas identitárias espaciais, produzem sentido e significados à existência dos seus territórios e dos seus lugares de vivência.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi: descrever em quais medidas as comunidades tradicionais camponesas constituem e asseguram o seu território, a sua territorialidade e o seu modo de vida frente a expansão das fronteiras do capital. Essa perspectiva em conexões pode evidenciar certas situações vividas pelos camponeses, enquanto territorialidades tais como: as dificuldades em manter a posse das suas terras, a perda em grande parte da sua identidade, a substituição das suas atividades familiares em detrimento das estratégias coletivas e das parcerias entre comunidades, instituições públicas e privadas, dentre outros fatores que contribuem para a instabilidade e a pouca resistência destas comunidades frente as imposições determinadas pelo capital global.

Outros fatos ainda se manifestam como rastros do mundo contemporâneo, na medida em que os territórios e os lugares constituídos, a partir das potencialidades, da criatividade e das habilidades desenvolvidas pelos camponeses, pouco tem assegurado os direitos individuais e coletivos da posse da terra e dos meios de produção frente a imposição hegemônica do capital mundial.

AS LUTAS/DESAFIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS POR TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MODO DE VIDA COMO RESISTÊNCIA NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO CAPITAL.

OS TERRITÓRIOS DAS COMUNIDADES DO MEL E DO CURIAÚ

As perspectivas para a elaboração deste artigo surgiram durante uma atividade de campo, das aulas do Curso de Doutorado em Geografia (DINTER UFG/UNIFAP), no sentido de melhor constatar e compreender teoricamente e, na prática, sobre os modos de construção dos territórios, das territorialidades e do modo de vida, das comunidades tradicionais. Neste caso, estas enquanto instrumentos de enfrentamentos contrários às fronteiras de expansão do capital. Uma vez que estas categorias/conceitos surgem a partir de uma estrutura organizacional construída coletivamente pelos indivíduos territorialmente, combinando modos de produzir e de pensar a agir sobre a própria natureza da construção existencial dos modos de vida das comunidades camponesas do Mel e do Curiaú.

O território geopolítico da comunidade do Mel, está localizado, a altura do km 30 da BR 156, no sentido sul/norte do Estado do Amapá, as margens de um dos braços/afluentes do rio Curiaú que passa em frente a comunidade, abrangendo uma área de um total de 2,6 mil hectares de terras, sobreposta a Área de Preservação Ambiental (APA) do Curiaú.

A origem do nome dado ao território quilombola, conforme informações dadas por um dos moradores, de prenome Manoel, foi em detrimento de que em 1954, o Sr. Antônio Bráulio de Souza, pai do informante, ao comprar a área, em parte composta de “ressaca” (ambiente conhecido regionalmente por essa denominação), foi constatado que aquele território também se constituía de vegetação de campo e de matas ciliares e, que, em diversas árvores de portes maiores existiam muitas abelhas e muitas colmeias armazenadoras de mel.

Antes aos indícios constatados, perceberam que, nas comunidades quilombolas do Mel e do Curiaú, as atividades camponesas frutos dos seus aspectos socioculturais são os elementos que asseguram o próprio modo de produzir os seus territórios e os seus modos de vida, como mecanismo utilizado para proporcionar os enfrentamentos à expansão das fronteiras desenhadas e emplacadas pelo capital, no território do Estado do Amapá.

Todavia, para fundamentar a possibilidade intencional de discussão teórica-conceitual sobre território foi preciso recorrer a compreensão resumidamente defendida por alguns autores sobre esta categoria, dentre eles Dematteis (1981) dito por Saquet (2007, p. 53), quando se refere ao entendimento do território “como produto de conflitos e de contradições sociais”, para adiante inferir-lhes a noção geopolítica, cultural e simbólica de sua natureza.

Nesta perspectiva, na primeira ideia, o conceito de território constantemente e, amplamente sempre foi utilizado na sociedade, conforme os ditames da hegemonia global desde o início da formação do Estado Moderno, como parâmetros de conquistas e de controle de territórios relacionados a delimitação de fronteiras em diversas áreas, todavia, reivindicadas por vias diplomáticas ou conflitivas, demonstrando o seu caráter de poder e de domínio, exatamente sob perspectivas das fronteiras criadas pelo capital.

No segundo momento de pensar por este artigo, o qual refere-se às comunidades camponesas quilombola do Mel e do Curiaú, leva-se em consideração não só a natureza das funções estratégicas agregadas ao conceito de território geopoliticamente, enquanto um ente constituído de territorialização jurídico, político, técnica, econômica e social, enquanto fronteiras conflitivas, mas, também agrega e soma as suas representações e as suas lógicas culturais e simbólicas que lhes são atribuídas em função de que os camponeses utilizam estes outros mecanismos geridos entre eles, no sentido de contraporem-se as determinações fronteiriças impostas pela ordem mundial do capital.

Esta proposta de entendimento e de construção dos territórios camponeses passa a apresentar melhor contundência a partir do que pensa Almeida quando diz: que “é da diversidade dos grupos sociais que resulta aquela dos territórios – a dimensão, as configurações espaciais e as funcionalizações dos territórios” (ALMEIDA, 2005, p. 105). Como instrumentos próprios, de proteção dos grupos sociais camponeses.

TERRITORIALIDADES E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MEL E DO CURIAÚ

Durante os estudos sobre os territórios como portadores de ideologias, de representações simbólicas do inconsciente, de relações diversas e de base material, foi possível nos conduzirem a uma abordagem diferenciada da territorialidade, a qual no pensar de Almeida (2008, p. 316), está presente e apresenta “uma imagem do mundo, subjetiva e evolutiva”, porque, tende a considerar-se que outros aspectos de sua estrutura, ainda desconhecidos podem manifestar-se, para compor a natureza da sua constituição. Por conta disso, há necessidade de aprofundar-se nos estudos sobre territorialidades e seus conceitos em processo de definição, assim como, sobre as funções destas territorialidades representadas por diversas instâncias como: sociais, econômicas políticas, ideológicas e culturais, no sentido de proporcionar-lhes claras e contundentes respostas a compreensão das atitudes e das ações intrínsecas desenvolvidas por comunidades tradicionais na efetivação das suas territorialidades sejam dos quilombolas, dos mateiros, dos ribeirinhos agricultores e dos camponeses tradicionais na formação dos seus modos de vida.

Isso ocorre porque muitos elementos constitutivos do território e do modo de vida, destas comunidades podem modificar-se dentro o seu próprio território, assim como intraterritórios, manifestando-se como outras ou novas fronteiras a serem contornadas por elas. Em se tratando de comunidades tradicionais, as quais o quilombo do Mel e do Curiaú, sempre mantiveram e ainda os mantem as suas subsistências sustentadas a partir da agricultura e da criação reduzida de gado, por si só, explicam a pouca evolução agropecuária e de outras formas de economia.

Isto porque, desde a ocupação das terras por estas comunidades, no Amapá, as suas estratégias de desenvolvimento sempre estiveram pautadas, com base nas políticas de territorialização da gestão com interesses na exploração dos recursos naturais ligados à expansão das fronteiras do capital mundial. Estas estratégias tem contribuído ao longo dos períodos de ocupação dos territórios dos camponeses do Amapá, para a destruição das suas potencialidades e criatividades desenvolvidas pelo modo de vida sustentável daquelas comunidades, como forma de apropriação, controle e exploração da renda da terra.

Por conta destes fatores, entende-se como territorialidades, as imbricações/efeitos resultantes das funções determinadas pelos elementos que constituem os pilares de mobilidade dos modos de vida produzidos por comunidades camponesas. Enquanto aquela espécie de estrutura de combate a expansão das fronteiras impostas pelo capital, em que se combina modo de produzir e de pensar a agir por meio da sua própria natureza existencial.

Por sua vez, estas permanecem ainda, essencialmente agro rurais, sempre determinado pelo cotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e pelas condições das moradias ocupantes dos espaços territoriais no interior, somados a outros elementos representativos que constituem as territorialidades, no contexto do território do camponês negro, do mateiro, do índio dentre outros elementos. Neste caso, tais como: o roçado de milho, do feijão, da banana, da mandioca, a pequena criação diversificada de animais e a fábrica de produção de farinha.

Esta, já em condições de funcionamento coletivo, em parceria entre as famílias das comunidades e o Governo federal, as quais subsistem recebendo reduzido apoio, porque são intermediadas por meio da assistência técnica proporcionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é insignificante à evolução das comunidades.

Nesta perspectiva, os elementos que constituem a territorialidade dos modos de vida destas populações, são representados também pelos sentimentos de identidades assumidas e vividas pelos sujeitos tais como: de ser negro, de serem agricultores ou/e quilombolas

camponeses dentre outros caracteres. Essa forma de assumirem-se enquanto tais não impede esses grupos sociais de terem relações com grupos considerados diferentes, todavia é preciso propor limites, para impedi-los de aceitar o que pode ameaça-los de desprendimento dos seus valores essenciais (CLAVAL, 1995 citado por ALMEIDA, 2004, p. 112)

MODOS DE VIDA: COMUNIDADES DO MEL E DO CURIAÚ

Por ocasião anterior neste artigo, já foi demonstrado que modo de vida camponês pode ser considerado como uma espécie de estrutura que combina, modo de produzir e maneiras de pensar a agir sobre as suas próprias condições existenciais. Talvez em função da precariedade dos meios de produção, assim como da aplicação das práticas mais rudimentares ainda de subsistências, utilizadas pelas comunidades camponesas do Amapá, frente a expansão das fronteiras do capital mundial por meio do agronegócio, a estrutura de organização dos camponeses tem enfrentado consequências de dimensões até então incontroláveis.

Dentre um dos contrapontos de grande relevância, segundo um informante comunitário, o que mais contribui para a desagregação das comunidades camponesas é porque a maioria dos seus membros são pessoas mais idosas. Essa particularidade contribui para que haja pouca articulação entre elas e os setores de gestão administrativa, em função da própria condição física e mental dos indivíduos, já bem desgastadas, não se apertam com tantas destrezas no que concerne aos enfrentamentos para a supressão das suas demandas.

Descompasso dessa natureza, implica gerar várias fronteiras a ser contornadas pelas comunidades tais como: a pouca condição de infraestrutura de uma vida melhor, pois o que tem de imediato é somente um sistema isolado de água tratada para suprir principalmente a demanda da escola local e da sua comunidade escolar.

As pressões sejam financeiras ou de outras naturezas no que se refere a posse, a compra ou a ocupação da terra pelos capitalistas, gerando nesse sentido, facilmente, a desestabilização dos territórios e, em pouco tempo a destruição do modo de vida camponês, o qual tem se equilibrado de maneira sustentável, ao longo da história do campesinato no Amapá. Mas, o sentimento de pertencimento entre os membros das comunidades tradicionais camponesas em relação a propriedade e o usufruto da renda da terra é o principal elo entre ambos, pois este é o bem de maior preciosidade para os camponeses, a terra, que os levam a continuidade da sua permanente luta contra a expansão das fronteiras geradas pelo capital.

A afirmativa pode se justificar por meio do que disse um informante comunitário camponês, quando foi perguntado sobre o que representa a terra aqui para o camponês, a

resposta foi “que ela é tudo”, “porque os posseiros se apropriaram das outras terras e eu consegui a continuar aqui, para criar os filhos e sustentar a família”. Essa declaração demonstra o valor e o significado de ter adquirido parte do território que é coletivo, como um bem que lhes dá o direito a vida em comunidade.

Esta convicção corresponde ao conteúdo da ideia de territorialidade, no que diz respeito, as interações entre a terra e o mundo dos sentimentos dos camponeses e, portanto, da sua cultura, relacionando-se a um bem que lhes pertence ou a um território que lhes assegura a sobrevivência. Para tanto abdicam seus direitos e partem para o enfrentamento contrário a expansão das fronteiras do capital a partir do seu modo de vida próprio.

O sentimento de pertencimento das terras adquiridas pelas famílias se justifica em função de que para as comunidades do campo “a atividade mais importante ainda é, a agricultura, porque assegurou e continua sustentando a sobrevivência dos antigos e dos mais jovens moradores, assim como das futuras gerações”. Assim, não se pode prever até quando terão a posse e a ocupação das suas terras, como direito de manter o seu modo de vida e as suas identidades.

No entanto, conforme percepção de uma moradora da APA do Curiaú, com a chegada de outras famílias com intenções de ocupar as terras, as incertezas sobre a garantia de propriedade dos seus territórios passaram a ser duvidosas, em função das disputas externas e também internas, sobre cada chão de terra envolvendo a participação ou não das comunidades, nos acordos de acomodação de outras famílias.

Essa é uma das questões que já envolvem conflitos internos e externos, porque conforme um informante camponês antigamente até por volta da década de 1967, as comunidades na sua maioria participavam dos eventos culturais principalmente dos afro-descendentes resguardando e mantendo a identidade negra, quilombola de camponês nativo que lhes são de raízes.

Com a chegada de outras famílias e com elas novos hábitos socioculturais integrando-os às comunidades camponesas por meio da adesão da maioria das famílias aos rituais evangélicos, a partir de 1968, de acordo com os moradores mais antigos, “começa a haver o início da desagregação de alguns rituais considerados de grande importância para a manutenção e representação do modo de vida e da identidade das comunidades”, passando a substituir as antigas formas de vida, por outros elementos agregados de novos sentidos e significados à realidade dos camponeses do Mel e do Curiaú.

Fronteiras desta natureza podem ser percebidas por ocasião também dos festejos comemorativos entre as famílias, que acontecem durante a primeira semana do mês de agosto de cada ano. Por ocasião desses encontros, nas várias comunidades e entre outras comunidades adjacentes, envolvem-se outras igrejas convidadas que conduzem as novas concepções de fé. São eventos que promovem diferentes conflitos aos modos de vida dos camponeses do Amapá.

Neste contexto, algumas tentativas de inclusão dos rituais afro-descentes, das festas dos santos padroeiros, das estórias contadas pelos mateiros, são ensaiadas e ritmadas por meio de instrumento de cordas, em particular por violão, utilizado pelos mais jovens. Mas, o sentido e o significado desta inclusão ao novo contexto de fé passam a criar certos conflitos, não permitindo a hibridização dos aspectos culturais e tão pouco a sua exclusão propriamente dito. Todavia esse tipo de desagregação do modo de vida dos camponeses passa a existir em função da abrangência ideológica gerada pela expansão das fronteiras do capital. Pois, os conflitos só se amenizam ou se resolvem em parte, principalmente por aquelas famílias ou grupos que detém o poder maior de convencimento espiritual.

Esse participar ou não de territórios diferentes culturalmente e, de transitar politicamente entre as territorialidades, enquanto referência simbólica, pode representar ao final deste movimento cotidiano, a construção e a vivência de um tipo de estrutura que pode ser denominada de multitransterritorialidades. Em outras palavras, é a utilização e benefícios sentidos, no cotidiano de vida dos sujeitos, por causa desse “privilégio” em “experimentar” condições diversas, no contexto de um mesmo território, ou de territórios desiguais.

Esta combinação de condições mostra que tanto no sentido mais estritamente político de usufruir de dois ou de mais territórios, ao mesmo tempo, quanto no sentido do poder simbólico proporcionado pelas suas condições transidentitárias, demonstram a ambígua condição de ser camponês (quilombola do Mel, do Curiaú). Por um lado, praticante de modo de vida próprio e, cultuando os santos enquanto suas entidades de fé e, do outro lado participando e identificando-se como evangélicos. Esse tipo de vivência e de relações são constantes dentre as comunidades camponesas, as quais asseguram o acionar de mais de uma identidade territorial (HAESBAERT e SILVA, 2001, p. 15).

Todavia, a fronteira de maior impacto que paira entre as comunidades camponesas e que determina a geração de outros conflitos internos e também externos ao modo de vida dos camponeses, é a fronteira de expansão do capital mundial propriamente dito. Esta hipótese pode ser evidenciada, a partir de relatos de informantes afirmando de que a comunidade

surgiu e se desenvolveu contando com o quantitativo a partir de 8 (oito) irmãos, originando 80 (oitenta) netos e 256 (duzentos e cinquenta e seis) bisnetos, atingindo após a união dos demais membros um total de 600 (seiscentas) pessoas descendentes.

No entanto, a partir da instalação do agronegócio (silvicultura e grãos), em particular, nas divisas dos territórios das comunidades do Mel e do Curiaú no Amapá, diversos fatores contribuíram para a desagregação da estrutura que constitui o modo de vida daquelas comunidades. Primeiro por falta de conhecimento sobre os impactos gerados pela instalação e expansão das fronteiras por meio do agronegócio, a devastação assustadora de grandes áreas, a utilização dos agrotóxicos conhecidos como venenos pelos camponeses, a agregação ilegítima das suas terras por meio da utilização de diversos instrumentos ilícitos dentre outros fatores, fizeram com que, atualmente sua população conte apenas com pouco mais de 100 (cem) pessoas.

A maioria das pessoas foi para a cidade de Macapá, segundo alguns moradores: "eles deixaram os quilombos em busca de melhores condições de vida, para si e para seus familiares", em especial: melhores condições de moradias, de escolas de melhor qualidade, em busca de atendimento à saúde, para os mais idosos e para as crianças, dentre outras perspectivas de melhorias. Nestas condições percebe-se que o sentimento de ser camponês do tipo quilombola-ribeirinho dentre outras identidades, ainda existe fortemente entre os anfitriões das famílias estudadas.

Entretanto, os fatores relatados por eles, assim como a indecisão dentre os mais jovens, em expressar suas identidades de raízes, ou de migrarem a outro tipo de organização sócio cultural ou econômica, podem ser decisões que estão gerando também implicações para a desagregação daquelas comunidades.

Neste sentido, entende-se que a expansão das fronteiras do capital promove a precarização e instabilidade sociocultural do modo de vida dos sujeitos camponeses. Estes passam a conviver com uma outra realidade diferente daquela constituída por aqueles que constituem o seu território e as suas territorialidades, algo que não é apenas passageiro e provisório, mas, é a construção da sua própria condição de existência, ou seja, é um constante exercício que serve para contornar determinados problemas, o que mais parece um feixe de dificuldades embicando-lhes no contexto da sua contínua existência.

Estas condições vividas, por indivíduos em comunidades camponesas, foram abordadas por Haesbaert (2011), quando trata do viver no lite, a partir do entre a multiterritorialidade e do contornamento de determinadas fronteiras/problemas, enquanto

territórios dos encontros, dos confrontos e dos desencontros. Todos estes, produzidos por diversos sujeitos e, por seus feitos materiais ou imateriais, ou seja, são espaços em que se depara com o outro, realiza-se o movimento mais explícito de (re)definição de nós mesmos – seja pelo aprofundamento do próprio olhar sobre nossa singularidade, seja pela indagação colocada pelo olhar do outro que nos impõe, ao mesmo tempo, contestações, afirmações e relativizações (HAESBAERT, 2011, p. 17).

Outra fronteira resultante da expansão do capital a ser contornada pelos camponeses do Mel e do Curiaú é aquela resultante da instalação do Programa Minha Casa Minha Vida desenvolvida pelo governo federal e, financiada pela Caixa Econômica Federal – CEF. Registra-se que, embora não seja objeto deste estudo, no entanto, a citação é no sentido de entender a instalação do território e da territorialidade do capital, entre as comunidades camponesas, tentando destruir de uma vez, o modo de vida daquelas comunidades no Amapá.

Quando se indagou sobre o programa de moradias do Governo Federal, a resposta foi incisiva proferida por um dos seus membros: “eles, a maioria não vai sair da antiga morada, para ocupar a nova casa proposta e planejada pelo Governo, porque já estão acostumados aqui e, mudaria o cotidiano de vida”.

“Para tentar resolver, no entanto, a Associação dos Moradores da comunidade foi chamada, assim mesmo para escolher o local e, assim ficou, do jeito que a diretoria decidiu”. “O projeto teve como meta a construção de 56 (cinquenta e seis) residências, mas, em função de outros fatores que não sei dizer, apenas 48 (quarenta e oito), estão em fase final, a mais de um ano paralisadas sem água e sem energia elétrica”. Percebe-se nesse sentido, que a instalação e a constituição do território do agronegócio, como expansão da “nova e última” fronteira do capital encontra-se recheada de conflitos, que exigem certas habilidades no sentido de contornar as diversas fronteiras existentes entre os camponeses do Amapá.

É assim, o modo de vida constituído pelos camponeses quilombolas da comunidade do Mel e do Curiaú, pois eles têm como instrumento de consolidação dos seus objetivos, o sentimento de pertencimento sobre os territórios onde moram, espaços em que para os moradores e principalmente, para os mais antigos como foi dito, por um informante, ser quilombola camponês “é ter as raízes e as matrizes africanas, assim como a terra como seu principal meio de sobrevivência”.

Este caráter de se assumirem enquanto camponeses demonstra um estado de reação à expansão das fronteiras do capital por parte dos indivíduos, no que se refere as perdas e as ameaças que rondam o seu território, assim como o receio de ter o direito de posse cerceado

da terra e, de perder a “autonomia” se é que tem plenamente direitos as terras, para constituir o seu modo de vida.

Os relatos de moradores daquelas comunidades, testemunham que um dos fatores responsáveis pela desestabilização das estruturas camponesas geradas pela expansão das fronteiras do capital mundial pode ser em função de que alguns moradores demonstram interesse em partilhar também do agronegócio, privatizando individualmente suas terras. Esse fator conflitivo proporcionou outra fronteira a ser contornada pelos camponeses das comunidades do Mel e do Curiaú, assim como para outras comunidades, no que se refere a regularização, das suas terras no Amapá.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MODOS DE VIDA EM COMUNIDADES CAMPONESAS DO MEL E DO CURIAU

A título de ilustração tomou a comunidade do Mel como exemplo para a observação e descrição da sua natureza, pois a comunidade do Curiaú foi pouco explorada, neste artigo, aguardando outra oportunidade para desenvolver questionamentos relativos a ela. Todavia, a comunidade do Mel ainda sobrevive com base na sua maioria da agricultura de subsistência, pois, o constante retorno mínimo de produção aos agricultores, levará a lutar por melhores e, mais sofisticados mecanismos de produção da farinha e dos seus derivados.

Nestas condições, o território da casa da farinha, das roças, da agropecuária diversa, dos quilombolas do Mel e do Curiaú, são os elementos identitários que caracterizam e constituem a identidade e o modo de vida daquelas comunidades revelando-se a partir da territorialização destes elementos em consequência da posse e do uso da terra, enquanto um bem que diz respeito as interações entre os indivíduos e ao mundo dos sentimentos de pertencimento dos sujeitos em relação a terra.

A territorialização destes elementos são importantes e responsáveis pelas intenções da maioria das famílias da comunidade, por demonstrarem interesse, em realizar parceria entre o governo do Estado do Amapá e a Associação dos Moradores da comunidade, que teve como um dos resultados a entrega da casa da farinha em novembro de 2013 aos agricultores das comunidades do Mel e do Curiaú.

Estas decisões demonstram que já não mais se caracterizam como comunidades que tem somente as suas bases e as suas forças de produção, a partir dos membros das famílias, mas de modo já coletiva, também em parcerias com as instituições públicas. A estratégias de cooperação, entre Governo e comunidades, sobre a casa de farinha, ou fabriqueta de farinha, foi considerada por muitos dos seus usuários, como uma manobra no sentido de amenizar a

dificuldade enfrentada pelos camponeses, pois a infraestrutura montada por ser pequena para atender as demandas satisfatórias da comunidade é insuficiente.

Contudo, para outros camponeses do Mel e do Curiaú, no sentido de ganhos em melhorias e aperfeiçoamento da farinha e dos seus derivados, “está de bom tamanho”. No entanto, demonstra um certo deslocamento da essência, em que historicamente sempre foi determinado, a natureza da territorialização de um território de comunidades tradicionais. É a tal subsunção do modo de vida dos camponeses e da ampliação da exploração da força de trabalho mecanizando em parte, a produção da farinha e dos seus derivados.

Desta feita, a casa da farinha, medindo 13 metros de frente por 25 metros de fundo apresenta a seguinte estrutura: 01 forno elétrico para torrar; 02 fornos manuais também para torrar a farinha; 01 peneira manual, para separar a massa grossa (denominada de crueira) da massa fina (transformada em farinha propriamente dita); 01 depósito para esfriar a farinha depois de torrada; 01 prensa manual; 03 tipitis para espremer e retirar o tucupi; 01 prensa elétrica; 01 caititu elétrico; 01 peneira elétrica; 01 triturador de mandioca e 06 ralos para triturar mandioca.

Com esta estrutura, para que seja produzida a farinha e os seus derivados, há necessidade da ação de pelo menos 05 homens e 03 mulheres para o processo de torração. Além de 03 mulheres a mais, para o processo da descascação das raízes. Essa pequena estrutura possibilita produzir em média 15 sacos de farinha por dia. Lembrando que é durante o processo de escaldação (uma das fases de torração da farinha), que se definirá, se vai produzir uma farinha grossa ou fina, ou ainda de boa qualidade alimentar, isso depende também da habilidade de quem está torrando a farinha, assim como da altura do fogo.

O que pode ser percebido na casa da farinha, durante o processo de fabricação, foi a presença de grupos de pessoas, membros das famílias, na sua maioria. Essa condição de organização das atividades diárias, como territorialização dos seus modos de vida comunitário, indicam que são práticas de cunho coletivo-familiar, imperando dentre os territórios camponeses.

De acordo com relato de um dos moradores, existem também outras formas de cooperação ou parcerias entre as famílias, no sentido de reforçar e ampliar o quantitativo de indivíduos e das suas forças de trabalho. Por exemplo, durante a preparação das roças tais como: na fase de brocagem, a qual precisa desmatar a vegetação de pequeno e de médio porte; na fase da derrubada da vegetação de grande porte; na etapa das queimadas, a qual acontece principalmente na Região Norte, entre os meses de setembro a outubro de cada ano, momento

em que, os cuidados com os incêndios precisam ser redobrados e por fim, a fase de encoivarar, aquele momento da retirada dos restos de arvores, os quais o fogo não deu conta de destruir, notadamente os maiores troncos, caule e os galhos.

Dependendo do tamanho da roça: a fase do plantio muitas vezes conta somente com a participação dos familiares e parentes mais próximos. Assim como, a manutenção da roça limpa, durante o período de crescimento das plantas, também na maioria dos casos conta somente com a força de trabalho dos membros das famílias.

Por fim, dependendo do tipo da planta, as fases que mais precisam de um número considerável de pessoas para a execução da colheita são: a colheita do arroz, da mandioca e a da melancia, as demais colheitas são mais efetivamente realizadas por membros de cada família. Essas são características que ainda se revezam, dentre o modo de participação das famílias, nas atividades coletivas entre os camponeses quilombolas do Mel e do Curiaú.

Vale reforçar que durante a fase de fabricação da farinha, muitas famílias buscam auxílios nas estratégias de parcerias entre si, porque é aquele momento de expectativa em alcançar o máximo do quantitativo na produção e em seguida da venda do produto, em que as famílias agricultoras, são recompensadas socioeconomicamente, a partir do seu intenso e “sacrificoso” trabalho, os quais resistem as duras penas ao seu modo, contrários a expansão do capital em favor do seu modo de vida tradicional.

Nestas condições os lugares da casa da farinha e as roças dos quilombolas do Mel e do Curiaú, são os elementos em destaque além de outros, que caracterizam e constituem a identidade e o modo de vida, das comunidades nos campos do Amapá, manifestadas a partir da posse e do uso da terra, enquanto um bem que diz respeito as interações e ao mundo dos sentimentos de pertencimento evocado pelos sujeitos, os quais são capazes de constituir e manifestar a sua identidade, nos espaços constituídos pelos seus territórios.

Estes elementos constituem a identidade e o modo de vida de comunidades tradicionais, que se territorializam debatendo-se, mas territorializando-se frente a expansão do capital. São desta feita, mecanismos que compõem o imaginário social e cultural do território dos camponeses, os quais são fatores em que Castro considera ser “o cimento da coerência deste imaginário, por tornar visível e interpretável os simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e com o seu meio, todavia materializando-se nos diferentes modos de organização socioespacial” (CASTRO, 1997, p. 155).

Nesse sentido, é possível perceber a estrutura indentitária dos camponeses em que, não se constitui apenas por consenso entre os sujeitos, mas, na maioria dos casos por dissenso,

nos modos de pensar e agir destes sujeitos, em detrimento dos diversos interesses das comunidades tradicionais.

Estes conflitos puderam ser notados, a partir da própria posição tomada pela União dos Negros do Amapá - UNA, quando postergou cinco anos para proporcionar um espaço para desenvolver os rituais e as práticas culturais praticadas pela comunidade quilombola do Mel, ao perfil da gestão maior dos quilombolas do Amapá. Isso porque a maioria dos membros da comunidade interessada decidiu integrar um outro segmento adepto ao evangelho-presbiteriano, decisão que segundo a diretoria da UNA, seus membros, não mais expressavam os aspectos culturais de uma comunidade quilombola, em particular a cultura do Marabaixo, que é simbólico no Amapá.

Conflitos desta natureza, pode ser expresso por meio da fala de um dos moradores, quando foi perguntado: como eles mantinham as suas identidades culturais? A resposta foi de que, “já está um pouco complicado, porque, os pensamentos dos Ministérios de fé são diferentes um dos outros”. Isso significa mesmo, o potencial das expressões ideológicas dissolvidas por meio da nova ordem mundial, no sentido de realinhar os camponeses e/ou as organização sociais aos seus ditames.

Esta justificativa demonstra os argumentos utilizados pelos ministérios evangélicos, no que se refere ao controle sociocultural e ideológico que deve ser diluído ao cotidiano das famílias que já aderiram essa forma de relação sociocultural por meio das manifestações espirituais, numa perspectiva de que pode ser possível a migração e a interação dos indivíduos camponeses para outros territórios, participando de novas territorialidades.

Para atingir este estágio de novos encontros e desencontros dos iguais e dos diferentes, enquanto fronteiras a serem contornadas, foi necessária uma adequação nos seus mecanismos rituais, começando pelos cânticos musicais, na utilização dos modelos dos vestuários. Assim como na restrição da participação dos indivíduos em determinados tipos de eventos costumeiros, no sentido de expressar as formas de organização das comunidades que anteriormente a essa “migração de modo de vida” sofrida pelos camponeses, principalmente entre os quilombolas sempre foi comum. Observa-se que são tipos de conflitos que geram várias fronteiras e que necessitam de muitas habilidades, a serem contornadas entre esses segmentos sociais.

Para fragilizar ainda mais, a estabilidade do modo de vida dos camponeses, nos últimos anos instalam-se a última fronteira de expansão do capital, por meio do agronegócio representado pelo plantio e expansão da soja, tendo como limite de separação, as terras

pertencentes a duas comunidades: a comunidade do Mel e a comunidade do Curiaú, onde a primeira comunidade, a penas a Rodovia BR 156, na altura do km 30, separa o agronegócio, das atividades tradicionais camponesas, pois a segundo, encontrando-se sobreposta, enquanto APA, passa a ser ameaçada em função das disputas pela terra.

Como se trata de comunidades rurais, localizada como fronteira à instalação do plantio de grãos (da soja, do milho, do arroz) elas apresentam alguns desafios peculiares que merecem atenção ao estudá-las como territórios fronteiras de expansão do capital mundial. Um dos fatores que merecem atenção é a resistência dos indivíduos em permanecer na terra.

Merece atenção ainda, a luta pela garantia da sua identidade, fazendo parte do seu cotidiano, porque no contexto das disputas pela hegemonia do capital e pelos direitos a terra, estão em jogo os espaços dos encontros, dos desencontros, das afirmações, dos receios, dos conflitos, do trabalho e até das festas como rituais identitários. Tratam-se de estudos que requerem uma breve análise de comunidades rurais, dentro de um contexto geográfico, sustentada numa base físico-territorial, nas relações socioeconômicas e culturais, nas relações de vizinhança e na identidade (MORETTI & MARIANI, 2015, p. 280), no sentido de contribuir para a continuidade da territorialização dos territórios dos camponeses, frente as reinvenções do capital.

Quando em conversas informais com o líder comunitário (o qual não é o presidente da Associação dos moradores) “fomos informados por meio da expressão daquele cidadão, de que “a presença da lavoura da soja é um perigo constante para a comunidade, para o ambiente e em particular para a apicultura, porque no entendimento dos agricultores, a soja, é produzida a base de veneno”, “sendo que por enquanto, é esse o maior problema”. A apicultura é um dos projetos que segundo eles pode ser uma das formas de melhorar as condições de vida das famílias do campo, mas, com a presença da soja, as possibilidades de produção de mel de abelhas *in-natura*, pode ser abortado.

Durante visita as famílias do quilombo do Mel foram detectadas também que a presença da monocultura em larga escala, em função do pouco conhecimento em particular do plantio de grãos por um lado, impõe muitas dúvidas aos indivíduos que moram e que desenvolvem um modo de vida sobre a égide de uma produção de subsistência. Pois, longe ainda, de manterem o controle e a posse da produção suficiente para assegurar a manutenção das comunidades, assim como dos meios de produção e das tecnologias avançadas.

Por outro lado, existem também algumas famílias que expressam curiosidades e interesses em aderir o modo de produção “moderna” e que seja possível a utilização dos

“novos” mecanismos de desenvolvimento da agricultura capazes de aumentar o volume da produção e do capital investido pelas comunidades tradicionais do campo.

O impasse aos poucos, passa a consolidar-se aos territórios dos camponeses tradicionais como mecanismo de uso e posse da terra, mesmo as famílias, não tendo clareza sobre os benefícios ou sobre os riscos que essa “nova forma de utilização da terra possa gerar”, porque as comunidades camponesas, assim com suas organizações, não podem ser constituídas e entendidas somente a partir da lógica da produção capitalista, mas, devem ser percebidas sobre o olhar do modo de organização e de vida de comunidades tradicionais que vivem da renda da terra, a partir do seu modo próprio de produção.

Alertam-se para que seja possível perceber as diversas concepções e os diversos modos de compreender as formas de organização dos camponeses, em particular das comunidades do Mel e do Curiaú, as quais são ao mesmo tempo quilombos, objeto deste artigo-relatório, as quais margearam mais plausivelmente a visão ressignificadas por Almeida (2010) quando demonstra que:

“Quilombo na nova visão não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. É uma comunidade e, como tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente” (ALMEIDA, 2010, p. 119).

Nesse sentido, entende-se que não é possível mais ver, conviver e aceitar de forma apática, a territorialização do capital dentre os modos de vida em comunidades camponesas, uma vez em que, o tratamento dispensado pela imposição do capital tem por finalidade a descaracterização do seus modos de vida, pois utilizam de diversos mecanismos de controle hegemônico, a propósito de submetê-las, as imposições daqueles que podem e controlam os diretos consuetudinários sobre a posse da terra, do território e do uso e usufruto dos seus produtos como meio e mecanismo de subsistência destas comunidades. Os quais são chamados por Almeida de “espaços de vida, de superstição, de ritos e de cultos que compõe um único universo” (ALMEIDA, 1992, p. 44).

Talvez por estas e outras formas de alerta, o debate nesse artigo tenha evidenciado sempre uma preocupação maior: a permanência das comunidades camponesas tradicionais do Amapá, frente a expansão das fronteiras do capital, em particular a permanência dos quilombos do Mel e do Curiaú constituídos a partir do seu modo de vida, como instrumento de enfrentamentos a outras formas de organização socioideológica e cultural, assim como,

buscando alternativas para a convivência equilibrada dentre as suas fronteiras internas e as fronteiras constituídas por meio do agronegócio.

Nesse sentido, compreender os significados e as implicações, enquanto territorialização geradas pela expansão das fronteiras do agronegócio no Amapá, tanto para o capital, quanto para os modos de vida dos camponeses é constituir e municiar-se de fatores sobre os quais cabe a geografia agrária e cultural primeiramente, conduzir os seus esclarecimentos, porque conforme Corrêa (2012, p. 137), “são construções intelectuais que visam dar sentido as diversas esferas da vida”.

Isto significa que, ao compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade, além do conhecimento da sua organização, da sua constituição e da sua estrutura, ou seja, os significados são os fundamentos últimos de todo tipo de conhecimento, nesse caso trata-se das potencialidades desenvolvidas pelas comunidades camponesas. Portanto, de constituição própria, de aplicabilidades estratégicas e de implicação profundas

CONSIDERAÇÕES

O artigo em questão deflagrado sobre comunidades tradicionais: as lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital pelos camponeses do Amapá, foi produzido acompanhado de preocupações diversas, principalmente no sentido de superar a incisão entre territórios material e território imaterial, tornando-os como diferentes, mas, nas mesmas condições de importância, tanto no que diz respeito aos interesses do modo de produção capitalista, quanto a supressão dos interesses dos camponeses, pois este enquanto estrutura resultante dos padrões socioculturais desenvolvidos pelas comunidades, tal qual como condição essencial e base para a compreensão de suas especificidades.

Nesse sentido foi percebido que os aspectos socioculturais desenvolvidos pelas comunidades do Mel e do Curiaú, é o principal fator que proporciona a inscrição das ações dos indivíduos no território, deixando as suas marcas pela história e pelo trabalho dos seus sujeitos, numa constante luta em defesa da conquista das suas demandas materiais e imateriais. Pois suas grafias podem ser entendidas como os processos resultantes do modo de organização das comunidades, utilizadas como instrumentos de promoção das resistências, das intervenções e das estratégias também utilizadas na apropriação, no controle e na

manutenção dos seus espaços, ante a expansão das fronteiras de desagregação dos seus territórios.

Foi também constatado que a presença do agronegócio em território camponês proporciona diversas consequências negativas às comunidades tradicionais tais como: espaços de conflitos, de interesses contrários e de interesses comuns, dentre os quais representados pelo Estado, por meio da Fundação Cultural Palmares, dos Ministérios, dos Municípios, da Prefeitura, da autarquia (INCRA) e da Sociedade civil, representada pelos líderes das Associação dos moradores das comunidades.

Com raríssimas interferências, a presença de instituições de pesquisa, quando no máximo, realizam-se visitas esporádicas como aulas de campo ou interesses em conhecer a comunidade. A presença destas instituições que até certo ponto assistem aos interesses dos camponeses, também as faz por causa dos seus objetivos que em muitas ocasiões podem ser colocados em cheque e, que se divergem um dos outros, nas perspectivas das suas demandas.

Por conta destas ações é que os territórios dos camponeses o qual agrega os quilombos em particular do Mel e do Curiaú, precisam ser compreendidos, portanto, como espaços fundamentalmente multidimensionais, nos quais se criam e se recriam as condições de sobrevivências dos sujeitos, dos seus valores, das práticas culturais e sociais e das suas formas de economia, as quais lhes são próprias

E, portanto, neste artigo tratou-se de compreender e descrever um território camponês dotado de historicidade caracterizado pelo seu ritmo de existência específica, que se move a partir dos modos de vida das suas comunidades sejam, quilombolas, mateiros, ribeirinhos dentre outros espaços segmentos sociais, utilizados para a constituição das suas territorialidades.

Nesta perspectiva, as dinâmicas que se constituíram direcionaram-se, para alguns aspectos tais como: criar e manter os traços que asseguram os indivíduos camponeses fazerem frente, a instalação e ao avanço do agronegócio, ou constituir-se como um território híbrido, buscando inserir-se, no mundo moderno. De modo em que as reais situações em que se deparam os camponeses frente a expansão do capital, necessitam de atenção, monitoramento e de acompanhamento sobre as ações e os efeitos gerados pelo agronegócio no Amapá, considerado a última fronteira de atuação do capital mundial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados: **Os Kalunga de Goiás**. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 1º a 4 de agosto de 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalista. **Uma leitura francesa**. São Paulo, XX Encontro Nacional da AGB, 1992.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territorialidades, Representações do Mundo Vivido e Modo de Significar o Mundo. **Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo**. Salvador, EDUFBA, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e Territorialidades. **Mesa redonda Território e identidade**, IV Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, 2005a.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e Territorialidades. **O Lago da UHE da Serra da Mesa**. Campinaçu, 2005b.

CASTRO, GOMES & CORRÊA (Orgs). Imaginário Político e Território. **Natureza, regionalismo e representação**. In: Explorações geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, CASTRO & GOMES (Orgs). **Espaço e Simbolismo**. In: Olhares Geográficos. Modos ver e viver o espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

MORETTI, Edvaldo Cesar & **MARIANI**, Milton Augusto Pasquotto (Orgs.). Estudos Fronteiriços. **Desafios, perspectivas e práticas**. MS, ed. UFMGS, 2015.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagem e concepções de território**. **Exp. Popular**, 2007.

ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Possíveis Alicerces para o Desenvolvimento Sustentável do Amapá- Amazônia-Brasil

Josiane Pereira Cardoso - Mestranda no Programa de Desenvolvimento Regional - UNIFAP. E-mail: rita.josi@hotmail.com

Roni Mayer Lomba - Professor do Curso de Geografia - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH. E-mail: ronimayer@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Por muito tempo a educação do/no campo, ficou à margem do sistema e poucos estudos foram realizados sobre a temática. Mas na década de 1970, com reivindicações idealizadas por organizações sociais e com as ideias inovadoras de Paulo Freire, os homens do campo começaram a ter voz. No entanto, foi somente no início da década de 1990 que esse cenário começou a ter mudanças significativas, muitas a partir da Constituição de 88, que incluía a Educação do campo como direito garantido ao jovem do campo. Contudo, ainda na década de 1970, foram implantadas no Brasil as Escolas Famílias, com a Pedagogia da Alternância, uma metodologia que se utiliza da integração entre teoria e prática para favorecer o meio, uma metodologia inovadora e adequada à realidade do jovem do campo, mas só foi reconhecida e aceita no Conselho Nacional de educação somente em 2003, período em que as Escolas Família Agrícola - EFA, puderam certificar seus alunos.

Nesse contexto, busca-se aqui entender como, dentre os menos favorecidos, as pessoas que vivem no campo, as EFA conseguem proporcionar uma educação que propicia uma formação integral com base em um desenvolvimento com sustentabilidade¹². Vale ressaltar que, essa formação, em sua maioria, só é possível nas comunidades onde foram implantadas as Escolas Família Agrícola, as quais têm como incumbência proporcionar aos seus alunos os conhecimentos necessários para promoção do desenvolvimento, e o meio para isso é a formação integral aliada a um curso técnico.

As EFA utilizam uma metodologia de ensino fundamentada na Pedagogia da Alternância - PA, que tem como público alvo os filhos dos agricultores estabelecidos e/ou ligados às propriedades rurais, por se entender que a conservação do meio, a melhora na qualidade de vida, o equilíbrio financeiro e o desenvolvimento social, além de outros fatores, perpassa, pela formação. As EFA favorecem a formação técnica com envolvimento da família, potencializando e favorecendo as relações de mercado, a preservação do meio e a

¹² Segundo Trigo *et al.* (1994), o conceito de sustentabilidade tem uma perspectiva, um critério geral no que se refere às relações básicas da organização social, sendo mais do que um conjunto concreto e específico de ações a serem empreendidas por indivíduos ou organizações públicas e privadas da sociedade. Logo, viver de forma sustentável depende da consciência cidadã. Parafraseando Gadotti (2000), a forma mais adequada de promover a sustentabilidade é investir na Educação Ambiental.

criação e o fortalecimento de redes a partir das associações existentes nas comunidades, pois, desta forma, estariam colaborando para a sustentabilidade da família, a qual permaneceria em sua propriedade e a transformaria em uma fonte de geração de renda e trabalho com sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento local.

A PA utilizada pelas EFA na formação dos jovens e adultos do/no campo é uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender as necessidades de articulação entre educação escolar, trabalho, família e meio ambiente, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola com uma formação integral. O diferencial da PA é que ela já tem intrínseco em sua filosofia o desenvolvimento sustentável, constituindo um de seus pilares de sustentação.

Percebe-se que esta metodologia na educação do campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vivenciadas e experienciadas destes sujeitos. Assim, entende-se a importância das EFA com sua proposta pedagógica nos espaços rurais, respeitando todos os aspectos da vida daqueles que nele vivem e constroem a sua história. Observou-se também que as instituições têm como embasamentos, princípios que buscam harmonizar duas visões sobre ambientalismo: ao focalizar sua ação na formação técnica, parte do pressuposto que é possível conciliar desenvolvimento e preservação do meio, que é uma das características da sustentabilidade, e, ao mesmo tempo, congrega as concepções do socioambientalismo ao proteger e dar prioridade à formação de jovens que moram no campo com a perspectiva que nele permanecem, colaborando e proporcionando uma melhoria significativa na qualidade de vida das famílias e assegurando o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

Estudos sobre a educação do/no campo e as EFA, no Estado do Amapá, no que concerne à temática, ainda são muito incipientes. Partindo dessa premissa, o referido esboço consiste na elaboração de um estudo sobre a efetividade das Escolas Famílias Agrícola no Amapá e suas reais contribuições para o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde as escolas estão inseridas, formação e possibilidade de escolha para permanência dos seus egressos em sua localidade de origem a partir de sua metodologia, a Pedagogia da Alternância. Para tanto, foi necessário uma integração e interação com o meio, juntamente aos gestores, coordenadores, professores, pais e alunos das escolas pesquisadas.

Para a realização deste estudo, o método utilizado foi o Dialético acompanhado de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa. As técnicas adotadas para a coleta de dados foram levantamento documental, bibliográfico, visitas *in loco* e entrevistas informais, com uma estratégia baseada nos aspectos empíricos e qualitativos. Vale ressaltar

que, a opção metodológica adotada terá um foco interdisciplinar, pois se entende que o objeto de estudo carece de ser avaliado a partir de várias áreas do conhecimento, como os aspectos sociais, educacionais e econômicos, os quais compreendidos auxiliarão no entendimento da proposta educativa em análise (NASCIMENTO, 2005).

É fato que a pesquisa exige dedicação e disposição para a discussão acerca da temática, pois deve haver uma interação ajustada com a natureza e objeto de estudo para a produção do conhecimento e, assim, produzir ciência para sair do senso comum. De acordo com Alves (2002, p.16) “o senso comum e a ciência são da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver”. Nesse viés, certamente, conhecer as diferentes realidades das EFA do Estado do Amapá denota inserir-se nas distintas realidades expostas, no caso, a Escola família Agrícola do Pacuí - EFAP, a Escola Família Agrícola da Perimetral Norte - EFAPEN, a Escola Agroextrativista do Maracá - EFAEXMA, a Escola Agroextrativista do Carvão - EFAC, a Escola Família Agrícola do Cedro - EFACE e a Escola Família Agroecológica do Macacoari - EFAM, com uma dificuldade ainda maior por terem diferentes especificidades e múltiplas faces.

Conforme já mencionado, o objeto desta pesquisa foram as seis EFA implantadas em comunidades locais, pois, objetiva-se, mesmo diante do processo dialético e contraditório atrelado à educação, compreender o objeto de estudo desde sua origem no Estado e suas contribuições locais para o desenvolvimento local e sustentável. No que diz respeito aos sujeitos selecionados para a realização desta, foram: 6 gestores, 12 professores e 12 alunos, perfazendo 30 inquiridos.

Diante do exposto, espera-se compreender como as EFA atuam na formação de seus alunos e suas contribuições para um desenvolvimento sustentável nas comunidades que em que estão inseridas.

AS EFA E SUA PROPOSTA METODOLÓGICA – A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

De acordo com Estevam (2003), a história da Pedagogia da Alternância teve início na França, em meados de 1935. O movimento surgiu a partir de um grupo de agricultores que insatisfeito com o sistema educacional de seu país, que a princípio, não atendia as necessidades de uma educação voltada para o meio rural. O grupo de trabalhadores rurais empenhava-se por uma educação que atendesse as peculiaridades dos jovens do campo, uma educação com profissionalização em atividades agrícolas, com elementos que atendessem as necessidades para o desenvolvimento social e econômico da comunidade local.

O surgimento de escolas com a prática de alternância foi um processo demorado e peça de muitas discussões e amplos entendimentos. Teve seu início na Casa Paroquial de Sérignac-Péboudou com o apoio do Padre Abbé Granereau, um inovador e apaixonado pelo campo. Mas, é somente em novembro de 1937, com 40 alunos regulares e cursos noturnos, em Lauzun, que surgiu a primeira *Maisons Familiales Rurales* - MFR, em meio a profundas transformações e tensões no espaço rural, no bojo de longas discussões e reflexões no meio camponês francês que se estendiam desde a década de 1920 (CALVÓ, GARCIA-MARIRRODRIGA, 2010). Tal crescimento e transformação ficam evidentes no resumo de Gimonet (1999, p. 40):

[...] Em 1935 eles eram apenas quatro jovens adolescentes, filhos de pequenos agricultores, quatro pioneiros a viver essa inovação. No ano seguinte, dezessete jovens se escreveram essa nova escola. Dois anos mais tarde, como a fórmula chamou atenção nas redondezas, eles passaram a ser quarenta. Era necessário estruturar o empreendimento nascente. Os agricultores, pais desses jovens, agruparam-se numa associação, fizeram um empréstimo bancário e usaram o próprio financiamento deles para comprar uma casa. Eles batizaram sua escola de “A Maison Familiale de Lauzun” (nome da pequena cidade na qual ela foi implantada) e encontraram um formador. Assim foi criada a primeira Casa Familiar em 1937.

A ideia de uma escola com proposta metodológica inovadora, a Pedagogia da Alternância, deu tão certo que se multiplicou rapidamente na França, em 1950 já havia 120 *Maisons Familiales Rurales* - MFR, pois o princípio de ir e vir, onde os alunos passam um período na escola conhecido como Sessão Escolar e outro em casa, entendido como Sessão Familiar, foram aprovados como uma forma de complemento um do outro, atendendo assim, as reivindicações de pais e filhos camponeses. Consequentemente, espalhou-se pela Europa e para os demais continentes, pois o interessante desta nova metodologia é que ela vai adaptando-se de acordo com cada realidade e multiplicando-se sem perder os princípios idealizados em sua gênese. Na Espanha e na Itália essa prática foi denominada de Escola Família Agrícola - EFA.

Para uma melhor compreensão do processo de criação da MFR é importante frisar que estavam envolvidos membros de movimentos sociais francês, que lutavam por melhores condições no campo. Os dois principais estavam representados pelo Movimento Sillon¹³ e pelo Secretaria Central de Iniciativas Rurais - SCIR. Em termos de atuação estes movimentos possuíam como principais ideais, o cuidado dos processos de formação, da organização e

¹³ “Sillon significa sulco no Francês. Ele foi criado em 1894 a partir do lançamento da revista *Le Sillon*. A ideia de sulcar a terra em preparação ao plantio e à sementeira nova. Uma analogia ao que se pretendia fazer o Movimento: preparar os agricultores, através da formação e da mudança de mentalidade, para ações afirmativas de participação, organização e protagonismo. Foram criados círculos de estudos por todo o país, que lembram a experiência brasileira dos círculos de cultura de Paulo Freire, na década de 1960.” (BEGNAMI, 2003).

profissionalização dos agricultores para melhorar a produção; a reconstrução da agricultura e do campo, bem como o dos agricultores até o protagonismo na direção de suas organizações cooperativas e sindicais (BERNARTT; PEZARICO, 2011, p.6).

No Brasil, o estado do Espírito Santo foi o pioneiro em experienciar a Pedagogia da Alternância adotada pelas MFR, em 1935, na França. A primeira experiência das MFR ocorreu em 1968, tendo como referência direta a *Maison Familiale Italiana de Castelfranco Vêneto*. A chegada dessa proposta inovadora para as EFA se deve aos movimentos gerados pelos colonos preocupados com a crise social e econômica que ocorria na década de 60, o que fez com que eles assumissem para si a tarefa de edificar as EFA no Estado. Tiveram uma grande ajuda e influência da igreja Católica, através do Padre Humberto Pietrogrande, o qual conhecia a metodologia já adotada na Itália e, devido ao seu conhecimento, ajudou e motivou a vinda da alternância para o Brasil e, a partir da implantação das EFA, surgiu o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES.

É fato que, no Brasil, as primeiras escolas agrícolas foram caracterizadas como escolas informais, com cursos livres e duração de dois anos. Proporcionar uma formação técnica dos agricultores, incentivar seus os alunos a permanecerem no campo e incitar o uso de novas tecnologias, eram os objetivos das EFA. A formação humana e cidadã, o engajamento social e político dos alunos nas suas comunidades e nos movimentos sociais, também eram características marcantes das EFA que surgiram nesse período.

Mas o modelo de alternância, na década de 80, foi acoplado ao sistema convencional de ensino, o isso gerou um período crítico para os movimentos envolvidos à formação rural, pois tal mudança descaracterizava muitos aspectos específicos da dinâmica originada na França. Foi um período para a construção de uma identidade e isso ocasionou, em 1982, a criação da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB¹⁴. No entanto, após a década de 1980 e início de 1990, com significativas mudanças no cenário político nacional e com as medidas neoliberais no contexto educacional, surgem novos grupos organizados, tanto no nível nacional como regional, encorajados pelas demandas de formação, assistência pedagógica e financiamento.

Nesse sentido, a partir das profundas transformações vivenciadas no contexto educacional, promovidas e orientadas pelos organismos internacionais, os movimentos de

¹⁴ UNEFAB - foi instituída por ocasião da primeira Assembleia Geral das EFA no Brasil, realizada em 1982. Nesse período, surgiram vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais e criação de outros movimentos de organização dos agricultores na luta pela terra e valorização digna as famílias rurais (BERNARTT, PEZARICO, 2011, p.124).

formação rural no Brasil reestruturaram-se a partir da implantação e fortalecimento das Associações Regionais e locais, bem como sobre a necessidade da reflexão acerca das adequações da formação para o trabalho na perspectiva rural a partir das transformações produzidas pela globalização e “modernização” do campo (BERNARTT, PEZARICO, 2011, p.8). É importante frisar, que neste cenário, as expectativas com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, (Brasil, Lei nº. 9494/96) auxiliaram também esta fase nova de reestruturação (BEGNAMI, 2003, ESTEVAM, 2003). Com grandes expectativas, esse foi um período em que as EFA se estruturaram e reestruturaram-se para fortalecer sua identidade e obter novas conquistas embasadas na nova LDB.

Nesse viés, a nova reestruturação e a incansável busca para o fortalecimento na luta pelo direito a educação do/no campo, a UNEFAB, tem a finalidade de articular e vincular as escolas em busca de possíveis soluções para os problemas comuns e, com isso, fortalecer e apresentar a proposta pedagógica da alternância como uma alternativa real e promissora para os alunos do campo.

No Brasil, de acordo com Pereira (2004), podem ser encontrados sete tipos de experiências educativas com o sistema de Alternância:

– Escolas Famílias Agrícolas - EFA – surgiram no Brasil, no Espírito Santo, sobre a coordenação dos jesuítas. Influência italiana; – Casas Familiares Rurais CFR – surgiram no Brasil, inicialmente no Nordeste, na década de 1980. Influência francesa; o Programa de Formação de Jovens e Empresários Rurais – PROJOVEM. Após ter conhecido uma experiência de educação no Paraguai e as Casas Familiares Rurais no Sul do Brasil, um grupo de pessoas apoiado pelo Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Sousa criou na década de 1990, no Estado de São Paulo, o PROJOVEM. Este trabalho está representado somente neste Estado; Escolas Comunitárias Rurais - ECOR, surgiram em 1989, no Espírito Santo com apoio de vários seguimentos da sociedade; Escolas Técnicas Agrícolas - ETA, com base nas Escolas Famílias Agrícolas, também surgiram em São Paulo; Casa das Famílias Rurais - CdFR, surgiram na Bahia, Pernambuco e Piauí com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco; Escolas Populares Assentamentos - EPA, surgiram no Espírito Santo, nas áreas de assentamentos e são dirigidas pelo Movimento Sem Terra.

Mesmo com nomenclaturas diferentes, estes sete tipos de experiências em alternância, convencionou-se chamar de Centro Familiares de Formação por Alternância - CEFFA, pois apesar de particularidades, todos se baseiam nos mesmos princípios

metodológicos e filosóficos utilizados na Pedagogia da Alternância: Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Alternância e Associação Local (CARVALHO, MARES, 2009).

EDUCAÇÃO COM SUSTENTABILIDADE: CARACTERÍSTICAS DA PA

Educação do Campo e desenvolvimento sustentável estão em constante debate no âmbito acadêmico, o que é um avanço significativo no atual contexto político e social no meio rural, mas percebe-se que ainda não há um entrelaçamento entre os discursos educacionais e as práticas educativas utilizadas para a sustentável local que não estão relacionadas diretamente à necessidade de formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das ações capazes de modificar o seu entorno e originar dinâmicas construtivas que influenciem a economia local. No entanto, esse contexto, poderia ser facilmente redimensionado e interligado através de uma educação emancipadora e pensada para as necessidades locais do/no campo.

Que essa educação emancipadora e inovadora, atenda as necessidades e anseios dos jovens e homens do campo e que, seja uma educação que traga alternativas ao seu modo vida, que proporcione dignidade às pessoas e tenha dentro da sua filosofia características apontadas para a melhoria da qualidade de vida das famílias e garanta a promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade.

Nessa nova perspectiva, surgem as EFA com a Pedagogia da Alternância, e que, com uma vasta vivência concreta de Educação do Campo, busca para si a responsabilidade de debater, preparar e disseminar formas alternativas de produção, preservação e sustentabilidade local.

A concepção de desenvolvimento e sustentabilidade que está intrínseco na origem e na proposta Pedagógica da Alternância define, em sua linha de trabalho educacional no campo, ações que provoquem no sujeito transformações rumo à qualidade socioambiental, com pertencimento, afinidade e responsabilidade, características marcantes da Alternância (NASCIMENTO, 2005).

Vale ressaltar que, tais características atendem aos anseios da sustentabilidade e da Educação do/no campo, e que ambas surgiram como alternativas as necessidades destes em desenvolver e preservar o meio para que as gerações futuras possam ter a opção de permanecer em sua comunidade.

Outro ponto relevante é que a Pedagogia da Alternância tem como um de seus objetivos apresentar uma educação com o propósito de incentivar uma cultura de ligação entre desenvolvimento, natureza e sociedade, através de uma formação humanizada, com atitudes

ecologicamente corretas, que faça o homem, o jovem e a mulher perceber-se como ser ativo e integrante no processo, com uma visão socioambiental que compreenda o meio ambiente com um espaço de relações e interações sociais, culturais e naturais.

“A Educação Ambiental fomenta sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem, por via dessa perspectiva de leitura, dá-se particularmente pela ação do educador como intérprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da EA como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo” (Carvalho, Isabel C. M. Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico, 2004).

Assim, percebe-se um perfil ambientalista inerente na proposta pedagógica proporcionada pela Pedagogia da Alternância e que atende as aspirações do artigo 2º do cap.1 da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que define a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

O inciso II, do artigo 3º reforça essa relação entre educação e meio, quando delibera às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Assim sendo, percebe-se que a Pedagogia da Alternância contém uma proposta coerente para trabalhar Educação, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente de uma forma em que o desenvolvimento não prejudique o meio ambiente, proposta essa que está explícita no quarto pilar de sustentação da alternância e que se enquadra numa política de educação ambiental voltada para a sustentabilidade.

Com sua proposta inovadora, as EFA têm muito a contribuir no entrelaçamento de educação, sustentabilidade, meio ambiente como alicerces para o desenvolvimento local, mas ainda há muitas discussões sobre o conceito de desenvolvimento local e, no caso deste trabalho, o que mais se encaixa é o de Ávila et al (ÁVILA et al. 2000, p. 68 - 69):

O efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro daqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e

investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidade e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Desta forma, o Desenvolvimento Local acontece a partir dos benefícios apanhados e originados em seu meio por intermédios das atividades realizadas pela própria comunidade a partir de suas potencialidades. Assim, pode-se dizer que é um processo endógeno, pois é resultado da aptidão de unir as forças, de sua relação com o meio externo, despontando nos atores locais a compreensão que são sujeitos de sua própria história, iniciando um novo processo de mais autonomia, conquistada a partir de suas capacidades, competências e habilidades adquiridas durante a evolução do processo.

Assim, “[...] o desenvolvimento local deve ser medido não em termos de aumento de capital, mas sim à medida que reduz a dependência das comunidades locais e promove a melhoria da qualidade de vida” (MARTIN, 1999, p. 3).

Outro ponto relevante é que o desenvolvimento humano, de forma alguma deve ser medido somente com aparências quantitativas, como: saúde, educação e renda, mas com indicadores qualitativos (autonomia, qualidade de vida e justiça social), importantes indicadores para promover o desenvolvimento com o bem-estar das pessoas, acompanhado do respeito às culturas locais e ao meio ambiente. No entanto, Desenvolvimento local também pode ser:

Um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover a dinâmica econômica e melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p.23).

É bem verdade que, em sua origem, o Desenvolvimento local abarca teorias e conceitos como: local, território, capital social, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e soluções para problemas individuais e coletivos na comunidade, oportunizando a possibilidade de conquista igualitária para as pessoas, a partir de atividades e dinâmicas exógenas e endógenas.

O desenvolvimento local não está desatrelado do desenvolvimento rural e suas pluralidades, pois hoje, com os novos estudos, debates e conceitos, o desenvolvimento rural não se reduz apenas as atividades relacionadas à agricultura e a pecuária. Assim, Paulitsch descreve:

[...] toma importância nos municípios com cultura rural, á medida em que o mundo rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar de produção de mercadorias agrícolas. Como novos produtos, a oferta de ar e água de qualidade, turismo, lazer,

bens de saúde, possibilidade de combinar postos de trabalho agrícolas com pequenas médias empresas das áreas de serviço e transformação (PAULITSCH, 2002, p.151).

Desta forma, o capital social é um dos pilares para que ocorra o desenvolvimento rural. Ademais, o desenvolvimento rural vem sendo repensado com enfoque no capital social, caracterizado como uma espécie de força social capaz de interagir nos processos de desenvolvimento, ou seja, são recursos como confiança, relacionamento horizontal entre as pessoas, roças comunitárias (ABRAMOVAY op. cit, 1998).

Atualmente, pensar em desenvolvimento, significa atrelar ao processo indicadores que favoreçam o mesmo e, assim, entende-se que a Educação está intrínseca e não deve ficar à parte. As EFA, nesse sentido, têm a prática pedagógica que vislumbra e contempla a educação do/no campo, possibilitando a estabilidade dos jovens a partir de uma formação voltada para a permanência e a sustentabilidade local.

Quanto à formação no meio rural, se for estritamente profissional e não estiver associada a permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne exportadora de mão-de-obra, um pouco melhor que a média (ABRAMOWAY, 2000).

Contudo, entende-se que a formação e a capacitação técnica não devem ser usadas apenas como instrumento para o aumento da produção local, porém que o ator envolvido no processo reflita e se veja atuante, vislumbrando as possibilidades que, junto com a capacitação, estão sendo ou podem ser implantadas. É importante salientar que é um processo lento, constante e evolutivo, com características de desenvolver habilidades e competências que favorecem o aumento da autoestima e a capacidade de reflexão dos envolvidos sobre as ações realizadas para o desenvolvimento de uma determinada localidade, sobre tudo, nos **benefícios gerados**.

AS EFA E SUAS CONTRIBUIÇÕES LOCAIS

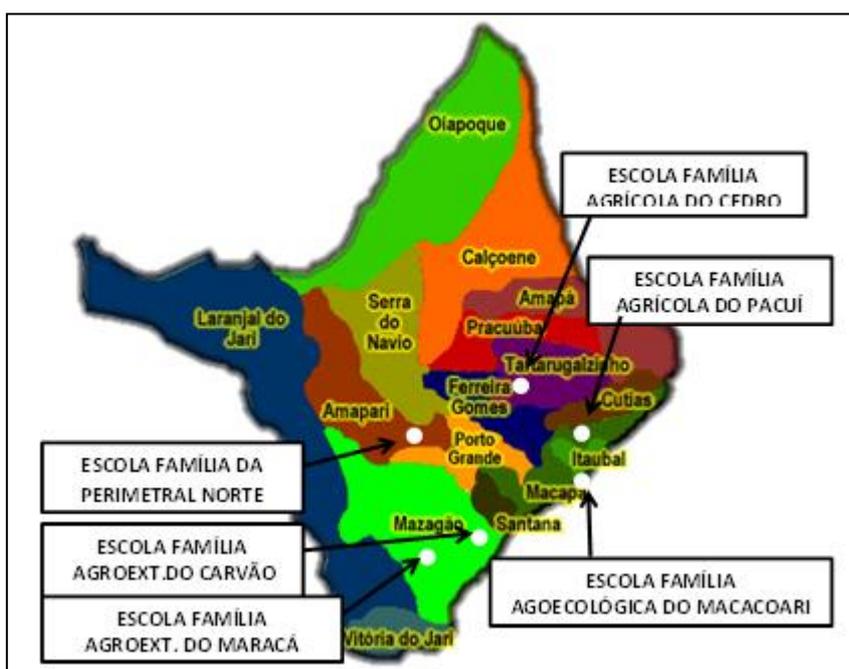
É fato que as primeiras escolas agrícolas foram caracterizadas como escolas informais, com cursos livres e duração de dois anos. Proporcionar uma formação técnica dos agricultores, incentivar seus os alunos a permanecerem no campo e incitar o uso de novas tecnologias, eram os objetivos das EFA, pois a formação humana e cidadã, o engajamento social e político dos alunos nas suas comunidades e nos movimentos sociais, também eram características marcantes das EFA que surgiram nesse período.

Na década de 1980, com objetivo de articular e unir as escolas em busca de soluções de seus problemas comuns e fortalecer a proposta pedagógica da alternância como alternativa

viável à escolarização dos alunos do campo ocorreu a expansão das escolas agrícolas para outras regiões do país, o que ocasionou a criação da UNEFAB, instituída por ocasião da primeira Assembleia Geral das EFA no Brasil, realizada em 1982. Nesse período, surgiram vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais e criação de outros movimentos de organização dos agricultores na luta pela terra e valorização digna as famílias rurais.

No Estado o Amapá, as EFA (Figura 1) surgiram por meio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Amapá - SINTRA e através do movimento social rural. Elas têm como princípio a Pedagogia da Alternância e desenvolvem-se através de resultados das vivências entre a escola, família e comunidade, harmonizando a relação entre teoria, prática e a integração entre homem e natureza, almejando também a ascensão das relações humanas, ambientais e econômicas.

Figura 1 – Mapa do estado do Amapá/divisão por município.



Fonte: adaptado de Google – GEA Amapá - mapa

De acordo com Baldez (2011, p. 71), as EFA no Estado do Amapá, foram fundadas e atuam da seguinte forma:

- Escola Família Agrícola do Pacuí - EFAP, foi a primeira, localizada no Distrito do São Joaquim do Pacuí, município de Macapá, iniciou suas atividades em 1988, atuando com Ensino Fundamental (6º a 9ª ano) e qualificação básica em agropecuária, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico em agropecuária.

- Em seguida, veio a Escola Família da Perimetral Norte - EFAPEN, situada na Comunidade do Cachorrinho, no município de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, a qual foi inaugurada em 1991 e atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e com qualificação básica em agropecuária;
- Em 1997, foi fundada a Escola Família Agrícola do Carvão - EFAC, localizada no Distrito do Carvão, Município de Mazagão Novo, que posteriormente teve seu nome modificado para Escola Família Agroextrativista do Carvão. Atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agroextrativismo, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico em Agroextrativismo.
- A Escola Família Agroextrativista do Maracá - EFAEXMA, estabelecida na Vila do Maracá, Município do Mazagão Novo, foi constituída em março de 2000 e atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agroextrativismo;
- Escola Família da Colônia do Cedro - EFACCE, localizada na Colônia do Cedro, que foi um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, subordinado ao Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, no Município de Tartarugalzinho. Inaugurada em abril de 2003, atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agropecuária.

No ano de 2014, em 14 de junho, foi inaugurada a Escola Família Agroecológica do Macacoari - EFAM, localizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, no Município de Itaubal. Fruto do esforço coletivo dos moradores das comunidades da foz do Rio Macacoari, a escola atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agroecologia. Atualmente, está sendo feito um estudo e encontro com lideranças locais e com os moradores do Bailique para a possível implantação de mais uma EFA no Estado, baseada nos princípios da alternância.

Sobre os princípios e a filosofia da Pedagogia da Alternância, metodologia praticada pelas EFA, Nascimento (2010, p. 6) aponta,

[...] que se desenvolvem em decorrência das vivências entre a escola, a família e a comunidade, propondo a integração entre teoria e prática e a integração entre homem e meio ambiente, buscando também a promoção das relações humanas, ambientais e econômicas. O respeito às diferenças de credo, raça, sexo, idade e concepção política, preservando as características amazônicas, é parte da proposta de um modelo de desenvolvimento que este tipo de pedagogia apresenta, propondo tecnologia para a agropecuária, extrativismo e agroturismo, valorizando as potencialidades da biodiversidade do estado.

Nesse viés, a Pedagogia da alternância acaba ultrapassando todos os limites postos pelas políticas educacionais impostas pelo estado e chega a outros espaços, tornando-se

reconhecida como metodologia adequada para as escolas do/no campo. Atualmente, no Brasil, a Pedagogia da Alternância, apontada como uma opção para o campo foi inserida em vários programas e projetos educacionais e passou a ser dotada e refletida nas políticas setoriais, como a defendida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA, com a criação de um grupo de trabalho de educação do campo no âmbito do Ministério da Educação - MEC e, em seguida, da secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, em 2004 (CORDEIRO, SILVA, HAGE, 2011, p. 6). A inserção da Pedagogia da Alternância, nos Programas Federais, como proposta metodológica e pedagógica, vem se fortalecendo, visto que atende as peculiaridades e diversidades demandadas pela população do campo na elaboração de projetos a serem financiados pelo MEC.

É pertinente enfatizar que, todo esse reconhecimento se deve por acreditar que a Pedagogia da Alternância tem o ensaio coletivo como item necessário da verdadeira aprendizagem, uma aprendizagem crítica e dialética. Pode-se dizer que é uma metodologia que busca a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação do meio e, assim, sempre pensando numa educação que promova a cidadania com desenvolvimento sustentável e solidário, consequência de uma formação integral. Para uma melhor compreensão de desenvolvimento sustentável e solidário, Ribeiro (2008, p. 92) aponta possíveis características que uma comunidade precisa promover para que haja o desenvolvimento local, como:

A confiança, a reciprocidade e a cooperação em rede de relações. Constituem as instituições sociais do Capital Social, recurso que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e para o fortalecimento da democracia de determinada região, comunidade ou agrupamento social.

Esses se referem aos índices de percepção de Capital social e suas ausências baseiam-se da própria decisão comportamental (FERREIRA, 2013, p. 43), explicada historicamente por influências culturais ou hereditariamente familiares, que não dão vazão a geração de conflitos que possam viabilizar o desenvolvimento e as articulações em rede. Contudo, a PA através de suas associações, um de seus pilares, incita e fortalece as relações locais para a promoção do desenvolvimento do meio com sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES

A realização deste estudo e as observações realizadas durante as visitas in loco, possibilitou a percepção do diferencial que as EFA têm em relação as escolas convencionais no campo, pois sua identidade se fortalece por surgir a partir das discussões realizadas nas comunidades onde são implantadas, por levar em conta a realidade local, atendendo suas necessidades e pensada como uma educação com peculiaridades que busquem melhorar a qualidade de vida do homem do/no campo.

Atualmente, no estado do Amapá, têm-se seis EFA conforme citado no texto: a EFAP, EFAPEN, a EFAC , a EFAEXMAM, a EFACCE e a EFAM; as quais, alicerçada na P.A., apontam para uma educação com suas especificidades econômicas e culturais para a população do campo e ribeirinhas, o que é de grande relevância para o resgate e a valorização desta realidade, que se tratando do estado do Amapá, localizado na Amazônia, onde há uma diversidade de riquezas tanto na cultura quanto na biodiversidade, precisam ser valorizadas. A preservação e valorização só são possíveis por estar intrínseco na P.A. a questão ambiental e a sustentabilidade, características das EFA.

As peculiaridades da proposta metodológica utilizada pelas EFA assinalam efeitos animadores, pois se observou a vontade dos alunos em prosseguirem com seus projetos ao término do curso e permanecerem em sua comunidade, o que pode contribuir para um desenvolvimento com viés sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar, que tem como consequência a melhora na qualidade de vidas das famílias. A permanência do jovem em suas propriedades, também torna mais dinâmico o processo produtivo, estimulam as associações nas comunidades envolvidas, resultando no fortalecimento de capital social por meio de práticas solidárias e cooperativas, ações que oportunizam o desenvolvimento local, quiçá, o regional.

No Amapá, observou-se quão grande o potencial das EFA em prestar uma educação de qualidade para um público quem tem consigo a vontade e o compromisso de melhorar sua qualidade de vida. No entanto, ainda há pontos que precisam ser melhorados, pois a sustentabilidade ainda não é a desejada e ainda necessitam de investimentos e parcerias para que possam aproveitar os recursos naturais. Quanto à preservação do meio, ficou evidente que as EFA atuam diretamente com seus alunos, os quais socializam seus conhecimentos com seus familiares, o que resulta em práticas agrícolas sem agredir o meio.

Diante do exposto, percebe-se que a implantação das EFA no estado tem contribuído de forma significativa nas comunidades que estão inseridas, por se tratar de escolas com

metodologias dialógicas, com propostas democráticas e participativas com os envolvidos no processo. Vale ressaltar que, mesmo com sua metodologia diferenciada e, com resultados positivos, as EFA ainda necessitam de apoio, tanto a nível federal, quanto estadual, para que possa continuar a desempenhar seu papel social de formar cidadãos capazes de transformar sua realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1988.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada – volume 4 n° 2 abril/ junho 2000.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

ÁVILA, V. F. de et al. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2000.

BALDEZ, F. B. S. **As contribuições da Escola Família Agroextrativista do carvão para o desenvolvimento rural sustentável na região amazônica amapaense**. 2011. 115p. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional. Amapá: Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das escolas famílias agrícolas e alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Nova de Lisboa / Universidade François Rabelais/UNEFAB. Brasília, 2003.

BERNARTT, M. L; PEZARICO, G. **A Pedagogia da Alternância e seus referenciais metodológicos: construções a partir dos diálogos entre Brasil-África**. R. de Ciências Humanas. Frederico Westphalen, v. 12 n. 19, p. 116 –136. Dez. 2011.

BUARQUE, Sérgio C., /IICA PCT **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**, Projeto de Cooperação Técnica, INCRA– INCRA/IICA, Brasília, junho de 1999,

CARVALHO, C.; MARES, T. **Pedagogia da alternância, sua prática e contribuições para uma educação de qualidade no campo**. Publicado em 10 de setembro de 2009 - <http://pt.wikipedia.org> acesso em 20/11/2016

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação, Natureza e cultura: ou sobre o destino das latas**. IN: ZARZKZEWSKI, S.; BARCELOS, V. (ORGS) **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL: PENSAMENTOS E AÇÕES**. EREXIM, EDIFAPES, 2004. PP 163174.

BRASIL, Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/ Lei%209795.cfm](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/Lei%209795.cfm)> Acesso em 10 dezembro 2016

ESTEVA, D. O. **Casa Família Rural: a formação com base da Pedagogia da Alternância**. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FERREIRA, A. M. A. **A pedagogia da Alternância na Escola Agroextrativista do Maracá e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2013. 135p. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional. Amapá: Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

GIMONET, J. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de orientação**. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. UNEFAB, Salvador: 1999. 39-48.

MARTÍN, José Carpio. **Nuevas realidades em el desarrollo local en España e Iberoamérica**. In: Seminario Internacional sobre Perpectivas de Desarrollo en Iberoampérica. Santiago de Compostela, 1999.

NASCIMENTO, A. L. C. **Escola - família agrícola e agroextrativista do estado do Amapá: práticas e significados**. 2005. 125 p. Dissertação (Mestrado) - em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2005

_____. **Um olhar sobre as escolas famílias-agrícola e extrativistas no Amapá: práticas e significados**. In: SIMONIAN, L. T. L. (org). Políticas públicas, desenvolvimento, unidade de conservação e outras questões ambientais no Amapá. NAEA-UFPA/MPEAP, 2010, p. 361-396.

PAULITSCH, R. J. **Ruralidade e potencialidade de desenvolvimento local em São Gabriel do Oeste – MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB Campo Grande, 2002. 151p.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008.293f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido).

TRIGO, E.; KAIMOWITZ, D; FLORES, R. **Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável**. São Paulo: Estudos Econômicos, 1994.

ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PIQUIAZAL EM MAZAGÃO/AP

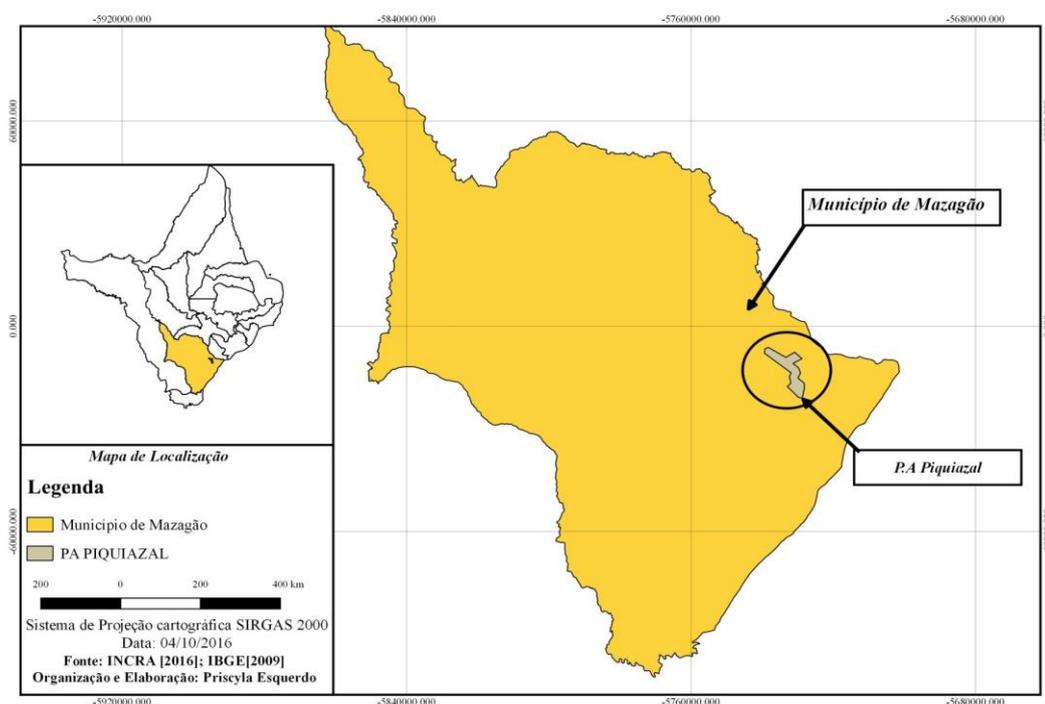
Rômulo Gomes Marques, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH, romulo_marques_10@hotmail.com

Patrícia Rocha Chaves, Professora do Curso de Geografia - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/DFCH. E-mail: patriciarchaves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC sobre a agricultura camponesa realizada, pelos autores, no Projeto de Assentamento - PA Piquiazal em Mazagão, Amapá, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Localização do PA Piquiazal.



Fonte: Adaptado de INCRA (2016) e IBGE (2009).

A política de assentamento no Brasil se iniciou no século passado, em resposta a organização e reivindicações de movimentos sociais do campo no sentido de questionar, sobretudo, a política de distribuição desigual entre as camadas, setores e classes sociais divergentes no Brasil. Tais movimentos utilizam como estratégia principal de espacialização, as ocupações de terras que via de regra repercutem no confronto físico entre os sujeitos sociais que estão na luta pela terra e território.

A territorialização dos camponeses nas terras a partir da criação dos PA é o segundo momento desta luta. A garantia de suas formas de produção e reprodução enquanto campesinato é a luta histórica, diária e constante. A princípio é luta pela territorialização do camponês que passa pela sua espacialização de acampamentos e ocupações e posteriormente, a luta constante travada dentro do PA pela permanência na terra, buscando políticas agrícolas e sociais que respondam às suas necessidades. Nesta pesquisa pretende-se registrar como tem se constituído esta dinâmica no PA Piquiazal.

Desta forma, como principal reflexão do trabalho toma-se a organização da agricultura camponesa no PA Piquiazal localizado no município de Mazagão, na parte sul do Amapá, este projeto criado em 1987 é um dos três primeiros PA dentro do estado.

O texto divide-se em quatro parte, na primeira foi discutido os conceitos acerca da luta pela terra e pelo território no Brasil e sobre a contribuição da geografia neste debate. Observa-se que a luta pelo espaço não é um fenômeno recente nas análises de geógrafos, e quando essa luta ocorre no campo brasileiro é protagonizada por duas classes sociais distintas, camponeses e latifundiários e outras sociedades - indígenas e quilombolas. Sua pior faceta é sem dúvida a violência, marcante na história do sujeito social camponês na construção dos territórios e desta forma na produção de movimentos organizados.

Na segunda parte são apresentadas as políticas de assentamentos que são frutos das lutas dos movimentos socioterritoriais no Brasil, ainda como essa política foi sendo efetivada e espacializada no país, tendo a Amazônia como uma área prioritária dentre as regiões possíveis de expansão de assentamentos de reforma agrária. Na terceira parte apresenta-se o PA Piquiazal como fruto dessas políticas, assim como os demais PA no Amapá.

Na quarta parte do texto faz-se uma síntese do estudo de caso do PA Piquiazal no município de Mazagão, o histórico de territorialização dos assentados, e a problemática da produção camponesa, seus entraves e as políticas públicas acessadas pelos camponeses assentados.

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, como: teses, dissertações, artigos que orientou na compreensão dos conceitos geográficos e das ciências sociais. O acesso a documentos de órgãos estatais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP permitindo uma análise dos dados de produção dos PA, relacionados aos financiamentos, serviços de assistência técnica nos projetos e o perfil dos assentados do Amapá em um período recente.

O trabalho de campo foi importante no sentido de constatar com a realidade camponesa e de auxiliar no levantamento de dados específicos que caracterizam os assentados do PA Piquiazal. Foram utilizados questionários, entrevistas com roteiro semiestruturadas e imagens fotográficas.

O objetivo deste trabalho foi de gerar reflexões sobre a agricultura camponesa praticada dentro dos PA do Amapá, evidenciar as realidades e as principais problemáticas dos camponeses especificamente no PA Piquiazal, na tentativa de construir debates referentes a problemática camponesa que auxilie na superação da realidade da agricultura familiar imprescindível a reprodução da vida na sociedade, mas, no entanto, desvalorizada no Amapá e em outras partes do Brasil.

REFERENCIAL

Nesta pesquisa utilizou-se vários autores da Geografia e das demais Ciências Sociais, que auxiliaram na compreensão dos processos de organização da agricultura camponesa no estado do Amapá e especificamente do PA Piquiazal. Foram de grande importância autores como: Mitidieiro Júnior (2011), Fernandes (2005), Girardi (2008) e Filocreão et al. (2013).

Mitidieiro Júnior (2011) chama a atenção para a dinâmica da política de PA no Brasil. Segundo o autor, tais projetos não são apenas frutos de ação política do estado, mais que a sociedade civil por meio de suas articulações organizadas em movimentos políticos do campo, pressionam a partir de estratégias próprias dos movimentos, para que o governo atue para solucionar a problemática do campo brasileiro. A luta pela terra no Brasil segue dois momentos, o primeiro uma luta para entrar na terra e a segunda é a luta dentro da terra, ou seja, garantir meios para se reproduzir na terra conquistada no primeiro momento.

Fernandes (2005), em sua obra, intitulada Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais traz importantes contribuições teóricas acerca dos fenômenos que ocorrem no espaço e no território. O autor traz ao entendimento teórico da Geografia esta relação de construção dos movimentos sociais, indicando que a medida em que propõem seus objetos de luta, esses movimentos podem ser lidos como movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

Para o autor, movimento socioespacial é definido a partir de uma não existência de um território, mas sim o movimento caracterizado pela busca e produção de espaços políticos e que espacializam a partir de uma demanda na luta pelas políticas públicas; e o movimento

socioterritorial pode ser entendido como a constituição ou busca pela territorialização dos sujeitos sociais, que nessa luta o território é essencial na constituição desses sujeitos.

Girardi (2008), discute as várias problemáticas que envolvem o processo de criação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e as soluções propostas pelo estado brasileiro que via de regra, deixa de cumprir a constituição, na qual prevê reforma agrária e transforma a questão agrária em questão de política pública. O autor chama atenção à concentração dos conflitos no campo nas regiões de ocupação consolidada como Sudeste e Nordeste, e que os PA são criados em parcela significativa nas regiões Centro Oeste e no Norte, tal elemento demonstra a negligência dos governos em produzir uma reforma agrária ampla e plural no Brasil que dê conta da organização da estrutura fundiária no país.

Em Filocreão et al. (2013) compreende-se como essas políticas de assentamentos foram direcionadas para a região norte, em especial o estado do Amapá, assim como em toda Amazônia Legal que recebeu os PA para solucionar os problemas e os conflitos por terra em outras regiões, o Amapá se insere neste contexto, pois os primeiros assentamentos datam do ano de 1987, período de governo do presidente José Sarney.

Tal governo atua diretamente na política de criação de assentamentos no estado Amapá, exercendo a função de atender uma demanda antiga dos Sindicatos Rurais de Mazagão, mas também absorver migrantes de outros estados, como do Maranhão. Ou seja, “solucionando” a demanda de campesinato que não tinha terra para trabalhar, transportou-os à regiões onde a agricultura capitalista ainda não tinha interesse de absorver, resolvia-se esse problema sem alterar a estrutura fundiária brasileira.

O PA PIQUIAZAL

O assentamento Piquiazal foi criado em 1987 no período de governo de José Sarney, e é um dos três primeiros assentamentos do estado do Amapá. Os demais são: assentamento do Carnot e Perimental Norte em Calçoene e Pedra Branca do Amaparí respectivamente. O assentamento Piquiazal está sobre a jurisdição do INCRA, localizado no município de Mazagão na área sul do estado do Amapá e o Projeto de Assentamento Piquiazal, localizado a leste no município de Mazagão como pode-se observar nas Figuras 1 e 2.

Figura 2 – Localização aproximada do Assentamento Piquiazal, a leste no município de Mazagão, no estado do Amapá.



Fonte da Imagem: Disponível no Google Maps.

Segundo dados do INCRA (2009), conta no projeto de recuperação do assentamento que este foi criado pelo Decreto n° 92.627 de 1 de abril de 1987, com uma extensão territorial de 26.000 hectares, e possui a capacidade de assentar 650 famílias. No período do levantamento nos anos 2008/2009 o assentamento possuía 174 famílias assentadas. Atualmente são 274 famílias assentadas no Piquiazal. Isto equivale a menos de 24% da capacidade do assentamento. Isto demonstra a grande dificuldade de permanência desses camponeses na área. As características são comuns aos demais assentamentos do Amapá. Eles não são advindos da luta camponesa pela terra dentro dos movimentos sociais, não são frutos de “ocupações”.

Via de regra apresentam as características de projetos de colonização, comuns nas políticas de governo ou regularização fundiária, ou seja, áreas de camponeses posseiros ou antigos povoados com características de comunidades quilombolas que ao serem regularizados pelo INCRA, acabam somando-se (deturpando as estatísticas) à reforma agrária dos governos. No entanto, é preciso falar das ocupações e acampamentos de movimentos

sociais, assim como é preciso demonstrar a importância das retomadas protagonizadas pelos povos indígenas e quilombolas no Brasil.

Retornando à questão que trata do processo de territorialização camponesa nesta área, remete-se a própria história do município de Mazagão. Tal cidade que foi fundada em Marrocos (África) a partir das conquistas de portugueses contra os mouros. Portugal denominava-os, “infieis” por não serem adeptos ao cristianismo, e por inúmeros conflitos da população de Mazagão contra os mouros, Portugal transferiu a cidade para o Brasil (América) no século XIX para o lugar que hoje é denominado, Mazagão Velho. E muitas dessas famílias portuguesas com necessidade de sobrevivência faziam pequenas roças, e alguns desses pequenos cultivos eram realizados na área que atualmente pertence ao PA Piquiazal (VIDAL, 2008).

Fernandes (2005) refletiu sobre tais situações sociais: “[...] numa análise de um espaço que sofre a metamorfose e se transforma em território, pode-se compreender múltiplas territorialidades” no mesmo espaço carregadas pelos sujeitos sociais que construíram esses espaços, por meio de uma ação política ou pela intencionalidade desses próprios sujeitos.

Quando se transporta esta análise para o processo histórico e geográfico da criação da cidade de Mazagão, pode-se constatar que as famílias portuguesas que formaram o povoado mazaganense em Marrocos (África) foram espacializadas pela coroa portuguesa, e devido aos inúmeros conflitos com mouros, essas famílias perdem seus espaços em Portugal e são transferidas à colônia brasileira. Pode-se compreender que na cidade de Mazagão coexistem territorialidades múltiplas que a população de Mazagão e do Piquiazal carregam em sua história, carregam as religiosidades tribais, as danças, os mitos e a prática da agricultura como forma de reprodução social.

Segundo o INCRA (2009), a criação do PA está diretamente ligada à própria dinâmica da população residente no distrito de Mazagão Velho, pois muitas famílias residentes neste distrito cultivam pequenos roçados na área que hoje é o PA Piquiazal, e que inclusive algumas pessoas possuem lotes dentro do assentamento e ainda são residentes em Mazagão Velho.

Para compreender esse processo produtivo do PA Piquiazal é necessário saber como essa política de reforma agrária de criação de PA no Brasil foi sendo estabelecido ao longo da história camponesa de luta por terras nesta região.

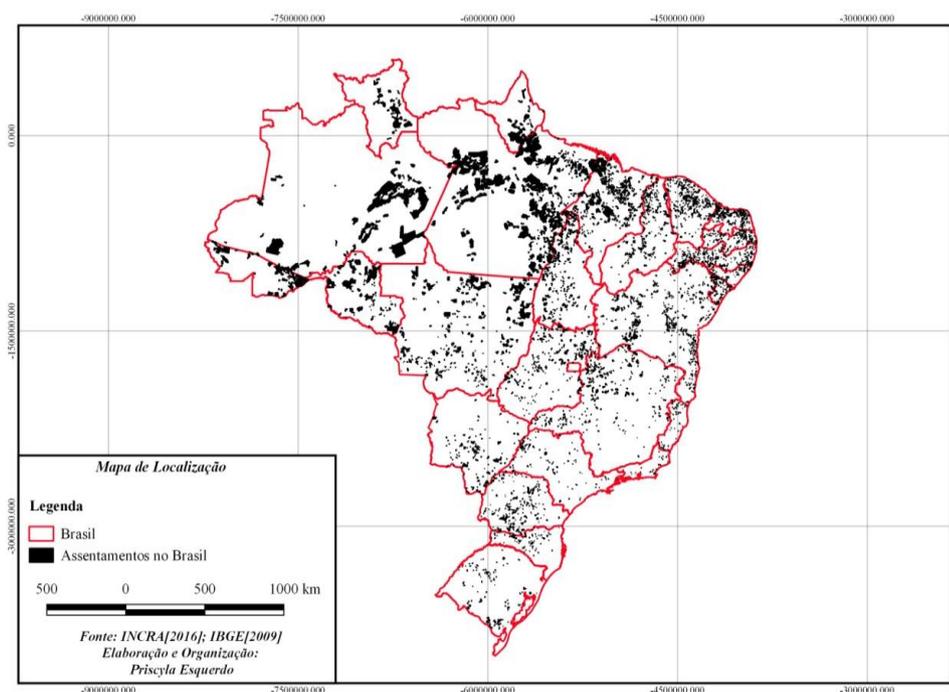
A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E OS PA NO BRASIL

A criação dos PA no Brasil é resultado das lutas camponesas travadas ao longo da sua história como expropriado e subordinado. No século XX, a luta pela terra ganhou força e uma amplitude nacional, e os meios para entrar na terra se alteraram bastante, tendo como nova estratégia dos camponeses brasileiros a ocupação da terra, que significa a luta e resistência pela terra.

Segundo Girardi (2008), as ocupações de terras, que geralmente ocorrem em latifúndios, terras devolutas ou imóveis com restrições judiciais, ocasionados por problemas ambientais e trabalhistas, realizado pelos movimentos socioterritoriais se constituíram em nova forma de luta pela terra no Brasil. Em contrapartida, o estado busca solucionar os problemas do campo criando os PA, que de início se caracteriza como conquista para os camponeses.

Essa forma de luta pela terra no Brasil, que ocorre por meio de uma ação direta dos movimentos socioterritoriais existe em grande parte do território brasileiro, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 - Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.



Fonte: Adaptado de INCRA (2016) e IBGE (2009).

Observa-se a grande concentração de assentamentos de reforma agrária na Amazônia brasileira, especialmente nos Estados do Pará, região de confluência entre Pará, Maranhão e Tocantins, ou seja, região do Bico do Papagaio, Acre que é coberto de assentamentos agroextrativistas, nesse caso, muito parecido com o estado do Amapá que praticamente toda parte sul da área do estado localizam-se assentamentos destinados a esta dinâmica de produção.

No entanto, a contradição é eminente nos dados do Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pode-se perceber que o número de ocupações na região norte foi bastante inferior às demais regiões. Na região norte, ocorreram apenas 24 ocupações, a maioria nos Estados do Pará e Acre, com sete cada um (CPT, 2015).

Observando as demais regiões brasileiras percebe-se que as ocorrências incidem em maioria no Nordeste, com um total de sessenta ocupações. O estado que mais se destacou foi a Bahia com 34 ocupações ao todo. Em seguida, o Centro-Oeste, com cinquenta ocupações, sendo que o Estado de Goiás obteve a liderança em 19 ocupações neste ano de 2015. A região Sudeste apresentou 36 ocupações, destacando-se São Paulo com 21 ocorrências e finalmente a região sul, com trinta ocupações. Destaca-se o Estado do Paraná que apresentou 19 ocorrências de ocupação.

Nos Estados do Amapá, Rio de Janeiro, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte verifica-se que não houve nenhuma ocupação neste ano de 2015, conforme demonstrado pelos dados do Caderno de Conflitos publicado no respectivo ano. Como já comentado anteriormente, no caso do Estado do Amapá, com algumas exceções os assentamentos de reforma agrária constituem-se como políticas de colonização. É um estado da federação que até então não gerou movimentos sociais no campo que adotem este tipo de estratégia como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, movimento social que traz em si esse tipo de socioespacialização.

Espera-se que com as recentes dinâmicas territoriais implementadas a partir do avanço da produção capitalista, as veias das classes sociais subordinadas e expropriadas inflam e os movimentos sociais passem a assumir os processos de luta pela terra e pelo território no estado. Ainda que não sejam os movimentos que tradicionalmente costumam protagonizar essas lutas.

Também é preciso ter em mente que a luta pela terra e a conquista da autonomia camponesa não acaba com a luta dos camponeses. A terra conquistada, em muitos casos por meio de ocupações ou a partir de outras estratégias de luta, colocam esses camponeses diante

de outro cenário que também é parte das instâncias de reprodução da vida. Buscar políticas agrícolas como créditos para o desenvolvimento do setor produtivo, assistência técnica que ofereça acompanhamento de suas produções e meios eficazes para o escoamento dos produtos demonstram o outro flanco, a socioespacialização é que garante a territorialização efetiva e esta é travada na terra conquistada.

Segundo Filocreão *et al.* (2013), a solução da problemática oriunda dos conflitos no campo se concentrou na segunda metade do século XX em regiões de povoamento consolidado, tais como Sudeste e Nordeste foram “solucionados” com a criação do PANA região da Amazônia Legal, então fica explícito a tendência das políticas que buscam resolver a questão agrária no Brasil, solucionar essa divisão desigual de terras sem incomodar as elites latifundiárias brasileiras.

AS POLÍTICAS DOS PA NO AMAPÁ

No estado do Amapá as políticas de projetos de assentamento começaram a ser efetivadas no final da década de 80 do século XX, para ser mais preciso em 1987. Neste período o presidente da república era José Sarney, o qual ficou responsável pela transição entre governos militares e governos civis. Neste governo o então presidente lançou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

[...] o presidente José Sarney assumiu a presidência para fazer a transição entre os governos militares e civis, e assume como umas das metas principais a resolução da questão agrária no país, então é elaborado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA que é aprovado em 1985, que tinha como objetivo assentar mais de 1 milhão de pessoas em uma área de pouco mais de 43 milhões de hectares no período entre 1985 – 1989, mas a meta não foi atingida. O governo Sarney, passou a investir na propaganda governamental para alimentar a ilusão de que um dia a Reforma viria. Foi por isso, que na região Norte apenas 18% das terras previstas foram desapropriadas; no Nordeste, 6%; no Sudeste, 4%; no Sul, 10%, e no Centro-Oeste, 12%. Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O motivo: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR - União Democrática Ruralista. (Oliveira, 2007, p. 127).

A resolução da questão agrária no Brasil há muito tempo se tornou parte do discurso dos representantes políticos da sociedade. Foram elaborados diversos planos e projetos para solucionar os problemas que são frutos de uma divisão desigual de terras no Brasil, mas quando analisam-se os dados, objetivos e metas no que se refere essa problemática no sentido de avançar, são mínimos. Não dão conta do tamanho do problema social que a questão envolve.

No caso do Amapá, os primeiros assentamentos surgiram no contexto da criação do 1º PNRA de (1987). Criou-se então, os três primeiros PA, do Carnot, em 13/12/1986; Piquiazal, em 01/04/1987 e Perimetral, 01/04/1987, nos municípios de Calçoene, Mazagão e Pedra Branca respectivamente. Assim como toda a Amazônia, o Amapá tem servido como uma válvula de escape para os conflitos de terras que são intensos em outras regiões do Brasil, como centro sul.

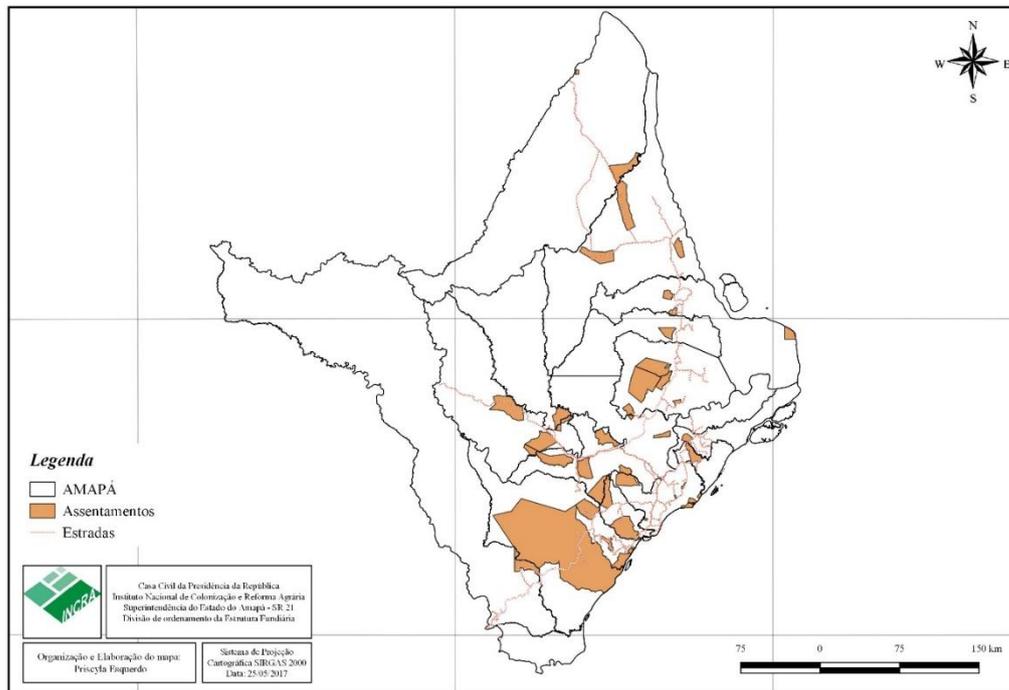
Segundo Filocreão et al. (2013), essas políticas de projetos de assentamento no Amapá foram implementadas sem nenhum tipo de planejamento. Ocorreram a partir de algumas ocupações em terras públicas na grande maioria por populações nordestinas, com pouca vocação para o trabalho no campo e aliado a esse fator tem a de infraestrutura básica fazendo com que os assentamentos do Amapá sofram com o alto índice de evasão dos assentados de seus lotes. Para o autor este é um dos motivos que se reflete na baixa produção camponesa.

No entanto, apenas esses fatores não explicam a questão. Deve-se considerar problemas estruturais como: as terras não são próprias para certos tipos de plantios (ainda que no imaginário popular esteja presente a ideia de que na Amazônia há abundância de água, parte desses assentamentos são desprovidas desse recurso), dentre outras questões detectou-se ainda, a falta de recursos financeiros e técnicos.

Durante o trabalho de campo no PA Piquiazal, teve-se a oportunidade de conhecer camponeses advindos de outras regiões do país que estão a décadas resistindo aos problemas acima elencados e que compõem as práticas da agricultura camponesa na Amazônia brasileira. Como exemplo, cita-se um senhor assentado no PA Piquiazal, de prenome Antônio que veio do estado do Espírito Santo. Esse tipo de assentado que reside permanente em seus lotes é uma realidade que acontece nas maiorias das propriedades visitadas durante o trabalho de campo.

Segundo o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA, 2015), o estado do Amapá possui cinquenta PA, ocupando uma área de 2.240.043,128 de hectares, tendo capacidade para atender 18.444 famílias, mas somente 14.695 famílias estão distribuídas pelos cinquenta PA. A Figura 4, ilustra um mapa do estado Amapá com a distribuição dos PA.

Figura 4 – Mapa de distribuição dos PA no Estado do Amapá.



Fonte: Adaptado INCRA (2016)

Dos PA georreferenciados no estado do Amapá, disponibilizados nas bases do INCRA e da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), apenas quarenta dos cinquenta PA apresentam registro cartográfico. Os PA Mutum, Jacitara, Casulo, Nazaré Mineiro, Ilha Curuá, Ilha do Mineiro, Ilha do Franco, Ilha do Brigue, Terra Grande, Ilha do Faustino e Ilha de Aruas, são aqueles que não aparecem nos registros cartográficos das instituições citadas.

Estes dez PA, que não aparecem no Figura 4, estão sobre a jurisdição do IMAP, sendo que dois deles estão sobre a responsabilidade do INCRA e um a cargo da prefeitura municipal de Laranjal do Jari. Esta realidade evidenciada na Figura 4, mostra a inoperância das instituições que possuem a jurisdição destes projetos e o problema fundiário instaurado no estado, posto que até então não se solucionou a questão dos repasses de terra da união.

Outro fator importante, já mencionado anteriormente, mas que pode ser ampliado o debate, é a questão da concentração dos PA na parte sul do estado do Amapá, mas especificamente nos municípios de Mazagão e Laranjal do Jari, com destaque para a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Cajarí (569.208 hectares) e PA Agroextrativista Maracá (501.771 ha) que são os dois maiores PA do estado e são frutos das lutas do movimento

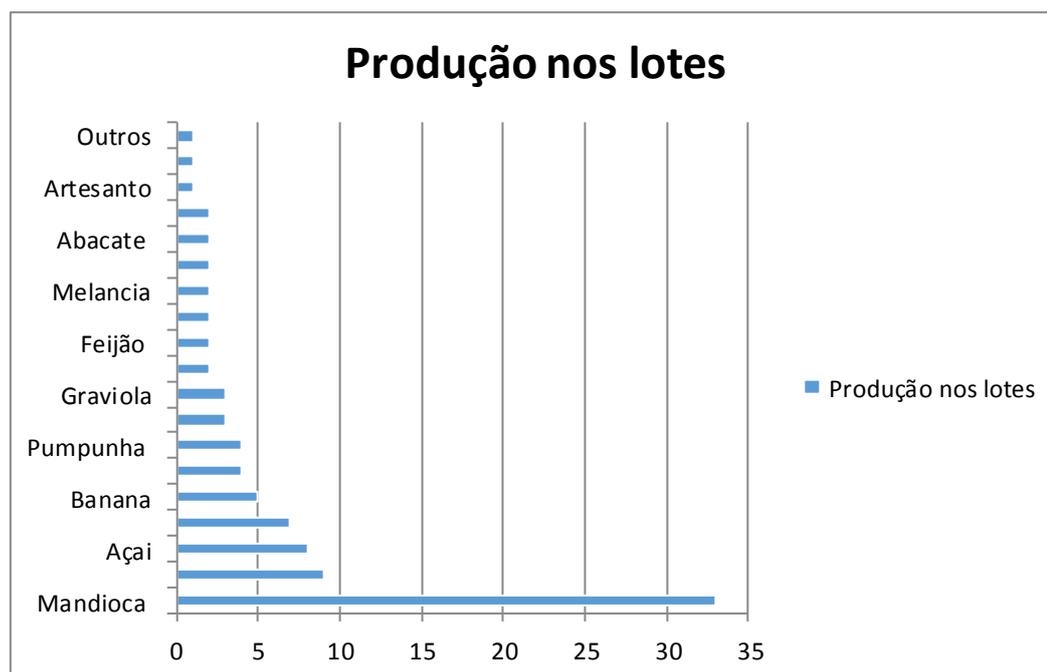
extrativista no Amapá. São assentamentos que concentram em grande parte a extração da castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*).

Logo, essa efetivação de muitos dos PA no Amapá, na modalidade de assentamento agroextrativista apresenta um caráter progressista na medida em que esses espaços são pensados e efetivados a partir de comunidades camponesas do cenário local.

A PRODUÇÃO CAMPONESA DO PA PIQUIAZAL

Assim como na grande maioria da produção oriunda dos espaços do campo amapaense onde tem-se o predomínio da produção da mandioca que é beneficiada para produzir a farinha como demonstra-se nos dados do IBGE (2015), no PA Piquiazal a principal fonte de renda dos assentados advém da agricultura camponesa de excedentes, tendo como principal produto também a mandioca, como mostra os dados coletados em trabalho de campo elencados na Figura 5.

Figura 5 – Produção dos Lotes no PA Piquiazal.



Fonte: Trabalho de campo Org. Marques (2016)

Foram realizadas entrevistas com 38 representantes das famílias que vivem ou tem lotes no PA Piquiazal. Dentre elas, cinco lotes são improdutivos e os 33 restantes produzem

principalmente a mandioca, sendo que oito produzem a macaxeira, o açaí aparece como outra fonte de consumo e renda dentre as principais delas.

No relato dos assentados, o principal motivo da produção se concentrar no plantio da mandioca, abrangendo praticamente todos os lotes visitados durante o trabalho de campo, está relacionado diretamente com a qualidade do solo do assentamento. Na avaliação dos camponeses o solo na área do assentamento é considerado regular, muito pobre em nutrientes e a ausência de chuva durante um período do ano, torna o cultivo da mandioca capaz de se desenvolver com essas adversidades.

O Plano de Recuperação, de acordo com o INCRA (2009), coloca-se como possibilidades uma produção mais diversificada no PA Piquiazal, com a produção de cupuaçu, abacaxi, laranja manga entre outros. No entanto o Plano de Recuperação ainda não foi aplicado. Há de certa forma uma diversificação na medida do possível. Segundo INCRA (2009), outro aspecto que dificulta o desenvolvimento da agricultura camponesa no assentamento é “[...] a alta ocorrência natural da pedregosidade no solo do Piquiazal, o que limita o crescimento, absorção de nutrientes e água pelos cultivos manuseados pelos assentados”. (INCRA, 2009)

No entanto, outros fatores se aliam ao problema de qualidade do solo para a produção, como a falta de acompanhamento e orientação para a produção. O órgão responsável pela extensão rural não possui infraestrutura e pessoal adequado às necessidades reais da agricultura camponesa no Amapá. De 100% dos entrevistados, 45% respondeu que não possuem nenhum tipo de assistência técnica no campo, 33% avaliou a assistência técnica como regular e 15% afirmou ser péssima. Alguns outros relatos de assentados comentam sobre a periodicidade que recebem esse apoio do RURAP que às vezes passam mais de dois anos sem o auxílio deste órgão.

O escoamento e venda da produção excedente também apresenta vários percalços. Comercializada apenas na feira da sede do município de Mazagão, o escoamento é realizado por meio de duas rodovias estaduais, a AP-010 que liga o município de Santana á Mazagão, tal rodovia é pavimentada e possui bom estado de conservação até a sede Mazagão e outro trecho até a vila de Mazagão Velho sua pavimentação é recente possuindo certa qualidade, a outra rodovia é a, a rodovia AP-020 que liga a AP-010 até a rodovia federal BR-210, rodovia estadual não pavimentada e em condições ruins.

Os ramais que cortam o assentamento possuem realidades distintas de uma parte das rodovias. Os ramais do Piquiazal e Pioneiro são os principais dentro do assentamento, assim

como a AP-020, não possuem pavimentação e nenhum tipo de reparo, o que permite as péssimas condições dessas vias de ligação e de escoamento da produção.

A visita de campo no no PA Piquiazal ocorreu no mês de julho no ano de 2016, período que as estradas e ramais do estado sofrem massivamente com as chuvas, fazendo com que a situação de acesso e trafegabilidade se compliquem ainda mais nesse período, dificultando a movimentação dos assentados e do caminhão cedido pela prefeitura de Mazagão para transportar a produção até a sede do município para comercialização na feira, única forma de escoamento para a maioria dos assentados, já que não possuem veículo próprio.

Parte da produção não consumida pelas famílias de assentados é comercializada na feira de Mazagão que acontece todos os sábados. Tem-se uma parcela significativa de assentados que comercializam seus produtos na feira, ou sejam, 67% dos camponeses entrevistados frequentam a feira regulamente aos sábados, e apenas 6% avaliam a estrutura – ótima -, outros 22% avaliaram como regular, tendo como justificativa o fato de que o mercado consumidor desta cidade seja insuficiente para absorver a oferta dos produtos.

Dentre os entrevistados 6% dos assentados, avaliam a estrutura da feira como ruim, pois o espaço é pequeno em detrimento do número de pessoas, não suportando os camponeses de uma maneira eficiente. Já 33% avaliam como boa a estrutura, que necessita-se de melhoras e que na feira consegue vender toda sua produção que é excedente do processo produtivo no qual eles estão inseridos.

Os demais seria 61% dos entrevistados não frequentam a feira em Mazagão, por três motivos. Em primeiro lugar, alguns ainda não possuem excedente da produção, em segundo, alguns deles vendem o que não é consumido dentro do próprio lote ou levam para cidade de Santana para casas de membros familiares, e o terceiro motivo é que uma parcela pequena produz apenas por encomenda.

CONSIDERAÇÕES

Como já afirmado anteriormente, precisa-se considerar que as políticas de assentamento no Brasil, surgiram como pressão popular, ou seja, são o resultado dos inúmeros conflitos deflagrados no campo brasileiro.

Como forma de solucionar o problema da questão agrária, uma parte significativa desta política de assentar, ou seja, de assentamento para os camponeses sem terras ocorreram na região norte e centro-oeste, em regiões de ocupação não consolidada, evidenciando as

ações do estado brasileiro no sentido de resolver essa problemática sem alterar a estrutura fundiária.

No Amapá são cinquenta PA, o do Piquiazal no município do Mazagão foi um dos primeiros assentamentos dentro estado, e assim como os demais do estado sofre com a “ausência” de políticas públicas que sejam eficientes para atender as demandas da agricultura camponesa, promovendo no estado uma dependência de exportação de produtos básicos da alimentação para atender a população local.

Aliando essas deficiências, da relação do estado para com os assentamentos, a qualidade do solo da área do PA Piquiazal, a escassez de chuvas em um período do ano, são condicionantes naturais que contribuem ainda mais para a realidade complexa na qual se encontram a maioria dos assentados no Amapá.

Sobre a lógica de sobrevivência frente ao descaso pelo estado, tanto federal, estadual e municipal, os camponeses têm recorrido há outros tipos de atividades para garantir renda complementar. A produção ilegal de carvão vegetal dentro do assentamento que, também, aparece como alternativa simples e rápida para aquisição de renda tem e deve ser compreendida a partir das contradições que envolvem a relação entre os assentados, o Estado e as relações capitalistas.

Estas são apenas algumas das principais problemáticas que vivenciam os camponeses de um modo geral, dificultando sua manutenção dentro do assentamento Piquiazal, o que acaba gerando em muitos casos a evasão dos camponeses para outros lugares, como os espaços urbanos das cidades de Macapá e Santana.

Há muito a ser superado para que a agricultura familiar se desenvolva dentro do estado do Amapá, dentre eles o retorno e reivindicação de realização de uma reforma agrária que dê conta de resolver a questão fundiária e da produção de alimentos no Brasil.

Os governos do Partido dos Trabalhadores, decidiram não realizá-la. Constituíram políticas públicas que pouco amenizaram a situação do campesinato e outras sociedades marginalizadas no Brasil. O cenário no campo em 2016 com Michel Temer, assumindo a presidência do país se tornam cada vez mais emblemático, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e sua fusão ao Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, formando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.

O MDA que possuía entre suas funções o desenvolvimento da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com essa reforma ministerial do Temer, os caminhos da política agrícola brasileira seguem

apresentando apenas uma certeza, a escolha da agricultura capitalista como alternativa de desenvolvimento para o país e com isso a escolha da classe burguesa e latifundiária no controle da produção.

Neste sentido, espera-se que esta pesquisa sirva para auxiliar no conjunto de reflexões que norteiam a problemática da agricultura camponesa no assentamento Piquiazal, no sentido de pensar formas alternativas de resistência aos problemas enfrentados pela agricultura camponesa no Amapá.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais** – Revista Nera. Presidente Prudente: n. 6, pp24 – 34, 2005.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; SILVA, IRENILDO Costa da; LOMBA, Rony Mayer. **Assentamentos rurais no estado Amapá: uma visão da realidade**. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Uberlândia, Brasil, 15 a 19 outubro 2012. Disponível em www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/989_2.pdf Acesso: 20 Nov. 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Luta pela terra e a Política de Assentamentos Rurais no Brasil: a Reforma Agrária Conservadora** – Revista Agrária. São Paulo: n. 8, pp73 – 98, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Lavoura temporária 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Plano de Recuperação do PA Piquiazal**. Superintendência regional do Amapá Macapá, 2009.

MITIDIERO JUNIOR, Marcos Antonio. **Reforma agrária no Brasil: Algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais** – Revista Agrária. São Paulo: n. 14, p 3, – 22, 2011.

MITIDIERO, Marco Antonio Jr. – O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil: São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. **Identificação de projetos de reforma agrária: tipo, distância, famílias e área**. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Macapá-AP, 2015.

VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769 – 1783)**. São Paulo: Martins, 2008.

O OIAPOQUE, UMA FRONTEIRA EUROPEIA PARA O AMAPÁ E O BRASIL?

Stéphane Granger - Departamento Internacional Brasileiro no liceu Melkior-Garré, Caiena, Doutor em Geografia pela Universidade de Paris 3 Sorbonne-Nouvelle - Membro do Grupo de Estudos da Fronteira, UFPA. E-mail: granger.stephane@orange.fr

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2008, o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva se encontrou com seu homólogo francês Nicolas Sarkozy na cidade franco-guianense de Saint-Georges, na fronteira com o Amapá. Na oportunidade, fecharam novos acordos de cooperação, principalmente científicos, incluindo o começo da construção de uma ponte binacional já planejada por seus antecessores por cima das águas do rio fronteiro Oiapoque.

Três anos depois, em junho de 2011, as obras dessa ponte terminaram, e sua alta silhueta se destaca agora por cima das águas do rio Oiapoque, perto da cidade brasileira homônima. Fica então concretizada uma ligação terrestre, não somente entre o Amapá e a Guiana Francesa, mas também entre o Brasil e o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, de um lado, e a França e a União Europeia do outro, a Guiana Francesa sendo uma parte integrante dessas duas entidades.

O Amapá é assim o único estado brasileiro fronteiro de um território administrativamente europeu. Quais podem ser as consequências para este estado periférico no Brasil dessa vizinhança com um território, portanto pertencendo, por muitos aspectos, ao “Norte”? A abertura oficial da ponte do Oiapoque ainda não tem data marcada, enquanto a fronteira parece se fechar principalmente do lado francês devido aos fortes fluxos migratórios em direção à Guiana Francesa, separando duas margens que durante décadas viveram em simbiose. Como se essa vizinhança trouxesse agora mais problemas, contradizendo as promessas dos presidentes quando se encontraram.

O objetivo desse artigo é de estudar as origens dessa situação bastante paradoxal, e de analisar as consequências e as dificuldades dessa fronteira atípica em pleno Norte da América do Sul, presa entre lógicas econômicas e políticas, lógicas da globalização e medo de fluxos migratórios descontrolados.

DO CONFLITO À COOPERAÇÃO, O RECONHECIMENTO TARDIO DE UMA FRONTEIRA COMUM

As Guianas sempre foram territórios atípicos na América do Sul, por serem os únicos territórios de línguas e colonizações não ibéricas. Atribuídas aos espanhóis pelo papa no tratado de Tordesilhas em 1494, foram finalmente conquistadas pelos ingleses, holandeses e

franceses, excluídos deste tratado no começo, devido à renúncia dos espanhóis de conquistá-las (LEZY, 2000). Os portugueses não contestaram e os bandeirantes contornaram-nas quando estenderam o território do Brasil, ainda colônia.

Os europeus mantiveram-se mais tempo do que as potências ibéricas: a República da Guiana se tornou independente do Reino Unido em 1966 e o Suriname dos Países Baixos em 1975. Mas, a Guiana Francesa pelo contrário, por motivos históricos e culturais reforçou sua integração à França, tornando-se em 1946, com seu novo estatuto de departamento de ultramar, parte integrante do território francês, estatuto similar ao Havaí nos Estados Unidos, ou às ilhas antilhasas de Bonaire, Saba e São Eustáquio nos Países Baixos, mas, no caso, tratando-se de ilhas e não de um território continental.

A presença dessa colônia francesa à sua fronteira, perto da foz do rio Amazonas sempre foi um motivo de preocupação para o Brasil (ANDRADE, 1989). Depois da resolução a seu favor, em 1900, do longo conflito fronteiriço conhecido como Contestado franco-brasileiro ou Questão do Amapá, os franceses, derrotados, temiam um alargamento progressivo do Brasil em direção à Guiana francesa (GRANGER, 2011). Mas esse receio era compartilhado do lado brasileiro, já que foi por causa da presença da Guiana Francesa, com possível envolvimento na 2ª Guerra mundial, que o presidente Vargas, tirando do Pará o ex-Contestado mais a margem ocidental do Amazonas, criou, em 1943, um território tampão na fronteira, diretamente administrado pelo governo federal, o Território Federal do Amapá (PORTO, 2006).

A finalidade era de proteger o Brasil e, principalmente, o rio Amazonas da Guiana francesa, cuja metrópole era ocupada pelos alemães. Vargas acabava de declara a guerra ao Eixo para combater ao lado dos aliados, mas a França sendo ocupada pela Alemanha nazista, a Guiana francesa, portanto, representava para o Brasil um perigo mais do que um alvo para cobiças territoriais eventuais, que Vargas precisamente considerava satisfeitas graças à atuação do barão do Rio Branco. Assim, tanto o Amapá como a cidade de Macapá devem sua criação à proximidade com os franceses.

A criação do Amapá ocorreu três anos antes da transformação institucional da Guiana Francesa, de colônia a *département* (distrito), e, desde então, dirigida por um *préfet*, alto funcionário nomeado pelo governo nacional como em qualquer *département* da metrópole. Mas as consequências foram um isolamento em relação ao resto do continente por causa das relações privilegiadas com a metrópole ou as Antilhas, enquanto o antigo

governador colonial, que desfrutava de mais iniciativas que um *préfet*, mantinha mais laços com o Suriname e até o Pará (GRANGER, 2012).

De fato, o estatuto francês afastou a Guiana das possibilidades de parcerias regionais ou transfronteiriças, mas, pelo menos, permitia uma estabilidade política que fortalecia a segurança da fronteira para o Brasil em plena Guerra fria. Contudo, a construção da base espacial francesa e depois europeia em Kourou, no litoral franco-guianense, a partir de 1964, atraiu milhares de migrantes brasileiros naturais do Amapá e do Pará, que aproveitaram, embora por pouco tempo, a possibilidade de receber salários de nível europeu tão perto do Brasil (AROUCK, 2002).

A migração brasileira, a partir deste momento, sempre se manteve a um alto nível, e pode-se afirmar que os brasileiros constituem agora cerca de 10% da população franco-guianense (INSEE, 2012), com consequências notáveis sobre o mercado do trabalho do Norte do Brasil assim aliviado, e a renda de muitas famílias no Amapá graças às remessas. A porosidade das fronteiras e a imensidão não apossada do território também incentivam a cobiça de milhares de garimpeiros no centro e no sul da Guiana Francesa, onde criam verdadeiras cidadezinhas informais, equipadas com bares, lojas, etc., mas saqueando os recursos naturais quase em toda impunidade.

Foi, portanto, a imigração brasileira na Guiana Francesa que permitiu as primeiras aproximações oficiais entre os dois vizinhos: em primeiro para a construção do centro espacial, e depois, para resolver o problema migratório, que assim foi o motivo do estabelecimento de encontros bienais transfronteiriços entre a França e o Brasil a partir de 1983, as Comissões Mistas Transfronteiriças (IHEDN, 1983), agora institucionalizadas. Depois de séculos de conflito e ignorância, os dois Estados descobriam o interesse de compartilhar uma fronteira comum em plena Amazônia, fronteira que de barreira podia agora assumir um novo papel de interface, ou seja, um novo uso (SILVA, 2013), no contexto de uma globalização que permitia novas integrações regionais, como era o caso na América do Sul, com o MERCOSUL, por exemplo.

O que foi concretizado em 1996, quando o francófilo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em visita oficial na França, assinou em 1996 com o presidente francês Jacques Chirac um acordo bilateral de cooperação, cujo artigo 6 mencionava, a pedido das autoridades políticas locais, a cooperação transfronteiriça entre Guiana francesa e Amapá. Assumindo concretamente pela primeira vez a existência de uma fronteira comum, os dois presidentes encontraram-se novamente, no ano seguinte, na Guiana francesa, na cidade

fronteira de Saint-Georges. Tratava-se, aliás, da primeira visita de um presidente brasileiro neste território francês. Lá decidiram a construção de uma ponte no rio fronteiro Oiapoque, ideia já emitida numa comissão mista transfronteira pelos executivos locais¹⁵, e que simbolicamente ligará França e Brasil, como também União Europeia e Mercosul. Além disso, permitirá uma abertura do norte do Brasil até o Caribe, e a junção das duas pontas do Brasil (Amapá e Roraima), concretizando o projeto Arco Norte. Os brasileiros entenderam que, além da França, é a União Europeia que, assim, se tornava vizinha do Brasil (THERY, 2003; SILVA, 2013).

UMA FRONTEIRA QUE SE ABRE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

O geógrafo francês Michel Bussi, em sua obra sobre as recomposições no mundo decorrendo das políticas de cooperação territorial, chamou de “espaço compartilhado” um espaço dentro do qual “a cooperação territorial está influenciada por três “polos”, que levam às três perguntas decorrendo da definição da cooperação (“identitária”, econômica e política), e às três formas de cooperação “estratégica”, “identitária” e “subsidiária”. (BUSSI, 2009, p. 24). O que, de fato, corresponde à aproximação que começou, desde já, entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Com efeito, se a Guiana francesa com apenas 250.000 habitantes constitui um mercado fraco, permite, no entanto, uma abertura em direção ao Caribe e principalmente à União Europeia, constituindo uma “porta de entrada” pela qual o Brasil pensava introduzir exportações amazônicas, “europeizadas” graças a uma zona franca na Guiana Francesa. O alvo migratório para as populações carentes da região norte se transformou num alvo de parceria oficial, também provocado pela “europeanidade” da Guiana Francesa. Todos os assuntos diplomáticos em relação à Guiana Francesa estão tratados, aliás, pelo departamento “Europa” do Itamaraty.

Essa cooperação, na verdade, era um desejo forte dos executivos locais. O Amapá tornou-se estado da Federação pela nova constituição de 1988, enquanto a Guiana Francesa, com a reforma nacional da *Décentralisation* de 1982, tornou-se uma *Région*, com um presidente do Conselho regional eleito, e cujos poderes nos setores econômicos e culturais por exemplo superavam os do *préfet*. Ambos utilizaram essas novas competências para aproximar-se, tanto para desenvolver as fracas economias desses territórios isolados como para afirmar-se politicamente em relação aos poderes nacionais, do Brasil ou da França

¹⁵ «Annexes au procès-verbal des premières consultations franco-brésiliennes en matière de coopération transfrontalière Guyane-Amapá», Brasília, 17-18 septembre 1997, p. 1.

(GRANGER, 2011). Assim nasceu o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que o governador João Capiberibe apresentou inclusive na Europa, e que despertou um forte interesse por parte do presidente da *Région* de Guiana Francesa, Antoine Karam, que compartilhava com seu colega amapaense os mesmos ideais socialistas e identitários.

A cooperação científica e cultural teve êxito, com intercâmbios escolares e universitários, por exemplo, ou de médicos na fronteira, e a abertura simbólica do Centro cultural Danielle-Mitterrand, em 1999, do nome da esposa do ex-presidente da República Francesa, a qual, no quadro da sua fundação France-Libertés, já tinha visitado o governador Capiberibe no Amapá. Este, para mostrar o interesse de ter um território francês e europeu à sua fronteira, tinha decidido o ensino obrigatório do francês no currículo escolar do Amapá, e o Centro Danielle-Mitterrand, estadual, mas com ajuda financeira da Embaixada da França em Brasília, devia formar os futuros professores de francês.

Também de iniciativa estadual abriu em 2009 um Centro cultural Franco-amapaense. O problema, que mostra, aliás, que as considerações geográficas nem sempre estão tomadas em conta ao nível federal, é que o francês, língua oficial do território vizinho, não consta entre as matérias obrigatórias nas provas do ENEM. E, desta vez de iniciativa nacional, os dois presidentes no encontro de Saint-Georges, em 2008, decidiram a implantação de uma universidade binacional do desenvolvimento sustentável na cidade de Oiapoque.

Nesse quadro, os transportes foram facilitados. Em 1998, Belém, Macapá e Caiena foram ligadas diariamente pela companhia paraense Penta, facilitando, também, as manifestações culturais com convites mútuos que se desenvolveram¹⁶. O asfaltamento da BR 156 foi efetuado até Calçoene, e a ponte binacional do rio Oiapoque finalmente foi finalizada em 2011, trazendo grandes esperanças de desenvolvimento regional na cidade do Oiapoque, que assim de fronteira se tornava potencialmente um novo centro de intercâmbios transfronteiriços (SILVA, 2014).

O alvo principal era a cooperação econômica, utilizando a aparente complementaridade entre as duas economias. O governador do Amapá Waldez Góes declarou em 2003: “Quando me perguntam o que a Guiana Francesa tem a vender ao Amapá e o Amapá à Guiana Francesa, respondo: o que a Guiana Francesa e o Amapá têm a vender ao resto do mundo?”¹⁷. Mas, como tinha declarado o ministro brasileiro dos Assuntos Exteriores

¹⁶ Além da Penta, a companhia Surinam Airways também assegurava essa ligação desde Paramaribo, 2 vezes por semana. Mas a Penta faliu em 2004, sendo substituída pela companhia cearense TAF, que também desapareceu em 2009. Agora, Macapá não está mais ligada à Caiena por via aérea, a não ser por viagem através de Belém-PA.

¹⁷ Re-traduzido do francês, entrevista em *France-Guyane*, 8 de abril de 2003.

Celso Amorim em 2004: “A França tem que participar do desenvolvimento da região amazônica¹⁸”. De fato, não é a própria Guiana Francesa que interessava ao Brasil, mas sim sua situação de região da França, potência tutelar economicamente estratégica, e cujas redistribuições a favor da Guiana Francesa podiam afetar favoravelmente a economia amapaense. Aliás, a Câmara de Comércio e da Indústria da Guiana Francesa pensava no uso do porto de Santana para quebrar o monopólio do caríssimo porto de Caiena¹⁹. Mas, para isso, precisava-se do asfaltamento da BR 156 e da abertura da ponte do Oiapoque, que eram de competência federal e não estadual.

Todavia, no começo, os objetivos não se realizaram: os fluxos migratórios cresceram, poucos produtos brasileiros atravessam legalmente a fronteira, aqueles consumidos na Guiana ainda vêm na sua maior parte da Europa, e a zona franca prevista na fronteira nunca apareceu. Assim, como mostra o Quadro 1, os intercâmbios econômicos entre os dois vizinhos continuam fraquíssimos. Além da falta de complementariedade, as lógicas protecionistas dos grandes conjuntos econômicos, MERCOSUL e a União Europeia - UE, ainda prevalecem, enquanto ainda é mais fácil para um brasileiro viajar para Paris do que para Caiena, onde, além disso, terá que apresentar um visto só exigível na Guiana Francesa.

A cooperação, porém, passou a um nível superior com o fechamento em julho de 2010 dos acordos do Programa Operacional Amazônia – POA, da União Europeia pela Guiana francesa, os estados amazônicos do Norte do Brasil: Amapá, Pará e Amazonas, o Suriname e agora a República da Guiana. No quadro da sua política de cooperação transfronteiriça para diminuir as diferenças entre regiões vizinhas europeias e não europeias, a União Europeia encarregou a Guiana francesa de distribuir 17 milhões de euros nos diferentes projetos transfronteiriços, tornando-a intermediário obrigatório entre Europa e os estados amazônicos do Brasil. Assim nasceram entre a Guiana francesa e o Amapá projetos de cooperação no planejamento das margens do Oiapoque e do Maroni, rede de fibra ótica, estudos comuns de gestão ambiental, de luta contra doenças endêmicas (UNION EUROPEENNE, 2007).

Quadro 1 – Parte do Brasil no valor das exportações e importações franco-guianenses.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2007
Exportações	4,30%	5,60%	3,90%	2,30%	1,00%	3,10%	3,00%
Importações	0,80%	0,70%	0,70%	0,80%	0,80%	1,10%	0,80%

¹⁸ *La Presse de Guyane*, 15 septembre 2004.

¹⁹ No *Schéma d'Aménagement de la Guyane*, Région Guyane e Préfecture de la Guyane, 2000.

Fonte: Alfândega francesa, POA e Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa, CCIG.

Os Estados brasileiros envolvidos veem agora na vizinhança com União Europeia outras oportunidades de parceria, enquanto a Europa bem percebeu o interesse ecológico e estratégico da Guiana francesa para afirmar sua política de desenvolvimento sustentável: é lá que fica o maior parque natural da Europa, o Parque Amazônico da Guiana Francesa (*Parc Amazonien de Guyane*, ou PAG).

Aliás, este projeto de parque, decidido pelo então presidente francês François Mitterrand na cúpula de Rio de Janeiro em 1992, mas só concretizado em 2007, teve consequências no Amapá. Foi para responder às acusações de abandono da floresta amazônica ao desmatamento e ultrapassar os franceses, em matéria de eficiência ambiental, que o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu, em 2002, a criação do Parque nacional do Tumucumaque, maior parque natural tropical do mundo (IRVING, 2006). O que fez um ponto em comum entre os dois territórios vizinhos além do isolamento, com os parques nacionais, as terras indígenas e a faixa da fronteira do lado amapaense, e o domínio do Estado além do parque nacional na Guiana Francesa, ambos têm a maior parte do seu território a depender da competência dos Estados nacional ou federal e não dos poderes estaduais.

Assim, tanto os acordos de 1996 como o POA permitiram uma colaboração melhor entre territórios que conheciam situações semelhantes de isolamento e afastamento em relação às capitais e aos grandes mercados, e uma das primeiras ações do POA foi o equipamento do Amapá em fibra ótica a partir da Guiana Francesa, com financiamento europeu.

Essa atração do território franco-guianense pela facilidade relativa de acesso afeta assim o Amapá. Este Estado já era um dos campeões brasileiros do crescimento demográfico, e, dentro dele, a cidade do Oiapoque que viu sua população ultrapassar os 20.000 habitantes (Quadro 2), talvez chegando lá na esperança de cruzar o rio Oiapoque por tentar uma vida melhor no território francês, mostrando o impacto da situação geográfica para a cidade fronteiriça brasileira (SILVA, 2014).

Aliás, se os núcleos urbanos de Oiapoque e Saint-Georges não ficam mesmo um a frente do outro (precisa-se de uma viagem de 15 minutos de catraia), apareceu recentemente um novo bairro no começo informal na parte do município do Oiapoque frente à cidade de Saint-Georges: Vila Vitória, agora com talvez mais de 3.000 habitantes (figura 1), e cuja fundação deve-se a emigrantes brasileiros expulsos da Guiana Francesa.

Quadro 2 - Evolução comparada dos municípios fronteiriços de Saint-Georges (Guiana francesa) e Oiapoque (Amapá).

anos	Saint-Georges		anos	Oiapoque	
	pop.	Crescim. Anual		pop.	Crescim. Anual
1990	1.523 hab.		1991	7.555 hab.	
1999	2.096	4,20%	2000	12.886	7,80%
2006	3.503	9,60%	2007	16.568	4,10%
2009	4.218	6,80%	2010	20.962	13,00%

Fonte: INSEE e IBGE

Figura 1 - A cidade franco-guianense de Saint-Georges e o bairro de Vila Vitória, no município de Oiapoque.



Foto: Stéphane Granger, 2010.

Além de um destino para uma mão de obra que frequentemente mandava para o Amapá uma parte do salário em euros recebido lá, aliviando assim o mercado de trabalho local, o território francês também constituía uma fonte de verbas e favorecia parcerias que podiam ajudar o desenvolvimento do Amapá. Mas isso era contado sem as lógicas Norte-Sul e os interesses das grandes potências. A Figura, ilustra monumento que realça a interação Brasil-Guiana Francesa. Em uma das placas homenageia-se a cooperação que há entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Figura 2 – Monumento erguido em Oiapoque em 2000 para homenagear o centenário da anexação do Contestado ao Brasil. Uma das placas também homenageia a cooperação que estava se esboçando entre Amapá e Guiana Francesa



Foto: Stéphane Granger, 2008

MAIS UMA FRONTEIRA NORTE-SUL QUE SE FECHA

Antes da cooperação institucional, essa parceria existia informalmente devido a um isolamento ou um afastamento mútuo, entre as duas cidades fronteiriças, Oiapoque no Amapá distante de quase 600 km de pista não asfaltada da sua capital Macapá, e Saint-Georges na Guiana Francesa, também à margem do rio Oiapoque, mas sem ligação terrestre com o resto do território até 2003. Essas cidades já mantinham relações comerciais ou de serviços franco-guianenses se abastecendo ou visitando os dentistas em Oiapoque, ou jovens dessa cidade escolarizados do lado francês (CARVALHO, 2006). Paradoxalmente, essa solidariedade que fazia do Oiapoque uma verdadeira região transfronteiriça acabou com a política de cooperação que se estabeleceu entre os dois territórios a partir do final do século XX.

A decisão mais simbólica, talvez, além da ponte, tomada pelo presidente francês Chirac, foi o prolongamento da estrada de Caiena a essa parte oriental do território franco-guianense, que se encontrava totalmente isolada. A estrada estava parada, desde os anos de 1980, no município de Régina, a 100 quilômetros da fronteira brasileira. O governo francês se

negava a continuar a estrada até a cidade fronteiriça de Saint-Georges, por medo de facilitar os fluxos migratórios espontâneos vindos do Brasil (GRANGER, 2012).

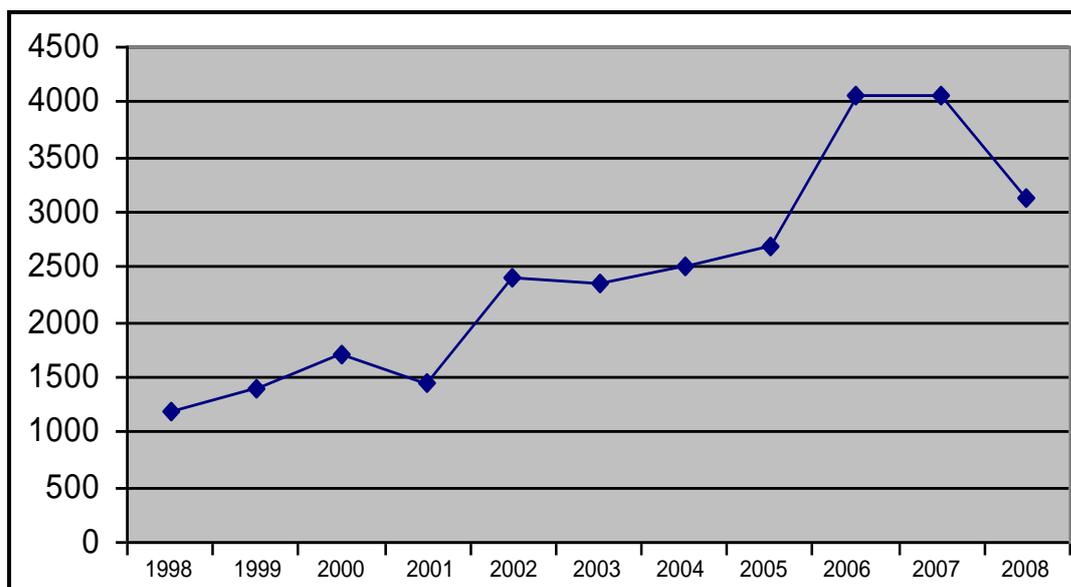
De fato, a cidade de Saint-Georges se encontrava, até 2003, totalmente isolada do resto da Guiana, abastecida duas vezes por mês por um navio francês. Aliás, até os anos de 1980, os habitantes de Saint-Georges só recebiam a televisão brasileira! Portanto, apesar da presença da administração francesa (escolas, colégio de ensino fundamental, correio, posto de saúde...), a maior parte das ligações, tanto humanas como comerciais, se faziam com a cidade brasileira de Oiapoque, do outro lado do rio fronteiriço homônimo. Também vinham de Macapá para Saint-Georges, muitos brasileiros que compravam vinhos e perfumes franceses bem mais baratos devido à quase ausência de taxas, o que compensava o custo da viagem.

Concluída no final de 2003, a estrada de Caiena a Saint-Georges ligou este município isolado à sua capital administrativa e a afastou da sua vizinha Oiapoque. Agora, os habitantes da margem francesa da fronteira fazem as compras em Caiena, distante de menos de três horas de carro. Carros que, aliás, invadiram a pacata cidade franco-guianense, enquanto este modo de veículo, ao contrário da sua vizinha brasileira, era pouco difundido devido à falta de estrada. Graças à estrada, a Guiana Francesa capturou e integrou essa parte do seu território, que lhe escapava ao benefício de uma parte também isolada do Brasil.

O temor principal, tanto dos governos francês e franco-guianense como da população, era a facilitação da imigração brasileira para Caiena. Antigamente, as migrações faziam-se pelo mar, embarcando em tapuias ou catraias em Oiapoque até às praias de Caiena, viagem perigosa onde dezenas de candidatos à imigração perderam a vida. A partir dos anos 2000, com o começo da construção da estrada, foi possível viajar por terra para Caiena, sendo distante apenas 190 quilômetros do rio Oiapoque.

Os temores se verificaram. Em oito anos, o número de brasileiros irregulares apreendidos quadruplicou, como mostra o quadro 3. Mas a verdade é que se a estrada facilitava a emigração para Caiena, também facilitava as apreensões, e nesses 4.000 brasileiros apreendidos nos anos 2005-2006, havia frequentemente as mesmas pessoas que tentavam a viagem o dia seguindo a expulsão.

Gráfico 1 – Evolução das expulsões de brasileiros para a fronteira.



Fonte: Direção departamental da Polícia das Fronteiras na Guiana Francesa.

O prolongamento da estrada e o projeto da ponte binacional fizeram as autoridades francesas instalar um posto da Polícia das Fronteiras – PAF, em Saint-Georges. Jovens policiais mostraram um grande zelo em controlar todas as pessoas que chegavam em Saint-Georges vindo do Oiapoque. Quem não tinha o visto de entrada no território francês era barrado e tinha que voltar para o lado brasileiro. O zelo da PAF se aplicou assim até contra políticos e jornalistas amapaenses, índios ou moradores querendo visitar a família ou fazer compras, sem qualquer vontade de migração.

Os controles eram dirigidos contra quem tinha “aparência de brasileiro”, o que fez esses policiais naturais da França metropolitana controlar até índios que eram cidadãos franceses. Isso provocou um certo constrangimento, que acabou numa denúncia da população de Saint-Georges contra a atuação da PAF, em 2012, e uma greve dos catraieiros oficiais ligando as duas cidades fronteiriças, cansados dessa discriminação enquanto exerciam seu trabalho. Finalmente, o *préfet* para evitar problemas diplomáticos ordenou que os controles sejam efetuados depois da cidade de Saint-Georges, em direção a Caiena, e não na cidade mesmo.

Agora, os fluxos que cruzam o rio Oiapoque não provêm tanto do Brasil, mas sim de países mais afastados: o Amapá, como o Brasil, constitui etapas de novas migrações para a Guiana Francesa, mas oriundas do Haiti (passando agora pelo rio Amazonas até Macapá) e da África (por Fortaleza e a costa setentrional do Brasil). Assim, fica reforçado o papel do

Amapá como interface com um território “do Norte”, pertencendo à União Europeia (GRANGER, 2014).

Assim, essa separação de dois territórios antigamente solidários é uma das consequências da aproximação política e econômica entre a França e o Brasil por meio dos seus territórios vizinhos. Também foi instalado, em 2006, uma barragem de *Gendarmerie* (a polícia militar francesa) perto de Régina, a meio caminho entre Caiena e Saint-Georges. Caso único no território francês (o único outro exemplo encontra-se em Iracoubo, na parte ocidental da Guiana Francesa, em direção ao Suriname), nesse *check-point* permanente a 100 quilômetros da fronteira só se pode passar mediante apresentação de documentos de identidade válidos.

A pequena cidade de Régina, em declínio demográfico, desfrutou dessa situação. Impedidos de atravessar a barragem de *Gendarmerie*, muitos brasileiros que pretendiam migrar para Caiena se instalaram lá, esperando uma oportunidade de contornar a barragem (bastante fácil com ajuda de guias traficantes) ou de arranjar um pequeno emprego, inclusive nos garimpos do rio Approuague. Régina, que conhecia um declínio demográfico por causa das migrações dos jovens para Caiena, esboçou um novo progresso, quase ganhando, com 951 habitantes em 2013, quase 200 habitantes em relação a 1999, isto é, um crescimento de 25% (INSEE, 2016).

Finalmente, a população do leste da Guiana Francesa, nos municípios de Régina e Saint-Georges, agora é na sua maior parte de origem ou de nacionalidade brasileira, como se o rio Approuague constituísse a verdadeira fronteira de povoamento, e, de fato, o limite de uma expansão informal do Amapá. Outra ilustração foi a travessia de metade do território franco-guianense efetuado por um gado de zebus levados do Amapá em 2009 para abastecer garimpos clandestinos no interior, como se a Guiana Francesa fosse a continuação das frentes agrícolas do Amapá (GRANGER, 2012).

Garimpos que constituem, na verdade, o maior obstáculo para uma boa vizinhança. Milhares de garimpeiros, impedidos de atuar no Amapá devido à criação do Parque do Tumucumaque e atraídos pelas facilidades de acesso da Guiana Francesa, exploram em condições difíceis garimpos a pedido de donos ilegais frequentemente situados na cidade de Oiapoque (mas também em Caiena), causando graves danos ao meio ambiente. Já os índios dessa parte da Guiana Francesa apresentam teor em mercúrio acima do normal.

Devido à atuação de parlamentares amapaenses, tentando impedir um acordo de luta franco-brasileiro contra a garimpagem clandestina, no entanto, decidida pelos presidentes

francês e brasileiro quando se encontraram novamente em Saint-Georges em 2008, demorou muito a ratificação desse acordo pelo Congresso brasileiro (só efetivo em 2015). É que a cidade de Oiapoque sofreu bastante quando o Exército francês se atacou de vez ao problema e conseguiu fechar alguns garimpos, inclusive o mais importante, Dorlin, com quase 2.000 pessoas morando lá clandestinamente, sufocando assim parcialmente a economia da cidade, envolvida no tráfico pelos investimentos informais de alguns comerciantes da praça²⁰. Além disso, a demora na inauguração da ponte do rio Oiapoque seria causada, segundo fontes diplomáticas brasileiras como políticas francesas, pelo constrangimento mostrado pelos brasileiros frente à necessidade de visto sem reciprocidade para brasileiros indo para a Guiana Francesa²¹. Todavia, pelo menos, esse atraso permite a sobrevivência dos numerosos empregos de catraieiros do Oiapoque, todos brasileiros e ameaçados pela abertura de uma ponte que afetaria o monopólio das suas atividades.

Pois é o medo da imigração de um povo não oriundo de um território da União Europeia que fez a fronteira se fechar para os brasileiros, com essas barragens e a necessidade desse visto que não é pedido nem para quem viaja para Paris, nem para um cidadão da UE que pode morar e trabalhar na Guiana Francesa como qualquer franco-guianense. Trata-se bem de uma fronteira entre América do Sul e a Europa.

Assim, da Guiana Francesa provêm os turistas e os euros, e do Amapá (como lugar de origem ou de passagem) a mão de obra. Isso traz, aos poucos, numerosos franco-guianenses um sentimento de invasão tanto migratória como cultural por parte dos brasileiros. Estamos bem numa situação de fronteira Norte-Sul, à imagem da fronteira México-Estados Unidos, a mais atravessada do mundo. Mas, no caso guiano-amapaense, é o território rico e receptor, a Guiana Francesa, que se sente em situação de inferioridade pela fraqueza demográfica, sua insegurança identitária e sua dependência de Paris por tudo que releva da ordem pública.

Em 2010, um outro problema surgiu com o fim da ligação aérea Caiena-Macapá, mostrando, quase 15 anos na época depois dos acordos de cooperação regional, a falta de prioridade e de rentabilidade das relações entre Amapá e Guiana Francesa para as companhias aéreas (tem viagens mais frequentemente por Belém). Mas também se pode ressaltar o fraco envolvimento dos poderes políticos, visível na demora do asfaltamento da BR 156 (de competência federal) que poderia desenvolver a parte ocidental do Amapá, ou na fraca oferta

²⁰ Jornais *Le Monde*, *France-Guyane* e *La semaine guyanaise*, citados em GRANGER (2012).

²¹ Entrevista pelo autor no departamento Europa do Itamaraty, maio de 2015, e entrevista do *ex-préfet* da Guiana Francesa, Eric Spitz, ao diário *France-Guyane*, 8 de janeiro de 2016.

de transportes coletivos ligando a fronteira a Caiena do lado franco-guianense, só assegurada por micro-ônibus com capacidade e horários frequentemente insuficientes, atrapalhando as relações econômicas e turísticas entre Caiena e Macapá, finalmente mais fáceis com Belém. Afinal, as lindas declarações sobre o rio Oiapoque, ligando “dois Estados, França e Brasil, antigamente separados pelo oceano Atlântico²²”, ficaram no cemitério das boas intenções, nunca ou pouco concretizadas. A Figura 3, ilustra um mapa com as relações e dinâmicas de fronteira entre Macapá-Amapá e Guiana Francesa.

Figura 3 – As dinâmicas da fronteira Amapá-Guiana Francesa.



Fonte: Stéphane Granger, 2012

²² Declaração do diplomata brasileiro Marcelo Jardim, então responsável do departamento Europa do ministério brasileiro dos Assuntos exteriores em Oiapoque, 1999.

CONSIDERAÇÕES

Quase cinco anos depois do fim das obras da ponte do Oiapoque, pouco a pouco, os acordos que eram condições *sine qua non* para a inauguração se fecham e deveriam permitir sua abertura próxima, mas, por enquanto, a inauguração não parece tão prioritária para os atuais presidentes do Brasil e da França como era para seus antecessores²³. As prioridades dos governos estaduais do Amapá e da Guiana Francesa nem sempre concordam com as dos Estados nacionais, Brasil e França, o que frequentemente atrasa senão atrapalha a política de cooperação regional quando essa envolve interesses nacionais. Além disso, o problema é que liga um território ainda considerado “do Sul” a um outro oficialmente pertencendo à União Europeia, portanto do “Norte”.

Uma alfândega e uma agência de vigilância sanitária surgiram em Oiapoque, agora cidade universitária com seu campus, o acordo sobre o seguro dos veículos circulando entre Macapá e Caiena foi assinado. Contudo, o mais importante e simbólico foi o reconhecimento por parte do Estado francês do estatuto de “brasileiro transfronteiriço”, com uma carteira permitindo curtas temporadas para moradores de Oiapoque na cidade francesa de Saint-Georges sem visto²⁴, enquanto as estradas e a ponte, paradoxalmente, com o reforçamento dos controlos policiais tinham afetado negativamente as solidariedades naturais que existiam dos dois lados da fronteira.

A Guiana Francesa é um território francês e europeu, e essa situação pode, no Brasil, parecer “colonial” com esse estatuto afastando-a de organizações regionais como OTCA, MERCOSUL ou UNASUL. Mas os franco-guianenses sempre manifestaram o desejo de permanecer na França, e sentem um certo sentimento de assédio causado por uma imigração brasileira, que mais se dirige agora para as grandes cidades do Brasil do que para o pequeno território francês.

Este conhece agora um forte desemprego e pratica, com o assentimento da população, uma forte repressão contra os imigrantes clandestinos, cada vez mais numerosos na periferia de Caiena. A população franco-guianense mais parece ficar neste “casulo” europeu do que se abrir ao continente sul-americano ao qual também pertence, até se viaja cada vez mais para o Brasil, aproveitando as diferenças de nível das moedas a seu favor.

Trata-se, portanto, bem de uma fronteira “Norte-Sul”, administrativamente mais difícil de atravessar, embora haja um progresso com a instituição da carteira transfronteiriça, e

²³ Entrevista pelo autor no departamento Europa do Itamaraty, maio de 2015.

²⁴ Mas por enquanto os moradores das comunidades indígenas fora do núcleo urbano de Oiapoque estão excluídos.

não se constata a constituição de uma verdadeira região transfronteiriça integrada como nas outras fronteiras brasileiras. Mas também tem lados positivos: os turistas oriundos da Guiana Francesa permitem com sua presença e seus euros um desenvolvimento do turismo e do comércio no Amapá, a vizinhança com a França despertou um certo interesse por parte dos presidentes brasileiros FHC e Lula, e o Estado do Amapá recebe subsídios europeus graças aos projetos transfronteiriços do POA.

Todavia, a vantagem de possuir uma fronteira europeia está amenizada pelo fato dessa se situar numa parte totalmente periférica do Brasil, o que ilustra o atraso no asfaltamento da estrada ligando Macapá à fronteira, e na inauguração de uma ponte que devia simbolizar a união terrestre do Brasil e da França. Sua silhueta inutilizada, hoje, mais simboliza os paradoxos e as dificuldades dessa fronteira que as lógicas da Globalização não conseguiram superar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: editora Ática, 1989.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa, fronteiras e construções de alteridades**. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

BUSSI Michel. **Un monde en recomposition, géographie des coopérations territoriales**. Mont-Saint-Aignan, França: Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2009.

CARVALHO Guilherme. **Oiapoque, uma parábola na floresta. Estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira**. Mestrado de geografia, Belém: UFPA, 2006.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson R. e SOTTA, Eleneide D. (org.), **Reformatações fronteiriças no platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construções**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

_____. **La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique**. Université de Paris III, IHEAL: tese de geografia, 2012.

_____. L'Amazonie brésilienne, nouvelle interface migratoire entre les Caraïbes et l'Amérique du Sud ? **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p.7-17, jan./abr. 2014.

IHEDN (Institut Des Hautes Etudes de La Défense Nationale). **Le Brésil, situation politique et relations extérieures**. Paris: Section des Affaires diplomatiques, février 1983.

INSEE. **Population selon la nationalité au 1^{er} janvier 2009 en Guyane**. 2012. http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=25&ref_id=poptc02501

_____. **Population au 1^{er} janvier 2013 en Guyane**. 2016.

IRVING Marta de Azevedo. Le parc national Montanhas de Tumucumaque (Brésil), un laboratoire pour la gestion de la biodiversité dans le cadre d'une coopération régionale en Amazonie? **Cahiers du Brésil contemporain** n° 63-64, Paris, 2006, p. 233-256.

LEZY, Emmanuel. **Guyane Guyanes, une géographie sauvage de l'Orénoque à l'Amazone**. Paris: Belin, 2000.

PORTO Jadson. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: edição do autor, 2006.

SILVA Gutemberg de Vilhena. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: as expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de geografia, 2013.

_____. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI**. Macapá: UNIFAP, 2014.

THERY Hervé, Une Guyane brésilienne? **Cahiers des Amériques latines** n° 43, Paris, 2003.

UNION EUROPEENNE. **Objectif Coopération Territoriale européenne 2007-2013, Programme de Coopération transfrontalière « Amazonie » Guyane-Brésil-Surinam, programme opérationnel**. Bruxelles: 2007.

TRANSFORMAÇÕES ANTROPOGÊNICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EROSÃO FLUVIAL DO BALNEÁRIO DO ATURIÁ, MACAPÁ-AMAPÁ.

Valter Gama de Avelar - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, Doutor em Geociências. Pesquisador/Coordenador do Grupo de Pesquisa Geodiversidade do Amapá/GPGEO. E-mail: valtergamaavelar@gmail.com

Arnaldo Mira dos Santos - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, Licenciado e Bacharel em Geografia. E-mail: arnaldomira35@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os efeitos das intervenções antrópicas no meio natural tornam-se mais evidentes em ecossistemas frágeis, a exemplo da Zona Costeira, onde o equilíbrio dinâmico entre os diferentes processos físicos atuantes e a complexidade e diversidade de ecossistemas presentes, tais como praias, manguezais, recifes de corais, entre outros, ocasionam a degradação e transformação de seus recursos naturais (BRANDÃO, 2008, p.90).

No Brasil este ambiente apresenta, dentre outras características: uma extensão que perfaz aproximadamente uma faixa de 8.698 km voltados para o Oceano, perfazendo uma área aproximada de 514 mil km², dos quais 324 mil km² correspondem ao território de 395 municípios distribuídos em 17 estados costeiros Atlântico e cerca de 18% da população do país reside nesta área (cerca de 43 milhões de habitantes) tornando-a intensamente ocupada (MMA, 2006).

Os problemas ambientais mais comuns encontrados na Zona Costeira são: erosão, ocupação desordenada, retirada da mata ciliar e construções humanas (espigões, trapiches, casas e plataformas de petróleo).

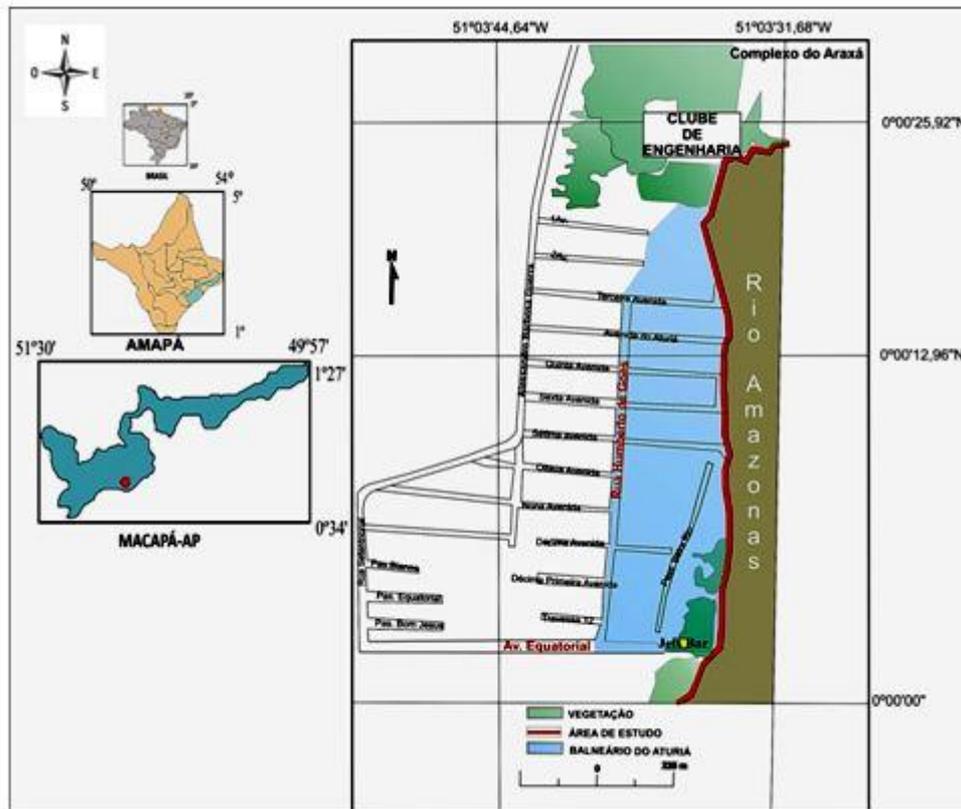
O presente artigo buscou compreender como as transformações antrópicas no Balneário do Aturiá, na margem esquerda do Rio Amazonas, na área urbana de Macapá, contribuiu para desencadear um intenso processo de erosão fluvial naquele local. Para elucidar tais questões, buscou-se caracterizar as principais transformações antropogênicas instauradas com a ocupação do Balneário do Aturiá, bem como, apresentar uma visão panorâmica das modificações sofridas pela linha de costa daquele balneário a partir do intenso processo de erosão fluvial instaurado.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

O Balneário do Aturiá encontra-se situado na porção mais leste do Bairro do Araxá, na zona sul da cidade de Macapá-AP. Sua área é limitada a sul e a leste pelo rio Amazonas; a norte pelo Complexo do Araxá; a oeste estendendo-se até a Rua Humberto de Góes. O acesso à área se dá tanto por via terrestre, através da Rodovia JK (Norte) e da Avenida Equatorial (Oeste), quanto por via fluvial através do rio Amazonas (Leste). A Figura 1, ilustra a área de

abrangência do Balneário do Aturiá e sua localização em relação ao Estado do Amapá e a Cidade de Macapá.

Figura 1 - Localização do Balneário do Aturiá, no Bairro do Araxá, Macapá-AP e da área estudada neste trabalho, nas margens do Rio Amazonas, linha em vermelho.



Fonte: modificado de GeoEye (2010).

O Balneário do Aturiá apresenta relevo plano, muito baixo, instável e retilíneo. Dentre os agentes naturais responsáveis por delinear seu relevo estão: os fluviais (sob influência do Canal Norte do Rio Amazonas) e oceânicos (com destaque para as ondas e marés), indutores dos processos geomórficos (erosão e deposição de sedimentos) que contribuem para o desenvolvimento de planícies alagadas (TORRES E EL-ROBRINI, 2000).

A geologia deste setor é marcada por depósitos terciários de origem continental (Formação Barreiras) e depósitos sedimentares quaternários, de origem flúvio-estuarina (transição do Pleistoceno ao Holoceno) constituídos por sedimentos inconsolidados (TORRES E EL-ROBRINI, 2000, p.18).

No que se refere aos aspectos climáticos este setor possui forte influência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), a qual dá origem a um regime de ventos alísio de rumo SE, paralelos ao litoral e que entre os meses de janeiro a março mudam de sentido, soprando

com maior intensidade de NE, perpendicular à costa (MUEHE, 2003, p. 285). Este regime de ventos, aliado a atração gravitacional da Lua dão origem ao regime de marés semiduro, na concepção de Nittrouer et al. (1995, p.179), com ocorrência de macromarés com ondas de amplitude superior a 4 metros, e mesomarés, com ondas de amplitude inferiores a 4 metros (MUEHE, 2003, p.285).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram empregadas duas etapas de trabalho. A primeira foi voltada ao trabalho de gabinete, contando com o levantamento bibliográfico acerca do tema abordado (CASSETTI, 1991; PELOGGIA, 1997; 2005; MUEHE, 2001; 2003); documental (Plano de desenvolvimento Urbano da cidade de Macapá, 1973; Relatório de Risco do Aturiá, 2010; 30 anos dedicados ao Amapá) e fotográfico (fotografias antigas e atuais da área estudada). Este levantamento contribuiu para caracterizar os processos naturais atuantes na Orla do Balneário do Aturiá, bem como o acompanhamento cronológico das ações antropogênicas, permitindo compreender a evolução da ocupação e as transformações da paisagem do balneário ao longo do tempo.

A segunda etapa compreendeu as visitas de campo, o qual contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores que residem a mais tempo no local, objetivando conhecer as características da área no início da ocupação e suas transformações ao longo do tempo; observações sistemáticas “in loco” que permitiram acompanhar o comportamento da maré e sua relação com os ventos, ondas, cobertura vegetal, transformações antropogênicas e erosão fluvial; além das medições e registros fotográficos do recuo da margem, no segmento onde a erosão fluvial se mostrou mais intensa por um período de um ano (2010-2011).

Além da coleta dos dados e das informações necessárias para caracterizar as principais alterações ambientais decorrentes da ocupação e sua relação com a erosão fluvial na Orla do Balneário do Aturiá, utilizou-se imagens aéreas da área estudada, disponibilizadas pelo *Software Google Earth* (nas datas 2003, 2004, 2007 e 2010) com o intuito de representar espacialmente a evolução da erosão fluvial e da ocupação da área. Por identificar que a erosão fluvial da margem ou orla daquele Balneário não é uniforme, foram delimitados (com o uso do programa Corel Draw X5) três polígonos, os quais consideram as características da erosão fluvial atuante em cada um e as transformações antropogênicas sofridas pela margem ao longo do tempo. Para cada setor, denominados de zonas I, II e III, as transformações foram acompanhadas por fotos terrestres da área de estudo.

REFERENCIAL

As formas de relevo que constituem a superfície terrestre resultam da ação de um grupo de processos naturais, que agindo sobre uma determinada superfície acaba lhe conferindo formas características. Neste sentido, Christofolletti (1980, p.1), descreve que os processos geomorfológicos constituem “uma sequência de ações regulares e contínuas que se desenvolvem de maneira bem específica e levando a um resultado determinado”.

Dentre os fatores responsáveis pela erosão marinha na Zona Costeira está à alteração no balanço sedimentar costeiro, que é fortemente influenciado pela ocupação desordenada causada pela falta de planejamento urbano. Desta forma, a devastação indiscriminada dos mangues e obras de engenharia executadas sem critérios globais, podem agravar ou provocar erosão (CUNHA, 2003).

Ao lado destas intervenções eminentemente antropogênicas tem-se o caráter natural dos ambientes costeiros como: geologia, clima, e processos oceânicos (marés e ondas); a atuação conjunta desses dois conjuntos de fatores será responsável pelos fenômenos hidrodinâmicos que darão origem a morfogênese costeira.

* Fator geológico - Percebido através da formação de costas escarpadas, cuja estrutura tectônica e litologia são expostas pelos processos erosivos (MUEHE, 2001). Também se revela em costas com domínio de processos sedimentares, responsáveis pelo ganho e perda de sedimentos podendo ser proveniente de costões rochosos, da plataforma continental, entre outros, determinando assim o balanço sedimentar. As ondas possuem grande importância no que diz respeito a forma da costa, pois exploram qualquer linha de menor resistência, construindo formas menores como cavernas, arcos e entalhes. (CHRISTOFOLETTI, 1980).

* Fator climático - Compreendido por parâmetros físicos tais como: a temperatura, o vento, as marés e as ondas. Esse conjunto de fenômenos é responsável por muitas características da morfologia costeira. A importância do fator climático na morfologia costeira está no fato de controlar as taxas de intemperismo, erosão, transporte de detritos até as linhas de costa, no controle da distribuição latitudinal das construções recifais e coralígenas, além dos manguezais e das marismas (MUHE, 2001). Dentre os parâmetros físicos que compreendem o clima, o regime dos ventos assume uma importância particular na morfogênese costeira, por estar na origem das formações dunares, das ondas e das correntes de superfície (CHRISTOFOLETTI, 1986, p.129-130).

* Fator oceanográfico - relacionado com a natureza da água do mar, apresentando variações nos teores de salinidade. O sal da água do mar tem poder erosivo, atuando com o processo de intemperismo ou meteorização no ataque dos afloramentos rochosos.

* Fator Antrópico – responsável pelas alterações das condições naturais e com grande influência nas feições fisiográficas costeiras. Sua ação direta pode ser observada pela ação de dragagens e barragens hidráulicas, que empobrecem em sedimentos os domínios costeiros. Ações indiretas também se fazem sentir nas regiões costeiras, seja pela poluição ou até mesmo pelo possível aquecimento da temperatura global da atmosfera e os consequentes riscos de aceleração na elevação do nível do mar (MUEHE, 2001).

Quando se faz a relação entre a erosão costeira e a urbanização, o MMA (2006) aponta dois aspectos principais, os quais permitem compreender a ação antrópica na Zona Costeira, são eles: a erosão provocada por interferências de obras costeiras no balanço sedimentar, ainda que de pequena expressão; em segundo lugar, a fixação de uma orla devido ao processo de urbanização, o qual provoca a construção de edificações dentro da faixa de resposta dinâmica da praia às tempestades, o que tende a provocar a retomada, pelo mar, da área construída.

Rodrigues & Gouveia (2013, p.67), citando Gondie, alertaram para uma nova era de influência antropogênica em que os sistemas geomorfológicos e fluviais teriam respostas ou reações distintas quanto aos “inputs” antrópicos ou quanto às mudanças climáticas.

Neste contexto, o homem quanto agente modelador do relevo ganha destaque à medida que os processos originados por suas ações superam seus equivalentes naturais, de maneira a fazer as propriedades e o modo de ser da natureza combinarem-se de forma nova, subordinados as suas intenções (PELOGGIA e OLIVEIRA, s/d.).

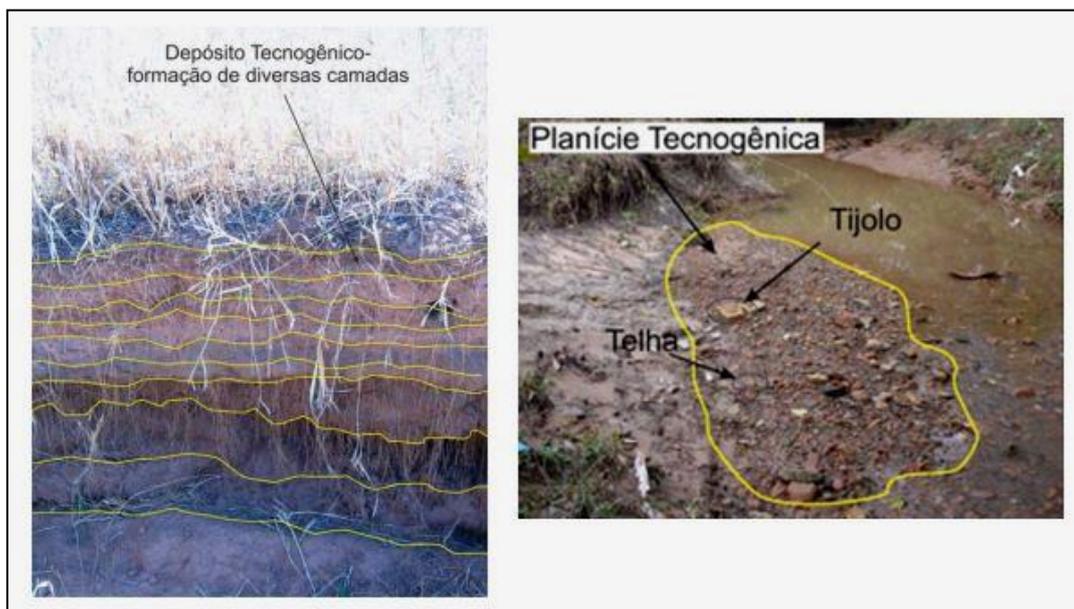
RELEVO TECNOGÊNICO

Denomina-se Relevo Tecnogênico ao “conjunto de formas de relevo produzidas direta ou indiretamente pela ação humana, e que podem ocorrer conjunta ou associadamente (como por exemplo, o relevo tecnogênico urbano) ou de forma isolada (a exemplo da indução de um movimento de massa ou na canalização de um corpo d’água)” (PELOGGIA E OLIVEIRA, s/d).

Segundo Suertegaray et al. (2008, p.236) os depósitos resultantes da atividade humana, designados como depósitos construídos ou aterro, resultam de qualquer tipo de material removido ou depositado pelo homem (Figura 2). Segundo estes autores e Miyazaki,

(2014, p.64), esses depósitos transformam a superfície terrestre em uma nova face denominada “antropostoma”.

Figura 2 - Evidências da ação Antrópica em camadas de deposição de sedimentos e artefatos humanos (telhas e tijolos) gerando depósitos tecnogênicos ou antropostoma.



Fonte: Miyazaki (2014, p.64).

As intervenções antropogênicas no ambiente acabam criando formas de relevo novas, que não existiriam daquela maneira se não fosse à intervenção humana, por isso, essas formas novas criadas não podem ser mais chamadas de relevo original, mas de Relevo Tecnogênico, pois, são frutos da ação transformadora do homem por meio do uso de técnicas (PELOGGIA, 1997; PELOGGIA, 2005).

A ação do homem vem alterando a dinâmica natural dos processos físicos, contribuindo para a intensificação da erosão, do escoamento concentrado e deposição de materiais oriundos da ocupação do relevo (MIYAZAKI, 2014, p.65). A formação de depósitos tecnogênicos em ambientes urbanos envolve os mais variados tipos de materiais, desde restos de materiais de construções, resíduos sólidos, resquícios de queimada, além dos materiais minerais que compõem os grupos de solos naturais, como argila, areia e silte (MIYAZAKI, 2014, p.57).

No Brasil, desde a década de 1950, as intervenções antrópicas, associadas ao fenômeno da urbanização vem se intensificando de forma acelerada nos médios e grandes centros urbanos (RODRIGUES & GOUVEIA, 2013, p.67). Isto tem desencadeado vários problemas ambientais, principalmente aqueles associados a riscos geomorfológicos, como:

inundações, enxurradas, movimentos de massa, subsidências, erosão de margens fluviais e etc.

BALNEÁRIO DO ATURIÁ: TRANSFORMAÇÕES ANTROPOGÊNICAS E EROSÃO FLUVIAL

No que tange a ação antropogênica na “praia” do Aturiá, esta é fruto de um processo de invasão ocorrido no final da década de 1980 e início da década de 1990. Acrescenta-se, que mais tarde, no ano de 1997 aquela área daria origem, por meio da lei nº 899/1997 ao Bairro do Araxá. A maioria da população que constituiu essa ocupação era de migrantes das ilhas do Pará (Breves, Afuá, Chaves) todas próximas a Macapá e que vinham em busca de melhores condições de vida.

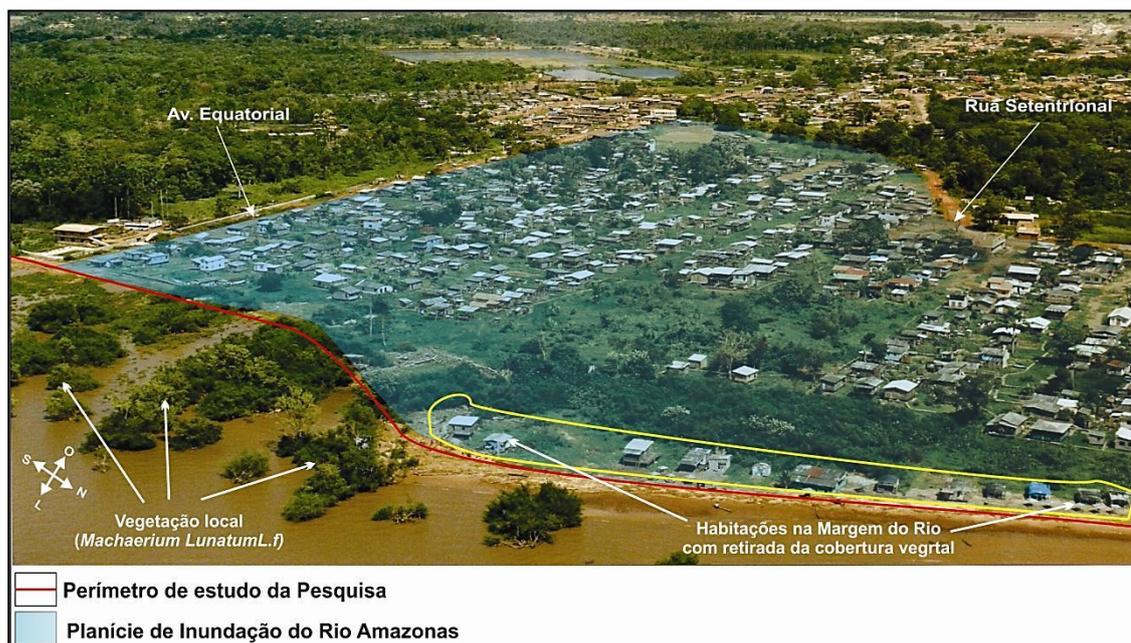
Inicialmente, a ocupação da “praia” do Aturiá se deu sobre condições naturais genuínas, ou seja, um ambiente característico de planície de inundação, composta por Aninga (*Montrichardia arborescens*) e Aturiá (*Machaerium Lunatum* L.f), constituindo vegetação típica da mata ciliar, com a função de impedir a remoção de sedimentos (Figura 3). Lembrando das características iniciais daquele lugar, o Sr. Manoel, morador a 22 anos da área, fez o seguinte comentário:

“A área era uma maravilha, pouco ocupada, só tinha um aningal e umas duas árvores de taperebazeiro. [...]. Era tudo um praião, agora não existe mais um praião. Isso aqui (Rua Equatorial) era um caminho não era rua, fechado por Aturiá, aquela árvore que tá ali na praia, de um lado e outro da rua, a gente passava por debaixo, não tinha energia, não tinha nada”.

Assim, em meados de 1986 esse aspecto natural da “Praia” do Aturiá foi cedendo lugar às transformações antropogênicas (retirada da vegetação nativa, aterramento da planície de inundação e construção de residências). A ocupação próxima da margem do rio Amazonas trouxe no seu bojo o sentimento de pertencimento e apropriação do lugar pelos moradores. Após a posse e fixação na área esses primeiros migrantes assistiram um adensamento do processo de ocupação e promoveram transformações antropogênicas de grande monta na paisagem daquele balneário. Seu Manoel, morador local e profundo conhecedor dessa história ilustrou muito bem esse rápido processo de ocupação e transformação da paisagem, através da seguinte citação:

“Logo, logo começou a encher de gente pra cá, né? e depois veio esse pessoal fazendo aí na praia. Aí depois veio essas **(casas construídas em frente a sua residência – grifo meu)** 5 anos depois que eu morava aqui esse pessoal fizeram essas casas. Minha casa era mais pra li, de lá foram loteando, loteando aí depois ficou pra cá né”.

Figura 3 - Processo de ocupação da Planície de Inundação do Rio Amazonas, no Balneário do Aturiá, Macapá.

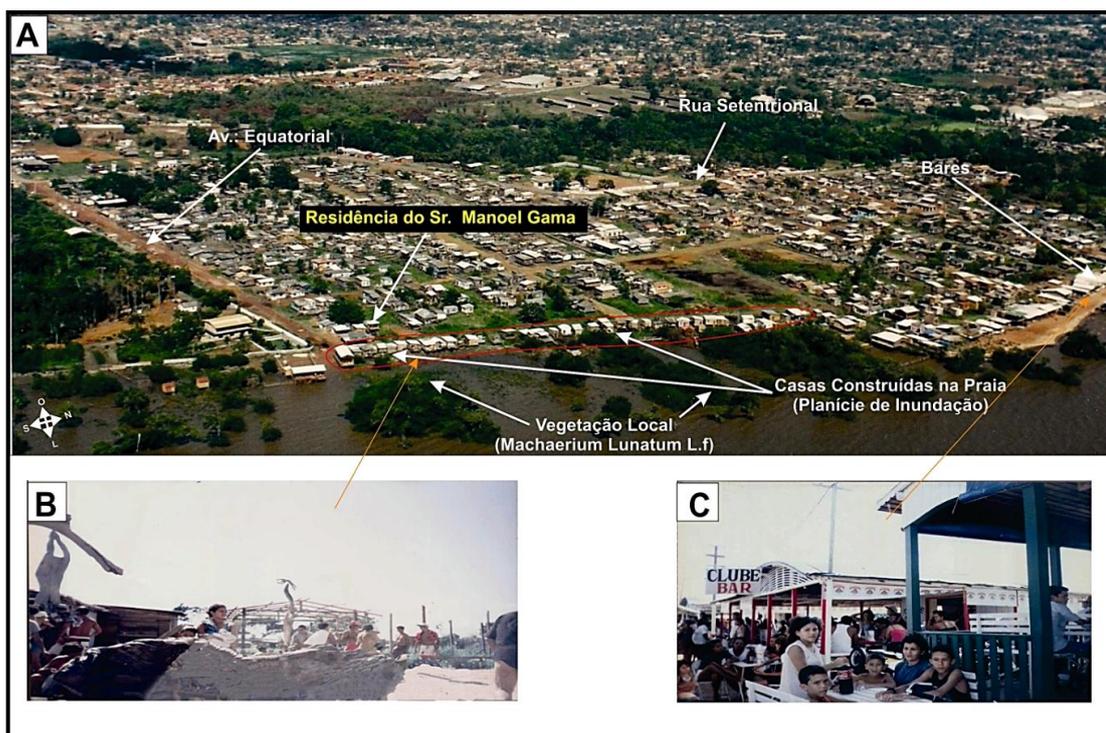


Fonte: modificado de Paulo Uchoa (198?).

Provavelmente, as casas construídas na “praia”, referidas acima pelo Sr. Manoel, são aquelas que juntamente com os bares, tiveram sua construção intensificada a partir de 1990 (Figura 4). Por se tratar de uma área de “praia” a ocupação por bares se fez de modo expressivo e as residências se faziam necessárias, à medida que permitiam ao trabalhador estar mais próximo do seu local de trabalho.

Alguns aspectos tornam-se bem evidentes ao analisar as imagens da Figura 4. O primeiro refere-se à existência da cobertura vegetal (Aturiá - *Machaerium Lunatum* L.f) no leito do rio e no entorno da área (Figura 4A). Um segundo, refere-se à localização dos bares e residências, no limite da “praia”, bem ilustrado nas figuras 4A, B e C. Um outro aspecto que merece destaque no processo de intervenção antrópica na área do Balneário Aturiá foi o aterramento da área, cujo objetivo era impedir as inundações constantes do Rio Amazonas em sua planície de inundação; bem como expandir a área ocupada na margem do rio. Essa expansão em direção ao rio foi responsável pela modificação da forma de relevo da “Praia” do Aturiá.

Figura 4 - Formas de uso e ocupação do Balneário do Aturiá. Em A) Ocupação da “Praia” do Aturiá (199?); em B e C) Casas e bares construídos na margem do rio Amazonas (1997);



Fonte: adaptadas do acervo de Paulo Uchoa (A) e Arnaldo Mira dos Santos (B e C).

O relato de dona Valdenora, moradora na área há 16 anos, ilustra os efeitos das transformações ocorridas:

“Quando eu cheguei aqui “o pessoal” diz que muita gente dessas casas da Equatorial que a água ia direto embora daí até arriba lá, por que essa Humberto Goés aqui alaga. Quando a água dá muito grande ela alaga, a água passa por cima, mesmo aterrada a água passa. Mas eu acho que passa por lá também (Av. Setentrional), porque um tempo quebraram até ela pra água poder escoar, porque os ônibus nem podiam passar. Quando a água enche aqui no Amazonas, aí lá enche também porque na realidade lá é baixo né, aí quebraram lá a rua, quebraram o asfalto pra água poder escoar”.

Desta forma, as transformações antropogênicas na morfologia da área do Balneário do Aturiá alteraram a dinâmica natural do ambiente. No caso da “Praia” do Aturiá esse fato é ilustrado pelo não alagamento natural da planície de inundação ou várzea do Rio Amazonas naquela área.

Após sucessivos aterros da planície de inundação acompanhada de um intenso e desordenado processo de ocupação, durante a gestão do então prefeito Barcellos, a área da “Praia do Aturiá” passa, em 1997, por um processo de reforma e adaptação para se adequar ao ordenamento urbano da cidade de Macapá, buscando-se evitar a expansão da ocupação na área. Assim, de uma planície de inundação aterrada o Balneário do Aturiá passa a fazer parte

do Bairro do Araxá (criado por meio da Lei nº 899/97) recebendo asfaltamento e loteamento urbano, através da construção de quadras, como se observa na Figura 5.

Figura 5 – Urbanização e loteamento do “Balneário do Aturiá” e sua integração ao Bairro do Araxá.



Fonte: adaptado de Paulo Uchôa (199?).

Essa intensa transformação da “Praia” do Aturiá torna-se mais evidente quando se compara as características naturais do início da ocupação, por volta de 1986 (Figura 6A) dentre as quais pode-se destacar: a presença de uma cobertura vegetal acentuada distribuída ao longo das áreas e margeando do o perímetro de estudo desta pesquisa; a presença marcante de uma planície de inundação sujeita as cheias periódicas do rio Amazonas, inclusive obrigando os moradores da área a construir suas residências em modelo de palafitas e interligadas umas as outras por meio de passarelas de modo a se adaptar a condição natural deste ambiente (Figura 6A).

Após a intensa ocupação e descaracterização das condições naturais daquela área nota-se, em 1992, uma paisagem bastante diferente daquela anterior, dentre essas transformações pode-se citar: a extensa cobertura vegetal, ficando restrita e a presença de casas e bares, margeando o rio. Quanto a planície de inundação, esta foi totalmente ocupada, ficando apenas da lembrança dos primeiros moradores que ocuparam a área. Em seu lugar foi implantada uma verdadeira planície tecnogênica, (Figura 6B), como definido por Peloggia (2005, p.27), resultado dos sucessivos aterramentos da área. Neste sentido, às moradias não se adaptam mais as condições de cheia de rio Amazonas, pois encontram-se edificadas em substrato de “terra firme”.

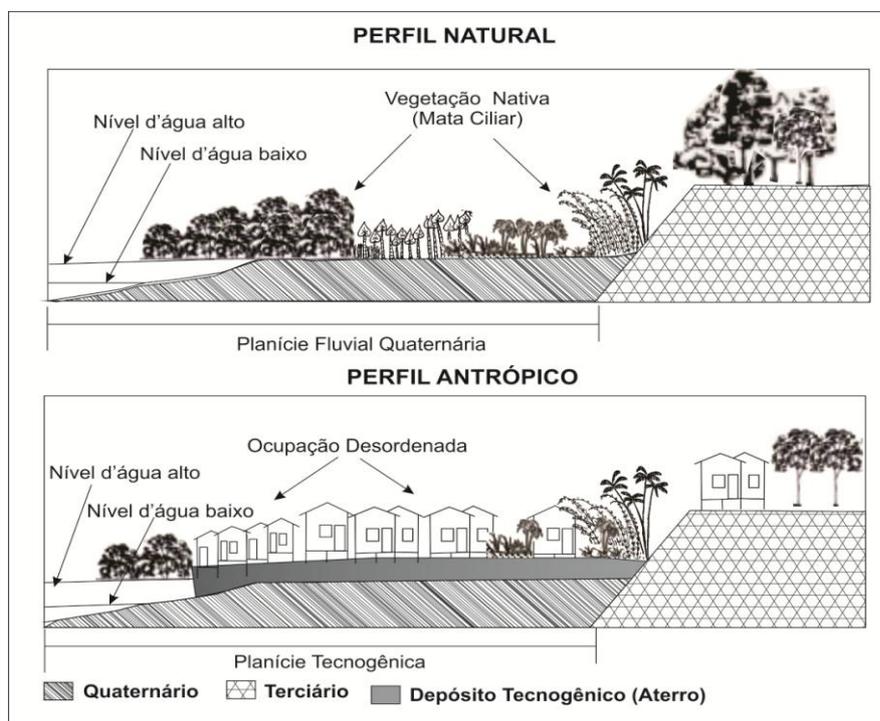
Figura 6 - Transformações Antropogênicas da paisagem entre 1986-1992 na “Praia” do Aturiá. Em **A**) “Praia” do Aturiá em 1986, com destaque para a área sujeita a inundação; em **B**) “Praia” do Aturiá em 1992, totalmente ocupada e aterrada (Planície Tecnogênica).



Fonte: Paulo Uchoa (199?), modificado.

A passagem do ambiente natural em equilíbrio (antiga “Praia do Aturiá”) para o antropizado sujeito a erosão fluvial, está intimamente relacionada ao aumento populacional e ao intenso processo de urbanização (aterramento) pelo qual passou aquela área da cidade de Macapá. A Figura 7, ilustra, de forma esquemática, o Perfil demonstrativo das transformações (Natural versus Antrópico) pelo qual passou o Balneário do Aturiá, ao longo do tempo.

Figura 7 - Perfil Natural versus Perfil Antrópico no Balneário do Aturiá. Detalhe do nível de água alto (maré) sobre as diferentes planícies (Fluvial Quaternária versus Tecnogênica).



Fonte: modificado do Projeto Orla (2004, Anexos, p. 5).

CARACTERÍSTICAS DA EROÇÃO FLUVIAL EM DIFERENTES ZONAS DO “BALNEÁRIO DO ATURIÁ”

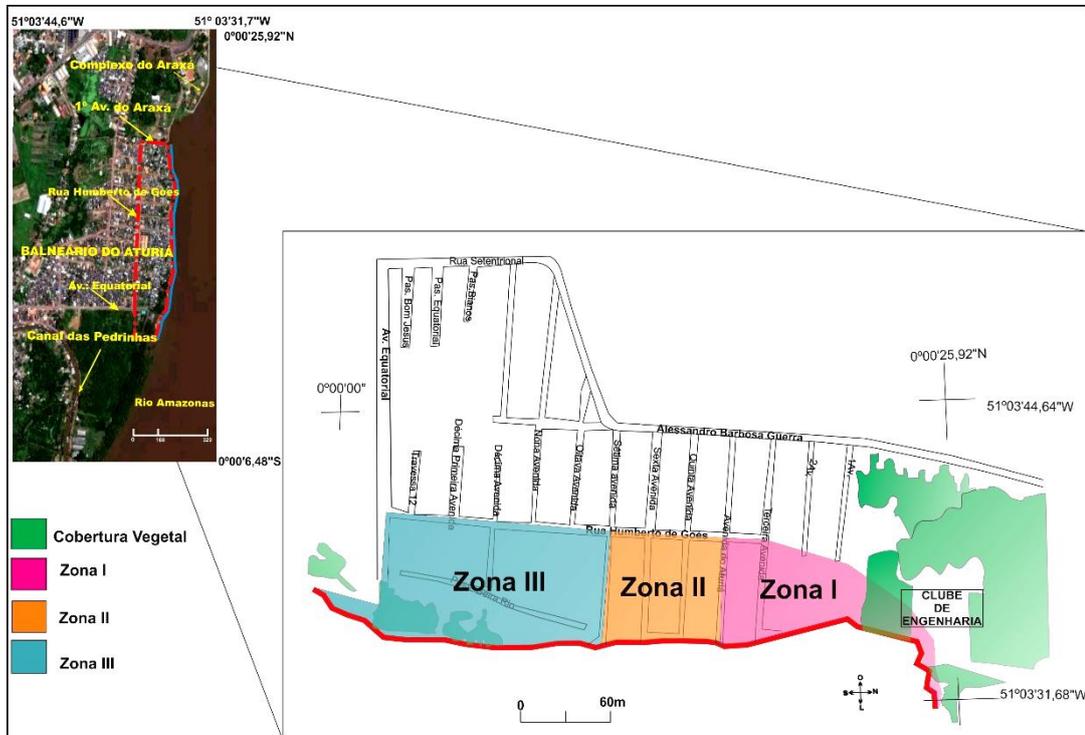
A erosão fluvial na “Praia do Aturiá” impõe-se como resposta às transformações antropogênicas. Dentre estas transformações, além da retirada da cobertura vegetal local e do aterramento pelo qual passou a área pode-se apontar a construção do Muro de Arrimo na Orla do Complexo do Araxá, no período de 1984-1990, que muito contribui para tornar efetiva a erosão fluvial na área.

O processo erosivo foi responsável, no ano de 2007, pela destruição de cerca de 20 estabelecimentos comerciais; já entre 2009 e 2010 pelo menos 41 famílias das 685 famílias que ali habitavam, foram desabrigadas (ADAP, 2010, s/p). Em 2011, um total de 25 moradias encontrava-se em situação de risco, o equivalente a 130 moradores que precisavam ser deslocados daquele local.

Em função desta situação a atuação da erosão fluvial na margem onde está assentado o Balneário do Aturiá, ora será mais intensa, ora mais branda. Essa variação da intensidade dos processos fluviais na área de estudo possui forte relação com as transformações antropogênicas que ali foram impressas ao longo dos anos (1986-2010). Importante ressaltar

que as interações dos processos erosivos se manifestam distintamente ao longo de três zonas, aqui definidas de Zona 1, Zona II e Zona III, conforme representado na Figura 8.

Figura 8 - “Praia” do Aturiá dividida em Zonas: I, II e III.



Fonte: imagem GeoEye modificado. Acervo: Google Earth.

- **ZONA I:** Esta zona caracteriza-se por apresentar uma ocupação pouco acentuada com terrenos extensos e poucas casas margeando o rio Amazonas. Representa um dos primeiros segmentos ocupado da “Praia” do Aturiá, que era conhecida como invasão dos Caçambeiros (conforme informações do Conselho Comunitário de Segurança Pública dos Bairros do Araxá e Pedrinhas, s/d).

Este segmento ainda preserva uma pequena cobertura vegetal já em vias de desaparecimento. Isso se deve ao fato de sua proximidade com o Complexo do Araxá, área intensamente urbanizada e que conta com a presença de cobertura asfáltica, calçamento e um muro de arrimo ao longo de toda sua orla. Estas características foram determinantes para conduzir a atuação do processo erosivo que acomete esta zona.

Tem-se neste segmento a atuação de uma frente de onda predominante na direção e sentido NE-SW, esta ao se chocar com o muro de arrimo do complexo do Araxá tem sua direção alterada, passando a agir sentido N-S, ou seja, paralelo ao muro de arrimo. Esse paralelismo é mantido até o fim do muro, quando essa frente de ondas passa a sofrer a ação do

feixe de ondas de sentido NE-SW, este a desvia em direção ao norte, onde pela ausência do muro de proteção e de cobertura vegetal capaz de amenizar a energia transportada pelas ondas, estas impactam diretamente com a margem em movimentos circulares de aproximadamente 180°. Este choque é responsável pela remoção de uma quantidade significativa de sedimentos o que aos poucos vai expondo as raízes da vegetação local até derrubá-la. Em nível local, ação erosiva do rio já afeta o muro do Clube de Engenharia, como ilustrado na Figura 9.

Figura 9 - Erosão fluvial promovida pela atuação das ondas. Detalhe para as frentes de ondas e seus deslocamentos, a partir do muro de arrimo do Complexo do Araxá.



Fonte: Imagem DigitalGlobe MapLink/Tele Atlas (2010) modificado. Acervo: Google Earth.

Além do desvio na direção das ondas outra interferência humana na área faz referência a construção de Depósitos Tecnogênicos (esses representados principalmente por restos de construções, como o concreto e ferragens, como mostra a Figura 10), que servem supostamente para fazer a contenção do avanço da erosão fluvial, o que certamente deve ter contribuído para o aumento do desequilíbrio no balanço sedimentar o rio na área de estudo, intensificando a retirada de sedimentos.

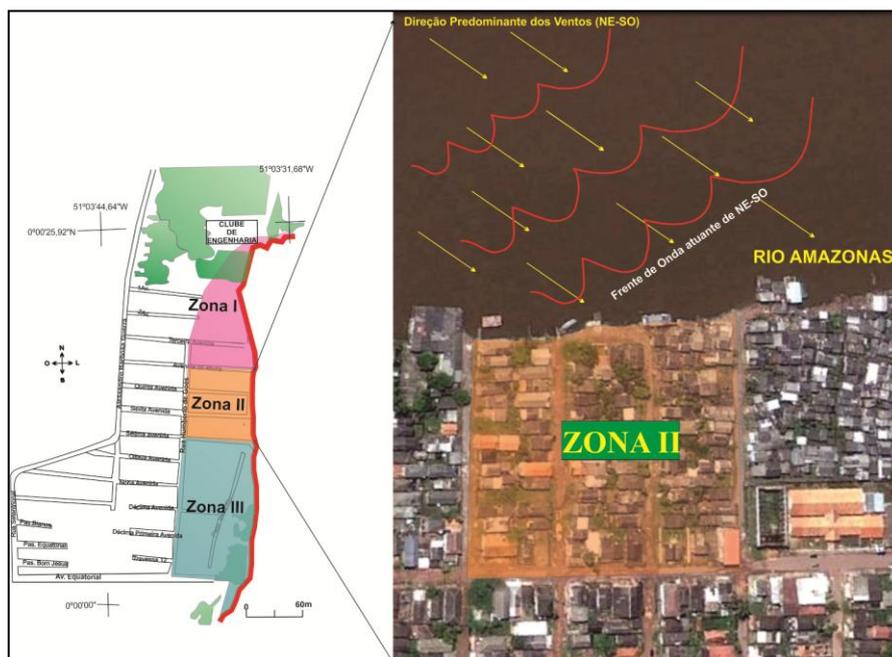
Figura 10 - Depósito Tecnogênico construído a partir da deposição de restos de construções.



Fonte: Arnaldo Santos (17/10/2009).

- **ZONA II:** Neste segmento a ocupação da margem é intensa, a maioria das casas aí construídas são em madeira, porém construções em alvenaria já podem ser verificadas no local. Uma explicação para essa intensa concentração de casas neste segmento, diz respeito a história da ocupação do mesmo onde, em um passado recente nele localizavam-se bares (vide figura 05) que acompanhavam boa parte da orla do Balneário. Com o passar dos anos e o aumento da intensidade da erosão, por volta do ano de 2007 muitas transformações ocorreram na orla desta Zona, dentre as quais destaca-se: destruição de casas e bares motivando a saída desses primeiros moradores daquele segmento. Quanto as características naturais como direção de Vento, ondas e correntes de maré seguem as mesmas características do segmento anterior, como apresenta a Figura 11.

Figura 11 - Construções em alvenaria na orla do Balneário do Aturiá.



Fonte: Imagem modificado de GeoEye (2010).

No tocante as transformações antropogênicas desta zona, estas podem ser representadas por: 1) remoção da cobertura vegetal; 2) ocupação desordenada; 3) aterramento e 4) asfaltamento. Por se tratar de uma área antes de lazer, com o tempo, foi sendo fortemente alterada, com intenso fluxo de pessoas que intensificaram a retirada da cobertura vegetal dando lugar à construção de casas e, posteriormente, a um intenso aterramento da planície de inundação do Rio Amazonas, neste trecho. Com a consolidação da ocupação esta área foi dotada com infraestrutura como escola, igreja, aterramento e cobertura asfáltica. Estas modificações que num primeiro momento pareciam benéficas a população local, hoje promovem um forte impacto hidráulico na margem daquele balneário, responsável pelo processo de erosão fluvial ali existente, como mostra a Figura 12.

Figura 12 - Impacto hidráulico e a ação erosiva da maré de Sizígia em preamar (nível mais alto das águas).

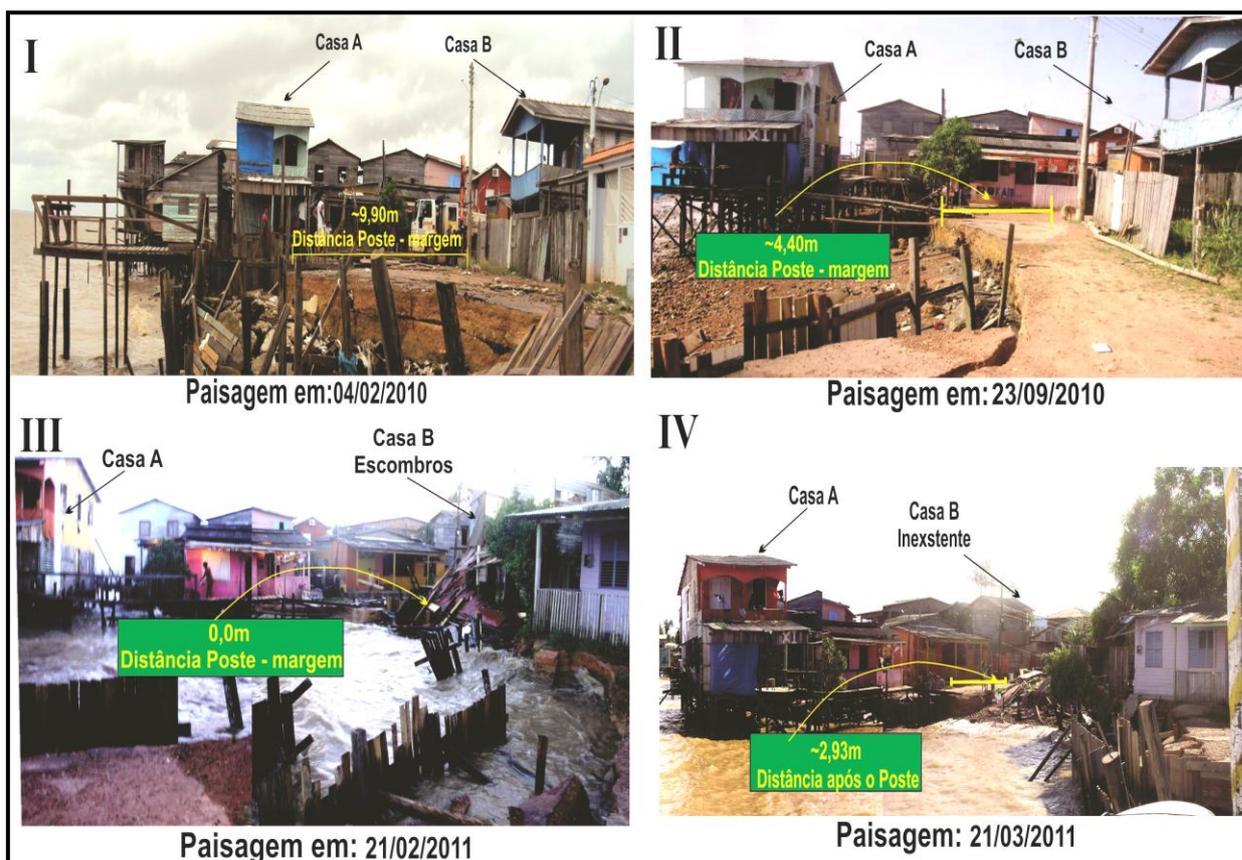


Fonte: Imagens Arnaldo Santos (07/08/2010).

O aterramento da planície de inundação alterando o trabalho de remoção, transporte e a deposição de sedimentos e a ausência de cobertura possibilitando um intenso impacto hidráulico com a margem, através da ação de ondas de sentido NE-SW (predominantemente), provocou uma ação erosiva devastadora que, no período de aproximadamente 1 ano (de 04/02/2010 à 21/03/2011) foi responsável pela subtração de cerca de 11 metros da superfície deste segmento da orla do Balneário do Aturiá, dando-lhe um formato semelhante a uma enseada.

A Figura 13, traz uma sequência de quatro imagens ou cenários de atuação dos processos erosivos fluviais, mostrando assim, os efeitos causados por estes processos naquele ambiente em diferentes meses do ano. No cenário I (Figura 13A), extraída em fevereiro de 2010, ao lado da casa “A” e no leito do rio, existe uma pequena casa já na iminência de ser destruída pela força das ondas e em frente à casa “B” tem-se uma rua com cerca de 3,35 m e uma distância entre o poste e a margem do rio de aproximadamente 9,90m.

Figura 13 - Efeitos da erosão fluvial acelerada na Zona II do Balneário do Aturiá. Sequência de cenários colhidos ao longo de 14 meses.



Autoria das Imagens: Arnaldo Santos.

No cenário II, (Figura 13B), extraída em setembro de 2010, decorridos sete meses desde a cena I, tem-se uma transformação significativa da paisagem, haja vista que a pequena casa ao lado da casa “A” já havia sido totalmente destruída pela ação das ondas. Em frente à casa “B” a rua tornara-se mais estreita e em formato côncavo motivada pela erosão. Quanto a distância entre o poste e a margem, que antes era de 9,90 m, neste tempo já era de apenas 4,40 m, o que representa um recuo de margem por ação erosiva de 5,50 m.

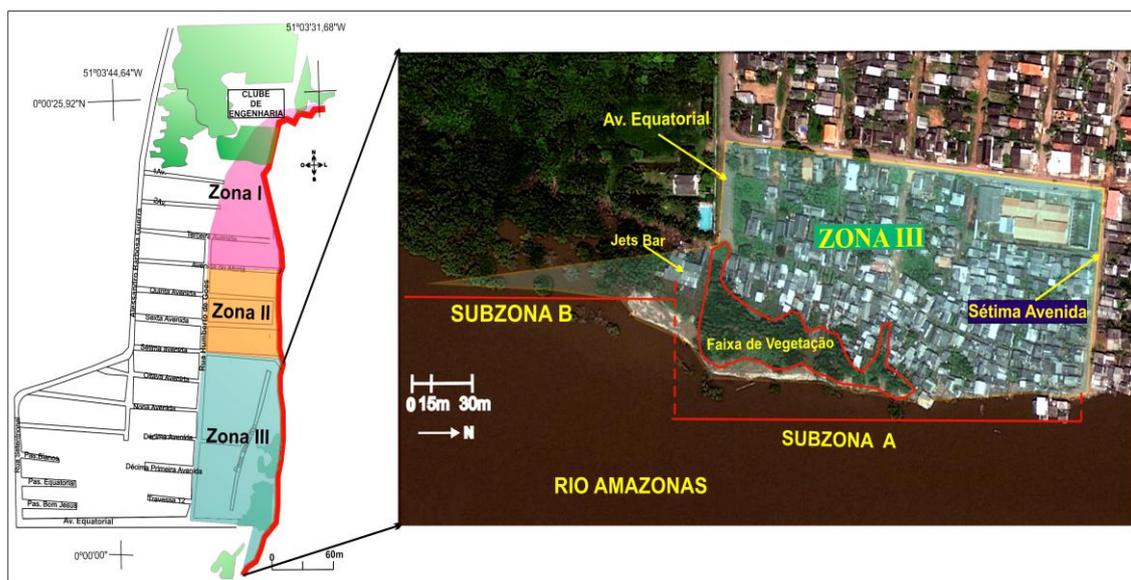
Em fevereiro de 2011, após decorridos 5 meses, uma nova visita na área, possibilitou o registro de um cenário ainda mais transformado pela ação da erosão fluvial. Assim, no

cenário III, a casa “A” já está sob o domínio das águas do rio, enquanto a estreita rua que havia em frente à casa “B” já não existe mais e em seu lugar passou a atuar as águas do rio Amazonas. Além disso, a própria casa “B” encontrava-se em franco processo de destruição restando apenas seus escombros.

Já no cenário IV, um mês após a tomada do cenário III, a paisagem local tornou-se ainda mais surpreendente. A casa “A” ainda se encontrava erguida e as três casas posteriores a ela já se encontravam sob os efeitos da ação erosiva do rio Amazonas. Quanto os escombros da casa “B” estes foram consumidos pelas águas do rio e a casa do lado direito de “B” encontrava-se metade suspensa e metade assentada sobre o solo, processo desencadeado em função do assolapamento da margem.

- **Zona III:** Este perímetro é o que mais preserva as características naturais da área, não sofreu com aterramento e nem perdeu toda sua cobertura vegetal, havendo inclusive espaços onde não há nenhuma ocupação humana. E mesmo onde a ocupação humana se faz presente a cobertura vegetal e as características morfológicas da planície de inundação foram preservadas possibilitando amenizar a ação do impacto hidráulico das ondas e manter as condições de inundação da área. Assim, em função da ausência ou da presença de residências, este segmento da “Praia” do Aturiá pode ser dividido em duas subzonas: subzona A e Subzona B como se pode observar a partir da Figura 14.

Figura 14 - Localização da Zona III e subzonas A e B com características ambientais distintas.



Fonte: Imagem GeoEye (2010) modificado. Acervo: Google Earth.

Zubzona A: nesta subárea a ocupação remonta ao início do próprio processo de ocupação do Balneário. Nela as residências foram construídas a certa distância da margem do rio respeitando a cobertura vegetal local. A permanência da vegetação possibilitou ao processo erosivo ser mais brando nesta subzona, e em vez do predomínio da remoção de sedimentos tem-se sua deposição. Essa deposição ocorre devido a capacidade de retenção de sedimentos que possuem as raízes do aturiazeiro (*Macherium lunatum* L.f.) permitindo assim a formação, em frente à faixa de vegetação, de um depósito de sedimentos com granulometria variada, além de troncos de árvore trazidos pela ação das ondas, que possibilitam uma gradual progradação da costa, como se observa na Figura 15.

7Figura 15 - Faixa de deposição de sedimentos construído pela ação das marés



Fonte: Imagem Arnaldo Santos (02/03/2010).

Além de ter sua cobertura vegetal preservada, esta subárea não sofreu mudanças antropogênicas em seu relevo, pois ao contrário das outras zonas (I e II) esta não passou por um processo de aterramento, mantendo assim, as características naturais do relevo, qual seja, a de sofrer inundações periódicas. Fato constatado através da presença de passarelas e palafitas no local, como se vê na Figura 16.

Figura 17- Vegetação adaptada as características locais.



Fonte: Imagens Arnaldo Santos (23/09/2010).

Neste segmento, a julgar por suas características, é possível remontar a paisagem e dinâmica geomorfológica que predominava em toda a orla do Balneário do Aturiá antes da sua ocupação. Bem como, perceber o equilibrado trabalho de remoção, transporte e sedimentação realizada pelo rio Amazonas no local. Em virtude das características apresentadas acima e de um espraiamento provocado pela deposição de sedimentos esta área é muito frequentada por pessoas das redondezas com o objetivo de lazer, representando assim um dos últimos resquícios da “praia” do Aturiá.

CONSIDERAÇÕES

Como se percebe as interferências antrópicas no meio ambiente são responsáveis por mudanças na paisagem e nos processos naturais que não se fazem acompanhar, de maneira tão rápida e intensa quanto as transformações antropogênicas, gerando um descompasso entre processos naturais e a nova configuração da paisagem criada pelo ser humano, o que tem como consequência a criação de áreas riscos. Essa diferenciação entre o tempo do homem e o tempo da natureza permite compreender no caso o acelerado processo de erosão fluvial que acomete o Balneário do Aturiá, pois a retirada da cobertura vegetal, o aterramento e a construção de casas em ambiente impróprio para esse fim acabaram por alterar o relevo da área, o que se refletiu na quebra do equilíbrio dinâmico daquele sistema, pois os processos

naturais característico daquele ambiente (Planície de inundação) continuam incidindo na área entretanto em um ambiente com uma nova configuração. Assim, para continuar mantendo o perfil de equilíbrio que outrora predominava naquele sistema (“Praia” do Aturiá) o rio Amazonas promove a remoção do excesso sedimentos (erosão fluvial) que foram depositados na área por meio do aterramento, o que culmina com que asseverou Christofolletti (1980, p. 7) havendo alteração nas condições externas e esta não sendo absorvida pela estrutura interna do sistema, este buscará um novo momento de equilíbrio. Para tanto, esta estrutura que não suporta os processos atuais terá que se renovar para poder estar apta as novas condições, daí que forma e processos possuem uma íntima relação como asseverou

No caso da Orla do Balneário do Aturiá o processo de ocupação foi responsável pela modificação da relação entre forma e processo, refletindo-se na quebra da condição de equilíbrio dinâmico anteriormente presente na área. Esta quebra no equilíbrio daquele ambiente motivou a origem dos seguintes problemas:

- Desequilíbrio no balanço sedimentar (excesso de sedimentação) e transformação do relevo provocados pelo aterramento da planície de inundação;
- Impacto hidráulico intenso com a margem, originado pela retirada da cobertura vegetal, cuja função seria dissipar a energia das ondas;
- Erosão fluvial do tipo acelerada com intensa competência de remover sedimentos, responsável pela subtração de extensas parcelas da área do Balneário do Aturiá, destruindo casas e desabrigando inúmeras famílias;

Diante deste cenário cabe ressaltar que, muito embora o processo erosivo daquele Balneário pareça uma situação pontual, ou seja, resultado das transformações antropogênicas “in loco”, este deve ser observada sob um ângulo mais amplo. Pois como se observou na Figura 8, parte do “trem de ondas” que atualmente erode a Orla do Balneário do Aturiá tem sua origem no desvio causado pela presença do muro de arrimo do Complexo do Araxá. Fato que permite questionar se a solução para o problema da erosão fluvial naquela área depende tão somente da construção de um muro de contenção. Diante desta situação são apontadas as seguintes medidas visando contornar ou amenizar a intensidade dos problemas de erosão fluvial no “Balneário do Aturiá:

- Estudo dos processos hidrodinâmicos atuantes na “praia” do Aturiá (ondas, marés, erosão, sedimentação e transporte);

- Construção de um muro de arrimo adaptadas condições hidrodinâmicas locais para conter o avanço da erosão fluvial e estudo dos possíveis impactos ocasionados por esta construção, a fim de evitar a reprodução deste cenário em outros segmentos da orla próximos dali;

- Remoção imediata da população que habita a área e reabilitação deste espaço para fins recreacionais, lazer ou pesquisa impedindo seu uso para fins de habitação;

Diante dos problemas presentes no “Balneário do Aturiá” e as circunstâncias que levaram a sua existência, conclui-se que a intervenção humana em ambientes de frágil equilíbrio, como o caso da Zona Costeira, exige compreender muito bem sua dinâmica e os possíveis impactos ocasionados por esta intervenção. Pois uma pequena alteração em um elemento que compõem o sistema pode gerar um efeito em cadeia que desestabilize todo o conjunto.

REFERÊNCIAS

ADAP. **Relatório da situação de risco do Aturiá**. 19/04/2010.

BRANDÃO, Ricardo de Lima. **REGIÕES COSTEIRAS**. In: Silva, Cassio Roberto da. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. 2ª Ed. São Paulo: Edgard Blucher, p.65-98, 1980.

CUNHA, S. B.; MENANDRO, H. A.; ASSUNÇÃO, J. C. R. e HERMONT, J. L. **Urbanização e Transformações na Rede Fluvial: Cidade do Rio de Janeiro**. In: Canais do XI SBGFA. São Paulo: USP. 2003, p. 374 – 380

IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. 74 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008111238.pdf. Acessado em 18 dez. 2014.

MIYAZAKI, Leda Correia Pedro. Depósitos tecnogênicos: uma nova perspectiva de leitura geográfica. *Quaternary and Environmental Geosciences: Antropoceno – Tecnógeno*. (2014) 05(2):53-66. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/abequa/article/view/33964/23348>. Acessado em: 30 mai. 2015

MUEHE, D. **O litoral brasileiro e sua Compartimentação**. In: CUNHA, A. J. T. & GUERRA, S. B. **Geomorfologia do Brasil**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.273-349.

MUEHE, D. **Geomorfologia Costeira**. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA S.B. (Org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 253-308.

NITTROUER, Charles A. *et al.* **An introduction to the geological significance of sediment transport and accumulation on the Amazon continental shelf**. *Marine Geology*, V.125, Jul, 1995, p.177-192. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/002532279500075a>. Acesso em: 20/10/2009.

NUNES, João Osvaldo. **Paisagem e Ambiente uma conjunção dialética**. São Paulo, out. 2007. Disponível em: web.ua.es/es/giecryal/documentos/.../docs/texto-terra-livre-final.pdf. Acesso em: 19/02/2010.

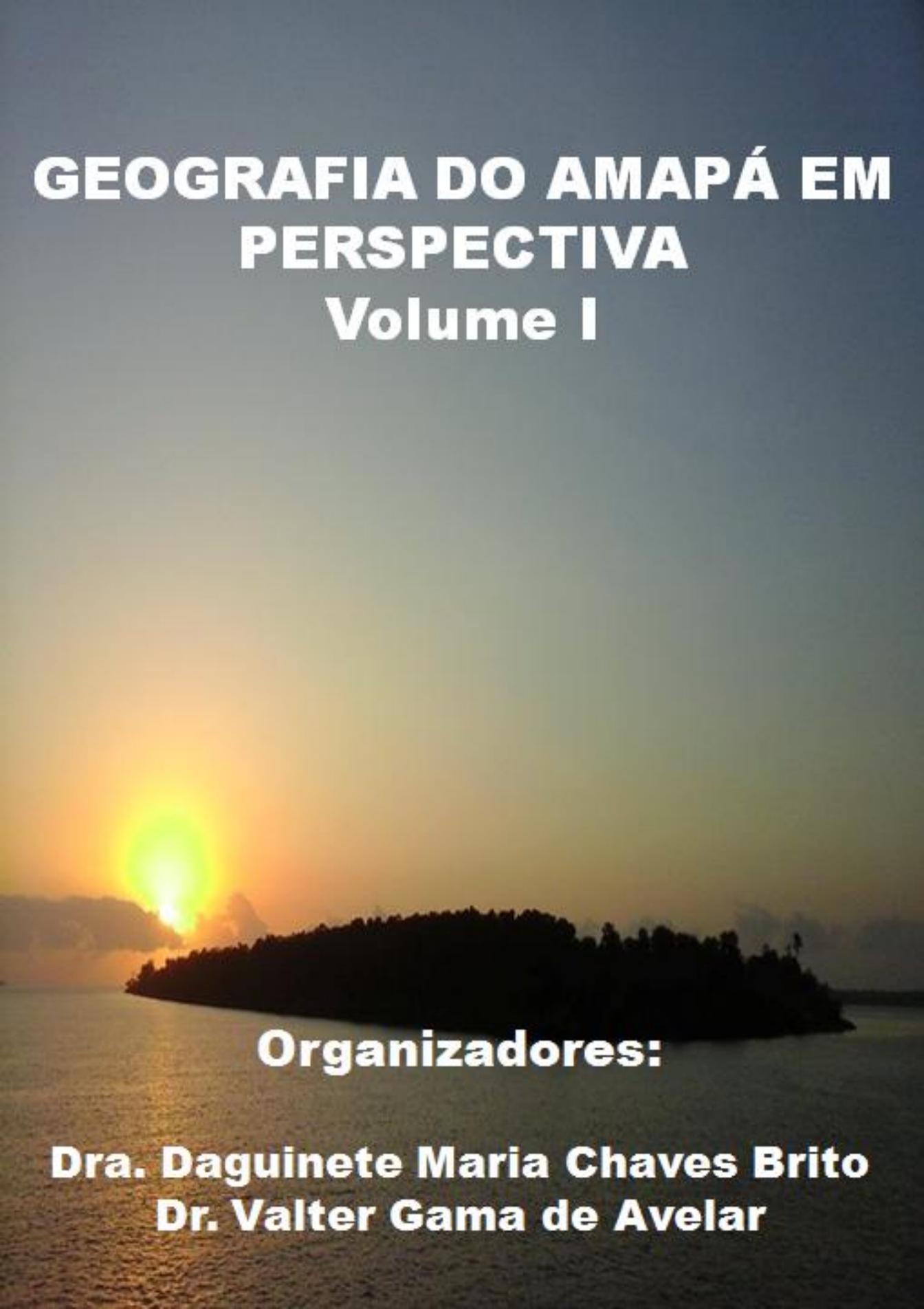
PELOGGIA, A.U.G. & OLIVEIRA, A. M. S. **Tecnógeno**: um novo campo de estudos das geociências. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: < [http:// www.geografia.fflch.usp.br](http://www.geografia.fflch.usp.br) >. Acesso em: 24/05/2010.

PELOGGIA, Alex Ubiratan Goossens. **O homem enquanto ponto fundamental da Geologia do Tecnógeno**: proposição teórica básica e discussão acerca do caso do município de São Paulo. Revista Brasileira de Geociências, ano 3, v.27, set.1997, p.257-268. Disponível em: <http://www.sbgeo.org.br/pub_sbg/rbg/vol27_down/2703/2703257.pdf>. Acesso em: 24/05/2010.

PELOGGIA, A.U.G. **A cidade, as vertentes e as várzeas**: a transformação do relevo pela ação do homem no município de São Paulo. [s.l.], 2005.p.24-31. Disponível em:<[http:// www.geografia.fflch.usp.br](http://www.geografia.fflch.usp.br) >. Acesso em: 24/05/2010.

SUERTEGARAY, D.M.A.; ROSSATO, M.S.; BELLANCA, E.T.; FACHINELLO, A.; CÂNDIDO L.A.; SILVA, C.R. 2008. Terra Feições Ilustradas. Suertegaray D. M. A. (Org.) 3º ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS,263 p.

TORRES, Admilson Moreira; EL-ROBRINI, Maâmar. **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro - Capítulo: Amapá**. <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao.publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=78&pag=2&>. Acesso em: 12/03/2010.

The background of the cover is a photograph of a sunset. The sun is a bright, glowing orb on the left side, partially obscured by a dark, forested island in the foreground. The sky transitions from a deep orange near the horizon to a pale blue at the top. The water in the foreground is dark and reflects the light from the sun.

GEOGRAFIA DO AMAPÁ EM PERSPECTIVA Volume I

Organizadores:

**Dra. Daguinete Maria Chaves Brito
Dr. Valter Gama de Avelar**